

**DIÁRIO****República Federativa do Brasil****DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II****ANO XLV - Nº 141****QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1990****BRASÍLIA - DF****SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1990

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar em mercado 5.125.000.000 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS).

Art. 1ª É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 8ª da Resolução nº 94, de 13 de dezembro de 1989, do Senado Federal, autorizado a emitir e colocar no mercado 5.125.000.000 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS), cujos recursos serão destinados à antecipação da receita orçamentária, prevista para o exercício de 1990, em curso.

Parágrafo único. A emissão e colocação dos títulos a que se refere este artigo serão efetuadas com observância das seguintes condições básicas:

- a) quantidade: 5.125.000.000 (LFT-RS);
- b) modalidade: nominativa-transferível;
- c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);
- d) prazo: até cento e cinquenta dias;
- e) valor nominal: Cr\$ 1,00;
- f) cronograma de colocação:

Data da Colocação	Quantidade	Vencimento
Setembro/90	2.100.000.000	30-11-90
Setembro/90	1.598.000.000	28-12-90
Setembro/90	1.427.000.000	30-01-91

g) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

h) autorização legislativa: Leis nºs 8.493, 8.925 e 9.079, de 21 de dezembro de 1987, 11 de dezembro de 1989 e 4 de junho de 1990, respectivamente, e Decreto nº 33.559, de 18 de junho de 1990.

Art. 2ª A autorização de que trata esta resolução deverá ser exercida até o dia 31 de outubro de 1990.

Art. 3ª Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de outubro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem. 2.200-exemplares.

SUMÁRIO**1 - ATA DA 163ª SESSÃO, 24 DE OUTUBRO DE 1990****1.1 - ABERTURA****1.2 - EXPEDIENTE****1.2.1 - Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados**

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 56/90 (nº 138/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 57/90 (nº 135/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Organização Kimura-Nakaya de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

- Projeto de Lei da Câmara nº 80/90 (nº 3.681/89, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que introduz modificação na estrutura organizacional da 4ª Região da Justiça Federal, dá competência ao respectivo Tribunal Regional e determina outras providências.

1.2.2 - Comunicação da Presidência

- Abertura de prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 56 e 57/90, lidos anteriormente.

1.2.3 - Requerimento

- Nº 373/90, de autoria do Senador Ronan Tito, solicitando autorização do Senado para aceitar missão no exterior.

1.2.4 - Discurso do Expediente

SENADOR HUGO NAPOLEÃO - Abusos ocorridos no horário gratuito de propaganda eleitoral. Projeto de Lei nº 4.432-A/89, que cria o programa diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão.

1.3 - ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão do Distrito Federal sobre Mensagem nº 104/90-DF (nº 77/90, na origem), de 20 de julho de corrente ano, pela qual o Governador do Distrito Federal submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Jorge Caetano, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro Fernando Tupinambá Valente. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão do Distrito Federal sobre a Mensagem nº 151/90 (nº 509/90, na origem), de 27 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete

à deliberação do Senado a escolha do Doutor Wanderley Vallim da Silva para exercer o cargo de Governador do Distrito Federal. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão do Distrito Federal sobre a Mensagem nº 152/90 (nº 510/90, na origem), de 27 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marco Aurélio Martins Araújo para exercer o cargo de Vice-Governador do Distrito Federal. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 178/90 (nº 597/90, na origem), de 10 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Manoel Mendes de Freitas, para compor o Tribunal superior do Trabalho, como Ministro Togado, em vaga decorrente da nomeação do Ministro Aurélio Mendes de Farias Mello, para o Supremo Tribunal Federal. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 177/90 (nº 592/90, na origem), de 9 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe da

Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 181/90 (nº 620/90, na origem), de 24 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Senhor João Augusto de Médicis, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Polónia. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 185/90 (nº 660/90, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Senhor Evaldo José Cabral de Mello Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 - Comunicação da Presidência

- Adiamento da votação do Requerimento nº 373/90, lido no Expediente da presente sessão, em virtude da falta de quorum em plenário.

1.3.2 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 - ENCERRAMENTO

2 - ATA DA 164ª SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1990

2.1 - ABERTURA

2.2 - EXPEDIENTE

2.2.1 - Mensagem do Senhor Presidente da República

- Nº 200/90 (nº 758/90, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionados.

2.2.2 - Ofícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 58/90 (nº 129/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Divinal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 59/90 (nº 147/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 60/90 (nº 150/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Televisão Piratininga Ltda., para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

2.2.3 - Comunicação da Presidência

- Prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 58 a 60/90, lidos anteriormente.

2.2.4 - Leitura de Projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 184/90, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que define crime de abuso do poder econômico, e dá outras providências.

2.2.5 - Discursos do Expediente

SENADOR AFONSO SANCHO, como Líder - Portaria do Ministro da Justiça, referente à veiculação de diversões públicas e da programação de rádio e televisão.

SENADOR JOÃO MENEZES - Exposição feita pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, sobre prazos e condições para o pagamento da dívida externa brasileira.

SENADOR NEY MARANHÃO - Luta do Governo contra os cartéis e os monopólios.

SENADOR MANSUETO DE LAVOR - Manutenção dos incentivos fiscais do FINAM e do FINOR.

2.2.6 - Requerimento

- Nº 374/90, de urgência para o Projeto de Resolução nº 45/90, que altera a redação do art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 94, de 1989.

2.2.7 - Apreciação de matéria

- Requerimento nº 373/90, lido na sessão extraordinária de hoje, de autoria do Senador Ronan Tito, solicitando autorização do Senado para participar, como observador parlamentar, da Delegação do Brasil à Quinquagésima Quinta Assembleia-Geral das Nações Unidas. **Aprovado**, após parecer da comissão competente.

2.2.8 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO - Reuniões concomitantes das comissões técnicas da Casa.

O SR. PRESIDENTE - Respostas às colocações do Sr. Cid Sabóia de Carvalho.

2.2.9 - Comunicação

Do Senador Ronan Tito, que se ausentará do País.

2.3 - ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 47, de 1990, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina outras providências. **Rejeitado** o projeto e prejudicado o substitutivo, em virtude da aprovação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela inconstitucionalidade da matéria, proferido nesta data. Ao arquivo.

Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal, que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. **Prejudicado** em virtude do resultado do item anterior. Ao arquivo.

Requerimento nº 358, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1990, de sua autoria, que dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações. **Aprovado.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. **Votação Adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. **Votação adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública. **Votação adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta

dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata Machado e outros Senhores Senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

Em fase de discussão (1ª sessão).

2.3.1 - Matéria apreciada após a Ordem do Dia

- Requerimento nº 374/90, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

2.3.2 - Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR AMIR LANDO - Assassino do Senador Olavo Pires em Rondônia.

SENADOR ÁUREO MELLO - Dotação orçamentária para a Empresa de Navegação da Amazônia - ENESA.

SENADOR JAMIL HADDAD - Declarações do novo Presidente da Petrobrás, Sr. Eduardo Teixeira, contrárias ao monopólio estatal do petróleo.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO - Reparos a notícias inverídicas de jornais, atribuindo ao Senado modificações prejudiciais ao funcionalismo quando da apre-

ciação do regime jurídico único dos servidores públicos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - 166ª anos da emancipação política do Estado de Sergipe.

SENADOR IRAM SARAIVA - 57ª anos do lançamento da pedra fundamental da cidade de Goiânia.

SENADOR NELSON WEDEKIN - Transcrição de artigo do jornalista Mauro Santayana, publicado no jornal da Tarde, sob o título Poderes.

SENADOR ODACIR SOARES - Ciclo de estudos e palestras sobre a ecologia e sua inter-relação com as atividades produtivas do Estado de Rondônia, promovido pela Loja Maçônica Vigilantes da Ordem nº 2.036.

2.3.3 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 - ENCERRAMENTO

3 - PORTARIA DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

- Nº 24/90

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 163ª Sessão, em 24 de outubro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Srs. Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

Às 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia - Nabor Júnior - Odacir Soares - Ronaldo Aragão - Amir Lando - João Meneses - Oziel Carneiro - Carlos Patrocínio - Antonio Luiz Maya - Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Hugo Napoleão - Afonso Sancho - Cid Sabóia de Carvalho - Mauro Benevides - Marcondes Gadelha - Humberto Lucena - Marco Maciel - Ney

Maranhão - Mansueto de Lavor - João Nascimento - Francisco Rollemberg - Ruy Bacelar - Gerson Camata - João Calmon - Heydekel Freitas - Jamil Haddad - Nelson Carneiro - Maurício Corrêa - Iram Saraiva - Antonio Alves - Pompeu de Sousa - Mendes Canale - Rachid Saldanha Derzi - Wilson Martins - Leite Chaves - Afonso Camargo - Jorge Bornhausen - Márcio Berezoski - Nelson Wedekin - Alberto Hoffmann - José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

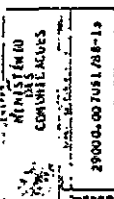
O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

Secretaria - Geral
Secretaria de Serviços de Radiodifusão 5.
Processo MC nº 2

Senhor Secretário - Geral.

A fim de atender determinação superior, solicito autorização de V.Sa. para providenciar a abertura de Edital para execução de serviço de radiodifusão sonora em FREQÜENCIA MODULADA, consoante especificações abaixo:



- | | |
|-----------------------------|-----------------------|
| 1. Serviço | : FREQÜENCIA MODULADA |
| 2. Local | : VACARIA - RS |
| 3. Canal | : 226 (93,1 MHz) |
| 4. Classe | : B |
| 5. Capital mínimo exigido | : 200 (duzentas) MVR |
| 6. Horário de funcionamento | : Ilimitado |

Brasília-DF, de de 1988.

LOURENÇO NASSIB CHAGAS
Secretário de Serviços de Radiodifusão

De acordo. Elabore-se o Edital respectivo, nas condições acima propostas.

Indefiro. Aguarde-se nova oportunidade. A SSR deverá comunicar ao interessado, quando houver.

Brasília-DF.

DOMULO VILLER FURTADO
p/ Secretário - Geral

EDITAL Nº 294 /88-GM

Recebimento de propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão em vigor, torna público que, transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias, contados do dia seguinte ao da publicação deste Edital no Diário Oficial da União, estará recebendo pelo prazo de 15 (quinze) dias, propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora, com as características e condições que se seguem:

- | | |
|-----------------------------|-----------------------|
| 1. Serviço | : FREQÜENCIA MODULADA |
| 2. Local | : Vacaria-RS |
| 3. Canal | : 226 (93,1 MHz) |
| 4. Classe | : B |
| 5. Capital mínimo exigido | : 200 (duzentas) MVR |
| 6. Horário de funcionamento | : Ilimitado |

As demais condições deste Edital fazem parte do processo que lhe deu origem e encontram-se à disposição dos interessados na Diretoria Regional do DENTEL, em Porto Alegre-RS, situada na Rua Duque de Caxias, 1279, onde seus representantes legais deverão entregar suas propostas.

Brasília-DF, 20 de setembro de 1988.

ANTONIO CARLOS MACANHÃES

CONDIÇÕES DE EDITAL PARA EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

1 - ENTREGA DAS PROPOSTAS

As entidades interessadas na execução e exploração do serviço de radiodifusão deverão, por seu representante legal, apresentar suas propostas durante o horário de expediente, na Diretoria Regional do DENTEL em

2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À ENTIDADE

2.1 - Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações:

2.1.1 - No requerimento deverá constar o endereço para correspondência;

2.2 - Ato constitutivo e alterações subsequentes, com as respectivas comprovações de registro ou arquivamento na repartição competente;

2.2.1 - Dos atos constitutivos das sociedades deverão constar dispositivos declarando expressamente que:

2.2.1.1 - as cotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

2.2.1.2 - nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações;

2.2.1.3 - os administradores deverão ser brasileiros natos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações;

2.2.2 - Ao estatuto de fundação deverá constar dispositivos relativos, apenas, aos subitens 2.2.1.2 e 2.2.1.3...

2.2.3 - As sociedades anônimas ainda não executantes do serviço de radiodifusão deverão apresentar, junto com seu estatuto, o quadro societário atualizado constando o número, o valor e o tipo das ações de cada sócio;

2.3 - Comprovante de que obteve assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, se a sede do município, objeto do Edital, estiver localizada dentro dos limites da Faixa de Fronteira;

2.3.1 - Ficam dispensadas da apresentação do documento de que trata o item anterior, as entidades já executoras de qualquer tipo de serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, devendo, entretanto, informar na proposta essa situação;

2.3.2 - As entidades já concessionárias/permissionárias que, pela primeira vez pretendem executar serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, deverão providenciar a adaptação de seus atos constitutivos às disposições do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, a fim de obterem, através do DENTEL, o assentimento de que trata o item 2.3;

2.3.3 - As entidades que, para registrar ou arquivar seus atos constitutivos necessitem do assentimento do Conselho de Segurança Nacional, mencionado no item 2.3, deverão providenciar este documento, através do DENTEL, bem como o consequente registro ou arquivamento dos mesmos, antes da data prevista para a entrega da proposta.

2.4 - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como prova de cumprimento da legislação trabalhista referente à observância da proporcionalidade de brasileiros na entidade;

2.5 - Certidão de quitação de tributos federais, exceto quando se trata de microempresa;

2.5.1 - Os documentos enumerados nos itens 2.4 e 2.5 não precisarão ser apresentados pelas entidades que não tenham ainda iniciado suas atividades.

2.6 - Declaração firmada pelos administradores, conforme Anexo I.

3 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA COTISTA OU AÇIONISTA

3.1 - Prova da condição de brasileiro, feita mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade ou comprovante de naturalização, ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

3.1.1 - Fica dispensada da apresentação da prova de que trata o item acima, quem pertencer ao quadro societário de entidade executora de serviço de radiodifusão.

3.2 - Fichado Cadastramento - Formulário DNT-149 (Anexo II), em 03 (três) vias, para os sócios que detêm 5% (cinco por cento) ou mais, das cotas ou ações representativas do capital social;

4 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA ADMINISTRADOR

4.1 - Prova da condição de brasileiro nato, mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de

nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade;

4.1.1 - Fica dispensada da apresentação da prova de que trata o item anterior, quem pertencer ao quadro diretivo de entidade já executante do serviço de radiodifusão.

4.2 - Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e de Protestos de Títulos, das locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exerça ou haja exercido, no mesmo período, atividades econômicas, como administrador.

4.3 - Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

4.4 - Declaração assinada por todos os dirigentes, conforme Anexo III;

4.5 - Ficha de Cadastro - Formulário DST-14S, em 03 (três) vias;

4.5.1 - Os documentos a que se referem os itens 4.1 e 4.5 não precisarão ser apresentados pelos dirigentes que integram o quadro societário da entidade, uma vez que a apresentação dos mesmos será feita atendendo os itens 3.1 e 3.2;

4.6 - Todos os documentos, com exceção dos que tenham validade predeterminada e dos comprovantes de nacionalidade, deverão ser firmados, expedidos ou revalidados em data não superior a 60 (sessenta) dias da sua apresentação;

5 - DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

A demonstração dos recursos técnicos a que se refere o nº 5 do item I do artigo 14 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/55, deverá ser feita mediante indicação das características do transmissor e do sistema irradiante (Anexo IV) que a entidade pretende utilizar nas suas instalações, compreendendo: fabricante, tipo e modelo destes equipamentos.

6 - CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO PARA O EMPREENDIMENTO

6.1 - O capital mínimo exigido para o empreendimento de que trata a alínea "c", § 1º do artigo 11 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/55, é calculado em função da potência ou, no caso de FM, da classe da estação, conforme tabela abaixo, fixada pela Portaria MC nº 316, de 11 de novembro de 1955.

ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, ONDA CURTA E ONDA TROPICAL

6.1.1 - Estações de potência até 500 W, exclusive (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.2 - Estações de potência compreendida entre 500 W inclusive, e 1 kW, inclusive - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.3 - Estações de potência compreendida entre 1 kW, exclusive, e 5 kW, inclusive - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.4 - Estações de potência compreendida entre 5 kW, exclusive, 10 kW, inclusive - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.5 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, exclusive, e 25 kW inclusive - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.6 - Estações de potência compreendida entre 25 kW, exclusive, e 50 kW, inclusive - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.7 - Estações de potência superior a 50 kW - 7000 (sete mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULAR - FM

6.1.8 - Estações classe "C" - 100 (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.9 - Estações classe "B" - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.10 - Estações classe "A" - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.11 - Estações classe "Especial" - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SOM E IMAGENS (TELEVISÃO)

6.1.12 - Estações de potência até 2 kW, exclusive (dois mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.13 - Estações de potência compreendida entre 2 kW, inclusive e 10 kW, exclusive - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.14 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, inclusive e 25 kW, exclusive - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.15 - Estações de potência igual ou superior a 25 kW 7500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.2 - Os valores estabelecidos na mencionada Portaria MC 85, referem-se a cada nova concessão ou permissão pretendida, considerada isoladamente, e o valor de referência a ser considerado para o cálculo, é o vigente na data de publicação do Edital;

7 - A DEMONSTRAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DEVERÁ SER FEITA DA SEGUINTE FORMA:

7.1 - No caso de entidade ainda não executante do serviço de radiodifusão:

7.1.1 - Quando o capital social da entidade for igual ou superior ao valor do capital mínimo exigido para o empreendimento e estiver totalmente integralizado ou prevista, nos atos constitutivos, a integralização até a data de entrada em funcionamento da estação:

7.1.1.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

OBSERVAÇÃO: Se a entidade participar de mais de um Edital deverá, para cada um deles, apresentar, além do depósito de 50% (cinquenta por cento) do capital, minuta de alteração dos atos constitutivos onde conste o aumento do capital social de mais o valor do capital mínimo exigido para cada um dos serviços pretendidos;

7.1.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento ou for igual ou superior, mas não estiver totalmente integralizado, nem prevista a sua integralização até a data de início de funcionamento da estação:

7.1.2.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

7.1.2.2 - demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.2 - No caso de entidade executante do serviço de radiodifusão:

7.2.1 - Quando o capital social regularmente integralizado for igual ou superior ao valor do capital mínimo exigido para o empreendimento, de acordo com a Portaria MC nº 316/55, para cada um dos serviços, acrescida da quarta exigida para o novo empreendimento, a entidade fica isenta da demonstração de disponibilidade de recursos financeiros;

7.2.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento, escolher, uma das opções abaixo indicadas:

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou em outra instituição financeira, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) minuta de alteração dos atos constitutivos para elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor necessário para o novo empreendimento, na qual conste que a sua integralização total será efetivada até a data prevista para a entrada em funcionamento da estação;

SEGUNDA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos

mentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

- 7.3 - Sendo a proponente uma fundação, executora do serviço de radiodifusão ou não, a comprovação dos recursos poderá ser feita de uma das seguintes maneiras:

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira de, no mínimo 30% da taxa por cento do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de recursos bancários ou de garantia de financiamento feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, ou através de outros meios que demonstrem a complementação do valor total de capital exigido para o empreendimento.

SEGUNDA: prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de total do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento.

- 7.4 - Os financiamentos com os fabricantes dos equipamentos ou com estabelecimentos de crédito nacionais não poderão ser contratados por prazo superior a 10 (dez) anos.

5 - QUADRO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

- 8.1 - A entidade deverá apresentar, em complementação à sua proposta, o quadro (Anexo V), para os fins das alíneas a, b, c, d, e e f do § 1º do artigo 16, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.537, de 25 de outubro de 1985.

9 - PROGRAMAÇÃO

- 9.1 - Para efeito de preenchimento dos itens 7 e 8 do Anexo V, constante do item anterior, a proponente:

considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural do serviço de radiodifusão deverá elaborar seus programas informativos, educativos (e ao vivo), bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- 9.1.1 - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das expressões produzidas nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;

- 9.1.2 - respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

- 9.1.3 - manutenção de elevado sentido ético, moral e artístico;

- 9.1.4 - fidelidade da informação e observância, publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, em original legível facultada a reprodução fotostática desde que as cópias sejam autenticadas e legíveis;

- 10.2 - A aceitação das propostas não implicará na obrigatoriedade da outorga, podendo o Edital ser cancelado por interesse da Administração, mediante ato do Ministro das Comunicações nos termos do artigo 12 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, nem que as proponentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

- 10.3 - Constatada falta ou incorreção na documentação que acompanha a proposta, o DENTEL poderá conceder um prazo de até 15 dias à proponente para supri-la.

- 10.3.1 - Nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e nos Territórios do Amapá e Roraima, à exceção das capitais dos citados Estados, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.

- 10.3.2 - Quando o Edital se referir a uma localidade situada na Faixa de Fronteira, e, para o cumprimento da exigência for necessário o assentimen-

to prévio do Conselho de Segurança Nacional, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.

- 10.4 - O Ministro de Estado das Comunicações poderá autorizar a juntada de documentos ao processo das proponentes e determinar seu restituição.

- 10.5 - O Ministro de Estado das Comunicações reserva-se a faculdade de, verificada a conveniência e, havendo possibilidade técnica, outorgar permissão a mais de uma proponente dentre as que atenderem às presentes condições.

TERMO DE APELAÇÃO

PROCESSO Nº 29000.007051/88

A (a) proposta (s) entregue (s) nesta Diretoria Regional foram numeradas da seguinte maneira, observada a da de apresentação.

PROPOSTA Nº 1 - FUNDACÃO CULTURAL RORAIMENSE

apresentada em 17 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001437/88.

PROPOSTA Nº 2 - RÁDIO NOROESTE FM LTDA.

apresentada em 18 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001445/88.

PROPOSTA Nº 3 - RÁDIO DIOCEX FM LTDA.

apresentada em 18 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001449/88.

PROPOSTA Nº 4 - RIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA.

apresentada em 21 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001457/88.

PROPOSTA Nº 5 - REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA.

apresentada em 21 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001460/88.

PROPOSTA Nº 6 - RÁDIO ESMERALDA LTDA.

apresentada em 21 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001461/88.

Nesta data, apensei ao presente processo a (a) referidas propostas, que passaram a fazer parte integrante do mesmo, até a ocasião da outorga.

E, para constar, lavrei o presente termo, que vai por mim assinado.

MORTO ALBUQUERQUE 20.11.88

CHEFE DA RADIODIFUSÃO

TERMO DE APELAÇÃO

PROCESSO Nº 29000.007051/88

A (a) proposta (s) entregue (s) nesta Diretoria Regional foram numeradas da seguinte maneira, observada a da de apresentação.

PROPOSTA Nº 1 - SOCIEDADE RÁDIO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

apresentada em 21 de NOVENO de 1988, tendo sido protocolizada sob Nº 29102.001464/88.

PROPOSTA Nº XXX - XXX

apresentada em XXX de XXXXXXXXX de 198XX, tendo sido protocolizada sob Nº XXXXXXXXXXXXXXX.

PROPOSTA Nº XXX - XXX

apresentada em XX de XXXXXXXXX de 198XXXX, tendo sido protocolizada sob Nº XXXXXXXXXXXXXXX.

PROPOSTA Nº XX - XXX

apresentada em XXX de XXXXXXXXX de 198XXXX, tendo sido protocolizada sob Nº XXXXXXXXXXXXXXX.

PROPOSTA Nº X - XXX

apresentada em XXX de XXXXXXXXX de 198XXXX, tendo sido protocolizada sob Nº XXXXXXXXXXXXXXX.

PROPOSTA Nº X - XXX

apresentada em XXX de XXXXXXXXX de 198XXXX, tendo sido protocolizada sob Nº XXXXXXXXXXXXXXX.

Nesta data, apensei ao presente processo a (a) referidas propostas, que passaram a fazer parte integrante do mesmo, até a ocasião da outorga.

E, para constar, lavrei o presente termo, que
vai por mim assinado.

PORTO ALEGRE/RS 21.11.88

Antônio
CHEFE DA RADIODIFUSÃO

Sr. Chefe da Seção de Radiodifusão

Analisando as propostas apresentadas, diante
do que dispõe o título III do presente Edital, informamos o que
segue:

A-) FUNDACÃO CULTURAL RIOGRANDENSE

1. TRANSMISSOR: (X) Nacional () Internacional
 - a. Tipo e Modelo: RD FM 1000 A
 - b. Fabricante: TELAVO IND. e COM. de EQUIP. para TV
LEC. LTDA.
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) Nacional () Internacional
 - a. Tipo e Modelo: BECP - 3
 - b. Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA
3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas
do Edital.
4. OBSERVAÇÕES:

Porto Alegre, 21 de *novembro* de 1988. ENGº SRAD: *Antônio*

B) RÁDIO NORDESTE FM LTDA.

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: FM 1000 A 4
 - b. Fabricante: BANDEIRANTES ELETRÔNICA LTDA
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: BECP 2L
 - b. Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA
3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas do
Edital.
4. OBSERVAÇÕES:

C) RÁDIO IMAGEM FM LTDA.

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: SI - FMU - B
 - b. Fabricante: WTK - TELECOMUNICAÇÕES LTDA
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: BECP 2L
 - b. Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA.
3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas do
Edital.

4. OBSERVAÇÕES:

D) RIL X DEI RADIODIFUSÃO LTDA

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: SI FMU B
 - b. Fabricante: WTK TELECOMUNICAÇÕES LTDA
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: FMB 2
 - b. Fabricante: MAPRA IND. e COM. DE ANTENAS LTDA.

3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas
do Edital.

4. OBSERVAÇÕES:

E) REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: FM 1000 E
 - b. Fabricante: LVS ELECTRONIC LTDA
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: FM (A/B) - X
 - b. Fabricante: MAPRA IND. e COM. de ANTENAS LTDA

3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas do
Edital.

4. OBSERVAÇÕES:

F) RÁDIO ESMERALDA LTDA

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: RDEM - 1000 A
 - b. Fabricante: TELAVO IND. e COM. de EQUIP. para TEL-
COMUNICAÇÕES LTDA.
2. SISTEMA IRRADIANTE: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: FMB - 3
 - b. Fabricante: MAPRA IND. e COM. de ANTENAS LTDA.

3. CONCLUSÃO: A entidade atende às exigências técnicas do
Edital.

4. OBSERVAÇÕES:

G) SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA

1. TRANSMISSOR: (X) NACIONAL () INTERNACIONAL
 - a. Tipo e Modelo: MPFM 1000
 - b. Fabricante: FBC EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA

2. SISTEMA IRRADIANTE : (X) NACIONAL () INTERNACIONAL

a. Tipo e Modelo: BECT 2Lb. Fabricante: TEEL TELE ELETRÔNICA LTDA3. CONCLUSÃO : A entidade atende às exigências técnicas do Edital.

4. OBSERVAÇÕES :

ENQV SRAD :

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1989
Paulo C. de Aguiar
Dir. Geral

DIRETORIA REGIONAL DO DENITEL EM PORTO ALEGRE

SEÇÃO DE RADIODIFUSÃO

SETOR JURÍDICO

PROCESSO Nº 29000.007051/88-15

APENSOS: 29102.001437/88; 29102.001445/88; 29102.001449/88;
 29102.001457/88; 29102.001460/88; 29102.001461/88;
 29102.001464/88.

ASSUNTO: EDITAL Nº 294/88 - VACARIA - RS

PARECER SRAD Nº 005/89

EMENTA:

Convocação de interessados na execução e exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, na cidade da Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Acordearam ao chamamento do Edital acima mencionada, as seguintes entidades:

- A) FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE
- B) RÁDIO NORDESTE FM LTDA
- C) RÁDIO IMAGEM FM LTDA
- D) MIL E DEZ RADIODIFUSÃO LTDA
- E) REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA
- F) RÁDIO ESMERALDA LTDA
- G) SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

A proponente FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE

instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

toq:

Fl. 01 Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;

Fl. 49 a 55

atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;

Fl. 51 a 53

cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do ESR;

Fl. 05

certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;

Fl. 06 a 26

relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;

Fl. 29

Declaração firmada pelos administradores de que:
 a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) nenhuma sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação; nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;

Fl. 27

comprovações de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;

Fl. 28 a 31

minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser apresentada do de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;

Fl. 32 a 39

recursos técnicos: indicação dos equipamentos;

Fl. 32 a 33

quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;

Fl. 34 a 35

assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;

Fl. 36 a 37

prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;

Fl. 38 a 39

prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;

Fl. 40 a 41

prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;

Fl. 42 a 43

Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;

Fl. 44 a 45

declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, de qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

A proponente RÁDIO NORDESTE FM LTDA

instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

toq:

Fl. 01 Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;

Fl. 02 a 08	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
Fl. 03 e 04	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. x-x-x	certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
Fl. x-x-x	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
Fl. 09	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não excede os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 16	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. x-x-x	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser submetida de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 17	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 18 e 19	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. x-x-x	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 11	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 10	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 14	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 12 e 13	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
Fl. 15	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de sua provisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

A proponente <u>RÁDIO IMAGEM FM LTDA</u> instruiu sua proposta com os seguintes documentos:	
Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;

Fl. 03 a 10	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
Fl. 04 e 05	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. x-x-x	certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
Fl. x-x-x	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
Fl. 11	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não excede os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 12	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. x-x-x	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser submetida de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 13	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 14 e 15	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. x-x-x	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 17 e 18	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 17 e 18	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 24, 25 e 26	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 27 a 32	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
Fl. 33	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de sua provisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

A proponente <u>MIL E DEZ RADIODIFUSÃO LTDA</u> instruiu sua proposta com os seguintes documentos:	
Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
Fl. 04 a 08	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;

Fl. 05 e 08	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. 09	certidão de Quitação de Tributos Federais, q an do for o caso;
Fl. 10	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), q an do for o caso;
Fl. 11	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não, exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 12 e 13	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. 14 e 16	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 17	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 18 e 19	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. x-x-x	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 20	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 21	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 22	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 24, 26 e 28	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
Fl. 30	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

A proponente RÉDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
Fl. 03 e 15	atos constitutivos e eventuais alterações e o com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;

Fl. 04 e 11	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. x-x-x	certidão de Quitação de Tributos Federais, q an do for o caso;
Fl. x-x-x	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), q an do for o caso;
Fl. 16	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não, exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 17	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. x-x-x	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 18	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 19 e 20	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. x-x-x	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 21	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 22	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 23	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 7	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores; EXIGÊNCIA NÃO CUMPRIDA
Fl. 24	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

A proponente RÁDIO ESMERALDA LTDA instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
Fl. 111 e 114	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;

Fl. 89	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excessos aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício do mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.
QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES	
Fl. 24	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 26 e 27	quadro complementar à proposta, conforme item 3 das Condições do Edital;
Fl. x-x-x	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 09 e 11	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 09 e 13	prova de que os diretores, ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 27 e 31	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 13 e 17 Fl. 19 e 20	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos ditos toros;
Fl. 22 e 23	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excessos aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício do mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTANTES

XEROX FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE

NOME DO TÍTULO DO SÓCIO E ADMINISTRAÇÃO	Nº	FUNÇÃO DO EDITAL				ÁREA DO EDITAL				PARTE DO SÓCIO QUE PODE SER USADA EM PROJETO		ENTIDADE POR SUI AUTAR. OU TERCEIRA SETORA LOCALIDADE	PERCENTUAL DEPLANEJAMENTO UTILIZADO	PROGRAMA-ÇÃO BARRA REFORMATE TEXAS/AVT NACIONAL	PRATO APROPRIAÇÃO PROJETO
		SÓCIO - BARRA/AVT	ADMINISTRADOR		SÓCIO	ADMINISTRADOR		SÓCIO	ADMINISTRADOR	OUTRO					
			PROFESSOR	ADMINISTRADOR		PROFESSOR	ADMINISTRADOR			PROFESSOR	ADMINISTRADOR				
CLEMENTINO DOTTE										X		SIM X	100 %	60 %	02
ANTÔNIO BAGGIO										X			ESTRUTURA	SEMPRE BARRA/AVT	PRATO BARRA/AVT
ALÉCIO TURCAVEL										X		NÃO	0 %	10 %	08

RADIO NORDESTE FM LTDA

LUIZ CANDIDO ACAUAN GUERREIRO	884			X	X								100 %	70 %	02	
VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI.	204	X	X										NÃO	0 %	10 %	08

RADIO IMAGEM FM LTDA

[illegible]

QUADRO COMPARATIVO DAS PROONENTES

EXPOOK REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA

NOME DE TODOS OS SÓCIOS E ADMINISTRADORES	QUOTA-PAZ	MUNICÍPIO DO EDITAL						REGIÃO DO EDITAL						TODAS AS PESSOAS QUE SE ENCONTREM NA LOCALIDADE		ENTRADA POR OUTRA OU FORMA DE CAPITALIZACAO	PERCENTUAL TÍTULOS UTILIZADOS	PROGRAMAÇÃO DA RELEVANTE TERCEIRA RECEITA	PRELIMINAR PROJETO			
		SÓCIO			ADMINISTRADOR			SÓCIO			ADMINISTRADOR			TÍTULO								
		NACIONAL	ESTRANGEIRO	OUTRO	NACIONAL	ESTRANGEIRO	OUTRO	NACIONAL	ESTRANGEIRO	OUTRO	NACIONAL	ESTRANGEIRO	OUTRO	SIM	NÃO							
PAULO CESAR NOTARI	85%																NACIONAL 100 %	50 %	06 %			
MIGUEL ALFREDO PETRY	10%																ESTRANGEIRO	SEMPRE	PASSO OUTRAS FUNDAÇÕES EM ESTACIA			
LEO RICARDO PETRY	5%														X		0 %	5 %	24 %			
RADIO ESMERALDA LTDA																						
RODOLFO FRANCISCO CHADAGHIAN	30%														X	X	X	X	SIM	100 %	90 %	03 %
HEITOR JOAO TREVISOL	30%														X	X	X	X				
JOAO MARIA HOFFMAN DA SILVA	20%														X	X	X	X				
ALDOI RODRIGUES NEPOMUCENO	20%														X	X	X	X				
																				0 %	20 %	12 %

-QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES-

RÁDIO SOCIEDADE RÁDIO NATIVA LTDA

NOME DO TITULO DO TÍTULO E ADMINISTRADOR	VALOR DO TÍTULO	DETALHAMENTO DO REGISTRO					DETALHAMENTO DO CAPITAL				VALORES DE CAPITALIZACAO		ENTRADA POR OUTROS MEIOS DE FORMA DIFERENCIADA	PERCENTUAL DE PARTICIPACAO	VALORES DE CAPITALIZACAO	VALORES DE CAPITALIZACAO	
		REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO						
STELLA JACQUES CRÓPPIO	80%													80%	80%	80%	80%
ALICE JACQUES BRANCO	20%													20%	20%	20%	20%

RÁDIO

Ante o exposto, concluímos que as seguintes entidades estão aptas à outorga objeto do Edital nº 294/88:

- a) FUNDACÃO CULTURAL RIOGRANDENSE
b) RÁDIO NORDESTE FM LTDA
c) RÁDIO IMAGEM FM LTDA
d) MIL E DEZ RADIODIFUSÃO LTDA
e) RÁDIO ESMERALDA LTDA
f) SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA..

Esclarecemos que as proponentes Rádio Wording de FM Ltda, Rádio Imagem FM Ltda e Mil e Dez Radiodifusão Ltda, apresentaram a documentação em ordem e que as demais foram notificadas para suprir faltas e incorreções da documentação.

Salientamos que a Rede Litoral de Escolas Ltda, apesar de devidamente notificada através do ofício nº 1078/86 PAF 4, fls. 26 dos autos, conforme comprova aviso de recebimento ANJunto aos autos, fls.27, não complementou sua proposta no prazo estipulado pelas Condições do Edital. Cabe ainda observar que a documentação complementar apresentada pela referida entidade, ainda com tem faltas.

Diante do exposto, somos pela desclassificação da Rede Litoral de Emissoras Ltda, motivo pelo qual essa entidade de não consta listada entre as aptas a receber a outorga objeto do presente Edital.

A consideração do Sr. Diretor Regional.

Porto Alegre, 10 de janeiro de 1989,

~~JOSE ANGELO JUNQUEIRA SCOPEL~~
~~CHEFE DA SRAD - DR/PAE-SUBST~~

DE ACORDO.

Encaminhe-se o presente processo de Edital nº 294/88 e seus apen-
sos à Divisão de Radiodifusão para prosseguimento.

Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1949.

YAPIR HAROTTA
DIRECTOR REGIONAL

DIVISÃO DE RADIODIFUSÃO
SEÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS/SOU
PROCESSO Nº 29000-007051/88-13

JUNTOS: 29102-001437/88, 001445/88, 001449/88, 001457/88, 001460/88,
001461/88, 001464/88

ASSUNTO: Edital nº 294/88 (convocação de interessados na execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul).

INFORMACIJA RAD. NR 060/89

Em atendimento às instruções baixadas pelo MANUAL DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA, em seu Capítulo III, a Diretoria Regional do DENITR em Porto Alegre procedeu ao estudo preliminar das propostas apresentadas pelas entidades;

- FUNDACÃO CULTURAL RIOGRANDENSE.
- RÁDIO NORDESTE FM LTDA
- RÁDIO IMAGEM FM LTDA
- NIL E DEZ RADIODIFUSÃO LTDA
- REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA
- RÁDIO ESMERALDA LTDA
- SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA

tendo emitido os despachos de fls. 27 a 35 e o Parecer SPAD nº 005/83 (fls. 34 a 53), quando concluiu que as proponentes, Fundação Cultural Rio-grandense, Rádio Esmeralda Ltda e a Sociedade Rádio Mativa do Rio Grande do Sul Ltda., satisfizeram os requisitos do Edital, exceto a Rede Litoral de Emissores Ltda que apesar de notificada, fls. 26, não complementou satisfatoriamente a sua proposta.

Ratificamos o citado Parecer nº 005/89, sugerindo o encaminhamento dos autos à Secretaria-Geral para prosseguimento.

Brasília, 13 de Junho de 1989

ISAELNE MOTA LOUREN
Assistente Jurídico

PROCESSO Nº 29000-007051/88-13

Senhor Secretário-Geral,

ASSUNTO: Trata o presente processo do Edital nº 294/88, para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

ESTUDO SINTÉTICO: No prazo estipulado, acorreram ao chamado as seguintes entidades:

- FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE
- RÁDIO NORDESTE FM LTDA
- RÁDIO IMAGEM FM LTDA
- R.M.L. E DEZ RADIODIFUSÃO LTDA
- REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA
- RÁDIO ESMERALDA LTDA
- SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

O processo foi examinado pela Diretoria Regional do DENTEL em Porto Alegre. Parecer nº 005/89, e pela Divisão de Radiodifusão deste Departamento (Informação RAD nº 060/89), constatando-se que as entidades supramencionadas atenderam aos pressupostos do Edital, exceto a Rede Litoral de Emissoras Ltda, que apesar de notificada não complementou satisfatoriamente a sua proposta.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, está o processo em condições de ser submetido à elevada consideração do Excmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 23 de fevereiro de 1989

ROBERTO BILIS MONTES DE SOUZA
Diretor-Geral do DENTEL

FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE
MANTIDORA: da Rádio São Francisco - Caxias do Sul - e da Rádio Fênix - Vacaria - RS

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

A FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE, com CCMF sob nº..... 87.832.119/0001-09, devidamente constituída na forma da legislação em vigor, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, tendo tomado conhecimento através do Diário Oficial da União de 21.09.88, do Edital nº 294/88 mandado publicar por esse Ministério, convidando os interessados à execução do serviço de radiodifusão sonora em FREQUÊNCIA MODULADA na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, vem por seu Diretor Presidente que a esta subscrive, dizer a V.Exa. que deacja executar o serviço, e que se compromete, desde já, a atender a todas as exigências de ordem legal que lhe sejam feitas por esse Ministério.

Declara, na oportunidade, que conhece e se submete às condições deste Edital e que, atualmente, não participa de nenhum Edital para serviço de radiodifusão.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Vacaria(RS), 09 de novembro de 1988.

CLEMENTINO DOTTI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 080691400-97

DEMONSTRATIVOS DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

- 1.1 - Fabricante:
1.2 - Tipo e/ou modelo:

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

- 2.1 - Fabricante:
2.2 - Tipo e/ou modelo:

3 - SISTEMA IRRADIANTE

- 3.1 - Fabricante:
3.2 - Tipo e/ou modelo:

Vacaria(RS), 09 de novembro de 1988.

CLEMENTINO DOTTI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 080691400-97

1 - ADMINISTRADORES (NATURAIS OU DOMICILIADOS) (preencher 1 ou 2 conforme o caso - nunca ambos para a mesma pessoa)	1 - MUNICÍPIO DO EDITAL		2 - REGIÃO DO EDITAL	
	NAT.	DOM.	NAT.	DOM.

2 - SÓCIOS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL (NATURAIS OU DOMICILIADOS) SE NECESSÁRIO USAR O VERSO (preencher 1 ou 2 conforme o caso - nunca ambos para a mesma pessoa)	PARTICIPAÇÃO	1 - MUNICÍPIO DO EDITAL		2 - REGIÃO DO EDITAL	
		NAT.	DOM.	NAT.	DOM.

3 - A ENTIDADE POSSUI OUTORGA NA MESMA LOCALIDADE?	SIM	NÃO	TIPO DE SERVIÇO
	X		OM

4 - NOMES DOS SÓCIOS INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DA PROPONENTE E PERTENCENTES A OUTRA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSOÁRIA, NA MESMA LOCALIDADE	TIPO DE SERVIÇO

5 - NOMES DOS DIRETORES INTEGRANTES DO QUADRO DE DIRIGENTES DA PROPRIEDADE E PERTENCENTES AOS DE OUTRAS CONCESSIONÁRIAS PRESSIONÁRIAS NA MESMA LOCALIDADE.		TEMPO DE SERVIÇO
6 - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS: TRANSMISSOR PRINCIPAL		NACIONAL x ESTRANGEIRO
TRANSMISSOR AUXILIAR		NACIONAL x ESTRANGEIRO
SISTEMA IRRADIANTE		NACIONAL x ESTRANGEIRO
7 - PORCENTUAL DE TEMPO DE PROGRAMAÇÃO DIÁRIA REFERENTE A TEMAS, AUTORES E INTERPRETES NACIONAIS. (exigência legal nos programas de música popular: mínimo de 50% de música popular brasileira)		60 %
8 - TEMPO DESTINADO AO SERVIÇO NOTICIOSO, DIARIAMENTE, EM RELAÇÃO AO TOTAL DA PROGRAMAÇÃO (exigência legal: mínimo 5%)		10 %
9 - PRAZO DE APRESENTAÇÃO PROJETO DE APROVAÇÃO DE LOCAIS: (máximo: 6 meses)		MESES 2
10 - PRAZO PARA ENTRADA EM FUNCIONAMENTO EM DEFINITIVO DA ESTÁÇÃO (máximo 24 meses)		MESES 6

* É a micro Região Econômica Estadual

** Para os fins do disposto nestas condições, entende-se como Tempo de Programação Diária de emissora de radiodifusão o período de tempo de transmissão ininterrupta, compreendido entre a entrada no ar da estação, coincidente com o início de sua programação habitual e o término das transmissões no período, coincidente com o encerramento dessa mesma programação.

Vacaria (RS), 09 de novembro de 1988

Antônio Carlos Magalhães
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 080691400-97



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
23ª DELEGACIA DE EDUCAÇÃO

Ofício 23ª DE/Nº 608-88

Vacaria, 08 de novembro de 1988.

Senhor Ministro:

Temos a satisfação de cumprimentá-lo, na oportunidade em que solicitamos a atenção de Vossa Excelência para a concessão de um Canal de FM para Vacaria.

Considerando a tradição da Fundação Cultural Rio-Grandense - Rádio Fátima, ao longo de seus 21 anos de existência, demonstrando estar perfeitamente integrada aos poderes constituídos do município e sua filosofia de ação, procurando promover a harmonia e o desenvolvimento entre as autoridades e o povo, solicitamos que a concessão seja feita para essa Empresa.

Justificamos nosso empenho nesse pedido pelo expressivo desenvolvimento cultural que este Município vem alcançando, bem como pelo significativo aumento de sua população.

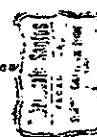
Na certeza de contarmos com o apoio de Vossa Excelência para o atendimento da reivindicação em pauta, subscrevemo-nos

Atenciosamente,



Prof. Renato Claro da Lima
Delegado de Educação

Exmo. Sr.
Antônio Carlos Magalhães,
DD, Ministro das Comunicações,
BRASILIA - DF.



RECONHECIMENTO DE SEMELHANÇA DE ASSINATURAS	
Assinatura de <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
EM TESTE, em 09 de 11 de 1988	DA VERDADE, em 09 de 11 de 1988

Renato Zappalá



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Rua Dr. Fátima, 273 - Ed. Front - 1.º Andar - Sala, 25
Cidade Postal, 43 - Fone (044) 221-1008
95.200 VACARIA - RS

Vacaria, 07 de novembro de 1988.

Exmo. Sr. Dr.

Antônio Carlos Magalhães
Ministro das Comunicações

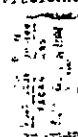
Na posição de Presidente da Câmara Municipal de Vacaria, e comprometido com o progresso deste Município, julgo importante um canal de FM para Vacaria, e por este motivo tomo a liberdade de me dirigir novamente a Vossa Excelência, para solicitar este canal seja concedido à Fundação Cultural Rio-Grandense - Rádio Fátima, pois esta Empresa ao longo de seus 20 anos de existência, tem demonstrado estar, perfeitamente integrada aos poderes constituídos do Município, e sua filosofia de ação sempre procurou promover a harmonia e o desenvolvimento entre autoridades e povo, mantendo liderança a nível local e regional.

Tenho a certeza de que o Ministério das Comunicações através de V. Excia., será sensível a este pedido.

Atenciosamente

Ver. Nelson Barato Roveda

Presidente da Câmara Municipal



RECONHECIMENTO DE SEMELHANÇA DE ASSINATURAS	
Assinatura de <i>Nelson Barato Roveda</i>	
EM TESTE, em 09 de 11 de 1988	DA VERDADE, em 09 de 11 de 1988

Renato Zappalá

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VACARIA

SEDE PRÓPRIA, RUA GENERAL LIMA, 415 - FONE: 311344 - 9.288 VACARIA - RS
DELEGACIA SINDICAL VILA IPE - FONE: 11
CCCMF. Nº 93.124/881-46 - CARTA SINDICAL MT/RS/12/04/84 DE 30143

Vacaria, 06 de novembro de 1988.

EXMO SR. DR
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Na posição de Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Vacaria, entidade que participa do desenvolvimento da comunidade regional, julgo importante ter um canal de FM, e por este motivo, tomo a liberdade de dirigir-me a V. EXCIA, para solicitar que esse canal seja concedido à FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE-RÁDIO PÁTRIA, uma vez que essa empresa, ao longo de seus 21 anos de atividades tem demonstrado grande vínculo com o progresso dessa região, estando sempre ao lado das entidades de classe e integrada, ao mesmo tempo com os poderes constituídos, mantendo forte liderança local e regional.

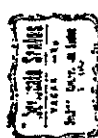
Tenho certeza de que o MINISTÉRIO das comunicações, através de V. Excia, será sensível a este pedido.

Atenciosamente

MORENO FELIN

MORENO FELIN

Presidente do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de
Vacaria.



RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA
Assinado por *Moreno Felin*
EM TESTE... DA VERDADE
Vacaria, 06 de NOV 1988

Moreno Felin
Presidente do Sindicato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA

Vacaria, 03 de novembro de 1988

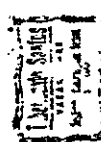
EXMO SR. DR
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Eu, abaixo assinado, comprometido com o progresso do município de Vacaria, julgo importante um canal de FM, e por este motivo, tomo a liberdade de dirigir-me novamente a V. Excia, para solicitar que esse canal seja concedido à FUNDAÇÃO

CULTURAL RIOGRANDENSE - RÁDIO PÁTRIA, pois essa empresa, ao longo de seus 21 anos de existência, tem demonstrado estar, perfeitamente integrada aos poderes constituídos do município, e sua filosofia de ação, sempre procurou promover a harmonia e o desenvolvimento entre autoridades e povo, mantendo liderança a nível local e regional.

Tenho certeza de que o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, através de V. Excia, será sensível a este pedido.

Atenciosamente
Carlos Palombini
CARLOS PALOMBINI
Prefeito Municipal.



RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA
Assinado por *Carlos Palombini*
EM TESTE... DA VERDADE
Vacaria, 06 de NOV 1988

Carlos Palombini
Prefeito Municipal

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número 29102.001437 88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDENSE, para executar serviço de radiodifusão SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, nos termos do EDITAL Nº 294 / 88.

A proposta compreende 60 folhas numeradas e rubricadas.

PORTO ALEGRE
(local)

17.11.88
(data)

Wferuacels
(chefe da seção de radiodifusão)

Carlos Palombini
(portador da proposta)
Carlos Palombini

Ofício nº 1080/88 PAR 4... Em, 13.12.88
DO: DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM PORTO ALEGRE
AO: Sr. DIRETOR Fundação Cultural Rio-grandense
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (PAI)

Sr. Diretor:

Relativamente ao Edital nº 294/88, que visa a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora em na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do sul,

comprou-nos informar que a proposta apresentada por essa entidade, foi analisada por esta Diretoria Regional, tendo sido julgada incompleta pelos seguintes motivos:

- 1) Não apresentou demonstrativo de recursos técnicos.

Assim sendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento deste, deverá essa entidade remeter a esta Diretoria Regional, situada à Rua Duque de Caxias, 1297, a documentação acima mencionada, suprimindo a folha indicada.

O não atendimento ao solicitado, no prazo prático, implicará a desclassificação dessa entidade.

Atenciosamente,

YAPRA MONTE
POR ORDEGAÇÃO

Maria Teresa Fernandes
MARIA TERESA FERNANDES
CHEFE DA GRUPO - DE/PAR

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1. Edital: 294/88
2. Localidade: VACARIA/RS
3. Serviço: FREQUÊNCIA MODULADA "FM"
4. Canal: 224 (93.1)
5. Classe: "B"

1. TRANSMISSOR

a) Tipo e modelo

RDFM - 1000 - A

b) Fabricante

TELAVO - IND. E COM. de EQUIP. para TELECOMUNICAÇÕES
Rua José Benedito Spina, 120
Santo Amaro - São Paulo/RS

c) Especificações Técnicas

Potência de saída: 1000 Watts
Frequência de Operação: 98 a 108 MHz
Tipo de Emissão: 25K KHz @ 5W
Impedância de saída: 50 ohms
Estabilidade de frequência: 300 Hz
Detalhes Especificações: em anexo

d) Observações

O Sistema de Transmissão será através de sinal estéreo-fônico - Radiodifusão Estéreo-fônica em FM. O Transmissor encontra-se homologado pelo DENTEL, através do Certificado de Homologação número 0438/83

2. SISTEMA IRRADIANTE

a) Tipo e modelo

BECF - 3 elementos

b) Fabricante

TEEL - TELE-ELETRÔNICA LTDA
Jabaquara - São Paulo - SP

c) Especificações Técnicas

Ganho: 1,5 vezes em potência
(1,74 dB em relação ao dipolo de 1/2 onda)
Polarização: Circular
Diagrama de Irradiação: Onidirecional (dentro de $\pm 1,2$ dB)
Detalhes especificações: em Anexo.

3. CÁLCULO DA POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (P ERP Máxima)

$$P_{ERP} \text{ Max} = \left(\frac{E}{E_{\text{max}}} \right)^2 \times P_t \times G_p \times E_f$$

$$\text{Onde: } \frac{E}{E_{\text{max}}} = 1 \text{ (na direção de máxima irradiação)}$$

$$P_t = \text{Potência do Transmissor} = 1,0 \text{ kW}$$

$$G_p = \text{Ganho de potência: 1,5 vezes (da antena)} \\ (1,74 \text{ dB em relação ao dipolo de } 1/2 \text{ onda})$$

$$E_f = \text{Eficiência da linha de transmissão} = 66,66\%$$

Então:

$$P_{ERP} \text{ Max} = 1 \times 1,0 \times 1,5 \times 0,6666 = 1,00 \text{ kW ERP}$$

$$P_{ERP} \text{ Max} = 1,00 \text{ kW ERP (para H/NMT = 130 metros)}$$

Observações:

Considerando a altura da antena em relação ao nível médio do terreno de 130 metros (H/NMT = 130 metros), a Potência Efetiva Irradiada Máxima Proposta está de acordo com a Norma Técnica para a Execução e Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - Portaria número 248 de 23 de setembro de 1980, alterada pela Portaria número 017, de 31.01.83 D.O.U. 02.02.83.

De acordo com a Portaria número 017 NORMA TÉCNICA, para uma EMISSORA EM FM CLASSE "B", temos como Requisitos Máximos a Potência ERP de 3 kW (4,8 dBk), a altura sobre o nível médio do terreno de 90 metros e a distância ao Contorno Protegido (66 dBu) de 16 km.

$$P_{ERP} = 1,00 \text{ kW}$$

LOCALIDADE	H/NMT (m)	P ERP kW	dBk	Contorno de 66 dBu 66-P ERP (dBk)	km
VACARIA/RS	130	1,00	0,0	66,0	16

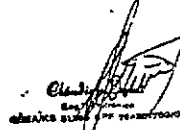
Então, estaremos cumprindo com o requisito máximo que é de 16 km para o Contorno de 66 dBu.

4. PROFISSIONAL HABILITADO

a) Nome: CLAUDIO LORINI

b) Número de Registro no CREA/RS: 51.369

c) Assinatura e Data:



CLAUDIO LORINI

OK - 2/10/90
 Recebido em 18/10/90
 18/10/90

Excmo. Sr. Senador
 Sr. Antonio Carlos Magalhães
 Ministro das Comunicações
 Brasília - DF

RADIO NORDESTE FM LTDA., com sede na cidade de VACARIA, neste Estado, tendo tomado conhecimento, através do Diário Oficial da União de 21.09.88, do EDITAL nº 294/88, mandado publicar por esse Ministério, convidando os interessados à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de VACARIA-RS, vem, por seu sócio-gerente que esta subscreve, dizer a Vossa Excelência que deseja executar o serviço, e que se compromete, desde já, a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhe sejam feitas por esse Ministério.

Declara, na oportunidade, que conhece e se submete às condições deste edital e que, atualmente, não participa de nenhum edital para execução de serviço de radiodifusão.

Nestes Termos

Fede e Espere Esforçamento.

Vacaria, 18 de novembro de 1988.


 LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO
 Sócio-Gerente

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, MÂRCIA ELIZABETE GUZZELLI FAIM, brasileira, casada, industrialista, portadora da Cédula de Identidade nº 60167107-81, CIC 359400920/91, residente e domiciliada à Rua XV de Novembro, 544, em Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul; LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO, brasileiro, solteiro, maior, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 7892, Cédula de Identidade nº 8015575379 e CIC 277777900/72, residente e domiciliado à Rua Silveira Martins, 447, aptº 101, em Vacaria/RS, e VLADIMIR FRANCISCO MARTINS FINOTTI, brasileiro, solteiro, maior, advogado,

solteiro civil, inscrito no CREA sob nº 35.803-D, Cédula de Identidade nº 7000688585, CIC 277800150/68, residente e domiciliado à Avenida Moreira Paz, 837, em Vacaria-RS, constituem uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas e condições reciprocamente aceitas seguintes:

TIPO, FINS, SEDE E FORO

PRIMEIRA: - A sociedade comercial ora constituída é por quotas de responsabilidade limitada, podendo os sócios quotistas, representando a maioria do capital, a qualquer tempo transformar o tipo societário.

SEGUNDA: - A sociedade terá por objetivo a exploração dos serviços de radiodifusão, em suas diversas modalidades, obedecendo as especificações e exigências contidas na legislação própria e aquelas expedidas pelos órgãos e autoridades competentes.

TERCEIRA: - A sociedade terá sua sede e foro na cidade de Vacaria, a Rua Doutor Flores, 407, 1º andar, conj. 4-2, podendo abrir filiais em qualquer ponto do território nacional.

DESIGNAÇÃO E PRAZO

QUARTA: - A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO NORDESTE FM LTDA.**, da qual fará uso o sócio-gerente LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO, exclusivamente nos negócios sociais, ficando-lhe vedado o seu emprego em avulsas, fianças, em demais, aceites ou quaisquer outros atos estranhos aos fins sociais.

QUINTA: - A sociedade terá duração indeterminada, iniciando suas atividades em 10 de abril de 1987.

CAPITAL E QUOTAS

PRIMEIRA: - O capital social será seu capital nominal declarado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, e assim distribuído entre os sócios:

- a) - o sócio MÂRCIA ELIZABETE GUZZELLI FAIM subscreve duzentas mil (200.000) quotas, no valor total de duzentos mil cruzeiros (R\$ 200.000,00), e as integraliza, neste ato, em moeda corrente nacional;
- b) - o sócio LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO subscreve duzentas mil (200.000) quotas, no valor total de duzentos mil cruzeiros (R\$ 200.000,00), integralizando-as, neste ato, em moeda corrente nacional;
- c) - o sócio VLADIMIR FRANCISCO MARTINS FINOTTI subscreve cem mil (100.000) quotas, no valor total de cem mil cruzeiros (R\$ 100.000,00), integralizando-as, neste ato, em moeda corrente nacional.

SEGUNDA: - A responsabilidade de cada quotista, segundo preceitos da legislação vigente, é limitada no total do capital social.

TERCEIRA: - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, dependendo de prévia anuência do Ministério das Comunicações e alteração contratual e transferência de quotas.

QUARTA: - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

QUINTA: - Observado o disposto no artigo anterior, os quotistas poderão, em conjunto, adquirir, alienar, onerar, hipotecar, ceder ou comprometer sob qualquer forma, bens ou direitos reais, bem como transferir direta e indiretamente suas concessões e permissões.

SEXTA: - Em caso de divergência nas deliberações prevalecerá sempre a maioria do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

PRIMEIRA: - A sociedade será administrada pelo sócio LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO, denominado sócio-gerente, o qual terá poderes para representá-la em juízo e fora dele.

DÉCIMA-SEGUNDA: - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros natos.

DÉCIMA-TERCEIRA: - A título de remuneração pelo laboro caberá ao sócio gerente uma retirada mensal cujo

valor será estabelecido pelos sócios emenda à conta de despesas gerais ou conta subsidiária.

DÉCIMA-QUARTA: - Poderá o sócio-gerente constituir procuradores com poderes específicos de administração e gerência, os quais deverão ser brasileiros natos e submetidos à prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

PARÁGRAFO ÚNICO: - O sócio-gerente da sociedade deverá ser brasileiro nato e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haver sido aprovada pelo Ministério das Comunicações.

EXERCÍCIO SOCIAL

DÉCIMA-QUINTA: - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao balanço geral para apuração do resultado.

§ 1º - A seu critério, poderá a empresa proceder o levantamento de balanço intermediário.

§ 2º - Os lucros verificados em balanços anuais serão divididos entre os quotistas na proporção do capital, efetivamente realizado por cada um deles; entretanto, o critério de administração, poderão ser mantidos em conta do fundo de reserva ou em suspensão, de acordo com os interesses da sociedade.

§ 3º - Os eventuais prejuízos em balanços anuais serão suportados pelos quotistas, na proporção das quotas do capital por eles subscritas; entretanto, a fim de compensá-los com lucros futuros, desde que permitido pela legislação de Imposto de Renda.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

DÉCIMA-SEXTA: - As quotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros, observado o disposto no art. 8º, somente poderá ser efetuada mediante anuência expressa dos demais sócios, aos quais é assegurado, proporcionalmente a suas quotas o direito de transferência.

DÉCIMA-SÉTIMA: - É livre a cessão ou transferência de quotas entre os sócios.

RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALLECIMENTO DE QUOTISTAS

DÉCIMA-OITAVA: - Na hipótese de retirada, morte ou interdição de qualquer dos quotistas a sociedade continuará, podendo admitir como sócios os herdeiros e sucessores ou aqueles que continuando o interdito representado por seu

DÉCIMA-NOVA: - Caso a maioria do capital remanescente não seja admitir os legítimos herdeiros e sucessores do interdito ou do pré-morto, ou não haja interesse destes herdeiros e sucessores em participar da sociedade, a apuração do capital será com base no último balanço da sociedade e os haveres pagos em seis (6) parcelas, vencendo-se a primeira após a homologação da partilha ou interdição e as demais de 30 em 30 dias.

EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

VIGÉSIMA: - A sociedade poderá ser extinta a qualquer tempo desde que para isto delibere a maioria do capital.

DISPOSIÇÕES FINAIS

VIGÉSIMA-PRIMEIRA: - Os casos omissos no presente contrato de constituição da sociedade reger-se-ão pela legislação em vigor.

E por cataram, assim, justos e contratados, assinam o presente contrato social em cinco (5) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas, obrigando-se por si e por seus legítimos sucessores. Os quotistas firmatários declaram que não

estão incorrendo em nenhum crime que os impeça de exercer atividade mercantil.

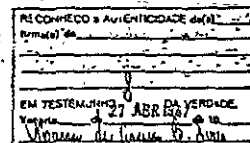
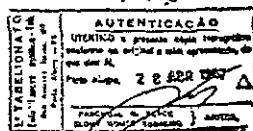
Vacaria, 2 de abril de 1977.

MARCIA ELIZABETE GUZZELLI PAIM

LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO

VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI

TESTEMUNHAS:



ALTERAÇÃO CONTRATUAL: EMPRESA - RADIO NORDESTE FM LTDA.

Que entre si fazem por este instrumento e melhor forma de direito, **MARCIA ELIZABETE GUZZELLI PAIM**, brasileira, casada, industrialista, portadora da cédula de identidade nº 96016216381, e do CIC nº 350400920/91, residente e domiciliada à rua XI de Novembro, 544, nesta cidade; **LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrição na OABRS 7.292, portador da cédula de identidade nº 8015575379 e CIC nº 9277777900/72, residente e domiciliado à rua Silveira Martins, 447, ap. 101, nesta cidade de Vacaria (RS), e **VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrição no CREA nº 35.803-D, portador da cédula de identidade nº 7000688585 e CIC nº 277800150/68, residente e domiciliado à Av. Moreira Paz, 837, nesta cidade de Vacaria-RS, sócios componentes da empresa **RADIO NORDESTE FM LTDA.**, com sede à rua Dr. Fiôres, 407, 1º andar, nesta localidade (Vacaria-RS), com seu contrato social arquivado na MM JUNTAS COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em sessão de 30.04.67 sob nº 43.201.296.191, resolvendo em comum acordo alterar o referido contrato através da presente alteração contratual subordinada às seguintes cláusulas e condições:

Primeira: - Retira-se da sociedade a sócia **MARCIA ELIZABETE GUZZELLI PAIM**, cedendo e transferindo a sua cota de capital, lucros e direitos concorrentes e todos os haveres na sociedade, pela quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), correspondente às 200.000 (duzentas mil) cotas de que é titular, por cessão ao sócio **LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO**, já tendo recebido a quantia mencionada em moeda corrente nacional anteriormente a este ato, pelo que lhe outorga a mais ampla e geral quitação de todos os direitos sociais que lhe pertenciam, numa cessão valiosa e firme, dando-lhe quitação integral dos seus haveres na sociedade.

Segunda: - Em decorrência da cessão de cotas acima e dissidência da sócia supra referida, a cota de capital que lhe pertencia fica agregada à do sócio cessionário, ficando o capital social assim distribuído:

- a) - Ao sócio **LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO**, 400.000 (quatrocentas mil) cotas no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros);
- b) - Ao sócio **VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI**, 100.000 (cem mil) cotas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

O capital social permanece inalterado, no valor de cruzados 500.000,00 (quinhentos mil cruzados).-

Terceira: - A responsabilidade dos sócios continua limitada até o valor total do capital social, na conformidade do prescrito no art. 29, "in fine", do Decreto 1.704, de 10.01.1919.

Quarta: - Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais do contrato social, ora ratificadas pelo sócio, com exceção à cláusula de dissolução, que passa a ter a seguinte redação:

Em caso de morte ou dissidência de sócio, a sociedade será automaticamente dissolvida, levantando-se balanço geral especial, no máximo dentro de 30 (trinta) dias do óbito ou saída do sócio, para a apuração de haveres de cada sócio, pagando-se aos herdeiros ou sucessores de direito o valor dos haveres apurados, em condições que serão oportunamente acertadas entre os interessados e de acordo com as disponibilidades de caixa.

Da mesma forma será procedido em caso de dissidência do sócio, o qual deverá notificar a sociedade com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, expressamente, assegurando ao outro sócio o direito de preferência para a aquisição dos haveres apurados no balanço especial.

Quinta: - Cláusula de desimpedimento: Os sócios, expressamente declaram não estarem incursos em nenhuma crime cuja a pena vede o direito à prática de atos comerciais, e portanto, não impedidos para o registro do comércio e ao exercício da mercancia.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente alteração contratual em quatro (4) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para todos os efeitos legais.

VACARIA, (RS), 3 de fevereiro de 1988

MARCIA ELIZABETE GUZZELLI PAIS
LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO
VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI

O sócio Luiz Cândido Acauan Guerreiro assinará:

LUIZ CÂNDIDO A. GUERREIRO
RADIO NORDESTE FM LTDA.-

Testemunhas

Alorino Kuy
Rosa Maria Casare Borres
RELACIONADO A ANEXOS...
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
17 SET 1988

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA "RADIO NORDESTE FM LTDA."
Que entre si fazem por este instrumento e meio de comunicação de direito, LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO, brasileiro, solteiro, empresário, do. inscrição na OABRS 7.892, RG nº 4015575379 e CPF nº 277.777.400/72, residente e domiciliado à rua Silveira Martins, 447, nesta cidade de Vacaria (RS), e VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrição no CREA nº 35.803-D, RG nº 7000688585 e CPF nº 277.800.130/68, residente e domiciliado à Av. Moreira Paz, 837, nesta localidade, sócios componentes da empresa - RADIO NORDESTE FM LTDA., com sede à rua Dr. Flores, 407, 1º andar, nesta cidade de Vacaria, RS, com seu contrato social arquivado na MM Junta Comer-

cial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43.201.296.191 em sessão de 30.4.87, e alteração contratual sob nº 936.009, em sessão de 11.10.88, resolvendo em comum acordo, novamente alterar o contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1) - O capital social que era de cruzados 500.000,00 (quinhentos mil cruzados) passará a ser de cruzados 500.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZADOS), cujo o aumento na ordem de cruzados 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados), é integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios no ato de assinatura da presente alteração contratual, mantendo-se a mesma distribuição anterior de quotas sociais aos sócios, assim distribuídas: 80% ao sócio majoritário e 20% ao minoritário:

a) - Ao sócio Luiz Cândido Acauan Guerreiro uma quota de cruzados 4.000.000,00
b) - Ao sócio Vladimir F.M. Pinotti, uma quota de * 1.000.000,00
Total..... cruzados 5.000.000,00

2) - A responsabilidade dos sócios continua limitada até o valor total do capital social, na forma de direito.

3) - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas contratuais não modificadas no presente instrumento, ora ratificadas pelos sócios.

4) - Cláusula de desimpedimento: Os sócios expressamente declaram não estarem incursos em nenhum crime cuja a pena vede o direito à prática de atos comerciais, por conseguinte, desimpedidos para os efeitos da mercancia.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente alteração em quatro (4) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Vacaria, 15 de outubro de 1988
LUIZ CÂNDIDO A. GUERREIRO
VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI

O sócio Luiz Cândido A. Guerreiro assinará:

LUIZ CÂNDIDO A. GUERREIRO
RADIO NORDESTE FM LTDA.-

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

1.1 - Fabricante: BANDEIRANTES ELETRÔNICA LTDA.

1.2 - Tipo e/ou modelo: FM 1.000 A

CÓDIGO DENTEL : 0493/87

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - Fabricante:

2.2 - Tipo e /ou modelo:

3 - SISTEMA IRRADIANTE

3.1 - Fabricante: TEEL - TELELETRÔNICA LTDA.

3.2 - Tipo e /ou modelo: BECP 2 L

CÓDIGO DENTEL : 0227/83

VACARIA, 15, NOVOEMBRO DE 1988.

LUIZ CÂNDIDO A. GUERREIRO
Sócio-Gerente

ANEXO V

1		MUNICÍPIO DO EDITAL		REGIÃO DO EDITAL	
Administradores (naturais ou domiciliados)		NAT	DOM	NAT	DOM
LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO		X	X		
2		MUNICÍPIO DO EDITAL		REGIÃO DO EDITAL	
Sócios com mais de 5% do capital (naturais ou domiciliados) se necessário usar o verso (preencher 1 ou 2, conforme o caso)		NAT	DOM	NAT	DOM
LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO		X	X		
VLADIMIR FRANCISCO MARTINS PINOTTI		X	X		
3		SIM NÃO		TIPO SERVIÇO	
A entidade possui outra outorga na mesma localidade?			X		
4		Nomes dos sócios integrantes do quadro societário da proponente e pertencentes a outra concessionária ou permissionária, na mesma localidade		TIPO DE SERVIÇO	
NENHUM DOS SÓCIOS INTEGRA O QUADRO SOCIETÁRIO DE CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA, NA MESMA OU EM QUALQUER OUTRA LOCALIDADE.					
5		Nomes dos diretores integrantes do quadro de dirigentes da proponente e pertencentes a outras concessionárias/permissionárias na mesma localidade		TIPO DE SERVIÇO	
O DIRIGENTE DA PROPONENTE NÃO PERTENCE OU INTEGRA O QUADRO DE DIRIGENTES DE OUTRAS CONCESSIONÁRIAS OU PERMISSIONÁRIAS NA MESMA LOCALIDADE OU EM QUALQUER OUTRA.					
6		Percentual de equipamentos utilizados:		Nacional Estrangeiro	
transmissor		100 %		%	
sistema irradiante		100 %		%	
estúdio		100 %		%	
7		Percentual de tempo de programação diária referente a temas, autores e intérpretes nacionais. (exigência legal nos programas de música popular: mínimo de 50% de música popular brasileira)		70 %	
8		Tempo destinado ao serviço noticioso, diariamente, em relação ao total da programação. (exigência legal: mínimo 5%)		10 %	

9		Prazo de apresentação do projeto de aprovação de locais (máximo : 6 meses)		meses	
				02 (dois)	
10		Prazo para entrada em funcionamento em definitivo da estação (máximo : 24 meses)		meses	
				08 (oito)	
<p>* É a micro Região Econômica Estadual</p> <p>** Para os fins do disposto nestas condições, entende-se como tempo de programação diária de emissora de radiodifusão, o período de tempo da transmissão ininterrupta, compreendido entre a entrada no ar da estação, coincidente com o início da sua programação habitual, e o término das transmissões no período, coincidente com o encerramento dessa mesma programação.</p>					
VACARIA				18 / 11 / 88	
<p><i>Luis Candido Acauan Guerreiro</i> Representante legal LUIZ CÂNDIDO ACAUAN GUERREIRO SÓCIO-GERENTE</p>					

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número 29102.001445 / 88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da RADIO NORDESTE FM LTDA

para executar serviço de radiodifusão SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, nos termos do Edital nº 294 / 88.

A proposta compreende 20 folhas numeradas e rubricadas.

PORTO ALEGRE 18.11.88
(local) (data)

Antônio Carlos
(chefe da seção de radiodifusão)

Luis Candido Acauan Guerreiro
(portador da proposta)

Ao

Excelentíssimo Senhor

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios - Bloco E - 8º andar

BRASILIA - DF.

A RÁDIO IMAGEM FM LTDA., com sede na Rua Jacques Manoza, 281 na cidade de VACARIA, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CCC (MF) sob o nº 91.651.034/0001-00, apresenta proposta para concorrer ao canal 226, frequência de 93.1 MHz - Classe 'B', conforme Edital nº 294, de 27 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 1988, e que se compromete desde já a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhes sejam feitas por esse Ministério.

M. Termos

P. Deferimento.

Vacaria (RS), 18 de novembro de 1988.

Rafael
R/ RÁDIO IMAGEM FM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Os abaixo assinados, PAULO KASPER DE QUADROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Vacaria, RS, na rua Luiz Jacques Manoel nº 281, portador da Cédula de Identidade nº 1016535609, inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 7607, inscrito no CIC sob nº 243685710/53, FLAVIO MAURI GUZZELLI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro nº 386, em Vacaria, RS, portador da Cédula de Identidade nº 3012243969, inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 11154, inscrito no CIC sob nº 377057250/53, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, brasileiro, casado, administrador de Empresas e Acadêmico de Direito, residente e domiciliado em Lagoa Vermelha, RS, na Rua José Bonifácio nº 259, inscrito no CIC sob o nº 117731560/53, portador da Cédula de Identidade nº 7003321441-SSP-RS; JOÃO KASPER DE QUADROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Lagoa Vermelha, RS, à Rua Paím Filho nº 373, portador da Cédula de Identidade nº RG 7029940975, inscrito no CIC sob o nº 181427370/00, inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 30642; JOÃO CARLOS MAHN FERRI, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado em Lagoa Vermelha, RS, na Av. Afonso Pena nº 604, Apto. 06, portador da Cédula de Identidade nº 5021418731, inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 11523, inscrito no CIC sob o nº 243685710/53, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, resolveram constituir, como na verdade constituem entre si uma "SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA", que será regida pelas cláusulas seguintes:

- 1- A SOCIEDADE GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO DE RÁDIO IMAGEM FM LTDA, e sua sede será na cidade de VACARIA, RS, na rua LUIZ JACQUES MANOEL Nº 281.
- 2- A Sociedade terá por objetivo específico a exploração dos Serviços de Rádio difusão, mediante concessão ou permissão do Poder Público Federal, submetendo-se, integralmente, aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, Portarias, Instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao mesmo tipo de serviço.
- 3- O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, não podendo, entretanto, em nenhuma hipótese, ser inferior a dois (02) anos.
- 4- O início das operações terá como lugar, a data de outorga pelo Poder Público Federal, do competente ato de outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão.
- 5- O Capital Social Nominal declarado e subscrito é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzados), dividido em 20 (vinte) cotas no valor nominal unitário de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil cruzados) e assim distribuídas entre os cotistas:

NOME DO COTISTA	Nº DE COTAS	VALOR CTS
PAULO KASPER DE QUADROS	04	100.000,00
FLAVIO MAURI GUZZELLI	04	100.000,00
JOSE ANTONIO DE ANDRADE	04	100.000,00
JOÃO KASPER DE QUADROS	04	100.000,00
JOÃO CARLOS MAHN FERRI	04	100.000,00
TOTAL	20 COTAS	500.000,00

- 6- A realização das cotas de capital ora subscritas deverá ocorrer até a data de 30 de Janeiro de 1987, em moeda corrente do país.
- 7- As cotas representativas do Capital Social são inalienáveis e inalienáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou a pessoas jurídicas dependendo qualquer alteração contratual assim como a transferência de cotas de prévia autorização do Poder Público Federal.
- 8- As cotas representativas do capital social, são indivisíveis e sua transferência a terceiros, estranhos à sociedade total ou parcialmente, só poderá ser efetivada mediante autorização prévia expressa do Poder Público Federal e dos sócios, observando o disposto na cláusula anterior, ficando-lhe assegurado o direito

de direito de opção, procedendo-se nesta hipótese, de conformidade com o determinado no § único desta cláusula:

* O sócio que desejar transferir suas cotas de capital, deverá comunicar, por escrito, à Sociedade, o nome do pretendente, o preço ajustado e as condições de pagamento. Se ao término de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação os demais cotistas não tiverem exercido o direito de preferência, o sócio alienante poderá transferi-las ao pretendente indicado, observando o disposto nas cláusulas 6ª e 7ª.

9- Em consonância com o artigo 2º da Lei nº 3.708 de Janeiro de 1919, a responsabilidade dos cotistas, fica limitada à importância total do Capital Social.

10- A Sociedade será gerida e representada judicial e extrajudicialmente pelos cotistas PAULO KASPER DE QUADROS, FLAVIO MAURI GUZZELLI, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, JOÃO KASPER DE QUADROS, JOÃO CARLOS MAHN FERRI, com a designação de DIRETOR SUPERINTENDENTE, DIRETOR FINANCEIRO, DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR COMERCIAL, DIRETOR TÉCNICO, respectivamente, ficando estes dispensados de mandato e investidos dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o conjunto ou individualmente, gerir os negócios da Sociedade, representando-a em todos os atos de administração, a área de atuação dos demais de acordo com as atribuições que serão fixadas pelo Regimento Interno da Diretoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica expressa e terminantemente vedado aos Administradores, inclusive aos procuradores por eles nomeados, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas ao do objetivo social ou em finanças, avais, endossos de favor ouvidamente, se essas garantias fossem impostas à sociedade como condições necessárias à realização de contratos e demais operações de sua conveniência ou interesse, respondendo, sempre, o transgressor dos preceitos, pelas sanções civis e criminais cominadas em lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Diretoria da Sociedade de será constituída, exclusivamente de brasileiros natos, cuja investidura no cargo dependerá de prévia manifestação do Poder Público Federal, assim como a designação por ela feita de Gerentes, ou a outorga de mandato a Procuradores com poderes para a prática de gestão ou administração.

11- Os Sócios com funções ativas na sociedade farão jus a uma aposentadoria mensal fixa, a título de PRO-LABORE levada a despesas gerais ou conta subsidiária, reajustável em qualquer época do exercício social, respeitadas as limitações estabelecidas pela legislação vigente do Imposto de Renda.

12- O Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo da Sociedade será encerrado anualmente, a 31 de Dezembro e os lucros líquidos que então forem apurados, permanecerão temporariamente em escrituras em Patrimônio Líquido, à Conta de Reserva para Aumento de Capital ou semelhante e os eventuais prejuízos, no ativo pendente à conta do prejuízo à compensar ou semelhante enquanto não decorrer o prazo compensatório previsto na legislação vigente do Imposto de Renda, podendo igualmente, à juízo exclusivo da Administração o crédito positivo, total ou parcialmente, distribuído entre os sócios na exata proporção de suas cotas de capital efetivamente integralizadas PRO RATA TEMPORIS.

13- O falecimento ou a retirada de qualquer dos cotistas não acarretará a dissolução da sociedade que prosseguirá, sem interrupção com os remanescentes, salvo deliberação destes em contrário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Falecendo o cotista proceder-se-á ao levantamento de um balanço patrimonial, extraordinário do ativo do passivo da sociedade, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do óbito, com a assistência do representante legal do espólio e do curador especial nomeado, se necessário, e o que couber ao de "DE CUJOS" por capital, roseiras, lucros e mais haveres, será pago aos seus legítimos herdeiros ou sucessores a qualquer título em 06 (seis) prestações mensais iguais e sucessivas, representadas por Notas Promissórias vencendo-se a primeira a 90 (noventa) dias da data do término do Balanço Patrimonial extraordinário, restando o disposto do § 2º desta cláusula.

* **PARÁGRAFO SEGUNDO:** É assegurado ao cônjuge sobre-vivente e aos sucessores, a qualquer título, com a capacidade jurídica plena, o direito de livremente ingressarem na sociedade, com / as cotas de capital de que o sócio "PRÉ-MORTO" era titular, em consonância com o que fica acordado na respectiva partilha devendo para tanto, manifestarem seu expresse desejo neste sentido, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa dias), contados da data do óbito. Nenhum deles poderá ter direito a Administração senão por escolha / dos demais cotistas, através da competente alteração contratual na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul, submetendo-se ainda à prévia expressa autorização do Poder Público Federal.

* **PARÁGRAFO TERCEIRO:** Desejando qualquer dos cotistas retirar-se da sociedade, seus haveres serão apurados e pagos pelo mesmo modo estabelecido no § 19 desta cláusula, se outras condições não foram ajustadas de comum acordo entre os interessados, / devendo, porém o sócio retirante manifestar-se nesse sentido perante a administração, por escrito, com uma antecedência nunca inferior a 90 (noventa) dias.

13- Nenhum sócio poderá ingressar em Juízo e pleitear a dissolução judicial da sociedade sem a prova de prévia apresentação de proposta amigável, por escrito, aos demais cotistas.

14- A dissolução da sociedade somente se dará pela vontade de sócio ou sócios cujas cotas de capital efetivamente realizadas representem no mínimo 2/3 (dois terços) do Capital Societário observando o disposto no § Único desta Cláusula:

PARÁGRAFO ÚNICO: Dissolvida a Sociedade, por qualquer motivo, convocados pela Administração, os cotistas reunir-se-ão desde logo, a fim de tomar conhecimento dela elege o liquidante/ ou liquidantes, ditar a forma e o prazo da indicação, podendo a escolha recair nos integrantes da própria administração. Depois de liquidação, satisfeitas a todas as obrigações sociais, a sua extinção/ definitiva se dará automaticamente com a divisão de seu patrimônio entre os sócios, na exata proporção de suas cotas de capital, efetivamente realizadas, cumpridas, todas as exigências e demais formalidades legais e regulamentares.

15- O presente instrumento social é modificável total ou parcialmente, em qualquer época, não só no tocante à administração como também em qualquer de suas disposições, especialmente / para aumentar ou reduzir o capital social, alterar seu objetivo, /

transferir sua sede ou domicílio, pela vontade de 2/3 (dois terços) dos cotistas cujas cotas de capital efetivamente realizadas representem, no mínimo 2/3 (dois terços) do capital societário, produzindo, pois, / tais deliberações, desde logo, toda eficácia jurídica, desde que / prévia e expressamente autorizadas pelo Poder Público Federal.

16- Por força do dispositivo legal, a Sociedade de

verá:
Iº - Ter o capital social, na sua totalidade, sempre na propriedade de brasileiros natos na forma do Artigo 174 da Constituição Federal
IIº - Manter em quadro de pessoal sempre a proporção de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
IIIº - Atribuir a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa a somente brasileiros natos, na forma do § 1º, artigo 174 da Constituição Federal.

17- Os cotistas PAULO KASPER DE QUADROS, FLAVIO MAURI GUZZELLI, JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE, JOÃO KASPER DE QUADROS, JOÃO CARLOS HAHN FERREI, ora investidos nas funções de DIRETOR SUPERINTENDENTE, DIRETOR FINANCEIRO, DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR COMERCIAL, DIRETOR TÉCNICO, respectivamente, nos termos da cláusula 9ª, usarão a denominação social nos negócios e operações de exclusivo interesse da Empresa, da seguinte forma:

Paulo Kasper de Quadros
RADIO IMAGEM FM LTDA

Paulo Kasper de Quadros
Diretor Superintendente

RADIO IMAGEM FM LTDA

José Antonio de Andrade
Diretor Administrativo

RADIO IMAGEM FM LTDA

Flavio Mauri Guazzelli

Diretor Financeiro

RADIO IMAGEM FM LTDA

João Kasper de Quadros

Diretor Comercial

RADIO IMAGEM FM LTDA
João Carlos Hahn Ferri
Diretor Técnico

18- Fica eleito o foro da Vacaria.

E, por assim justos e contratados estarem, mandaram datilografar este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, que serão assinadas por todos os cotistas juntamente com as testemunhas, sendo a primeira via arquivada na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e as demais vias devolvidas aos contratantes, depois de anotadas.

Vacaria, 21 de janeiro de 1987.
PAULO KASPER DE QUADROS
FLAVIO MAURI GUZZELLI
JOSE ANTONIO DE ANDRADE
JOÃO KASPER DE QUADROS
JOÃO CARLOS HAHN FERREI

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

DE

RADIO IMAGEM FM LTDA.

PAULO KASPER DE QUADROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Dr. Luiz Jacques Manoza nº 281, na cidade de Vacaria (RS), portador da Carteira de Identidade nº 4016535609, inscrito no C.I.C. sob o nº 37017017/15; FLAVIO MAURI GUZZELLI, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro nº 333, aptº 102, na cidade de Vacaria (RS), portador da Carteira de Identidade nº 3012245969, inscrito no C.I.C. sob o nº 377057250/53; JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio nº 259, na cidade de Lagoa Vermelha (RS), portador da Carteira de Identidade nº 7003321441, inscrito no C.I.C. sob o nº 117781560/53; JOÃO KASPER DE QUADROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Machado de Assis nº 2000, na cidade de Lagoa Vermelha (RS), portador da Carteira de Identidade nº 7029940975, inscrito no C.I.C. sob o nº 181427370/00 e JOÃO CARLOS HAHN FERREI, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado à Avenida Afonso Pena nº 604, na cidade de Lagoa Vermelha (RS), portador da Carteira de Identidade nº 5021418751, inscrito no C.I.C. sob o nº 243685710/53, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, resolvem, ALTERAR o Contrato Social de RADIO IMAGEM FM LTDA., conforme as cláusulas a seguir delimitadas:

PRIMEIRO:

O início das operações de Radiodifusão será conforme determinar a Legislação em vigor;

SEGUNDO:

Alterar o Capital Social Nominal e subscrito de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzados), para Cr\$ 3.000.000,00 (Tres milhões de cruzados), de acordo e proveniente de:

continua na Fl.02.

Continuação da Alteração Contratual de RADIO IMAGEM FM LTDA.

- Em moeda corrente nacional, neste ato:.... Cr\$ 2.500.000,00
- Capital a ser alterado: Cr\$ 500.000,00
- Capital atual: Cr\$ 3.000.000,00

O Capital, em consequência, ficará assim distribuído entre os Sócios:

PAULO KASPER DE QUADROS: 24 cotas: Cr\$ 600.000,00
FLAVIO MAURI GUZZELLI: 24 cotas: Cr\$ 600.000,00
JOSE ANTONIO DE ANDRADE: 24 cotas: Cr\$ 600.000,00

SÓCIO MAJORITÁRIO NATURAL OU DOMICILIADO (ESPECIFICAR TÍTULO E CONFORME O CASO - NUNCA ABREJA PARA A MESMA PESSOA)	1. MUNICÍPIO DO EDITAL		2. REGIÃO DO EDITAL	
	NAT	DOM	NAT	DOM
PAULO KASPER DE QUADROS		X		
FLÁVIO MAURI GUAZZELLI	X	X		
JOÃO CARLOS HAHN FERREI				X
JOÃO KASPER DE QUADROS				X
JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE			X	X

1) A ENTIDADE POSSUI OUTRA OUTORGA NA MESMA LOCALIDADE?	SIM	NÃO	TIPO DE SERVIÇO
		X	

2) NOMES DOS SÓCIOS INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DA PROPONENTE E PERTENCENTES A OUTRA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA, NA MESMA LOCALIDADE.	TIPO DE SERVIÇO
OS SÓCIOS DA RÁDIO IMAGEM FM LTDA., não participam de outra entidade que detenha outorga para executar serviço de Radiodifusão.	

3) NOMES DOS DIRETORES INTEGRANTES DO QUADRO DE DIRIGENTES DA PROPONENTE E PERTENCENTES A OUTRAS CONCESSIONÁRIAS PERMISSIONÁRIAS NA MESMA LOCALIDADE.	TIPO DE SERVIÇO
OS DIRETORES DA RÁDIO IMAGEM FM LTDA., não participam de outra entidade que detenha outorga para executar serviço de Radiodifusão.	

4) PERCENTUAL DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:	NACIONAL	ESTRANGEIRO
TRANSMISSOR	100 %	%
SISTEMA IRRADIANTE	100 %	%
ESTÚDIO	100 %	%

5) PERCENTUAL DE TEMPO DE PROGRAMAÇÃO DIÁRIA REFERENTE A TEMAS, AUTORES E INTERPRETES NACIONAIS.	70 %
--	------

6) TEMPO DESTINADO AO SERVIÇO NOTICIOSO, DIARIAMENTE, EM RELAÇÃO AO TOTAL DA PROGRAMAÇÃO.	10 %
---	------

7) PRAZO DE APRESENTAÇÃO PROJETO DE APROVAÇÃO DE LOCAIS.	MÊSES
	02

8) PRAZO PARA ENTRADA EM FUNCIONAMENTO EM DEFINITIVO DA ESTAÇÃO	MÊSES
	12

Para os fins do disposto nestas condições, entende-se como Tempo de Programação Diária de emissora de radiodifusão o período de tempo de transmissão ininterrupto, compreendido entre a entrada no ar da estação, coincidente com o início de sua programação habitual e o término das transmissões no período, coincidente com o encerramento dessa mesma programação.

Vacaria (RS), 06 de outubro de 1988.

Paulo Inácio Quadros

ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, os seguintes critérios:

- Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas.
- Respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto.
- Manutenção de elevado sentido ético, moral e cívico.
- Fidedignidade da fonte de informação do fato, antes da emissão da notícia e observância da publicidade de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

Declara ainda, que a programação atenderá às estipulações de Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como os artigos 11 e 16 §§ 1º e 2º do decreto Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e das Normas aprovadas pela Portaria MC nº 55, de 26 de janeiro de 1974.

Vacaria (RS), 06 de outubro de 1988.

Paulo Inácio Quadros
- RÁDIO IMAGEM FM LTDA.

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurai, nesta data, o processo que recebe o número 29102.001449/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da RÁDIO IMAGEM FM LTDA., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do EDITAL nº 294/88.

A proposta compreende 34 folhas numeradas e rubricadas.

PORTO ALEGRE/RS, 10.11.88
(local) (data)

M. Fernandes
(chefe de seção de radiodifusão)

Paulo Inácio Quadros
(portador da proposta)

RÁDIO IMAGEM FM LTDA.

VACARIA - RS.

" DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAÇÃO "

A RÁDIO IMAGEM FM LTDA., através de seus diretores se compromete a elaborar seus programas informativos, educacionais e

1ª
Diretoria Regional
Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL
PORTO ALEGRE - RS

MIL E PEZ - RÁDIO DIFUSÃO LTDA., com sede em
Caxias do Sul - RS., à Rua Marechal Floriano, 1225, conjunto 4,1º

andar, inscrita no CCMEF sob o nº 92.275.122/0001-09, neste ato representada por seu sócio-gerente LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Caxias do Sul - RS., à Rua Os 18 do Forte, 2061 - apto. 32, portador da Carteira de Identidade RG nº 10230604431, expedida pela PSP/RS, em 20.03.81, inscrito no CPF sob o nº 149.529.120-00, relativamente vem a presença de V.Sa. a fim de requerer se digna a admiti-la na qualidade de licitante, interessada que é na concessão da autorização para execução e exploração de serviços de radiodifusão sonora através do canal 226 - classe B, 93.1 MHz, no município de Vacaria - RS., nos termos do Edital 294/88 e, para tanto, junta os seguintes documentos:

- a) Contrato Social de Constituição, devidamente arquivado na MM. Junta Comercial deste Estado;
- b) Relação Anual de Informações Sociais-RAIS;
- c) Certidões de Quitação de Tributos Federais;
- d) 2(duas) declarações assinadas pelo representante legal da MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA. e ANEXO V;
- e) Certidão de Casamento nº 20.355, expedida pelo Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da 1ª Zona da Comarca de Caxias do Sul-RS., relativamente à quotista VERA MARIA TRICHES SEIDL. Certidão de Casamento extraída das folhas 170 V., do Livro Nº 8-04, sob o nº 1891, expedida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da 1ª Zona da Comarca de Caxias do Sul-RS., a favor do quotista LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES.
- f) Ficha de Cadastro-Formulário DNT-148, 3 vias para os sócios da MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA;
- g) Certidão Negativa do Cartório de Distribuição Cível, Falimentar, da Fazenda Pública, Criminal e de Protestos da Comarca de Caxias do Sul-RS., referente à MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA., LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES e VERA MARIA TRICHES SEIDL;
- h) Certidão de Cumprimento das Obrigações eleitorais dos sócios da MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA;
- i) Demonstração dos recursos técnicos que serão utilizados pela licitante;
- j) Demonstração de disponibilidade de Recursos Financeiros:
 - Recibo de depósito bancário no valor de Cr\$2.525.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte e cinco mil cruzados);
 - Carta fornecida pelo Banco Banerindus do Brasil S.A., agência de Caxias do Sul-RS., em 17.11.88, garantindo o empréstimo de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzados);
 - Minuta de alteração do Contrato Social contemplando aumento do capital social da MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA., de Cr\$ 950.000,00 para Cr\$ 6.000.000,00.
- k) Instrumento de procuração, autorizado por MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA., a favor de JAIR DEALMO SAUTHIER, CARLOS AUGUSTO DAMIN e DORVALINO TIZATTO.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA.
Rua Marechal Floriano, 1225, 1º andar, conj. 4
95.020 - CAXIAS DO SUL-RS.

P.Deferimento.
Caxias do Sul, 17 de Novembro de 1.988.
MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA.

DOS SÓCIOS:

LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Os Dezito do Forte, 2061 apto 32, em Caxias do Sul - RS., portador da cédula de identidade RG nº 1023060443, expedida pela SSP/RS em 20/03/81, cadastrado no CPF/MF sob nº 149.529.120-00, infra assinado e **VERA MARIA TRICHES SEIDL**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Os Dezito do Forte, 2061 apto 17, em Caxias do Sul - RS., portadora da cédula de identidade RG nº 1023054796, expedida pela SSP/RS em 28/03/81, cadastrada no CPF/MF sob nº 248.575.560-45, abaixo firmada - **CONTRATAM**, por esta e na melhor forma de Direito, a **CONSTITUIÇÃO** de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sociedade de pessoas esta que haverá de reger-se pelo presente **CONTRATO SOCIAL** e, naquilo em que este for omissivo ou lacunoso, pela legislação que lhe for subsidiariamente aplicável:

II - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL:

A sociedade ora constituída girará sob a denominação social de **MIL E DEZ - RADIODIFUSÃO LTDA.**

III - DO OBJETO SOCIAL:

Constitui-se no objeto da sociedade, a exploração de contas e/ou permissões para executar serviços de radiodifusão.

IV - DA SEDE SOCIAL:

A sociedade tem sua sede e foro jurídico na Rua Marechal Floriano nº 1.225 - conjunto 4, 1º andar - na cidade de Caxias do Sul-RS.;

V - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE:

A sociedade perdurará por prazo indeterminado;

VI - DO CAPITAL SOCIAL, DA PARTICIPAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

O valor nominal do capital da sociedade é de Cr\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzados) subdividido em 950.000 (novecentos e cinquenta mil) quotas-partes de valor nominal unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzado) totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente brasileira e assim distribuídas entre os sócios:

- a.) - O sócio **LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES** subscreeve e integraliza, neste ato, 475.000 (quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas de valor nominal unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzado), pelo preço global de Cr\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil cruzados), pago neste ato em moeda corrente brasileira;
- b.) - A sócia **VERA MARIA TRICHES SEIDL** subscreeve e integraliza, neste ato, 475.000 (quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas de valor nominal unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzado) pelo preço global de Cr\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil cruzados) pago neste ato em moeda corrente brasileira;

PARÁGRAFO ÚNICO:

A responsabilidade dos sócios será limitada à totalidade do capital social, na forma da lei;

VII - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL:

A sociedade será gerida, administrada e representada, em juízo ou fora dele, pelo sócio quotista **LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES**, antes qualificando;

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O administrador referido no caput desta cláusula fica dispensado de execução de suas gestões, mas no exercício de suas atribuições fará uso da firma exclusivamente em negócios de interesse social, sendo-lhe defeso prestar avais e/ou fianças de mero favor;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Para bem e fielmente desempenhar os atos de direção da sociedade, o sócio-gerente supra nominado fica investido de todos os poderes necessários à gestão e a salvaguarda dos negócios e dos interesses sociais, bem como à consecução dos objetivos da sociedade, podendo inclusive alienar e/ou onerar bens pertencentes ao seu ativo fixo e constituir pro-

curadores para a prática de determinados atos de gestão, mediante a outorga de poderes específicos através de instrumentos de mandato, cujos prazos de validade não serão superiores a um ano. Quando a procuração tiver, porém, como objeto a outorga dos poderes contidos na cláusula ad judicium e os para o foro em geral, poderá ser conferida por prazo indeterminado;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

A remuneração do sócio-gerente será fixada de comum acordo entre os sócios-quotistas, observados os limites legalmente estabelecidos;

PARÁGRAFO QUARTO:

O administrador da sociedade será, sempre, brasileiro, nato e a sua investidura em seu cargo somente se efetivará de pleno jure após haver sido sua designação aprovada pelo Ministério das Comunicações.

VIII - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

As deliberações sociais serão adotadas pela maioria simples do capital votante, sendo certo que a cada uma das quotas partes do capital social corresponderá um voto em tais deliberações;

IX - DAS QUOTAS-PARTES E DAS SUAS CESSÕES:

As quotas-partes em que se sub-divida o capital social são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá somente um proprietário;

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

As quotas-partes representativas do capital social são inalienáveis, inalienáveis e intransmissíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

As quotas-partes do capital da sociedade deverão pertencer, sempre, a pessoas físicas de nacionalidade brasileira;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

As eventuais cessões e transferências de quotas partes do capital da sociedade somente poderão ser efetivadas em rigorosa harmonia com os ditames legais contidos na legislação que regula as concessões, permissões e/ou autorizações para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, emitidas pelo Ministério das Comunicações e em rigorosa acatamento às normas legais que regem o ato, contidas na legislação pertinente;

- DA LIQUIDACÃO, DA RETIRADA OU DO FALLECIMENTO DOS SÓCIOS:

A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. A liquidação também se dará por deliberação que venha a ser adotada pela maioria do capital votante;

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A sociedade não entrará em dissolução e nem, conseqüentemente, em liquidação, por retirada, morte, falecimento ou incapacidade de qualquer dos sócios, desde que o outro ou outros prosseguir com a mesma, e contanto que outro ou outros sócios seja(m) admitido(s) em lugar do retirante, falecido, falecido ou incapaz;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Ocorrendo um dos eventos previstos no parágrafo antecedente, os haveres do sócio que vier a falecer, for declarado falido, interdito, incapaz ou que quiser retirar-se, serão apurados conforme balanço especialmente levantado no mês em que ocorrer o evento e pago ao sócio retirante, seus herdeiros ou representantes legais em 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, com juros nas corrigidas monetariamente em função da variação do valor nominal das NTN's ou outro índice que as venha substituir, sendo a primeira no ato da assinatura da alteração contratual que houver de ser procedida dentro de 30 (trinta) dias contados do aludido evento;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Na hipótese do falecimento de algum dos sócios, seus herdeiros poderão ser admitidos na sociedade, contanto que tal admissão conte com o beneplácito do Ministério das Comunicações;

XI - DA TRANSMISSÃO DA SOCIEDADE:

A transformação em qualquer outro tipo jurídico da sociedade poderá ser formalizada por deliberação dos sócios quotistas, na forma prevista em lei e mediante o acatamento de todas as normas legais que regem as atividades a que esta se dedica;

XII - DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Anualmente, no dia 31 do mês de dezembro, proceder-se-ão às demonstrações financeiras da sociedade, sendo os lucros verificados, após a eventual formação de reservas destinadas ao reforço do capital próprio da empresa, distribuídos em partes proporcionais à sua participação no capital social, entre os sócios que poderão levantá-lo em todo ou em parte, conforme o permitir a situação econômico-financeira da empresa, a critério da gerência;

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os eventuais prejuízos verificados em balanço serão suportados pelos sócios, proporcionalmente às quotas por eles possuídas, ou contabilizados em conta própria, para compensação em lucros futuros ou reservas existentes;

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. Aplicam-se subsidiariamente as disposições contratuais contidas neste instrumento, naquilo em que este for omissivo, dubio ou lacunoso, as disposições legais contidas no Decreto nº 3.709/19, as regras jurídicas anexas pertinentes contidas na Lei 6404/76 e, complementarmente, as que surgirem da legislação específica sobre radiodifusão sonora;
2. A sociedade, por seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as regras legais que emanam do ordenamento jurídico que rege a atuação das empresas que se dedicam à exploração de concessão para execução de serviços de radiodifusão;
3. Nenhuma alteração poderá vir a ser introduzida no presente contrato social à revelia do Ministério das Comunicações, que deverá previamente aprová-la, sob pena de ineficácia da alteração em apreço;
4. A responsabilidade técnica, a orientação administrativa e intelectual dos serviços que serão executados pela empresa regida pelo presente contrato social, caberá, sempre, a brasileiros natos;
5. A empresa regida pelo presente diploma societário manterá seu quadro de empregados constituído, sempre, por, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros natos;
6. A sociedade obriga-se a facilitar ao máximo a fiscalização dos serviços que haverá de executar, por parte do Ministério das Comunicações, atendendo com zelo, probidade e diligência, todas as exigências legais que esta vier a formular com tal propósito, enquanto perdurar a concessão que lhe será outorgada;
7. Os sócios declaram que não se acham incurso nas sanções corinadas à prática de quaisquer crimes que os possam impedir de praticar livremente qualquer tipo de atos de mercancia.

E por estarem, assim, justos e contratados, os sócios-quotistas assinam este contrato em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul, 08 de agosto de 1988.

Luiz Fernando Lisboa Triches Vera Maria Triches Seidl
LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES VERA MARIA TRICHES SEIDL

TESTEMUNHAS:

Cláudio Mello
CLÁUDIO MELLO
CPF nº 255.903.320-87

Cláudio Mello
CLÁUDIO MELLO
CPF nº 278.592.310-34

Visto:

Cláudio Mello Vera Maria Triches Seidl
CLÁUDIO MELLO VERA MARIA TRICHES SEIDL
CPF nº 255.903.320-87 CPF nº 278.592.310-34
AUTENTICADO - 13-08-1988
IVONE - 13-08-1988 - BERNARDO DE LAURDES
Zakel 12 - 13-08-1988 - BERNARDO DE LAURDES

MIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA.
CCCNF Nº 92.275.122/0001-09
ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I - DOS SÓCIOS:

LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Os Dezto do Forte, 2061, apto. 32, Caxias do Sul-RS., portador da cédula de identidade RG nº 102.060.443, expedida pela SSP/RS. em 20.03.81, cadastrado no CPF/MF sob o nº 149.529.120-00, infra assinado e **VERA MARIA TRICHES SEIDL**, brasileira, casada, residente e domiciliada na rua Os Dezto do Forte, 2061, apto 12, em Caxias do Sul-RS., portadora de cédula de identidade RG nº 102.054.242-96, expedida pela SSP/RS em 24.04.81, cadastrada no CPF/MF sob o nº 248.575.560-49, abaixo firmada, detentores da totalidade das quotas, em que se subdivide o Capital Social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob denominação de **MIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA.**, com sede e foro jurídico em Caxias do Sul-RS., à Rua Marechal Floriano 1225, conjunto 4, 1º andar, cadastrada no CCN/MF sob o nº 92.275.122/0001-09, com seus atos constitutivos arquivados sob o nº 43.201.560.092, em 12 de agosto de 1.988, na Colenda Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, DELIBERAM por unanimidade convênio e sem omissão divergentes, promover a seguinte alteração no contrato de regência da sociedade, fazendo-o nos termos das avenças a seguir livremente pactuadas:

II - DA ELEVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL POR SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE NOVAS QUOTAS

- Partindo de unânime consenso da totalidade dos sócios, o valor do capital social de R\$ 950.000,00 (Novecentos e Cinquenta Mil Cruzados), sub-dividido em 950.000 (Novecentos e Cinquenta Mil) quotas-partes de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado), é elevado neste ato para R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Cruzados), mediante a subscrição de 5.050.000 (Cinco Milhões e Cinquenta Mil) de novas quotas-partes do Capital Social, no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado) e que serão integralizadas em moeda corrente nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data deste instrumento, da seguinte maneira, livremente ajustada entre os sócios:
 - O sócio **LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES**, subscreve neste ato 4.040.000 (Quatro Milhões e Quarenta Mil) quotas-partes, no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado), pelo preço global de R\$ 4.040.000,00 (Quatro Milhões e Quarenta Mil Cruzados);
 - A sócia **VERA MARIA TRICHES SEIDL**, subscreve neste ato 1.010.000 (Um Milhão e Dez Mil) quotas-partes, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado), pelo preço global de R\$ 1.010.000,00 (Um Milhão e Dez Mil Cruzados);
- Diante das subscrições das quotas-partes supra mencionadas, o valor nominal do Capital Social da sociedade passa a ser de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Cruzados), sub-dividido em 6.000.000 (Seis Milhões) de quotas-partes no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado) assim distribuído entre os sócios:

Nome dos Sócios	Nº Quotas	Valor Nominal	% Participação
LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES	4.040.000	4.040.000,00	80
VERA MARIA TRICHES SEIDL	1.020.000	1.020.000,00	20
Total do Capital Social	6.000.000	6.000.000,00	100

VII - DO CAPITAL SOCIAL, DA PARTICIPAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
 Em face da elevação do Capital Social supra aludida, a cláusula VI do Contrato Social ora alterado, passa, a partir da data deste instrumento, a vigorar com a seguinte redação:

IV - DO CAPITAL SOCIAL, DA PARTICIPAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
 O valor do capital da sociedade é de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Cruzados), sub-dividido em 6.000.000 (Seis Milhões) quotas-partes de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um Cruzado), assim distribuído entre os sócios:

Nome dos Sócios	Nº quotas	Valor Nominal	% Participação
LUIZ FERNANDO LISBOA TRICHES	4.040.000	4.040.000,00	80
VERA MARIA TRICHES SEIDL	1.020.000	1.020.000,00	20
Total do Capital Social	6.000.000	6.000.000,00	100

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios, será limitada a totalidade do capital Social, na forma da lei.

IV - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas, parágrafos, itens, termos e disposições contidas no contrato de regência da sociedade, datado de 04 de agosto de 1.988, e que não tenham sido expressamente derogadas através das alterações contidas neste instrumento, continuarão inalteradas e em pleno vigor e são pelas partes contratantes ratificadas mediante este instrumento.

ESTA FOLHA DE Nº 3 FAZ PARTE INTEGRANTE DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA., DATADA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1.988, COMPOSTO DE 03 FOLHAS NUMERADAS DE 1 a 3.

E, por estarem, assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul, 16 de novembro de 1.988.

Luiz Fernando Lisboa Triches
 Luiz Fernando Lisboa Triches
Vera Maria Triches Seidl
 Vera Maria Triches Seidl

TESTEMUNHAS:

Shirley...
...

Visto:
 Dorvalino Fickto
 OAB-RS nº 6329

ANEXO V

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

MIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA.
 Rua Marechal Floriano, 1225, 1º andar - Conj. 04
 Caxias do Sul-RS.

1. TRANSMISSOR

- 1.1. Fabricante: TIK - Telecomunicações Ltda.
- 1.2. Tipo e/ou Modelo: SI-FM-3

2. SISTEMA IRRADIANTE

- 2.1. Fabricante: MIRA - Indústria e Comércio de Antenas Ltda.
- 2.2. Tipo e/ou Modelo: FMD-2

Caxias do Sul, 16 de novembro de 1.988.

Carlos Augusto Damini
 Engº Eletr. Carlos Augusto Damini
 CREA-RS. nº 57.454

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número 79102.001457 / 88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da MIL E DEZ - RADIOFUSÃO LTDA., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do EDITAL nº 794 / 88.

A proposta compreende 31 folhas numeradas e rubricadas.

PORTO ALEGRE/RS 21.11.88
(local) (data)

U. Fernandes
(chefe da seção de radiodifusão)

Carlos Augusto Davis
(portador da proposta)

EXM^a SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA., CMC/MY
Nº 88 649 066/0001-58, devidamente constituída na forma da legislação em vigor, com sede na Avenida Marechal Floriano 920, conjunto 204, na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo tomado conhecimento, através do Diário Oficial da União de 21.09.88 do Edital nº 294/88, mandado publicar por esse Ministério, convidando os interessados à execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de VACARIA, Estado do Rio Grande do Sul, vem por seu Diretor que a esta subscrive, dizer à V.Exa.: que deseja executar o serviço e se compromete, desde já a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhe sejam feitas por esse ministério.

Declara na oportunidade, que conhece e se submete às condições desse Edital.

Nestes Termos,
Fede Definitivamente.

Osório, 16 de novembro de 1988.

REDE LITORAL DE EMISSORAS LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, radialista, portador da carteira de identidade nº 100 169 839-RS, portador do CIC nº 183 658 530/68, residente e domiciliado na rua 15 de Novembro nº 291, Cidade de Osório, FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK, radialista, portador da carteira de identidade nº 100 495 184 2-RS, portador do CIC nº 235 869 380/70, residente e domiciliado na rua Dona Ana, 54 - Cidade de Porto Alegre, e CLAITON LUIZ TOMIELLO HOFFMEISTER, publicitário, portador da carteira de identidade nº 501 695 312 6-RS, portador do CIC nº 355 696 700/68, residente e domiciliado na Av. Brasil do Rio Branco, 569 - Cidade do Torres-RS, todos brasileiros, maiores, solteiros, reservistas, resolvendo de comum acordo constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I: Que a presente sociedade girará sob a razão social de "REDE LITORAL DE COMUNICAÇÕES LTDA", com sede na rua Manoel Marques da Rosa, 599 - loja 06, centro, na Cidade de Osório - Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA II: Que o Capital Social será de cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) divididos em 26.000 (vinte e seis mil cotas) de cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, sendo integralizado dentro de nove (09) meses a contar da data do contrato inicial, em moeda corrente nacional e distribuído entre os seguintes sócios e da seguinte forma:

a) PAULO CESAR NOTARI: 87% do Capital Social, ou seja 22.620 (vinte e dois mil seiscentos e vinte cotas) no valor de cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, num total de cr\$ 2.262.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros);

b) CLAITON LUIZ TOMIELLO HOFFMEISTER: 10% do Capital Social, ou seja 2.600 (dois mil e seiscentos cotas) no valor de cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, num total de 260.000,00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros);

c) FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK: 3% do Capital Social, ou seja 780 (setecentos e oitenta cotas) no valor de cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, num total de cr\$ 78.000,00 (setenta e oito mil cruzeiros).

CLÁUSULA III: Que a responsabilidade de cada sócio será limitada até o total do Capital Social e declaram que as cotas representativas do Capital Social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA IV: Que seu ramo de atividade será o de Radiodifusão.

CLÁUSULA V: Que a gerência da presente sociedade será exercida pelo sócio PAULO CESAR NOTARI.

CLÁUSULA VI: Que a gerência terá uma retirada mensal a título de "pro-labore", nunca inferior ao valor do salário mínimo regional vigente.

CLÁUSULA VII: Que em caso de retirada ou morte de um dos sócios, se esta ocorrer dentro de seis (06) meses após o último Balanço, servirá este por base. Caso contrário, será feito novo Balanço para apuração dos haveres do sócio falecido ou retirante.

CLÁUSULA VIII: Que o prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, a iniciar em 24 de novembro de 1988.

CLÁUSULA IX: Que o lucro anualmente apurado em Balanço Geral será distribuído entre os sócios na proporção do capital investido.

CLÁUSULA X: Que a presente sociedade poderá instalar filiais ou agências no território nacional ou estrangeiro, de acordo com as necessidades.

CLÁUSULA XI: Que o sócio que pretenda retirar-se da presente sociedade deverá identificar a mesma, por escrito, com uma antecedência mínima de noventa (90) dias.

CLÁUSULA XII: Que, em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, podendo os herdeiros do sócio falecido, fazerem parte da mesma, mediante a concordância unânime dos demais sócios.

Parágrafo Único: É expressamente vedado à sociedade a prestação de aval, fianças, cauções e ainda a participação em qualquer outro negócio que não

esteja diretamente relacionado com os negócios e objetivos sociais.

A infração ao estabelecido neste parágrafo implicará em responsabilidade pessoal e direta por parte do infrator quanto aos atos de infração e todas as suas consequências.

II - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira, passará a ter a seguinte nova redação:

Os sócios tem preferência absoluta em toda e qualquer cessão ou transferência de quotas.

III - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

As demais cláusulas não expressamente modificadas permanecem inalteradas.

Estando justos e concordes, mandam redigir o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelos sócios ante as testemunhas.

Tramandaí, 25 de novembro de 1988.

PAULO CESAR NOTARI
CIC Nº 183.669.530-65

MIQUEL ALFREDO PETER
CIC Nº 178.717.000-49

LEO, RICARDO PETRY
CIC Nº 293.982.660-91

TESTEMUNHAS:

PAULO ROBERTO BERNARDES
CIC Nº 228.503.340-34

ROSANE PAGANI DA SILVA
CIC Nº 516.843.240-53

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE INDICADORES TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

1.1 - fabricante: LYS ELECTRONIC LTDA.

1.2 - tipo e/ou modelo: FM 1000 E - HOMOLOGAÇÃO Nº 0420/87
VALIDADE: 27.11.92

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - fabricante:

2.2 - tipo e/ou modelo:

3 - SISTEMA IRRADIAÇÃO

3.1 - fabricante: MAPRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA

3.2 - tipo e/ou modelo: FM (A/8) HOMOLOGAÇÃO Nº 0308/84
VALIDADE: 03.05.89

OSÓRIO - RS 18/11/88
(Insc.) (Assin.)
(representante legal)



RÁDIO
ESMERALDA S.A.

GRÁFICA BERNARDES, S.A. - RUA AMARAL - PORTO ALEGRE
CNPJ Nº 09.000.000-00

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
SR - PORTO ALEGRE

RÁDIO ESMERALDA LTDA, com sede a rua Ramiro Barcelos, 965, 6º andar, edifício Centro Liberal, na cidade de Vacaria, RS, representada por seus sócios-gerentes, infratitulos, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, para requerer seja-lhe outorgada concessão para a execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as características e condições especificadas no Edital nº 294, de 20 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União.

Instrui o presente pedido a documentação exigida pelas normas legais que regem a concessão de emissoras de rádio.

N. Termos. P. Deferimento.

Vacaria, 18 de novembro de 1988.

Francisco Francisco Guadagnin
Heitor José Trevinoli
João Maria Hoffmann da Silva
Aldoir Rodrigues Nepomuceno



GRAPIQLIA Organizações
Contábeis Ltda.

CONTABILIDADE - ASESORIA FISCAL - ADMINISTRAÇÃO

RÁDIO ESMERALDA S.A.
ICGCMF. 98.517.154/0001-50

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1988.
Aos 6 dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito ... (1988), às 8:00 (oito) horas, na sede social, sita na Rua Ramiro Barcelos nº 965 - 6º andar - na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os acionistas signatários do Livro de Presenças, representando a TOTALIDADE do capital social, Foram Eleitos por unanimidade para

Aldeir Rodrigues Nepomuceno
ALDEIR RODRIGUES NEPOMUCENO
CIC.113.708.070/15

TESTEMUNHAS:

Vera Lucia Ferreira
Vera Lucia Ferreira

Salete Mezzomo
Salete Mezzomo

9-10-90
IRAPUA INDIJO DA COSTA
OAB 24.867

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS**I - EDITAL****1. Número do Edital:**

294

2. Data de publicação do Diário Oficial da União:

21 de setembro de 1988

3. Características técnicas:

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Local: VACARIA/RS

Canal: 226 (93,1 MHz)

Classe: "B"

II - INSTALAÇÃO PROPOSTA:**1. Local de instalação:****1.1 Localidade:**

VACARIA/RS

2. Equipamento Transmissor:**2.1 Fabricante:**

TELAVO-Indústria e Comércio de Equipamentos para
Telecomunicações Ltda.
(Rua José Benedito Salinas, 120 - Santo Amaro/SP)

2.2 Modelo:

EDFM-1000-A

2.3 Especificações técnicas:

Potência de saída: 1,0 kW

Frequência de operação: 88 a 108 MHz

Impedância de saída: 50 ohms

Estabilidade de frequência: ± 300 Hz

Código DENTEL nº 0438/83

(Demais características Vide ANEXO I)

Observação: O sistema de transmissão proposto
será através de sinal estereofônico
- Radiodifusão Estereofônica
em Frequência Modulada.

3. Sistema Irradiante:**3.1 Fabricante:**

MAPRA-Indústria e Comércio de Antenas Ltda

(Av. Angélica, 76 - São Paulo/SP)

3.2 Modelo:

FM-3

3.3 Especificações técnicas:

Número de elementos: 03

Ganho: 1,86 dBd (1,53 vezes em potência)

Irradiação: Onidirecional

Polarização: Circular

Código DENTEL: 0308/84

(Demais características Vide ANEXO II)

4. Linha de Transmissão:**4.1 Fabricante:**

EMP-Cabos Especiais e Sistemas Ltda

(BX-116 km-25 - EMRÚ/SP)

4.2 Modelo:

LCV 7/8"

4.3 Especificações técnicas:

Potência média: 7,5 kW

Atenuação: 1,4 dB/100 m

Eficiência prevista: 79% para 73 , de cabo

Impedância: 50 ohms

(Demais características técnicas vide ANEXO III)

5. Potência Efetiva Irrradiada:

5.1 Potência Efetiva Irrradiada Máxima:

$$PEEP_{\text{máx.}} = (E/E_{\text{máx.}})^2 \times P_t \times G_A \times \eta$$

Onde:

$$E/E_{\text{máx.}} = 1 \text{ (máxima irradiação)}$$

P_t = distância do transmissor: 1,0 km

G_A = ganho do sistema irradiante: 1,53 vezes

η = eficiência da linha de transmissão: 79%

Então:

$$PEEP_{\text{máx.}} = (1)^2 \times 1,0 \times 1,53 \times 0,79$$

$$PEEP_{\text{máx.}} = 1,2 \text{ kW}$$

5.2 Potência Efetiva Irrradiada por Radial:

A potência efetiva irradiada por radial é igual a $PEEP_{\text{máx.}}$ calculada no item anterior uma vez que o sistema irradiante proposto possui irradiação ONIDIRECIONAL.

6. Enquadramento na classe:

De acordo com a Portaria nº 017/85, NORMA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA FREQUÊNCIA MODULADA, temos como requisito máximo para a classe B uma potência efetiva irradiada de 3 km (4,8 dBk) para uma altura sobre o nível médio do terreno de 90 m a uma distância ao contorno protegido (66 dBu) de 16 km.

Considerando uma altura de antena em relação ao nível médio do terreno de 150 metros e a potência efetiva irradiada alcançada com o equipamento proposto para esta demonstração de recursos técnicos, temos:

$$PEEP = 1,2 \text{ kW (0,8 dBk)}$$

$$E/MNT = 150 \text{ m}$$

Nestas condições, a distância ao contorno (66 dBu) será:

LOCALIDADE	E/MNT (m)	PEEP kW - dBk	CONTOURNO DE 66 dBu 66-PEEP(dBk) km
VACARIA/RS	150	1,2 0,8	45,2 16

Verificamos que a instalação apresentada atende perfeitamente ao enquadramento na classe B, uma vez que não são ultrapassados os requisitos máximos previstos para a mesma.

7. Profissional Habilitado:

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

Nº de Registro no CREA: 25.404/8a:

Assinatura e Data:

Fernando Ferreira

TELAVO

EQUIPAMENTO TRANSMISSOR

NDM - 1.000 - A

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS PRINCIPAIS

Modelo.....	NDM - 1.000 - A
Marca e Fabricação.....	TELAVO - Ind. e Com. de Equipamentos Para Telecomunicações Ltda.
Faixa de Operação.....	88 a 108 MHz, ajustado para frequência de operação específica.
Denominação de Emissão.....	180...F3
Tipo de Estação.....	Serviço comercial de radiodifusão sonora.
Tipo de Modulação.....	FM. Mono, FM. Stereo e FM. S.C.A.
Número de canais de RF.....	1 (um)
Estabilidade de frequência.....	± 300 Hz
Distorção harmônica total.....	Inferior a 1% entre 50 e 15.000 Hz
Nível de ruído FM c/100% modulação.....	- 54 dB
Nível de ruído FM c/100% modulação.....	Inferior a -60 dB (com de-ênfase de 75 us)
Resposta de áudio frequência.....	± 0,5 dB entre 50 e 15.000 Hz com pré-ênfase de 75 micro-segundos referidos em 1.000 Hz (+ 17 dB entre 1 e 15 KHz)
Atenuação de harmônicos e espúrios.....	Maior que 80 dB
Desvio de portadora.....	75 KHz (nominal)
Impedância de entrada.....	600 ohms
Estágio final de RF.....	Válvula : uma 4 CX 1000A Tensão de placa : 2.700 VDC Corrente de placa : 0,560 A
Potência nominal de saída.....	1.000 Watts c/redução até 220 watts
Alimentação.....	220 V (monofásico)
Índice de nacionalização.....	95% (noventa e cinco por cento)
Dimensões.....	Largura : 0,59 metros Altura : 1,60 metros Profundidade : 0,54 metros Peso : 120 kilos.

TELAVO

EMPRESA E SOLUÇÃO DE INSTALAÇÃO PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Rua José Bonifácio, 172 - CEP 04064 - São Paulo - SP
Fone (011) 33373-1111 - 33373-1111 - 33373-1111

ANEXO I

Vacaria, RS, 21 de novembro de 1988;

Exmo. Sr.

Ministro de Estado das Comunicações

Ministério das Comunicações

70.044 - Brasília - DF

SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA, entidade devidamente constituída na forma da Legislação em vigor, tendo tomado conhecimento através do Diário Oficial da União (de 21 de setembro do corrente ano do Edital nº 294/88, no qual V.Excia. abre a possibilidade de instalação de emissora de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, vem mui respeitosamente habilitar-se à execução do serviço para o que apresenta a proposta em anexo.

Respeitosas saudações

Scylla Jacques Onório
Scylla Jacques Onório
Sócia-Diretora

CONTRATO SOCIAL

D E

SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

ALICE JACQUES BRANCO, brasileira, viúva, empresária, CPF nº 312.498.840-04, portadora da cédula de identidade de nº SSP/RS 1050394855, residente e domiciliada na rua Firmino Camargo Branco, 804, na cidade da Vacaria, RS, SCYLLA JACQUES ONÓFRIO, brasileira, viúva, professora estadual aposentada, CPF nº 432.934.840/34, portadora da cédula de identidade de nº 8032801659, residente e domiciliada na Praça Júlio de Castilhos, 74, apto. 102, em Porto Alegre, RS, resolvem de comum acordo e na melhor forma do direito, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que rege-se-á mediante as seguintes condições e cláusulas:

I - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A presente sociedade girará sob a denominação social de

SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

II - SEDE SOCIAL

A sede social está localizada na Rua Firmino Camargo Branco, 804, em Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

III - OBJETIVO SOCIAL

O ramo de atividades da presente sociedade será o da execução dos serviços de radiodifusão, mediante concessão do Ministério das Comunicações.

IV - CAPITAL SOCIAL

O capital social da presente sociedade será de Cr\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil cruzados), divididos em 100(cem) cotas de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzados) cada uma, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios neste ato, em moeda corrente nacional, como se segue:

a) ALICE JACQUES BRANCO, subscrive e integraliza neste ato 20 cotas no valor de Cr\$ 14.000,00, correspondente a Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzados) ou, 20% do capital social.

b) SCYLLA JACQUES ONÓFRIO, subscrive e integraliza neste ato 80 cotas no valor de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzados), correspondendo a Cr\$ 1.120.000,00 (um milhão cento e vinte mil cruzados) ou, 80% do capital social.

V - DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO CAPITAL SOCIAL

§ 1º - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

§ 2º - Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após a entidade haver recebido a concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão.

§ 3º - Os administradores são e serão brasileiros natos e suas investiduras nos cargos, após a entidade haver recebido a concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

VI - INÍCIO DAS ATIVIDADES

As atividades serão iniciadas em prazo, de acordo com o presente contrato, de seis meses após a outorga da concessão ou permissão para que a sociedade execute os serviços de radiodifusão.

VII - PRazo DE DURAÇÃO

A sociedade terá duração por tempo indeterminado.

VIII - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios será limitada ao total do capital social.

IX - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

A (31) trinta e um de dezembro de cada ano, será levantado o balanço patrimonial da sociedade, para fins de apuração de resultados. Os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de seus capitais subscritos e integralizados que possuam na sociedade, ou ainda deixados em conta especial de lucros acumulados ou reserva para aumento de capital e, no caso de prejuízos, em conta para futura compensação, conforme for deliberado pelos sócios.

X - RETIRADA E PRÓ-LABORE

Os sócios que exercem atividades na sociedade, terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre eles.

XI - ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade será administrada pela sócia diretora SCYLLA JACQUES ONÓFRIO e, no seu impedimento pela sócia ALICE JACQUES BRANCO. Independentemente das indicações, poderá a sociedade admitir, mediante prévia anuência do Ministério das Comunicações, um administrador na qualidade de procurador, de livre escolha de todos os sócios.

§ 1º - O uso da denominação social será feita pela sócia administradora ou por quem estas indicarem.

Contudo, sempre uma das sócias que exerçam atividades na sociedade, assinará pela sociedade junto com o administrador indicado, ficando-lhe expressamente vedado empregá-la em negócios estranhos aos objetivos, principalmente em favor de terceiro, sob pena de não valer, em relação a sociedade.

§ 2º - Subsistirá, sempre, a responsabilidade pessoal daquele que fizer uso indevido da sociedade que responderá solidária e ilimitadamente, civil e criminalmente, pelo excesso de mandato ou pelos atos violadores do estabelecido no presente instrumento.

§ 3º - Ficam, ainda, as sócias administradoras impedidas de dar avais, fianças, endossos, saques de favor e outros, em nome da sociedade.

XII - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

No caso de falecimento, retirada ou interdição de uma das sócias, a sociedade não será dissolvida.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese de falecimento de uma das sócias, a sociedade continuará com o cônjuge e herdeiros, salvo se não puderem ou não quiserem permanecer na sociedade, caso em que comunicarão, por escrito, ciência inequívoca, aos sócios remanescentes, dentro de 30 dias contados da abertura da sucessão. Até que se ultime no processo de inventário a partilha dos bens deixados pelo "de cujus", incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interesses perante a sociedade.

§ 2º - em caso de retirada, o sócio retirante deverá comunicar sua intenção aos demais sócios com antecedência mínima de 90 dias.

XIII - DELIBERAÇÕES COLETIVAS

No caso de deliberações coletivas, em que haja divergências entre os sócios, prevalecerá sempre aquela decisão representada pela maioria do capital social.

XIV - DOS CASOS OMISSOS, DÚVIDAS OU LITÍGIOS

Os casos omissos, dúvidas ou litígios que surgirem os sócios na vigência do presente contrato e que não puderem ser resolvidos com o disposto no presente, o serão com base no Código Comercial e Legislação Aplicável a espécie.

XV - FORO DO CONTRATO

Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, para proposição de questões - que venham a ter fundamento no presente instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em seis vias de igual teor e conteúdo, juntamente com duas testemunhas, abaixo:

- Demonstração de Recursos Técnicos :

A. Equipamento transmissor :

Fabricante : EBC-PLANTZ Engenharia de Telecomunicações Ltda
Modelo : MPTM-1000
Potência de saída : 1,0 KW
Homologação DENTEL : 0500/87

B. Sistema irradiante :

Fabricante : Teel Tele-Eletrônica Ltda
Modelo : BECP-2L
Ganho : 1,0 X (0,0 dBd)
Especificações técnicas : antena de polarização circular, omni direcional, de dois elementos.

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL.

SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.

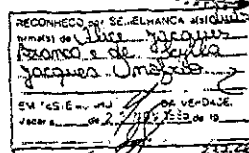
ALICE JACQUES BRANCO, brasileira, viúva, empresária, CPF nº 312.498.840/04, portadora da cédula de identidade de nº SSP/RS 1050394853, residente e domiciliada na rua Firmino Camargo Branco, 804, na cidade de Vacaria, RS, e SCYLLA JACQUES ONOFRIO, brasileira, viúva, professora estadula aposentada, CPF nº 432.934.840/34, portadora da cédula de identidade de nº 8032801659, residente e domiciliada na Praça Júlio de Castilhos, 74, apto 102, em Porto Alegre, RS, detentoras do capital social da SOCIEDADE RÁDIO NATIVA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA, resolvem de comum acordo e atendendo determinação do Ministério das Comunicações, alterar a redação da cláusula de nº V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO CAPITAL SOCIAL, § 1º do contrato social, alterando-se sua redação para como se segue :

Cláusula V - § 1º - Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e as suas investiduras nos cargos somente poderão ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

As demais cláusulas do contrato social, serão integralmente mantidas. As sócias assinam a presente alteração em seis vias de igual teor e conteúdo para todos os efeitos legais

Vacaria, 22 de novembro de 1988.

Valéria Jacques Branco
ALICE JACQUES BRANCO.



Scylla Jacques Onofrio
SCYLLA JACQUES ONOFRIO

A CONCESSÃO DE ENTREGA

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
Nº 57, DE 1990**

(Nº 135/89, na
Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Organização Kimura-Nakaya de Radiodifusão Ltda., para explorar

serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a outorga de concessão à Organização Kimura-Nakaya de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, ato a que se refere o Decreto nº 97.941, de 11 de julho de 1989.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 352, DE 1989

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que "Outorga concessão à ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo", constante do Decreto nº 97.941, de 11 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de julho de 1989.

Brasília, em 20 de julho de 1989.

João Sarney

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 072/89 - CM, DE 07 DE JULHO DE 1989: DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determino a publicação do Edital nº 244/88, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

2. No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA.
RÁDIO ORIENTAL LTDA. e
RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA.

3. Os órgãos competentes deste Ministério concluíram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram as exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de radiodifusão.

4. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram à execução do serviço objeto do edital (quadro anexo), tenho a honra de submeter o assunto a Vossa Excelência, para fins de decisão, nos termos do artigo 16 e seus parágrafos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985. O ato de outorga somente virá a produzir seus efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo primeiro do artigo 223 da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito,

Antonio Carlos Magalhães

Antonio Carlos Magalhães

Decreto nº 97.941, de 11 de julho de 1989

Outorga concessão à ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 84, item IV, da Constituição, e o artigo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.005906/88, (Edital nº 244/88), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão à ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º - Esta concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

Art. 3º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 11 de julho de 1989; 189 da Independência e 101ª da República.

João Sarney
Antônio Carlos Magalhães

DESPACHO

DO

MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

COM O

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EM 20/07/89 CM-DOT-89
ASSUNTO: Organização Kimura-Nakaya de Radiodifusão Ltda. Outorga concessão de radiodifusão sonora em onda média de Bastos-SP
Proc. nº 29000.005906/88

BASTOS - S.P.
EDITAL Nº 244/88 - ONR

ENTIDADES/ADMINISTRADORES - SÓCIOS MAJORITÁRIOS	Adminis- tradores		Sócios Majoritá- rios		Outra Outorga na mesma localidade			Equipamentos %			Temas, Autores e Interpretes Nacionais	Noticiário	Prazo Projeto Instalação	Prazo de Funcionamento
	Nat.	Dom.	Nat.	Dom.	Est.	Sec.	Dir.	Nacionais						
	Mon.	Reg.	Mon.	Reg.				Ta	Ta Aux	\$1				
01 - <u>ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA.</u> Takeo Kimura Ione Kimura Nakaya Rene Nakaya (A)	-	-	-	X	-	-	-	100	-	100	70%	10%	2 m	5 m
02 - <u>RÁDIO ORIENTAL LTDA.</u> José Ananias Neto (A) Juan José Fonseca Agudo Takami Shibata	-	X	-	-	-	-	-	100	-	100	60%	25%	5 m	24 m
03 - <u>RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA.</u> Carlos Marques Pereira (A) Ademar Pinheiro Sanches	-	X	-	X	-	-	-	100	-	100	70%	15%	6 m	12 m

EDITAL Nº 244 /88-GM

Recebimento de propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o disposto no artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão em vigor, torna público que, transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias, contados do dia seguinte ao da publicação deste Edital no Diário Oficial da União, estará recebendo pelo prazo de 15 (quinze) dias, propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora, com as características e condições que se seguem:

1. Serviço : ONDA MÉDIA
2. Local : Bastos-SP
3. Frequência : 1470 kHz
4. Potência : Diurna : 1 kW
Noturna : 0,25 kW
5. Sistema irradiante : Onidirecional
6. S.1 altura da Torre : 055 m
7. Capital mínimo exigido : 200 (duzentas) MVR
8. Horário de funcionamento : Ilimitado

As demais condições deste Edital fazem parte do processo que lhe deu origem e encontram-se à disposição dos interessados na Diretoria Regional do DENTEL, em São Paulo-SP, situada na Rua Costa, 55 - Consolação, onde seus representantes legais deverão entregar suas propostas.

Brasília-DF, 12 de agosto de 1988.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Processo nº 5.906/88

De ordem do Sr. Chefe do Gabinete do Ministro, encaminhando-se o presente processo à Divisão de Radiodifusão do DENTEL.

Brasília, 16 de agosto de 1988.

PEIRO DE ALCANTARA DUTRA
Assessor
Chefe da Área de Expediente/GM

**CONDIÇÕES DE EDITAL PARA EXECUÇÃO E
EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

1 - ENTREGA DAS PROPOSTAS

As entidades interessadas na execução e exploração do serviço de radiodifusão deverão, por seu representante legal, apresentar suas propostas durante o horário de expediente, na Diretoria Regional do DENTEL em São Paulo à Rua Costa, nº 55 - Consolação

2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À ENTIDADE

2.1 - Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações:

2.1.1 - No requerimento deverá constar o endereço para correspondência;

2.2 - Ato constitutivo e alterações subsequentes, com as respectivas comprovações de registro ou arquivamento na repartição competente;

2.2.1 - Dos atos constitutivos das sociedades, deverão constar dispositivos declarando expressamente que:

2.2.1.1 - as cotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

2.2.1.2 - nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações;

2.2.1.3 - os administradores deverão ser brasileiros natos e a investidura nas cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações;

2.2.2 - No estatuto de Fundação deverá constar dispositivos relativos, apenas, aos subitens 2.2.1.2 e 2.2.1.3...

2.2.3 - As sociedades anônimas ainda não executantes do serviço de radiodifusão deverão apresentar, junto com seu estatuto, o quadro societário atualizado constando o número, o valor e o tipo das ações de cada sócio;

2.3 - Comprovante de que obteve assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, se a sede do município, objeto do Edital, estiver localizada dentro dos limites da Faixa de Fronteira;

2.3.1 - Ficam dispensadas da apresentação do documento de que trata o item anterior, as entidades já executantes de qualquer tipo de serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, devendo, entretanto, informar na proposta essa situação;

2.3.2 - As entidades já concessionárias permissionárias que, pela primeira vez pretendem executar serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, deverão providenciar a adaptação de seus atos constitutivos às disposições do Decreto nº 55.064, de 26 de agosto de 1950, a fim de obterem, através do DENTEL, o assentimento de que trata o item 2.3;

2.3.3 - As entidades que, para registrar ou arquivar seus atos constitutivos necessitem do assentimento do Conselho de Segurança Nacional, mencionado no item 2.3, deverão providenciar este documento, através do DENTEL, bem como o consequente registro ou arquivamento dos mesmos, antes da data prevista para a entrega da proposta.

2.4 - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como prova de cumprimento da legislação trabalhista referente à obrigação da proporcionalidade de brasileiros na entidade;

2.5 - Certidão de quitação de tributos federais, exceto quando se trata de microempresa;

2.5.1 - Os documentos enumerados nos itens 2.4 e 2.5 não precisarão ser apresentados pelas entidades que não tenham ainda iniciado suas atividades.

2.6 - Declaração firmada pelos administradores, conforme Anexo 1.

3 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA COTISTA OU ACIONISTA

3.1 - Prova da condição de brasileiro, feita mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade ou comprovante de naturalização, ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

3.1.1 - Fica dispensada da apresentação da prova de que trata o item acima, quem pertencer ao quadro societário de entidade executante de serviço de radiodifusão.

3.2 - Ficha de Cadastramento - Formulário DNT-145 (Anexo II), em 03 (três) vias, para os sócios que detêm 5% (cinco por cento) ou mais, das cotas ou ações representativas do capital social;

4 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA ADMINISTRADOR

4.1 - Prova da condição de brasileiro nato, mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade;

4.1.1 - Fica dispensada da apresentação da prova de que trata o item anterior, quem pertencer ao quadro diretivo de entidade já executante de serviço de radiodifusão.

4.2 - Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exerça ou haja exercido, no mesmo período, atividades econômicas, como administrador.

4.3 - Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

4.4 - Declaração assinada por todos os dirigentes, conforme, Anexo III;

4.5 - Ficha de Cadastramento - Formulário DNT-145, em 03 (três) vias;

4.5.1 - Os documentos a que se referem os itens 4.1 e 4.3 não precisarão ser apresentados pelos dirigentes que integram o quadro societário da entidade, uma vez que a apresentação dos mesmos será feita atendendo os itens 3.1 e 3.2;

4.6 - Todos os documentos, com exceção dos que tenham validade predeterminada e dos comprovantes de nacionalidade, deverão ser firmados, expedidos ou revalidados em data não superior a 60 (sessenta) dias da sua apresentação;

5 - DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

A demonstração dos recursos técnicos a que se refere o nº 5 do item 1 do artigo 14 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.537/55, deverá ser feita mediante indicação das características do transmissor e do sistema irradiante (Anexo IV) que a entidade pretende utilizar nas suas instalações, compreendendo: fabricante, tipo e modelo destes equipamentos.

6 - CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO PARA O EMPREENDIMENTO

6.1 - O capital mínimo exigido para o empreendimento de que trata o alínea "c", § 1º de artigo 11 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.537/55, é calculado em função da potência ou, no caso de FM, da classe da estação, conforme tabela abaixo, fixa da pela Portaria MC nº 310, de 11 de novembro de 1955.

ESTAÇÕES DE RADIOFISICÃO SORORA EM Onda MÉDIA, Onda CURTA E Onda TROPICAL

6.1.1 - Estações de potência até 500 W, inclusive 100, (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.2 - Estações de potência compreendida entre 500 W, inclusive, e 1 kW, inclusive - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.3 - Estações de potência compreendida entre 1 kW, exclusive, e 5 kW, inclusive - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.4 - Estações de potência compreendida entre 5 kW, exclusive, 10 kW, inclusive - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.5 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, exclusive, e 25 kW inclusive - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.6 - Estações de potência compreendida entre 25 kW, exclusive, e 50 kW, inclusive - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.7 - Estações de potência superior a 50 kW - 7000 (sete mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RADIOFISICÃO SORORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM

6.1.8 - Estações classe "C" - 100 (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.9 - Estações classe "B" - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.10 - Estações classe "A" - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.11 - Estações classe "Especial" - 1000 (mil) vezes maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SOM E IMAGEM (TELEVISÃO)

6.1.12 - Estações de potência até 2 kw, exclusiva - 1500 (mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.13 - Estações de potência compreendida entre 2 kw, exclusiva e 10 kw, exclusiva - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.14 - Estações de potência compreendida entre 10 kw, exclusiva e 25 kw, exclusiva - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.15 - Estações de potência igual ou superior a 25 kw - 7500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

2 - Os valores estabelecidos na mencionada Portaria nº 710, de 1965, referem-se a cada nova concessão ou permissão pretendida, considerada isoladamente, e o valor de referência, aqui considerado para o cálculo, é o vigente na data da publicação da Portaria;

A DEMONSTRAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DEVE SER FEITA DA SEGUINTE FORMA:

1 - No caso de entidade ainda não executante do serviço de radiodifusão:

7.1.1 - Quando o capital social da entidade for igual ou superior ao valor do capital mínimo exigido para o empreendimento e estiver totalmente integralizado de ou prevista, nos atos constitutivos, a integralização até a data de entrada em funcionamento da estação:

7.1.1.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

OBSERVAÇÃO: Se a entidade participar de mais de um Edital deverá, para cada um deles, apresentar, além do depósito de 50% (cinquenta por cento) do capital, minuta de alteração dos atos constitutivos onde conste o aumento do capital social de mais o valor do capital mínimo exigido para cada um dos serviços pretendidos;

7.1.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento ou for igual ou superior, mas não estiver totalmente integralizado, nem prevista a sua integralização até a data do início do funcionamento da estação:

7.1.2.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

7.1.2.2 - demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

nimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

2 - No caso de entidade executante do serviço de radiodifusão:

7.2.1 - Quando o capital social totalmente integralizado for igual ou superior à soma dos valores fixados na Portaria nº 710, de 1965, para cada um dos serviços, acrescida da quantia exigida para o novo empreendimento, a entidade fica isenta da demonstração de disponibilidade de recursos financeiros;

7.2.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento (escolher, uma das opções abaixo indicadas):

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou em outra instituição financeira, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do

valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) minuta de alteração dos atos constitutivos para elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor necessário para o novo empreendimento, na qual conste que a sua integralização total será efetivada até a data prevista para a entrada em funcionamento da estação;

SEGUNDA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.3 - Sendo a proponente uma fundação, executante do serviço de radiodifusão ou não, a comprovação dos recursos poderá ser feita de uma das seguintes maneiras:

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, ou através de outros meios que demonstrem a complementação do valor total do capital exigido para o empreendimento;

SEGUNDA: prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

7.4 - Os financiamentos com os fabricantes dos equipamentos ou com estabelecimentos de crédito nacionais não poderão ser contratados por prazo superior a 10 (dez) anos;

5 - QUADRO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

5.1 - A entidade deverá apresentar, em complementação à sua proposta, o quadro (Anexo V), para os fins das alíneas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 16, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 01.537, de 25 de outubro de 1965.

9 - PROGRAMAÇÃO

9.1 - Para efeito de preenchimento dos itens 7 e 8 do Anexo V, constante do iter anterior, a proponente:

considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural do serviço de radiodifusão deverá elaborar seus programas informativos, educativos (e ao vivo), bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, e de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes critérios:

9.1.1 - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;

9.1.2 - respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

9.1.3 - manutenção de elevado sentido ético, moral e cívico;

9.1.4 - fidelidade da interpretação e observância, na publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e da concorrência;

10 - DISPOSIÇÕES FIXAS

- 10.1 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, em originais legíveis, facultada a reprodução fotográfica, desde que as cópias sejam autenticadas e legíveis;
- 10.2 - A aceitação das propostas não implicará na obrigatoriedade da outorga, podendo o Edital ser cancelado por interesse da Administração, mediante ato do Ministro das Comunicações, nos termos do artigo 12 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, sem que as proponentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização;
- 10.3 - Constatada falta ou incorreção na documentação que acompanha a proposta, o DENTEL poderá conceder um prazo de até 15 dias à proponente para supri-la.
- 10.3.1 - Nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e nos Territórios do Amapá e Roraima, a exceção das capitais dos citados Estados, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.
- 10.4 - O Ministro de Estado das Comunicações poderá autorizar a juntada de documentos ao processo das proponentes e determinar seu restituição.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

Ofício : Nº 1131 /SP04 em 31/08/88

Do : Diretor Regional do DENTEL em São Paulo

Endereço : Rua Costa, 55 - Consolação - 01304 - São Paulo/SP

Assunto : Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Bastos/SP

Assunto : Solicitação - Far

Pelo presente, informamos a V.Exa. que foi publicado no Diário Oficial da União de 16/08/88, o Edital nº 244/88, referente a exploração de serviços de radiodifusão sonora em onda média nesse Município.

Outrossim, comunicamos que o prazo para entrega das propostas, nesta Diretoria, instruídas com a documentação exigida pelo Edital, terá seu início em 01/10 e término em 17/10/88.

Desta forma, solicitamos a V.Exa. a gentileza de dar a máxima divulgação ao Edital nº 244/88, entre os órgãos de imprensa local e outros meios de comunicação.

Atenciosamente,
MARCELO APARECIDO COUTINHO DA SILVA

p/delegação,

NILTON APARECIDO LEAL
Chefe da Seção de Radiodifusão

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO

TERMO DE APENSAÇÃO

Proc. nº 29000.005906/88 - CM - BASTOS/SP - 244/88

As propostas entregues nesta Diretoria Regional, foram numeradas da seguinte maneira:

PROPOSTA 01 - ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA
Apresentada em 05 de outubro de 1.988, tendo sido protocolizada sob nº 29100.002214/88.

PROPOSTA 02 - RADIO ORIENTAL LTDA

Apresentada em 12 de outubro de 1.988, tendo sido protocolizada sob nº 29100.002259/88.

PROPOSTA 03 - RADIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

Apresentada em 13 de outubro de 1.988, tendo sido protocolizada sob nº 29100.002268/88.

Nesta data, apensei ao processo as referidas propostas que passarão a fazer parte integrante do mesmo até a data de outorga.

E, para constar lavrei o termo que vai por mim assinado.

São Paulo, 17/10/88

NILTON APARECIDO LEAL
Chefe da Seção de Radiodifusão

MC - DENTEL

PROCESSO Nº 29000.005906/88

PARECER Nº _____/____

Senhor Chefe da Seção.

Analisando as propostas apresentadas, diante do que dispõe o título III do presente Edital, informamos que os equipamentos indicados pelas proponentes no Anexo IV de seus respectivos processos, atendem às Condições do Edital.

Rui Arazi
Engenheiro

NOTA - No caso de serviços, em AM, observar-se a potência de saída do transmissor é compatível com a indicada no Edital.

MC - DENTEL

DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE RADIODIFUSÃO

SETOR JURÍDICO

PROCESSO Nº 29000.005906/88-07

JUNTOS : 29100.002214/88

29100.002259/88

29100.002268/88

ASSUNTO : EDITAL Nº 244/88

PARECER SRAD Nº 272/88

EMENTA:

Convocação de interessados na execução e exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

Acorreram ao chamamento ao Edital acima indicado as seguintes entidades:

- a) ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA
- b) RADIO ORIENTAL LTDA
- c) RADIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

PROCESSO Nº 29100.002214/88

A proponente ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

- Fl. 02/03 Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
- Fl. 04/08 atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
- Fl. 04/05 cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR; cláusulas quarta, quinta e sexta do Contrato Social;
- Fl. DISP certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
- Fl. DISP relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
- Fl. 28 Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integral do quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
- Fl. 05/30 comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento; cláusula décima do contrato social e recibo de depósito bancário;
- Fl. DISP minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;

PROCESSO Nº 29100.002214/88

- Fl. 31/34 recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
- Fl. 35/36 quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
- Fl. DISP assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
- Fl. 09, 11 prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
- Fl. 11 prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
- Fl. 27 prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
- Fl. 13, 16 Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
- Fl. 29 declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

PROCESSO Nº 29100.002259/88

A proponente RADIO ORIENTAL LTDA instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

- Fl. 02 Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
- Fl. 20/26 atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
- Fl. 22, 24 cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR; cláusulas quinta, sexta e § único da cláusula décima-terceira;
- Fl. DISP certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
- Fl. DISP relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
- Fl. 06 Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integral do quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
- Fl. 11, 22 comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento; recibo de depósito bancário e cláusula décima do contrato social;
- Fl. DISP minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;

PROCESSO Nº 29100.002259/88

- Fl. 08 recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
- Fl. 09/10 quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
- Fl. DISP assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
- Fl. 16/18 prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
- Fl. 16 prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
- Fl. 15 prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
- Fl. 12/13 Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
- Fl. 07 declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPONENTES

À consideração do Sr. Diretor desta Divisão.

Brasília, 30 de dezembro de 1988

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA
Chefe da Seção de Assuntos Jurídicos

MC - DENTEL

PROCESSO Nº 29.000-003906/88-07

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

EM 13 / 10 / 1.988

CARLOS MARQUES PEREIRA - Sócio - Gerente

Senhor Secretário-Geral.

ASSUNTO: Trata o presente processo do Edital nº 244/88, para outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

ESTUDO
SINTÉTICO: No prazo estipulado, ocorreram ao chamado as seguintes entidades:

- ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.
- RÁDIO ORIENTAL LTDA.
- RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA.

O processo foi examinado pela Diretoria Regional do DENTEL em São Paulo (despacho de fls. 23 e parecer nº 272/88, e pela Divisão de Radiodifusão deste Departamento (Informação RAD nº 238/88), constatando-se que as entidades supramencionadas atenderam aos pressupostos do Edital.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, está o processo em condições de ser submetido à elevada consideração do Senhor Presidente da República.

Brasília, 03 de janeiro de 1989

ROBERTO ROLIS MONTES DE SOUZA
Diretor-Geral do DENTEL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO PAULO

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número 29.000.003906/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA para executar o serviço de RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA nos termos do EDITAL Nº 244/88/GM. A proposta compreende 027 folhas numeradas e rubricadas.

São Paulo, 13 de OUTUBRO de 1.988

CARLOS MARQUES PEREIRA
Sócio - Gerente

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA., firma com sede à rua Duque de Caxias, nº. 366, na Cidade de Bastos, Estado de São Paulo, devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº. 35-2-0827402-1, e no C.G.C./MF. sob nº. 59.535.740/0001-75, por seu sócio Gerente "in fine" assinado, tendo tomado conhecimento do Edital nº. 244 de 12.08.88, publicado no DOU de 16.08.88, reverenciosamente vem submeter-se às condições do mesmo e requerer a outorga da execução e exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Bastos, Estado de São Paulo, cumprindo para isso, todas as exigências determinadas, fazendo-se a juntada em anexo dos documentos pertinentes.

Termos em que,

P. Deferimento.

Bastos (SP), 13 de outubro de 1988

RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA.
CARLOS MARQUES PEREIRA
Sócio-Gerente

RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

CONTRATO SOCIAL

CARLOS MARQUES PEREIRA, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado à Rua Vamiro, 120, Tupã, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade nº 4.170.145-SSM/SP e inscrito no CIC sob nº 369.425.108-15, CAR FERNANDO SANCHEZ, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Guarani, 836, Tupã, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade nº 4.337.113-SSM/SP e inscrito no CIC sob nº 407.745.978-871

CLÁUSULA I - A Sociedade gira sob a denominação social de RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA. e terá como principal objetivo a instalação e execução de serviço de radiodifusão sonora, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sons, de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal, de concessão

ou permissão nesta localidade, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II - A Sociedade tem sua sede social na Rua Duque de Caxias, 366, Bastos, Estado de São Paulo, podendo a critério de sócios que representem 2/3 (dois terços) do capital social e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em qualquer parte do território nacional, respeitadas as prescrições legais e podendo, para tanto, fazer os depósitos de capital social necessários.

CLÁUSULA III - O Foro da Sociedade é o Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, que fica eleito com a exclusão de qualquer outro, seja qual for o domicílio das partes, por mais especial ou privilegiado que seja, para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste contrato.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo ela ser dissolvida a qualquer tempo pelo consentimento de sócios que representem a maioria do capital social, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - Na dissolução anível, os sócios que representem a maioria do capital social, indicam dentre os cotistas aquele que irá cuidar da liquidação da sociedade.

CLÁUSULA VI - Na simples divergência administrativa, as dúvidas das sociais serão dirimidas extrajudicialmente, por árbitros em número ímpar, nomeados pelos sócios.

CLÁUSULA VII - Não se dissolve a Sociedade, nem entrará em liquidação em caso de morte, retirada, falência,

insolvência, interdição, incapacidade definitiva ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral na sociedade no prazo de 60 (sessenta) dias, da data do evento, e os haveres apurados serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro do sócio falecido, ou ao sócio que se retirar, ou aos representantes legais do sócio que for declarado falido, insolvente, interdito, incapaz ou inabilitado, conforme mais adiante indicado.

CLÁUSULA VIII - O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), representado por 2.000.000 (dois milhões) de cotas de R\$ 1,00 (um cruzado) cada uma, assim distribuído:

- a) - ao sócio CÂMLLOS MARQUES FERREIRA, 1.000.000 - (um milhão) de cotas de R\$ 1,00 (um cruzado) cada uma, no valor total de R\$ 1.000.000,00 - (um milhão de cruzados);
- b) - ao sócio ALMAIR PINHEIRO LANCHES, 1.000.000 - (um milhão) de cotas de R\$ 1,00 (um cruzado) cada uma, no valor total de R\$ 1.000.000,00 - (um milhão de cruzados).

CLÁUSULA IX - O capital social será integralizado em moeda corrente nacional na forma seguinte:

- a) - 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do presente instrumento;
- b) - 50% (cinquenta por cento) restantes, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação, no Diário Oficial da União, de ato do Poder Público Concedente que atribua a sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA X - A responsabilidade dos sócios nos termos do art. 2º *in fine*, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada a importância total do capital social.

CLÁUSULA XI - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA XII - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas dependendo qualquer alteração contratual, assim como qualquer transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XIII - A Sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros, e os Administradores brasileiros natos, sendo que a investidura nos cargos somente ocorrerá depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XIV - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Sociedade caberão somente a brasileiros natos ou como dispuser a Constituição Federal.

CLÁUSULA XV - O quadro de funcionários da Sociedade é formado preferentemente de brasileiros, ou no mínimo, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XVI - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XVII - A Sociedade é administrada por dois de seus sócios cotistas - os sócios Gerentes eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, nos quais compete, *inter alia*, ou cada um de per si, e uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, e eles cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos gerentes de Sociedade por Cotas de Responsabilidades Limitada, a fim de garantir o funcionamento da empresa, podendo, para tanto, praticar todos os atos que se tornem necessários.

CLÁUSULA XVIII - Ficam investidos nos cargos de Sócios Gerentes os cotistas CARLOS MARQUES PEREIRA e ADRIAN FILIPE SANCHES, eximidos de prestar caução de qualquer espécie em garantia de suas gestões.

CLÁUSULA XIX - Os Sócios Gerentes, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos.

CLÁUSULA XX - É expressamente proibido aos Sócios Gerentes, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, - alheios aos fins sociais, assim como em nome da Sociedade, prestar fianças, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que delas não resultem obrigações para a sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLÁUSULA XXI - Para que tenham valor, serão sempre assinados pelos Sócios Gerentes os contratos e documentos que impliquem responsabilidade social, exceptuados aqueles relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado; à concessão de avais, fianças, cauções, bem como à contratação de empréstimos de qualquer natureza em nome da Sociedade, seja como mutuante, seja como mutuária; e à nomeação de procuradores para gerir e administrar a empresa, que deverão ser assinados pelos sócios Gerentes e por sócios que representem a maioria do capital social.

CLÁUSULA XXII - A título de pro labore, os Sócios Gerentes, poderão retirar mensalmente importância fixa, - convenienciada entre os cotistas que representam a maioria do capital social, para vigir num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao salário mínimo, não ultrapasse os limites da assistência da legislação em vigor, sendo o produto bruto obrigatório desde logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa, e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XXIII - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja autorização do Poder Público Concedente. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido apurado em balanço, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XXIV - Os sócios poderão ceder parte ou a totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja a - através dos sócios exercido ou não, o direito de preferência - dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação de vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos poderes Públicos.

CLÁUSULA XXV - No caso de morte de um dos sócios, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro, a faculdade de opor/

(op-)tar entre:

a) - a sua participação na Sociedade, e que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Público Concedente; e

b) - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão dos cotas, de acordo com os termos da Cláusula VII única aplicável, caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA XXVI - Ocorrendo as hipóteses previstas na letra - "b" da cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite, ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, sendo a primeira 30 (trinta) dias após a apresentação à Sociedade de autorização judicial que permita formalizar inteiramente a operação, inclusive junta à repartição competente.

CLÁUSULA XXVII - O cônjuge sobrevivente, ou o herdeiro, notificará por escrito a Sociedade, no decorrer dos 30 (trinta) dias da abertura da sucessão, se deseja ou não, - participar da sociedade. Até que se ultime no processo de inventário a partilha dos bens do falecido pelo de cujus, incumbirá ao inventariante para todos os fins legais, a representação - ativa e passiva dos interessados perante a Sociedade, mediante a autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XXVIII - O valor das cotas e lucros, bem como quaisquer outros créditos do sócio retirante, fixado, inscrite, intestado, incapaz ou inabilitado, que não tenham vencimentos pré-fixados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano. Em qualquer caso, não se computarão, para efeito tais haveres, as importâncias destinadas ao Fundo de Depressão em Mortificação.

CLÁUSULA XXIX - As alterações que impliquem alteração deste estatuto social resultam de votos representando a maioria do capital social.

CLÁUSULA XXX - Em qualquer decisão de que trata a cláusula anterior, deverá ser a convocação dos sócios, quer mediante carta ou aviso de recebimento, quer por edital público, sendo por 2 (duas) vezes no Diário Oficial do Estado ou 2 (duas) vezes em jornal local de grande circulação, contendo, além do local, a data e hora da sessão, a indicação da matéria que está sendo submetida à deliberação dos sócios, acompanhada de - prévia e sucinta exposição de motivos.

CLÁUSULA XXXI - A cada cota, corresponde um voto nas decisões coletivas.

CLÁUSULA XXXII - O instrumento de alteração do contrato social será assinado necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e resolução dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXXIII - O sócio que não concorder com qualquer alteração feita neste instrumento, mediante deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, manifestada nos termos das cláusulas anteriores, poderá optar entre continuar na sociedade modificada, ou dele retirar-se sem que se dissolva a sociedade, ficar em seu capital e lucros, de conformidade com as cláusulas VII e XVIII, deste instrumento.

CLÁUSULA XXXIV - É reconhecido aos sócios que representem a maioria do capital social o direito de promover, mediante alteração do contrato social, a exclusão de sócio culpado de grave violação dos deveres associativos.

CLÁUSULA XXXV - Considera-se grave violação dos deveres associativos para os efeitos da cláusula anterior:

- 1º) - Violar alguma das estipulações do contrato social, como as da Cláusula XII;
- 2º) - Faltar por 3 (três) vezes seguidas, sem justificativa por escrito, às reuniões de convocação de que trata a Cláusula XIV para os fins mencionados na Cláusula XII;
- 3º) - tornar-se incapaz, interdito ou insolvente;
- 4º) - deixar de cumprir as obrigações por insolvibilidade, fuga, ausência prolongada ou para lugar não sabido, perpetração de crime, má conduta, descuido, inimizade com os demais sócios, provocação de discórdia entre eles, desinteligência continuada e outros fatos análogos;
- 5º) - Fazer concorrência desleal à sociedade;
- 6º) - agir ou omitir-se de tal forma que possa colocar a Sociedade em situação de ilegalidade ou irregularidade, ou que possa importar infração à legislação de radiodifusão, ou não atendimento às exigências formuladas pelo órgão público concedente; e
- 7º) - cometer à Sociedade o crime ou contravenção que o inhabilita para a prática do comércio.

CLÁUSULA XXXVI - Se houver o sócio excluído serão apurados os danos de que trata a Cláusula VII e serão-lhe pagos em moeda nacional de contado, mediante depósito no Banco do Brasil, ou como for conveniente.

CLÁUSULA XXXVII - O exercício social coincidirá com o ano civil no fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios, na proporção de sua cota.

CLÁUSULA XXXVIII - O sócio poderá manifestar-se sobre o balanço dentro de 30 (trinta) dias de seu encerramento e o silêncio equivalerá a sua aprovação.

CLÁUSULA XXXIX - A distribuição de lucros será sempre custada, quando verificada a necessidade de atender a despesas individuais ou que impliquem o funcionamento da estação.

CLÁUSULA XL - A sociedade por meios de seus sócios cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas vigentes e recomendações que lhe forem feitas pelo órgão público concedente, referente à radiodifusão.

CLÁUSULA XLI - Os sócios terão conhecimento dos livros, registros e documentos e quando isso pareça conveniente e indispensável à administração dos Sócios Gerentes e outros interessados.

CLÁUSULA XLII - O início das atividades da Sociedade ocorrerá na data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA XLIII - Enquanto a Sociedade não for, ou deixando

de ser, concessionária ou permissionária do serviço de radiodifusão, poderá alterar o presente instrumento sem necessidade de prévia autorização do órgão público concedente.

CLÁUSULA XLIV - Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelas quais a Sociedade se regerá, e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA XLV - Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos na Lei que os impedem de exercer atividades mercantis.

Por assim estarem justos e contratados, de comum acordo compareceram e assinaram o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, no aniversário de 12 (doze) de 1990, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as

testemunhas presenciais abaixo, para que produza os efeitos legais.

Bastos, 20 de Setembro de 1.985.

CARLOS MARQUES PEREIRA

ADENAR FERNILDO SARGENT

TESTEMUNHAS

Shirley Aparecida de Sousa Lobo

Maria Lúcia Nunes de Carvalho

ATO DE DECLARAÇÃO SOCIAL POR TUM DO DE-ITO

RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

CARLOS MARQUES PEREIRA
Sócio Gerente -

RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

ADENAR FERNILDO SARGENT
Sócio Gerente -

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

1.1 - fabricante: SKE-SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRONICA LTDA

1.2 - tipo e/ou modelo: RTA-1000A homologação 0087/83

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - fabricante:

2.2 - tipo e/ou modelo:

3 - SISTEMA IRRADIANTE

3.1 - fabricante: STP-SOCIEDADE TECNICA PAULISTA S/A.IND.COM.

3.2 - tipo e/ou modelo: 35/1

BASTOS (SP) 11. outubro de 1985

(local) (data)

(representante legal)

CARLOS MARQUES PEREIRA
SÓCIO GERENTE

Proc. nº 29100.002268/88

Entidade: RÁDIO COMUNICAÇÃO REGIONAL BASTOS LTDA

Sr. Chefe do SRAD,

Tendo em vista que a entidade não instruiu convenientemente sua proposta de habilitação ao Edital nº 244/88, de 16.08.88, elaboramos ofício para eventual aprovação, formulando as exigências necessárias.

Setor Jurídico, 04/11/88

FRANCISCO MONTONI JUNIOR
Assistente Jurídico

De acordo

Espeça-se o ofício.

SRAD/DR, 04/11/88

WILSON APARECIDO LEAL
Chefe da Seção de Radiodifusão

2º TERCIONATO
VALDIR TEODORO MARCIA
1981

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício nº 1349/SP04J em, 24/11 68
 De : Diretor Regional de DENTEL em São Paulo
 Endereço : Rua Costa, 55 - Consolação - 01304 - São Paulo/SP
 Ao : Sr. Diretor da Rádio Comunicação Regional Bastos Ltda
 Assunto : Solicitação - fax
 Ref. : Processo nº 29100.002268/68

Relativamente ao Edital nº 144/68 que visa a execução e exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, cumpre-nos informar que a proposta apresentada por essa entidade foi analisada por esta Diretoria Regional, tendo sido julgada incompleta devido a falta das certidões de quitação com a Justiça Eleitoral, em nome de ambos os dirigentes, conforme sub-ítem 4.3 das Condições do Edital.


Assim sendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste, deverá essa entidade remeter a esta Diretoria Regional, a documentação acima mencionada, suprimindo as falhas indicadas.

O não atendimento ao solicitado, no prazo previsto, implicará a desclassificação dessa entidade.

Atenciosamente

MARCELO APARECIDO COSTINHO DA SILVA

POR DELEGAÇÃO


 MILTON APARECIDO LEAL
 Chefe da Seção de Radiodifusão

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
 DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO PAULO

TERMO DE INSTAURAÇÃO

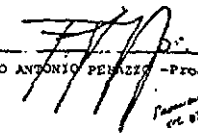
Instaurei, nesta d. a, o processo que recebeu o número 29100.002268/68; nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da RÁDIO ORIENTAL LTDA para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média nos termos do Edital nº 144/68. A proposta compreende 018 folhas numeradas e rubricadas.

São Paulo, 12 de Outubro de 1960


 Fernando Antonio Pelazzi
 Chefe de Seção

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

Em 12 / 10 / 1960


 FERNANDO ANTONIO PELAZZI - Procurador

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

RÁDIO ORIENTAL LTDA, Sociedade constituída por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fôco na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, à Rua Ademir de Barros nº 113, atendendo ao que dispõe o item 1, de letra A - DOCUMENTOS RELATIVOS À ENTIDADE - do Edital nº 144/68-GH, do Ministério das Comunicações, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 1968, vem, muito respeitosamente, requerer a Vossa Excelência, se digne mandar examinar sua proposta para execução dos serviços de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, considerando-se:

- | | |
|-----------------------------|-----------------------|
| 1. Serviço | : ONDA MÉDIA |
| 2. Local | : Bastos-SP |
| 3. Frequência | : 7470 KHz |
| 4. Potência | : 1 KW |
| | : 0,15 KW |
| 5. Sistema irradiante | : Ondidirecional |
| 5.1 altura da Torre | : 655 m |
| 6. Capital mínimo exigido | : 200 (duzentas) MVR. |
| 7. Horário de funcionamento | : Ilimitado |

A Sociedade, por seu Diretor abaixo assinado DECLARA, desde já e executar os serviços pretendidos cumprindo todas as exigências jurídicas legais, bem como, se vier a merecer o ato de outorga, a observar as leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Decisões e Normas em vigor e outros que vierem a vigor, e emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, e acatativos à legislação de radiodifusão em geral.

Termos em que,
 P. Deferimento.

Bastos, 03 de outubro de 1968.


 JOSÉ ANANIAS NETO
 Diretor-Geral


EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

RÁDIO ORIENTAL LTDA, entidade constituída na forma da lei, com finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, nos termos do Edital nº 144/68, do Ministério das Comunicações, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 1968, se obtiver, legalmente, o ato de outorga de permissão dos serviços pretendidos, deverá operar na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, cumprindo o seguinte horário de funcionamento:

01. DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO

Horário Ilimitado

Bastos, 03 de outubro de 1968.


 JOSÉ ANANIAS NETO
 Diretor-Geral

PROGRAMAÇÃO

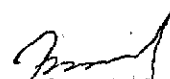
RÁDIO ORIENTAL LTDA, declara que se compromete a elaborar sua programação de informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicar

data comercial e o serviço noticioso de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, os seguintes critérios:

- Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- respeito às diferenças regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;
- manutenção de elevado sentido ético, moral e cívico;
- fidedignidade da informação, e observância, na publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16 §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967, e das Normas aprovadas pela Portaria MC nº 55, de 15 de janeiro de 1.974.

Bastos, 03 de outubro de 1.988.


JOSE ANANIAS NETO
Diretor-Gerente

SENO SR. DIRETOR REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
EM SÃO PAULO.

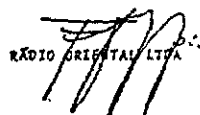
RADIO ORIENTAL LTDA, inscrita no CGC/MF sob nº
59.314.457/0001-14, candidata à execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bastos, Estado de São Paulo (Edital nº 244/88), vem, respeitosamente à presença de V.Sa, complementar sua documentação institucional, apresentando:

- Contrato Social devidamente registrado na JUCESP.

Isto posto, solicitamos a juntada do presente ao processo nº 22.100.002.154/88.

Termos em que,
P. Deferimento.


Bastos, 16 de outubro de 1.988


RADIO ORIENTAL LTDA

RADIO ORIENTAL LTDA

- CONTRATO SOCIAL

JOSE ANANIAS NETO


Brasileiro, casado, radiodifusor, residente e domiciliado na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Dilligou nº 403, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.466.769, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF sob nº 152.990.908-20;

JUAN JOSE FONSECA AGUDO

Brasileiro, casado, radiodifusor, residente e domiciliado na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, à Rua Antônio Dilligou nº 231, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.478.704, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF sob nº 305.162.414-35;

TAKAMI SHIBATA

Brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, à Rua Ademar de Barros nº 113, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.178.435, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF sob nº 132.445.178-20;

CONSTITUIEM.

entre si, e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cozas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á RADIO ORIENTAL LTDA, e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens [televisão], onda curta e onda tropical, mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suposição dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade têm como endereço a cidade de Bastos, Estado de São Paulo, à Rua Ademar de Barros nº 113.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome. Se necessário for a sua dissolução, serão observadas as disposições da Lei.

CLÁUSULA QUINTA

A Sociedade se compromete, por seus Diretores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencem aos sócios, brasileiros e não brasileiros, e são alienáveis e inalienáveis, diretas ou indiretas, e estrangeiros e pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as leis, os decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despacho emanados do Ministério das Comunicações ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a virar, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA OITAVA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá executar serviços nem obter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no país, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 234, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentas mil cruzeiros), representado por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil cotas), no total, cada uma, de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), e subscritas pelos sócios

COTISTAS	Nº COTAS	VALOR Cr\$
JOSE ANANIAS NETO	- 420.000	- Cr\$ 420.000,00
JUAN JOSÉ FONSECA AGUDO	- 460.000	- Cr\$ 460.000,00
TAKAMI SHIBATA	- 320.000	- Cr\$ 320.000,00
TOTALS	- 1.200.000	- Cr\$ 1.200.000,00

§ ÚNICO:- De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.701, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A integralização do Capital Social será efetivada em moeda corrente nacional pelos sócios, a saber:

- 10% (dez por cento), ou seja, Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), neste ato;
- 90% (noventa por cento), ou seja, Cr\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil cruzeiros), com integralização total do Capital Social, em até 24 (vinte e quatro) meses da data da assinatura do presente contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As cotas são individuais em relação à Sociedade que, para cada uma delas, são reconhecidas por propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelo sócio JOSÉ ANANIAS NETO, nas funções de DIRETOR-GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, com o selo e a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a apresentação de procuração.

§ ÚNICO:- Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos, após nomeação pela entidade concedente ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

O Diretor terá como remuneração mensal a quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima-Terceira deste instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estabelecidos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos do estipulado na cláusula Quinta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio - retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, e a capital e os lucros auferidos no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado se ocorrer o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, se

sem apurados, serão pagos em 10 (vinte) parcelas, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução nº 21/63, de então em vigor, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 1966. Se, entretanto, desajarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o Quadro Social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores.

para de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 21 (vinte por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-NOVA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da empresa. O Balanço Geral Anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

§ ÚNICO:- Se acusados (sem prejuízo os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de cada um.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.703, de 10 de janeiro de 1.979 a cuja fiel observância como das demais cláusulas deste Compromisso, se obrigam Diretores e Sócios.

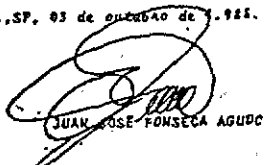
CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA

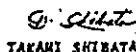
Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

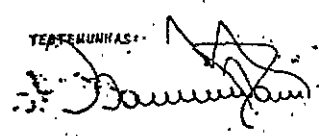

Bastos, SP, 03 de outubro de 1.988.


JOSÉ ANANIAS NETO


JUAN JOSÉ FONSECA AGUDO


TAKAMI SHIBATA

TESTEMUNHAS:

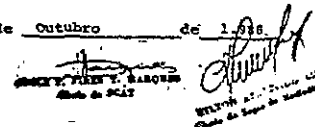



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO PAULO

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número 29100002214/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta de ORGANIZAÇÃO KIMURA NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA para executar o serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias nos termos do Edital nº 244/88/DT. A prp posta compreende 041 folhas numeradas e rubricadas.

São Paulo, 05 de Outubro de 1.988.


DIRETOR REGIONAL DO DENTEL

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

Em 05 / 10 / 1.988


KERE NAKAYA - Sócio-Gerente

EXM. SR.
MINISTRO DO ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SR. MINISTRO:

Organização Kimura Nakaya de Radiodifusão Ltda., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes da Fazenda sob o nº 50.426.346/0001-07 devidamente, constituída da forma de lei com sede e foro à Av. 18 de Junho nº... 357, Bastos, Estado de São Paulo, tendo tomado conhecimento através do Diário Oficial da União de 16/08/88 do Edital nº 244/88, mandado publicar por esse Ministério convidando os interessados na execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na localidade de Bastos, Estado de São Paulo onde existe a possibilidade técnica de uma emissora em Ondas Médias, para operar no canal de 1470 KHz com (1/ 25) Kw de potência, por seu diretor, infra assinando vem dizer que deseja executar tal serviço e que se compromete desde agora atender as exigências de ordem técnica ou jurídica, que lhe sejam formuladas pelo Poder Público concedente.

Declara ainda que se com a elaboração de seus programas informativos, educativos e ao vivo bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso de forma a contribuir para o desenvolvimento da nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, os seguintes critérios:

a) - Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;

b) - Respeito às diferenciações regionais

da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

c) - Manutenção do elevado sentido moral e cívico;

d) - Fidedignidade da informação, na publicidade de principais êticos industriais e à proteção do público e do consumidor.

Além que declara:

A programação atenderá às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16 §§ 1º e 2º do Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967, e das Normas Interministerial nº 568, de 21 de Outubro de 1980.

Termo em que respeitosamente,
Pede Deferimento.


RENE NAKAYA.

CONTRATO SOCIAL

04

"ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA"

TAKEO KIMURA, brasileiro, viúvo, médico, inscrito no CPF/MF sob o número 003.735.689-20, portador da Cédula de Identidade nº 702.926, residente e domiciliado à Av. 18 de Junho, 353 - Centro, BASTOS-SP; RENE NAKAYA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.433.358-89, portador da Cédula de Identidade nº 7.573.713, residente e domiciliado à Rua Barão do Rio Branco, 756, Jardim Carajás, BASTOS-SP; IONE KIMURA NAKAYA, brasileira, casada, psicóloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.876.868-05, portadora da Cédula de Identidade nº 7.327.165, residente e domiciliada à Rua Barão do Rio Branco, 756, Jardim Carajás, BASTOS-SP, constituem entre si e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a finalidade de explorar a Concessão ou Permissão que lhe for outorgada por ato dos Poderes Públicos, para prestar serviços de Radiodifusão Sonora, quer de onda média e frequência regulada nesta cidade BASTOS, Estado de São Paulo, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade denominar-se-á "ORGANIZAÇÃO KIMURA-NAKAYA DE RADIODIFUSÃO LTDA", tendo foro e sede na cidade de BASTOS à Av. 18 de Junho, 353, centro, BASTOS - Estado de São Paulo-SP.

Parágrafo Único: A sociedade identificar-se-á, também com a denominação fantasia de "NAKAYA DIFUSORA BASTOS"

CLÁUSULA SEGUNDA: De objetivos expressos da sociedade e de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967, que institui o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão

a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa e sua necessária expansão, de acordo com os limites fixados e nas formas estabelecidas em legislação específica.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade é constituída para vigência por prazo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da Concessão, ou Permissão em seu nome. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade se compromete por seus sócios, a não efetuar alteração neste Contrato Social sem que tenha para isso sido planejada e legalmente autorizada previamente pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA QUINTA: As cotas representativas do Capital Social em sua totalidade, pertencerão sempre, a brasileiros e são inalienáveis e incoionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SEXTA: Os administradores serão brasileiros natos e a sua investidura no cargo poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade se obriga a observar, com rigor, que as leis, Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigentes e a vigor, referentes à legislação de Radiodifusão Sonora em geral.

CLÁUSULA OITAVA: A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA: A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora no País, além dos limites previstos pelo Artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Capital Social é de Cr\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil cruzados), representado por 250.000 (duzentos e cinquante mil) cotas, cada uma de Cr\$ 10,00 (dez cruzados), subscritas pelos sócios na forma que se segue:

COTISTA	Nº DE COTAS	VALOR EM Cr\$
YF O KIMURA	125.000	1.250.000,00
RENE NAKAYA	62.500	625.000,00
IONE KIMURA NAKAYA	62.500	625.000,00
TOTAL	250.000	2.500.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10.01.1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A integralização do Capital Social será efetuada em moeda corrente nacional, e se duas (2) parcelas iguais, sendo:

a) A primeira, ou seja, Cr\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzados), integralizada neste ato, assim realizada:

COTISTA	Nº DE COTAS	VALOR EM Cr\$
TAKEO KIMURA	62.500	625.000,00
RENE NAKAYA	31.250	312.500,00
IONE KIMURA NAKAYA	31.250	312.500,00
TOTAL	125.000	1.250.000,00

b) a segunda, ou seja Cr\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzados), com integralização total do Capital Social de 180 (cento e oitenta) dias após a data em que o Governo Federal publicar no Diário Oficial da União o Ato de Outorga da Concessão

2. Programação noticiosa e informativa: com um tempo de programação noticiosa superior ao mínimo exigível, as notícias e reportagens serão transmitidas em todos os horários possíveis, dando-se importância maior aos acontecimentos locais, regionais e nacionais através de notícias, reportagens e outras matérias de aspectos informativo de qualquer natureza, como por exemplo esportes, previsão do tempo, saúde e agropecuária; será inserido em

cadela o noticiário internacional específico, principalmente aque-
le que seja interessante aos nossos países, verificada sempre, a origem
das fontes informativas; serão irradiados os programas de interesse
do Governo sempre com a Agência da "Empresa Brasileira de Notícias"
além de serviços de utilidade pública e de campanhas educativas em
geral.

2 - Cultural: A música popular brasileira em
todos os seus gêneros será maior objetivo. Destaque maior será
dado ao cancioneiro folclórico regional que terá na música regional
uma expressão viva da cultura e tradições da região de Santos (SP).
Esta programação obedecerá a um critério rigoroso de seleção, visan-
do constante aperfeiçoamento da programação e estimulando os "Progra-
mas de Auditório" com vistas ao surgimento de novos valores locais
e regionais.

3 - ao vivo: Como já exposto a Entidade contará com um pequeno
auditório onde terão lugar os certames musicais, gincanas, etc...
Além disso, as apresentações diárias obedecerão a regulamentação da
matéria e se fará irradiar programas gravados em sua primeira apresen-
tação na emissora, pelo menos três horas por dia.

4 - Educativa: Em observância a este item, serão irradiadas audi-
ções "Didática-Educativas" Para fornecer aos ouvintes as perspecti-
vas do nosso País, seus vultos históricos, fatos, suas datas cívicas
e efemérides relacionadas com a região, o Estado e a Nação, totalizan-
do diariamente, uma hora e trinta minutos pelo menos.

5 - Comercial: As mensagens comerciais serão programadas de for-
ma a permitir a manutenção econômica e financeira da empresa. As ir-
radiações serão feitas em forma de "textos", "gingles" ou "sports", nun-
ca ultrapassando os limites de tempo autorizados não se inserindo nu-
nhum intervalo comercial excedente a três minutos.

PROGRAMAÇÃO

06:00h prefixo e início dos trabalhos;

06:01h alvorada musical - música alegre e instrumental, hora certa e
comerciais;

06:28h prefixo - hora certa e utilidade pública;

06:30h música folclórica ao vivo;

06:55h prefixo - hora certa - previsão de tempo - próxima atração e
utilidade pública;

07:00h programa educacional;

07:28h prefixo - hora certa - próxima atração;

07:30h musical variado;

07:57h prefixo - hora certa - notícias e utilidade pública;

08:00h jornal falado - noticiário geral e local;

08:28h prefixo - hora certa - próxima atração;

08:30h programa educacional;

08:45h música brasileira ao vivo;

09:00h prefixo - hora certa - utilidade pública - próxima atração;

09:03h parada de sucessos;

09:26h prefixo - hora certa - utilidade pública;

09:30h parada de sucessos;

09:55h prefixo - hora certa - próxima atração;

10:00h música regional ao vivo;

10:28h prefixo - hora certa - utilidade pública;

10:30h música regional ao vivo;

10:55h prefixo - hora certa - próxima atração;

11:00h música internacional variada.

11:26h prefixo - hora certa - próxima atração;

11:30h jornal falado - noticiário local e internacional;

11:57h prefixo - hora certa - próxima atração;

12:00h música de todos os tempos;

12:28h prefixo - hora certa - noticiário - próxima atração e utilidade
pública;

12:30h resenha esportiva;

12:58h prefixo - hora certa - próxima atração;

13:00h musical variado;

13:28h prefixo - hora certa - próxima atração;

13:30h musical variado;

13:57h prefixo - hora certa - próxima atração - utilidade pública;

14:00h música brasileira ao vivo;

14:28h prefixo - hora certa - utilidade pública - próxima atração;

14:30h momento jovem - programa com curiosidade - notícias de utilidades,
divulgação de princípios de higiene, atendimento de ouvintes, etc.

14:58h prefixo - hora certa;

15:00h momento jovem;

15:28h prefixo - hora certa;

15:30h programa rádio mulher - moda feminina, arte culinária, informações
de utilidade doméstica com atendimento de ouvintes;

15:56h prefixo - hora certa - próxima atração;

16:00h programa educacional (dentro do programa rádio mulher)

16:26h prefixo - hora certa;

16:30h programa Rádio Mulher;

16:56h prefixo - hora certa - próxima atração;

17:00h musical reminiscência (solos musicais ao vivo);

17:28h prefixo - hora certa - próxima atração - utilidade pública;

17:30h musical reminiscência;

17:56h prefixo - hora certa - próxima atração - utilidade pública;

18:00h momento religioso (crônica religiosa lida ao vivo);

18:35h prefixo - hora certa - próxima atração;

18:30h informativo - educativo: programa sob a responsabilidade e orien-
tação dos professores das escolas da região;

19:00h A Voz do Brasil;

20:00h Projeto Minerva;

20:31h prefixo - hora certa - próxima atração;

20:52h resenha dos esportes - noticiário sobre todos os acontecimentos
esportivos;

20:58h prefixo - hora certa - utilidade pública - próxima atração;

21:00h música regional ao vivo;

21:28h prefixo - hora certa - utilidade pública;

21:50h música de câmara;

21:56h prefixo - hora certa - utilidade pública - próxima atração;

22:00h programa de curiosidade (educacional);

22:26h prefixo - hora certa - utilidade pública - próxima atração;

22:30h resenha do dia - noticiário nacional e internacional previsão de
tempo e efemérides;

22:59h prefixo - hora certa;

23:00h música de orquestras populares;

23:30h prefixo - hora certa - utilidade pública;

23:31h música internacional clássica;

24:00h prefixo - hora certa - encerramento dos trabalhos.

A COMISSÃO DE MÚSICA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 80, de 1990

(nº 3.681/89,
na Casa de origem)

(De iniciativa do Superior
Tribunal de Justiça)

Introduz modificação na estrutura organizacional da 4ª Região da Justiça Federal, da competência ao respectivo Tribunal Regional e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1ª Ficam criadas, com os respectivos cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, 2 (duas) Varas na Justiça Federal de primeiro grau, assim distribuídas na Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul: 1 (uma) no Município de Uruguaiana e 1 (uma) no Município de Santo Ângelo.

Art. 2ª Ficam criados, no Quadro de Pessoal Permanente da Justiça Federal de primeiro grau, 2 (dois) cargos de Diretor de Secretaria, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código JF-DAS-101.5.

Art. 3ª Ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região incumbe promover os demais atos necessários à execução desta lei, inclusive a especialização de Varas.

Art. 4ª As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de primeiro grau:

Art. 5ª Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6ª Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 001/89-STJ

Em, 18 de setembro de 1989

Excelentíssimo Senhor

Deputado Antônio Paes de Andrade

Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília - DF

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 61 e 96, inciso II, alínea d, da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para elevada apreciação do Augusto Congresso Nacional, o anexo anteprojeto de lei que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau e dá outras providências, bem como a justificativa que o acompanha.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de alta consideração e respeito. - Ministro Washington Bolívar de Brito, Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

De forma cada vez mais inequívoca, o volume de processos que são ajuizados na Justiça Federal de primeiro grau vem-se acentuando dia-a-dia, à medida que crescem as demandas das pessoas físicas e jurídicas, gerando, conseqüentemente, acúmulo de feitos, como ocorre na Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

No último quinquênio, o número de processos distribuídos às Varas daquela seccional aumentou, consideravelmente, dificultando, em muito, a rápida prestação jurisdicional, como preconizam os órgãos judicantes e esperam os jurisdicionados.

A título de ilustração, no mês de junho próximo passado, houve registro de 55.161 processos distribuídos às diversas Varas existentes na referida seccional.

A propósito, a morosidade na tramitação dos processos, em razão do acúmulo, constitui um dos fatores determinantes do problema e prejudicial, sensivelmente, à credibilidade da Justiça Federal perante a opinião pública, o que leva o homem comum brasileiro, muitas vezes, a preferir um mau acordo ao invés de deduzir o seu direito.

Estas dificuldades decorrem do assoberbado número de feitos em andamento nas sedes das seccionais localizadas nas grandes capitais, mormente na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e do reduzido número de Juizes Federais em exercício.

Ademais em virtude da criação de cinco novas Varas, naquele estado, pela Lei nº 7.583/87 e por força do seu art. 4ª, que permite a transferência das Varas localizadas na sede de um município para o outro (varas móveis), e visando agilizar a atividade judicante, o Conselho da Justiça Federal, mediante provimentos, transferiu, em caráter provisório, para o Município de Uruguaiana a sede da 13ª Vara e para o de Santo Ângelo, a 14ª Vara, ambas instaladas, inicialmente, na capital.

Todavia, com o grande volume de feitos existentes nas Varas da Capital, faz-se mister proceder ao retorno e posterior instalação das 13ª e 14ª Varas para Porto Alegre, desde que sejam mantidas em funcionamento as Varas de Uruguaiana e de Santo Ângelo, distantes da capital em razão dos eficientes serviços judicantes prestados à comunidade daquela região, ávida pela solução das lides.

Em face dos resultados satisfatórios apresentados, a Justiça Federal hoje, naquelas regiões, goza de grande prestígio e credibilidade, com um perfil dinâmico e célere, sempre pronta a atender à demanda de seus jurisdicionados.

Assim, afigura-se uma única alternativa de solução para manter as referidas Varas em funcionamento, vale dizer, criando na forma proposta no anexo anteprojeto de lei, duas novas Varas, com localização naqueles municípios, haja vista que as cinco Varas criadas pela Lei nº 7.583/87 e a Vara única criada para o Município de Passo Fundo, através da Lei nº 7.631/87, já foram instaladas e são hoje imprescindíveis para o atendimento aos jurisdicionados das regiões onde estão localizadas.

Destaque-se, por oportuno, que, com o retorno das 13ª e 14ª Varas para Porto Alegre e a conseqüente criação de duas novas Varas para as paragens longínquas de Uruguaiana e Santo Ângelo, objeto do anteprojeto, em anexo, pretende a Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, restabelecer o atendimento normal a grande procura da prestação jurisdicional que ora se verifica, sempre objetivando atender, prontamente, às partes.

Releva ressaltar que as Varas já dispõem do pessoal de apoio necessário ao exercício de suas atividades, dispensando-se, pois, a criação de cargos além do número proposto.

Por derradeiro, importa assinalar que a Justiça Federal de primeiro grau, naquele estado, conta com recursos orçamentários para atender às despesas decorrentes da execução dos fins propostos neste anteprojeto de lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Pompau de Sousa) - Do expediente lido, constam os Projetos de Decreto Legislativo nºs 56 e 57, de 1990, que terão tramitação com prazo determinado de 45

(quarenta e cinco) dias nos termos do art. 64, § 1º da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 122, II, b, do Regimento Interno, as matérias poderão receber emendas, pelo prazo de 5 (cinco) dias, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 373, DE 1990

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para participar da Delegação Brasileira à XLV Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos do arts. 55, III, da Constituição e 40 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1990. — Senador Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os políticos foram muito criticados, por ocasião da campanha para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, tendo em vista a programação de televisão. De fato e com efeito, o que se viu e se provou foi que o horário eleitoral gratuito, longe de servir para a propagação das idéias dos Partidos, longe de atender às finalidades de disseminação dos princípios ideológicos ou dos programas de governo e dos pensamentos dos candidatos, atendeu, em muitos casos isto sim, a finalidade outras, serviu para ataques mútuos, recíprocos ou generalizados, que deseducaram, desorientaram, e constituíram péssimo exemplo para a juventude e as novas gerações.

Se a mim me perguntassem se deveríamos voltar ao sistema de chamada "Lei Falcão", através da qual os candidatos apareciam meramente em fotografias acompanhadas de seus currículos, eu diria que não. Se a mim me indagassem se foi ou

não um avanço considerável a oportunidade de os homens públicos brasileiros debaterem na televisão e no rádio as suas idéias, eu diria que sim.

Ocorre, todavia, Sr. Presidente, que houve abusos. Não quero dizer que os houve em todos os Estados da Federação, porque, em não sendo onipresente não tive oportunidade de acompanhar passo a passo, em todos os estados, as eleições do ano em curso. Como visitei muitos estados, na qualidade de Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal, senti, vi, verifiquei, ouvi e percebi comentários, segundo os quais a opinião pública não estaria satisfeita com o desempenho das campanhas eleitorais na chamada mídia eletrônica.

Determinados estados, inclusive Srs. Senadores, chegaram a suspender as suas respectivas programações. Mas do que isso, chegaram a suspender temporária ou definitivamente, tendo em vista a imagem deturpada ou deteriorada que esses ataques, muitas vezes a nível pessoal, causavam junto a opinião pública.

Verdadeiras ou não, as acusações se avolumaram. Produtoras montaram programas, alguns de excelente qualidade, outros de qualidade média, e outros, evidentemente, abaixo da crítica.

É preciso que nos reunamos para examinar, para verificar, para ponderar, para debater, para discutir e para decidir um modelo mais adequado, mais consentâneo, mais apropriado à modernidade e, sobretudo, às atuais vésperas do terceiro milênio, do ano 2000, que está aí mesmo à nossa frente.

Creio que se torna indispensável uma revisão, seja a fim de considerar que os candidatos deverão restringir-se ao plano de suas idéias, de suas metas e discutir a respeito de teses, seja para dizer que há, naturalmente, necessidade de contestação, quando houver ataques de natureza ideológica, ou de natureza programática, ou até pragmática. Mas alguma coisa precisa ser feita.

Habitualmente afirmo que poucos são os que costumam discutir idéias, outros discutem fatos e muitos só discutem a respeito do próximo. Trata-se de uma graduação que a sociedade pode verificar que existe nos seres humanos. O ideal seria que todos discutíssemos a respeito das idéias e/ou, quando muitos dos fatos, mas

que evitássemos abordar aspectos da dignidade do ser humano, da sua respeitabilidade, da sua inviolabilidade, da vida particular a que faz jus.

O SR. João Nascimento — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com muito prazer.

O Sr. João Nascimento — Nobre Senador Hugo Napoleão, V. Exª traz, nesta manhã, um dos assuntos mais importantes. Muitos têm debatido, aliás em programas de televisão, sobre o grande número de votos nulos ou brancos da última eleição, e talvez se tenham esquecido que tenha sido esta uma das causas das decepções do eleitorado com relação ao programa a que assistiram durante o tempo em que foi dado ao povo conhecer melhor seus candidatos. V. Exª trouxe — repito — ao debate assunto importante. É bom que se faça uma revisão do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, para que possamos levar ao eleitor a consciência melhor dos seus representantes, no que diz respeito à qualidade de cada um e aos cargos que eles estão pleiteando. Nós que convivemos com o povo e temos facilidade de encontrá-lo nas ruas, onde quer que ele esteja, estamos sentindo não essa preocupação, mas a de decepção daqueles que acreditavam melhorar o nível da campanha no horário eleitoral gratuito. Conversando com várias pessoas, verifiquei que algumas deixaram de votar, e uma das causas foi a decepção de não terem visto, nesse horário, um programa melhor, onde os candidatos pudessem levar ao eleitor um programa de governo mais sério.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — É verdade.

O Sr. João Nascimento — E o que acontece? Os eleitores viam, na televisão, como disse V. Exª, simplesmente ataques pessoais, quando sabemos que não é por aí que os eleitores escolhem o seu candidato. Eles o fazem, na grande maioria, pelo programa de governo, por aquilo que o candidato apresenta de positivo. Tenho quase certeza absoluta de que esse grande número de votos em branco foi devido ao mau programa apresentado pelos candidatos no horário eleitoral gratuito. Espero que V. Exª seja feliz na intenção de fazer essa revisão e que esta Casa tenha uma influência muito grande na revisão de tudo aquilo que foi feito de errado, de forma a levar ao nosso povo uma melhor conduta dos nossos representantes. Desta forma, o eleitor poderá deci-

dir melhor na escolha, e o Congresso será fortalecido com homens preparados para levar seu programa ao povo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Agradeço a V. Ex^a a contribuição, que tem o timbre da veracidade, da verdade, sobretudo quando afirma que a quantidade de votos em branco e de votos nulos deve ter-se originado principalmente da má utilização do horário na televisão e no rádio.

Sr. Presidente, o problema não decorre do princípio e sim da sua má utilização. Nunca fui contrário à propaganda pela TV. Sempre fui a favor!

Recordo-me de que nos idos de 1974, quando candidato à Câmara dos Deputados, existia o Programa Eleitoral. Deixou de vigorar nas eleições municipais de 76 e nas estaduais de 78 e 82, quando coincidiram as eleições de Governador, de Senador, de Deputado Federal, de Deputado Estadual com as de Prefeito e Vereador. Havia um mero cinema mudo, em que as fotografias dos candidatos eram apresentadas e, em seguida, o seu ou os seus respectivos currículos.

A propósito, estive hoje, pela manhã, dando minha presença na Comissão de Educação do Senado, para onde dirigi-me-ei a seguir. Sou Relator de matéria na pauta da Ordem do Dia e uma delas é exatamente a respeito da propagação do noticiário das Casas do Congresso Nacional — do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, através da televisão em horário nobre, gratuito e diário.

Consustancia-se no Projeto de Lei nº 4.432/A, de 1989, da Câmara dos Deputados, que cria o programa diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão, e determina outras providências.

No dia 6 de dezembro de 1989, o ilustre Deputado José Tavares apresentou à consideração de seus pares projeto de lei que determina a criação de um programa diário do Congresso Nacional para divulgação na televisão dos trabalhos do Poder Legislativo.

Segundo o referido projeto, as emissoras de televisão deverão reservar gratuitamente, de segunda a sexta-feira, entre 19 e 20 horas, 10 minutos para a divulgação dos trabalhos legislativos em cadeia nacional ficando a programação, geração e a produção a cargo das Mesas das duas Casas

do Congresso a quem caberá dispor sobre a execução dessa lei, através de resolução própria.

Na justificação, o deputado sustenta que, segundo os "estudiosos" e S. Ex^a grifa e coloca entre aspas estudiosos a palavra — a força e o prestígio do Poder Legislativo variam na medida de seus trabalhos esclarecendo que nas sociedades modernas a comunicação dos Poderes instituídos constitui direito do cidadão e um dever do estado. Aduz, ainda que há assuntos que não são convenientemente focalizados pelas mídias eletrônica e impressa. Afirma, outrossim, que a falta de informação tem gerado críticas que apontam o Congresso como responsável por tudo quanto de negativo ocorre no País.

O Plenário da Câmara aprovou, por acordo de Lideranças, a redação final, de autoria do Deputado Nilson Gibson. Como Relator, recebi duas propostas: a primeira, pela aprovação originária da Federação dos Jornalistas, por seu Presidente, o Sr. Armando S. Rollemberg; a segunda, do Deputado Kleber Eulálio, Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, no sentido da inclusão dos Deputados Estaduais de todo o País na programação.

Estes são os fatos, Sr. Presidente. Houve, no primeiro semestre do ano em curso uma grande celeuma. Despertou-se toda a imprensa com relação ao presente projeto de lei e, mais do que isso de um lado e de outro dos parlamentares e da imprensa, houve comentários favoráveis e desfavoráveis. Tem razão o Deputado José Tavares quando afirma que, eventualmente, ocorrem excessos ou deturpações na imagem, quer dos Parlamentares quer do Congresso Nacional como um todo.

É preciso que examinemos exatamente o limite de nossas atribuições. Não acredito que devamos impor sobretudo eu, que sou partícipe de um Partido Liberal — à opinião pública, compulsoriamente, obrigatoriamente uma programação que ela não está na obrigação de ver. Uma coisa é o direito que tem o telespectador de fazer girar os canais, ao sabor de suas conveniências ou de suas preferências; outra, é o telespectador, ver-se obrigado a girar os canais e ter que assistir, diariamente, as mesmas pessoas falando em todos os canais de televisão.

De tal sorte que apresentei parecer oferecendo algumas considerações.

Em primeiro lugar, da essência das críticas. Justamente é o dado a que acabo de me referir. Não podemos afirmar que a reprovação dos atos da Instituição, ou seja, do Congresso Nacional ou de seus Membros isoladamente, decorra exclusivamente da análise distorcida da mídia. É claro que não foi exatamente o que o autor quis dizer ou o que ele disse, mas ficou claro, na sua justificação, este sentido. As vezes acontece em função da essência da natureza humana, que é falha tanto no Legislativo quanto na imprensa, como perante Deus.

A verdade é que ambos, o Congresso e o sistema de comunicações, prestam serviços inestimáveis à democracia Pátria.

Em segundo a validade da divulgação. Será que, à luz do liberalismo, deve-se obrigar os telespectadores a ouvir programas diários sobre o Congresso? Até em feriados que caem de segunda a sexta-feira, mesmo que, por força deles, o Poder não haja funcionado?

Há necessidade de algumas considerações:

Existe o programa radiofônico diário "A Voz do Brasil" que retransmite as atividades do Congresso. É claro que, embora extremamente útil, não é suficiente para a plena divulgação dos trabalhos da Câmara e do Senado. Em compensação, os programas noticiosos de todas as emissoras de TV abordam, diariamente, as atividades políticas e legislativas.

Em terceiro, do precedente cabe observar que, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, foram destacados 5 (cinco) minutos diários, antes das 20 horas, para televisualização de depoimentos de parlamentares.

Desta decisão decorram dois problemas. O primeiro foi o reconhecido tédio causado por parte das entrevistas. O segundo foi, não obstante a habilidade da Mesa, a imensa disputa interna para ocupação dos minutos que iam ao ar.

Quanto a novas sugestões, quero observar: data venia do eminente Deputado José Tavares e, sobretudo, da decisão da Câmara dos Deputados, emanada da vontade de seus líderes partidários, não creio que à luz do liberalismo que defendo, fosse justo impor ao pú-

blico dez minutos de televisionamento diário das atividades legislativas. O Executivo e o Judiciário não o fazem e nem por isso deixam de ser criticados: o primeiro por erros administrativos; o segundo por demora nas decisões e erros de julgamento.

Os Três Poderes foram, são e serão apreciados e criticados pela voz maior: Vox Populi, Vox Dei!

Poderia haver outra sugestão, estabelecendo-se um rodízio, ou seja, que cada rede fosse responsável pela transmissão do programa proposto, sendo uma a cada dia. Seria um critério justo e equânime?

Creio que, mais adequado, seria a adoção do princípio para as emissoras públicas de televisão e para circunstâncias excepcionais em função dos quais houvesse necessidade imperiosa de esclarecimento da opinião pública, tais como os constates do texto constitucional (art. 49, II, IV, XIV, XV c/c Art. 136 e 137).

Nestes dois casos seria, talvez, interessante pensar o assunto.

Sr. Presidente, não quero, de maneira alguma emitir ou oferecer o meu parecer definitivo agora neste instante, tendo em vista que deve fazê-lo primeiro perante a Comissão de Educação do Senado Federal, para onde, segundo afirmei no início deste pronunciamento, deslocar-me-ei a seguir. Estou apenas dando as pinceladas básicas, algumas das delineantes, digamos assim, daquilo que será discutido agora, a seguir, nessa Comissão Técnica de nossa Casa. Quero apenas lembrar aos meus Pares, aos eminentes e excelentíssimos Srs. Senadores, da preocupação que deve caber a todos nós, à Mesa que dirige os nossos trabalhos, à Mesa Diretora do Senado Federal e ao Congresso Nacional como um todo, da alta responsabilidade que temos neste limiar, como disse, do terceiro milênio, de uma dobrada de século o cuidado com a opinião pública, que deve ser respeitada na sua individualidade, na sua coletividade, nas suas vontades, nas suas decisões, como determina o bom princípio do liberalismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HUGO NAPOLEÃO EM SEU DISCURSO:

PROJETO DE LEI Nº 4.432-A, DE 1989

(Da Câmara dos Deputados)

Cria o Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação dos Trabalhos do Poder Legislativo na Televisão, e determina outras providências.

Autor: Câmara dos Deputados
Relator: Senador Hugo Napoleão

No dia 6 de dezembro de 1989, o ilustre Deputado José Tavares apresentou à consideração de seus Pares projeto de lei que determina a criação de um Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação, na televisão, dos trabalhos do Poder Legislativo (art. 1º).

Dispõe o referido projeto que "as emissoras de televisão reservarão, gratuitamente, de segunda a sexta-feira, entre 19:00 e 20:00 horas, dez minutos para divulgação dos trabalhos legislativos, em cadeia nacional (art. 2º)", ficando a programação, geração e a produção a cargo das Mesas das duas Casas do Congresso (§ único) a quem caberá dispor sobre a execução desta lei através de resolução (art. 3º).

Na sua justificativa, o Deputado sustenta que, segundo "os estudiosos" a força e o prestígio do Poder Legislativo variam na medida de seus trabalhos, esclarecendo que, nas sociedades modernas a comunicação dos poderes instituídos "constitui direito do cidadão e um dever do Estado".

Aduz, que há assuntos que não são convenientemente focalizados pelas mídias eletrônica e imprensa. Afirma, outrossim, que a falta de informação tem gerado críticas que apontam o Congresso como "responsável por tudo quanto de negativo ocorre no país".

O plenário da Câmara aprovou, por acordo de lideranças a redação final de autoria do Deputado Nilson Gibson.

Este relator recebeu duas propostas.

A primeira, pela aprovação, da Federação Nacional dos Jornalistas, por seu presidente, Sr. Armando S. Rollemberg; a segunda, do Deputado Kleber Eulálio, Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, no sentido da inclusão dos Deputados Estaduais de todo o País na programação.

É o relatório.

II - Parecer

1) Da essência das críticas

Constitui verdade, como salienta o Deputado José Tavares, que muitos assuntos pertinentes ao Legislativo não são enfocados adequadamente pela mídia, circunstância que influi na formação opinião pública.

É, igualmente, sabido fato que o Poder, no curso do tempo, tem sido alvo de críticas. Muitas inundadas; algumas não. Nem sempre as ações do Congresso ou de seus membros, coletiva ou isoladamente, correspondem às expectativas da opinião pública.

Mas não se pode afirmar que a reprovação de atos da Instituição ou de seus membros decorre exclusivamente da análise distorcida da mídia. (é óbvio que não foi o que nobre Autor disse ou que quiz dizer). As vezes ela acontece em função da essência da natureza humana que é falha, tanto no Legislativo quanto na imprensa, como perante a Deus.

A verdade é que ambos, Congresso e sistema de comunicações, prestam serviços inestáveis à democracia Pátria.

2) Da validade da divulgação

Será que, à luz do liberalismo, deve-se obrigar os telespectadores a ouvir programas diários sobre o Congresso? Até em feriados que caíam de segunda a sexta-feira, mesmo que por força deles, o Poder não haja funcionado?

Há necessidade de algumas considerações:

Existe o programa radiofônico diário "A Voz do Brasil" que retransmite, as atividades do Congresso. É claro que, embora extremamente útil, não é suficiente para a plena divulgação dos trabalhos da Câmara e do Senado. Em compensação, os programas noticiosos de todas as emissoras de TV abordam, diariamente, as atividades políticas e legislativas.

3) Do precedente

Cabe observar que, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, foram destacados 5 (cinco) minutos diários, antes das 20h, para televisionamento de depoimentos de parlamentares.

Desta decisão decorreram dois problemas. O primeiro foi o reconhecido tédio causado por parte das entrevistas. O segundo foi, não obstante a ha-

bilidade da Mesa, a imensa disputa interna para ocupação dos minutos que iam ao ar.

4) De novas sugestões

Data venia do emenente Deputado José Tavares e, sobretudo, da decisão da Câmara dos Senhores Deputados, emanada da vontade de seus líderes partidários, não creio que, à luz do liberalismo que defendo, fosse justo impor ao público dez minutos de televisionamento diário das atividades legislativas. O Executivo e o Judiciário não o fazem e nem por isso deixam de ser criticados: o primeiro por erros administrativos; o segundo por demora nas decisões e erros de julgamento. Os Três Poderes foram, são e serão apreciados e criticados pela voz maior: Voz Populi, Vox Dei!

Poderia haver outra sugestão, estabelecendo-se um rodízio, ou seja, que cada rede fosse responsável pela transmissão do programa proposto, sendo uma a cada dia. Seria um critério justo e equânime?

Creio que, mais adequado, seria a adoção do princípio para as emissoras públicas de televisão e para circunstâncias excepcionais em função dos quais houvesse necessidade imperiosa de esclarecimento da opinião pública, tais como os constantes do texto constitucional (art. 49, II, IV, XIV, XV c/c art. 136 e 137).

"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I.....

II - autorizar o Presidente da República a declarar a guerra, a celebrar a paz, e permitir que as forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados casos previstos em lei complementar.

III.....

IV - aprovar o estado de defesa, e intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V.....

VI.....

VII.....

VIII.....

IX.....

X.....

XI.....

XII.....

XIII.....

XIV - aprovar iniciativa do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito.

O art. 136 institui o Estado de Defesa destinado a preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz ameaçadas em locais restritos ou calamidades de grandes proporções da natureza. Seu § 1º estabelece o tempo de duração e as restrições.

O art. 137 prevê os casos de estado de sítio.

Tais motivos me parecem imperiosos.

5) Do substitutivo

Tendo em vista o exposto, sou pela aprovação do projeto na forma do seguinte.

III - Substitutivo

Cria o Programa do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão, nas condições que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa do Congresso Nacional Televisão, para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo.

Art. 2º As emissoras de televisão pertencentes ao poder público reservarão, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, entre 19h (dezenove) e 20h (vinte) horas, 10min (dez) minutos para a transmissão dos programas de divulgação dos trabalhos legislativos.

Art. 3º As demais emissoras de televisão reservarão igual tempo para transmissão dos trabalhos legislativos quando ocorrerem e enquanto perdurarem as circunstâncias previstas nos itens II, IV, XIV e XV do Art. 49 da Constituição Federal.

Art. 4º A programação, a geração e a produção ficarão a cargo e sob a responsabilidade das Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Art. 5º Resolução do Congresso Nacional disporá a execução da presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Senador Hugo Napoleão, Relator.

Fenaj/OF. 081/90

Brasília, 23 de maio de 1990.

Ao Excelentíssimo Senhor Senador,

Em nome da Federação Nacional dos Jornalistas, gostaríamos de expressar nosso apoio ao Projeto de Lei nº 4431/89, de autoria do Deputado José Tavares, que reserva 10 minutos diários nas redes de televisão, das segundas às sextas-feiras, para a divulgação das atividades do Congresso Nacional. A aprovação do referido projeto pelo Senado Federal não deve ser entendida como medida de autodefesa dos congressistas frente a eventuais críticas veiculadas pelos órgãos de informação. Muito mais importante, em nosso ponto de vista, é que a veiculação de um noticiário preparado pelo Congresso Nacional permitirá o debate de temas sem os condicionamentos impostos pelos interesses dos proprietários das grandes redes de televisão.

Citamos um exemplo concreto para fundamentar nossa posição: não fosse o Diário da Constituinte, a questão da democratização dos meios de comunicação não teria sido objeto de debate através da televisão e do rádio, já que este tema não interessa às redes de TV, nem aos concessionários de emissoras de rádio. O mesmo poderíamos afirmar em relação a propostas que ferem interesses dominantes na sociedade e que exercem forte influência nos meios de comunicação, tais como a demarcação das terras indígenas, a nacionalização da exploração das jazidas minerais, a reforma agrária, o ensino público e gratuito etc.

Note bem V. Exª, ao defendermos a instituição do programa do Congresso Nacional, não estamos pretendendo favorecer ou impor teses, digamos, progressistas, mas, simplesmente, procurando garantir o direito de discutí-las amplamente, permitindo, dessa forma, que a sociedade brasileira seja democraticamente informada sobre os diversos aspectos de cada uma dessas polêmicas questões. Em resumo, a medida proposta pelo referido projeto, atinge frontalmente o monopólio dos

meios de comunicação, favorecendo o pluralismo na discussão das propostas e projetos em tramitação nas duas casas do Legislativo. Por este motivo, dirigimo-nos à V. Ex^a pedindo que apoie referido projeto.

Sem mais, apresentamos as nossas mais cordiais saudações.

Atenciosamente, Armando S. Rollemberg, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 41 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum em plenário para votação das matérias. Portanto, fica adiada a pauta que seria apreciada.

São os seguintes os itens adiados:

1

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão do Distrito Federal sobre a Mensagem nº 104, de 1990-DF (nº 77/90, na origem), de 20 de julho do corrente ano, pela qual o Governador do Distrito Federal submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Jorge Caetano para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro Fernando Tupinambá Valente.

2

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão do Distrito Federal sobre a Mensagem nº 151, de 1990-DF (nº 509/90, na origem), de 27 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Wanderley Valim da Silva para exercer o cargo de Governador do Distrito Federal.

3

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão

do Distrito Federal sobre a Mensagem nº 152, de 1990-DF (nº 510/90, na origem), de 27 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marco Aurélio Martins Araújo para exercer o cargo de Governador do Distrito Federal.

4

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 178, de 1990 (nº 597/90, na origem), de 10 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Manoel Mendes de Freitas, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, como Ministro Togado, em vaga decorrente da nomeação do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, para o Supremo Tribunal Federal.

5

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 177, de 1990 (nº 592/90, na origem), de 9 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

6

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 181, de 1990 (nº 620/90, na origem), de 24 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor João Augusto de Médicis, Ministro da Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Polônia.

7

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 185, de 1990 (nº 660/90, na origem), de 11 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Evaldo José Cabral de Mello, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Da mesma forma, também não há quorum para que seja votado o Requerimento nº 373, lido no Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando-a para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 88, de 1990, de sua autoria, que dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações.

2

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II, do art. 161 da Constituição Federal.

3

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

4

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

5

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tuição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerte e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

6

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1990

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, § 2º, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros Senhores Senadores, que suspende a aplicação do

art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)

Ata da 164ª Sessão, em 24 de outubro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Oziel Carneiro — Carlos Patrocínio — Antônio Luiz Maya — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benévies — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Nascimento — Francisco Rollemberg — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Hydekel Freitas — Jamil Hadad — Nelson Carneiro — Maurício Corrêa — Iram Saraiva — Antônio Alves — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Rachid Saidanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Márcio Berezoski — Nelson Werdin — Alberto Hoffmann — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número

regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionando:

Nº 200/90 (nº 758/90, na origem) de 23 do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 16, de 1990-CN, que reprograma o Orçamento de Investimento das empresas Estatais para 1990 e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 8.084, de 23 de outubro de 1990.)

OFÍCIOS

Do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à

revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1990

(Nº 129/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Divinal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato que outorga permissão à Rádio Divinal FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 394, DE 1989

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do artigo 49, Inciso XII, combinado com § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 115, de 28 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de julho de 1989, que "Outorga permissão à RÁDIO DIVINAL FM LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais".

Brasília, em 7 de agosto de 1989.

E.M. Nº 091 /89-GM

31.07.89

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinei a publicação do Edital nº 233/88, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

BERSAM COMUNICAÇÃO LTDA.,
RÁDIO DIVINAL FM LTDA.,
AREIAS BRANÇAS SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. e
SOCIEDADE DE RÁDIO-DIFUSÃO MORENA LTDA.

Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de radiodifusão.

Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de encaminhar o assunto à elevada consideração

2.3.3 - As entidades que, para registrar ou arquivar seus atos constitutivos necessitem do assentimento do Conselho de Segurança Nacional, mencionado no item 2.3, deverão providenciar este documento, através do DENTEL, bem como o consequente registro em arquivamento dos mesmos, antes da data prevista para a entrega da proposta.

2.4 - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como prova de cumprimento da legislação trabalhista referente à observância da proporcionalidade de brasileiros na entidade;

2.5 - Certidão de quitação de tributos federais, exceto quando se trata de microempresa;

2.5.1 - Os documentos enumerados nos itens 2.4 e 2.5 não precisarão ser apresentados pelas entidades que não tenham ainda iniciado suas atividades.

2.6 - Declaração firmada pelos administradores, conforme Anexo I.

3 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA COTISTA OU AÇONISTA

3.1 - Prova da condição de brasileiro, feita mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade ou comprovante de naturalização, ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

3.1.1 - Fica dispensado da apresentação da prova de que trata o item acima, quem pertencer ao quadro societário de entidade executante de serviço de radiodifusão.

3.2 - Ficha de Cadastramento - Formulário DNT-148 (Anexo II), em 03 (três) vias, para os sócios que detêm 5% (cinco por cento) ou mais, das cotas ou ações representativas do capital social;

4 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA ADMINISTRADOR

4.1 - Prova da condição de brasileiro nato, mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade;

4.1.1 - Fica dispensado da apresentação da prova de que trata o item anterior, quem pertencer ao quadro diretivo de entidade já executante de serviço de radiodifusão.

4.2 - Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercça ou haja exercido, no mesmo período, atividades econômicas, como administrador.

4.3 - Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

4.4 - Declaração assinada por todos os dirigentes, conforme Anexo III;

4.5 - Ficha de Cadastramento - Formulário DNT-148, em 03 (três) vias;

4.5.1 - Os documentos a que se referem os itens 4.1 e 4.5 não precisarão ser apresentados pelos dirigentes que integram o quadro societário da entidade, uma vez que a apresentação dos mesmos será feita atendendo os itens 3.1 e 3.2;

4.6 - Todos os documentos, com exceção dos que tenham validade predeterminada e dos comprovantes de nacionalidade, deverão ser firmados, expedidos ou revalidados em data não superior a 60 (sessenta) dias da sua apresentação;

5 - DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

A demonstração dos recursos técnicos a que se refere o nº 5 do item I do artigo 14 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/85, deverá ser feita mediante indicação das características do transmissor e do sistema irradiante (Anexo IV) que a entidade pretende utilizar nas suas instalações, compreendendo: fabricante, tipo e modelo destes equipamentos.

6 - CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO PARA O EMPREENDIMENTO

6.1 - O capital mínimo exigido para o empreendimento de que trata a alínea "c", § 1º do artigo 11 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/85, é calculado em função da potência ou, no caso de FM, da classe da estação, conforme tabela abaixo, fixa pela Portaria MC nº 316, de 11 de novembro de 1985.

ESTAÇÕES DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, ONDA CURTA E ONDA TROPICAL

6.1.1 - Estações de potência até 500 W, exclusiva 100 (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.2 - Estações de potência compreendida entre 500 W, inclusive, e 1 kW, inclusive - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.3 - Estações de potência compreendida entre 1 kW, exclusiva, e 5 kW, inclusive - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.4 - Estações de potência compreendida entre 5 kW, exclusiva, 10 kW, inclusive - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.5 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, exclusiva, e 25 kW inclusive - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.6 - Estações de potência compreendida entre 25 kW, exclusiva, e 50 kW, inclusive - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.7 - Estações de potência superior a 50 kW - 7000 (sete mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, FM

6.1.8 - Estações classe "C" - 100 (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.9 - Estações classe "B" - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.10 - Estações classe "A" - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.11 - Estações classe "Especial" - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RÁDIODIFUSÃO DE SOM E IMAGENS (TELEVISÃO)

6.1.12 - Estações de potência até 2 kW, exclusiva 1500 (mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.13 - Estações de potência compreendida entre 2 kW, inclusive e 10 kW, exclusiva - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.14 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, inclusive e 25 kW, exclusiva - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.15 - Estações de potência igual ou superior a 25 kW - 7500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.2 - Os valores estabelecidos na mencionada Portaria MC 316/85, referem-se a cada nova concessão ou permissão pretendida, considerada isoladamente, e o valor de referência, a ser considerado para o cálculo, é o vigente na data da publicação do Edital;

7 - A DEMONSTRAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS PODERÁ SER FEITA NA SEGUINTE FORMA:

7.1 - No caso de entidade ainda não executante do serviço de radiodifusão;

7.1.1 - Quando o capital social da entidade for igual ou superior ao valor do capital mínimo exigido para o empreendimento e estiver totalmente integralizado ou prevista, nos atos constitutivos, a integralização até a data de entrada em funcionamento da estação;

7.1.1.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

OBSERVAÇÃO: Se a entidade participar de mais de um Edital deverá, para cada um deles, apresentar, além do depósito de 50% (cinquenta por cento) do capital, minuta de alteração dos atos constitutivos onde conste o aumento do capital social de mais o valor do capital mínimo exigido para cada um dos serviços pretendidos;

7.1.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento ou for igual ou superior, mas não estiver totalmente integralizado, nem prevista a sua integralização até a data do início de funcionamento da estação:

7.1.2.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

7.1.2.2 - demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.2 - No caso de entidade executante do serviço de radiodifusão:

7.2.1 - Quando o capital social totalmente integralizado for igual ou superior à soma dos valores fixados na Portaria MC nº 316/85, para cada um de seus serviços, acrescida da quantia exigida para o novo empreendimento, a entidade fica isenta da demonstração da disponibilidade de recursos financeiros.

7.2.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento (escolher, uma das opções abaixo indicadas):

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou em outra instituição financeira, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) minuta de alteração dos atos constitutivos para elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor necessário para o novo empreendimento, na qual conste que a sua integralização total será efetivada até a data prevista para a entrada em funcionamento da estação;

SEGUNDA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.3 - Sendo a proponente uma fundação, executante do serviço de radiodifusão ou não, a comprovação dos recursos poderá ser feita de uma das seguintes maneiras:

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, ou através de outros atos que demonstrem a complementação do valor total do capital exigido para o empreendimento;

SEGUNDA: prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, do total do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento.

7.4 - Os financiamentos com os quais, antes dos equipamentos ou dos estabelecimentos de crédito nacionais não poderão ser contratados por prazo superior a 10 (dez) anos;

8 - QUANDO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

8.1 - A entidade deverá apresentar, em complementação à sua proposta, o quadro (Anexo V), para os fins das alíneas a, b, c, d, e e f do § 1º do artigo 16, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985.

9 - PROGRAMAÇÃO

9.1 - Para efeito de preenchimento dos itens 7 e 8 do Anexo V, constante do item anterior, a proponente:

considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural do serviço de radiodifusão deverá elaborar seus programas informativos, educativos (ao vivo), bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes critérios:

9.1.1 - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;

9.1.2 - respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

9.1.3 - manutenção de elevado sentido ético, artístico e científico;

9.1.4 - fidedignidade da informação e observância na publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, em originais legíveis facultada a reprodução fotostática desde que as cópias sejam autenticadas e legíveis;

10.2 - A aceitação das propostas não implicará na obrigatoriedade da outorga, podendo o Edital ser cancelado por interesse da Administração, mediante ato do Ministro das Comunicações nos termos do artigo 12 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, sem que as proponentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.3 - Constatada falta ou incorreção na documentação que acompanha a proposta, o DENTEL poderá conceder um prazo de até 15 dias à proponente para supri-la.

10.3.1 - Nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e nos Territórios do Amapá e Roraima, à exceção dos capitais dos citados Estados, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.

10.3.2 - Quando o Edital se referir a uma localidade situada na Faixa de Fronteira, e, para o cumprimento da exigência for necessário o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.

10.4 - O Ministro de Estado das Comunicações poderá autorizar a juntada de documentos ao processo das proponentes e determinar seu reestudo.

10.5 - O Ministro de Estado das Comunicações reserva-se a faculdade de, verificada a conveniência e, havendo possibilidade técnica, outorgar permissão a mais de uma proponente dentro as que atenderem às presentes condições.

MC - DENTEL

LEI Nº 2.024 DE 1990

Processo nº 29000.005800/88-78

As propostas entregues nesta Diretoria Regional foram numeradas da seguinte maneira, observada a data de apresentação:

PROPOSTA Nº 01 - SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO MORENA LTDA., apresentada em 29/09/88, protocolizada sob o nº 29104.000582/88

PROPOSTA Nº 02 - SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., apresentada em 07/10/88, protocolizada sob o nº 29104.000593/88;

PROPOSTA Nº 03 - RADIO DIVINAL LTDA., apresentada em 07/10/88, protocolizada sob o nº 29104.000593/88 e;

PROPOSTA Nº 04 - AREIAS BRANCAS SISTEMA FM DE RADIO LTDA., apresentada em 11/10/88, protocolizada sob o nº 29104.000595/88.

Nesta data, apensei ao presente processo as referidas propostas, que passaram a fazer parte integrante do mesmo, até a ocasião da outorga.

E, para constar, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 1988.

SILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU
Chefe da Seção de Radiodifusão

A proponente SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA.

instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

- Fl. 01 Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
- Fl. 02 a 03 atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
- Fl. 03 e 05 cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
- Fl. — certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
- Fl. — relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
- Fl. 13 Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município, onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;
- Fl. 18 comprovante, de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
- Fl. 08 e 09 minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
- Fl. 17 recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
- Fl. 20 e 21 quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
- Fl. — assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
- Fl. 14 e 15 prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;

Fl. 15

prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;

Fl. 16

prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;

Fl. 22 e 27

Certidão dos Cartórios Distribuidores, Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;

Fl. 28

declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTANTES

A proponente RADIO DIVINAL LTDA.

instruiu sua proposta com os seguintes documentos:

Fl. 01

Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;

Fl. 03 a 14

atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;

Fl. 06 e 09

cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;

Fl. —

certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;

Fl. —

relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;

Fl. 17

Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município, onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a pretendente venha a ser contemplada com a outorga;

Fl. 44

comprovações de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;

Fl. 53 e 54

minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;

Fl. 24

recursos técnicos: indicação dos equipamentos;

Fl. 25 e 26

quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;

Fl. —

assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;

Fl. 29, 30 e 31	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 28	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 15 verso	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 45 a 50	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
Fl. 18	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não esteja no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

A proponente <u>AREIAS BRANCAS SISTEMA FM DE RADIO</u> instruiu sua proposta com os seguintes documentos:	
Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
Fl. 04 a 10	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
Fl. 05 e 07	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. —	certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
Fl. —	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
Fl. 12	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 13	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. —	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 14	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 15 e 16	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. —	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;

Fl. 17 e 18	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;
Fl. 17 e 18	prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
Fl. 19 e 20	prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
Fl. 21 e 26	Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
Fl. 27	declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não esteja no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

A proponente <u>SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO MOREIRA LTDA</u> instruiu sua proposta com os seguintes documentos:	
Fl. 01	Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações;
Fl. 02 e 03	atos constitutivos e eventuais alterações com as respectivas comprovações de arquivamento ou registro na repartição competente;
Fl. 03	cláusulas exigidas pelas alíneas a, b e c do § 1º do art. 14 do RSR;
Fl. —	certidão de Quitação de Tributos Federais, quando for o caso;
Fl. —	relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quando for o caso;
Fl. 06	Declaração firmada pelos administradores de que: a) não possui a entidade autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, no município onde se pretende instalar a estação e que, não exceda os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga; b) nenhum sócio integra o quadro societário de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga;
Fl. 17	comprovantes de que a entidade possui os recursos financeiros exigidos para o empreendimento;
Fl. —	minuta de alteração contratual ou estatutária para a elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor previsto para o novo serviço, quando for o caso;
Fl. 08	recursos técnicos: indicação dos equipamentos;
Fl. 09 e 10	quadro complementar à proposta, conforme item 8 das Condições do Edital;
Fl. —	assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso;
Fl. 15 e 16	prova de que os cotistas ou acionistas são brasileiros;

- Fl. 15 prova de que os diretores ou sócios-gerentes são brasileiros natos;
- Fl. 14 prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos diretores;
- Fl. 11 e 13 Certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos de Títulos dos diretores;
- Fl. 07 declaração dos diretores, de que não participam da direção de outra entidade executante de mes no tipo de serviço de radiodifusão a que se refere o edital, no município onde se pretende instalar a estação, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em exceção aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67, caso a proponente venha a ser contemplada com a outorga e que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra fora especial.

2 - SISTEMA IRRADIANTE

- 2.1 - fabricante: MAPRA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA.
- 2.2 - tipo e/ou modelo: FMB - 2

Formiga, 26 de setembro de 1988

(representante legal)

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

Excelentíssimo Senhor
Ministro de Estado das Comunicações

SOCIEDADE DE RÁDIO-DIFUSÃO MORENA LTDA., devidamente constituída na forma da legislação em vigor, com sede na cidade de Formiga - MG, tendo tomado conhecimento, através do Diário Oficial da União de 11.08.88, do Edital nº 233/88, mandado publicar por esse Ministério convidando os interessados na execução de serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Formiga-MG, onde existe, conforme consta, a possibilidade da instalação de uma emissora com as seguintes características:

1. Serviço: Frequência Modulada
2. Local: Formiga - MG
3. Canal: 216 (91,1 MHz)
4. Classe: C
5. Capital Mínimo: 100 (cem) MVR
6. R. de Funcionamento: Ilimitado

Vem, por seu representante legal, abaixo assinado, dizer a V.Exa. que deseja executar o serviço e que se compromete, desde já, a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhe sejam feitas por esse Ministério.

Declara, na oportunidade que conhece as condições deste edital e a elas se submete e que não participa de nenhum outro edital para o serviço de radiodifusão.

N. Termos.

P. Deferimentos.

Formiga MG, 26 de setembro de 1988

MAURILIO DE ARANTES

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR

- 1.1 - fabricante: BANDEIRANTES ELETRÔNICA LTDA.
- 1.2 - tipo e/ou modelo: FM-1000 A

1. ADMINISTRADORES (NATURAIS OU DOMICILIADOS)

MAURILIO DE ARANTES

ALYANO RESENDE PIERONI

MUNICÍPIO DO EDITAL		MUNICÍPIO DO EDITAL	
NAT.	DOM.	NAT.	DOM.
X			
X			

2. SÓCIOS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL (NATURAIS OU DOMICILIADOS)

MAURILIO DE ARANTES

ALYANO RESENDE PIERONI

MUNICÍPIO DO EDITAL		MUNICÍPIO DO EDITAL	
NAT.	DOM.	NAT.	DOM.
50	X		
50	X		

3. A ENTIDADE POSSUI OUTORGA NA MESMA LOCALIDADE?

SIM	NÃO	TIPO DE SERVIÇO
	X	

4. NOMES DOS SÓCIOS INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DA PROPONENTE E PERTENCENTES A OUTRA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSOÁRIA, NA MESMA LOCALIDADE

TIPO DE SERVIÇO

5. NOMES DOS DIRETORES INTEGRANTES DO QUADRO DE DIRIGENTES DA PROPONENTE E PERTENCENTES AOS DE OUTRAS CONCESSIONÁRIAS PERMISSOÁRIAS NA MESMA LOCALIDADE

TIPO DE SERVIÇO

6. PERCENTUAL DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:	NACIONAL	ESTRANGEIRO
TRANSMISSOR	100%	
SISTEMA IRRADIANTE	100%	
ESTÚDIO	100%	

7. PERCENTUAL DE TEMPO DE PROGRAMAÇÃO DIÁRIA REFERENTE A TEMAS, AUTORES E INTERPRETES NACIONAIS.	70 %
--	------

8. TEMPO DESTINADO AO SERVIÇO NOTICIOSO, DIARIAMENTE, EM RELAÇÃO AO TOTAL DA PROGRAMAÇÃO.	10 %
---	------

9. PRAZO DE APRESENTAÇÃO PROJETO DE APROVAÇÃO DE LOCAIS.	MESES
	01

10. PRAZO PARA ENTRADA EM FUNCIONAMENTO EM DEFINITIVO DA ESTAÇÃO.	MESES
	18

(*) É a micro Região Econômica Estadual.

(**) Para os fins do disposto nestas condições, entende-se como Tempo de Programação Diária de emissora de radiodifusão o período do tempo de transmissão ininterrupto, compreendido entre a entrada no ar da estação, coincidente com o início de sua programação habitual e o término das transmissões no período, coincidente com o encerramento dessa mesma programação.

Formiga, 26 de setembro de 1988

(representante legal)

TERMO DE INSTAURAÇÃO

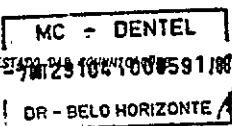
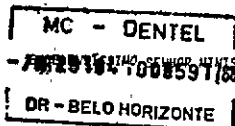
Instaurai, nesta data, o processo que recebeu o nº 29104.000522/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da *Instauração de Radiodifusão Sonora Ltda.* para executar serviço de radiodifusão sonora em FM, nos termos do Edital nº 233/88-GM. A proposta compreende 17 (dezessete) folhas numeradas e rubricadas.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 1988

/ Chefe da SRAD/DR/SHE

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

(Portador da proposta)



SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., devidamente constituída na forma da legislação em vigor, com sede na cidade de Brasília-DF, tendo tomado conhecimento, através do Diário Oficial da União de 17.08.88, do Edital nº 233/88, mandado publicar por esse Ministério, convidando os

Interessados na execução de serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Formiga-MG, onde existe, conforme consta, a possibilidade da instalação de uma emissora com as seguintes características:

1. Serviço : FREQUÊNCIA MODULADA;
2. Local : Formiga-MG;
3. Canal : 216 (96,1 MHz);
4. Classe : "C";
5. Capital mínimo : 100 (cem) MVR;
6. H. de funcionamento : Ilimitado,

vem, por seu representante legal, abaixo assinado, dizer a V.Exa. que deseja executar o serviço e que se compromete, desde já, a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhe sejam feitas por este Ministério.

Declara, na oportunidade, que conhece as condições deste Edital e a elas se submete.

N. Termos

P. Deferimento

Formiga-MG, 05 de outubro de 1988

RONALDO NELIO MAYA
Sócio-Gerente

End. p/correspondência:

SEUP/Norte - Quadra 504 - Bl. "A" - S/102
Edifício Trabalhador - BRASÍLIA-DF

SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

SERGIO AUGUSTO MAYA, brasileiro solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Av. Rio Branco, 2.046 - apto 1101 - Juiz de Fora-MG, cédula de identidade nº 2.213.145-1/PF/RJ e inscrito no CPF nº 001.838.141-32; RONALDO NELIO MAYA, brasileiro, solteiro, Economista, residente e domiciliado na Av. Rio Branco, 2.046 - apto 1101 - Juiz de Fora-MG, cédula de identidade nº 625.887-3SP/DF e inscrito no CPF nº 000.455.601-87, pelo presente instrumento, constituem uma Sociedade Civil por cotas de Responsabilidade Limitada, sob a denominação social de SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., que se regerá pela legislação vigente mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - A Sociedade, girará sob a denominação social de SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA. e terá como principal objetivo a instalação de estação de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, sempre com finalidades informativas, culturais e educacionais, cívicas e patrióticas, mediante a obtenção do Governo Federal, de concessão ou permissão nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica que reger o serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA II - A Entidade terá sua sede na Av. W3 Norte, Quadra 504 - Lote 6 (seis) - 1º andar/Brasília, Distrito Federal, podendo abrir filiais, escritórios, agências e sucursais, em todo o território nacional, sempre que assim lhe convier e, permitir, desse modo, os Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA III - O Foro da Sociedade será o da Comarca de Brasília-DF, que fica eleito, com exclusão de qualquer outro, seja qual for o domicílio das partes, por mais especial ou privilegiado que seja, para conhecer e decidir em primeira instância todas as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste contrato social.

CLÁUSULA IV - A Sociedade é constituída por prazo, indetermi-
nado, podendo ser dissolvida a qual-
quer tempo pelo consentimento de sócios que representem a
maioria do capital social, observando, quando da sua dis-
solução, os preceitos da lei específica e demais normas
pertinentes ao serviço.

CLÁUSULA V - A Sociedade, por seus sócios, obriga-se a
cumprir rigorosamente as leis, regulamentos
e instruções emanados do Poder Público Concedente, vigen-
tes ou que venham a vigor, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA VI - As cotas representativas do capital social
são inalienáveis e inalienáveis, direta
ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, de-
pendendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer
transferência de cotas de prévia autorização do Poder Pú-
blico Concedente.

CLÁUSULA VII - A Sociedade é constituída exclusivamente
de brasileiros.

CLÁUSULA VIII - As cotas são nominativas e indivisíveis
em relação à Sociedade, que para cada
uma delas reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA IX - O capital social é de Cr\$ 500.000,00 (qui-
nhentos mil cruzados), representado por
500.000 (quinhentas mil) cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzado)
cada uma, e fica assim distribuído entre os cotistas:

a) - SÉRGIO AUGUSTO NAYA, 450.000 (quatro-
centas e cinquenta mil) cotas de Cr\$
1,00 (um cruzado), no valor total de
Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cin-
quenta mil cruzados); e,

b) - RONALDO NELIO NAYA, 50.000 (cinquenta
mil) cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzado),
no valor total de Cr\$ 50.000,00 (cin-
quenta mil cruzados).

CLÁUSULA X - A subscrição e integralização do capital so-
cial dar-se-á em moeda corrente nacional da
seguinte forma:

a) - Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta
mil cruzados), correspondentes a 50%
(cinquenta por cento) do capital social,
no ato da assinatura do presente in-
strumento; e,

b) - as restantes Cr\$ 250.000,00 (duzentos e
cinquenta mil cruzados) no prazo de 180
(cento e oitenta) dias a contar da da-
ta da publicação, no Diário Oficial da
União, de ato do Poder Público Conce-
dente que atribua à Sociedade conce-
são ou permissão do serviço de radiodi-
fusão.

CLÁUSULA XI - A responsabilidade dos sócios, nos termos
do art. 2º in fine do Decreto nº 3.708, de
10 de Janeiro de 1919, é limitada à importância total do
capital social.

CLÁUSULA XII - O capital social, na sua totalidade, per-
tencerá sempre a pessoas físicas brasilei-
ras.

CLÁUSULA XIII - Os sócios poderão ceder parte ou a tota-
lidade de suas cotas a estrangeiros, median-
te o consentimento dos sócios que representem mais da meta

de do capital social. Não havendo manifestação de vontade
de aquisição das cotas, pelos demais cotistas, estas pode-
rão ser cedidas ou transferidas, sempre após a autoriza-
ção dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XIV - A Sociedade será gerida e administrada
por um ou mais de seus cotistas, sob a de-
nominação que lhes couber, eleitos e demissíveis por deli-
beração de sócios que representem a maioria do capital so-
cial, observado o disposto na Cláusula XV deste instrumen-
to, aos quais compete o uso da denominação social e a re-
presentação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial,
da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação le-
gal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos di-
rigentes de Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limi-
tada, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

CLÁUSULA XV - Os administradores da Entidade serão brasi-
leiros natos e a investidura nos cargos so-
mente poderá ocorrer, após haverem sido aprovados pelo Mi-
nistério das Comunicações.

CLÁUSULA XVI - É expressamente eleito para gerir e admi-
nistrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Ge-
rente, o cotista RONALDO NELIO NAYA, eximido de prestar
caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XVII - O Sócio-Gerente poderá fazer-se represen-
tar por procurador em todos os atos de
interesse da Sociedade, gerindo-a e administrando, para o
que será solicitada para a designação, prévia autorização
do Poder Público Concedente, apresentando-se, na oportuni-
dade, prova de nacionalidade do procurador, que deverá
ser sempre de brasileiro nato.

CLÁUSULA XVIII - Para os cargos de locutores, redatores
e encarregados das instalações elétri-
cas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XIX - O quadro de funcionários da Sociedade se-
rá constituído, ao menos, de 2/3 (dois ter-
ços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XX - Os documentos que envolvam responsabilidade
para a Sociedade, somente terão valor se fir-
mados pelo Sócio-Gerente, nos termos da Cláusula XIV.

CLÁUSULA XXI - No final de cada exercício financeiro do
ano civil, será levantado o balanço geral
para apuração dos lucros ou prejuízos da Sociedade que se-
rão distribuídos ou suportados pelos cotistas na propor-
ção de suas cotas.

CLÁUSULA XXII - A distribuição dos lucros será sempre
sustada, quando verificar-se a necessida-
de de despesas inadiáveis que impliquem o funcionamento
das estações.

CLÁUSULA XXIII - O início das atividades da Sociedade se-
rá a data da assinatura deste contra-
to social.

CLÁUSULA XXIV - Esta Sociedade, observados os critérios
de necessidade, interesse ou conveniê-
cia própria, ou para dar cumprimento à determinação emana-
da do Poder Público Concedente, poderá transformar-se em
outro tipo jurídico da sociedade, adequado à execução do
serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA XXV - Não sendo ainda a Sociedade permissio-
nária ou concessionária de serviço de radi-
odifusão, poderá alterar este instrumento, em qualquer do

suas cláusulas, independentemente de prévia autorização do Poder Público concedente, excetuando-se quando se tratar de execução de serviço em localidades situadas dentro dos limites da Faixa da Fronteira.

CLÁUSULA XXVI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada e normas atinentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XXVII - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, assim, justos e contratados, de comum acordo assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, no anverso de 06 (seis) folhas, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Brasília-DF, 06 de agosto de 1987

SERGI
Lya
24
de 1988

Sergio Augusto Naya
SERGIO AUGUSTO NAYA
Ronaldo Nello Naya
RONALDO NELLO NAYA

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

1ª. *M.ª Juiz F. de Azevedo*
2ª. *Marcelo de Aguiar*

OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS F. JUD. 1ª
FICOU ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
SOS Nº 5420

SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SERGIO AUGUSTO NAYA, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Av. Rio Branco, 2.046 - apto 1101 - Juiz de Fora-MG, cédula de identidade nº 2.213.345-IPP/RJ e inscrito no CPF nº 001.638.141-32; RONALDO NELLO NAYA, brasileiro, solteiro, Economista, residente e domiciliado na Av. Rio Branco, 2.046 - apto 1101 - Juiz de Fora-MG, cédula de identidade nº 625.887-SSP/DF e inscrito no CPF nº 000.455.601-87, únicos sócios componentes da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que nesta praça gira sob a denominação de SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., com sede na Av. W3 Norte, Quadra 504 - Lote 6 (seis) - 1º andar - Brasília, Distrito Federal, e com contrato social registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, de Brasília-DF - livro "A" nº 02, sob o nº 1351, em sessão de 07.08.87, promovem a presente alteração contratual com a finalidade de aumentar o capital social, para torná-lo consentâneo com os capitais mínimos exigíveis das entidades pretendentes à execução de serviços de radiodifusão, conforme estabelece a Portaria MC nº 316, de 07 de novembro de 1985, o que fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - O capital social que é de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados), fica aumentado para Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), representado por 2.000.000 (dois milhões) de cotas de Cr\$ 1,00 (hum cruzado) cada uma, alterando-se a redação da Cláusula IX do contrato social que passa a ser a seguinte:

***CLÁUSULA IX** - O capital social é de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), representado por 2.000.000 (dois milhões) de cotas de Cr\$ 1,00 (hum cruzado) cada uma, ficando assim constituído o seu quadro societário.

COTISTAS	COTAS	VALOR CR\$
1. RONALDO NELLO NAYA.	1.000.000	1.000.000,00
2. SERGIO AUGUSTO NAYA	1.000.000	1.000.000,00

CLÁUSULA II - O aumento de capital, ora verificado, no valor de Cr\$ 1.500.000,00, (hum milhão e quinhentos mil cruzados), será subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelos cotistas, na proporção de suas cotas, na forma estabelecida nas Letras "a" e "b" da Cláusula X do contrato social.

CLÁUSULA III - Permanecem de pleno vigor as demais Cláusulas contratuais vigentes, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, lavram esta alteração contratual em 06 (seis) vias de igual teor e forma, no anverso de 03 (três) folhas, a qual lida e achada conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo para os efeitos legais.

OFÍCIO
DE PESSOAS JURÍDICAS
Brasília - DF
JUL 14 Tel. 224.4028
ado e arquivado sob nº 5420
em 07/08/87
S.º de Registro Civil
S.º de Registro de Pessoas Jurídicas
S.º de Registro de Imóveis

Brasília-DF, 22 de agosto de 1988

Ronaldo Nello Naya
RONALDO NELLO NAYA
Sergio Augusto Naya
SERGIO AUGUSTO NAYA

1ª. *M.ª Juiz F. de Azevedo*
2ª. *Marcelo de Aguiar*

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR

1.1 - Fabricante:
LVS ELECTRONIC LTDA.

1.2 - Tipo:
Estéreo-fônica

1.3 - Modelos:
FM - 250 M/E (250 Watts).

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - Fabricante:
Item prejudicado

2.2 - Tipo/Modelo:
Item prejudicado.

3 - SISTEMA IRRADIANTE

3.1 - Fabricante:
TEEL - Tele-Eletrônica Ltda.

3.2 - Tipo:
Onidirecional

3.3 - Modelo:
BEP - 2 L

Formiga-MG, 05 de outubro de 1988

[Assinatura]
RONALDO NELIO NAVA
Sócio-Gerente

PROGRAMAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., com sede na cidade de Brasília-DF, DECLARA:

Considerando o interesse nacional e as finalidades educativas e culturais dos serviços de radiodifusão, a Entidade compromete-se a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- Respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-la em seu próprio contexto;
- Manutenção de elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico;
- Fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e, observância, na publicidade, de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação da Emissora deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28.02.67; Portarias MEC/MC nº 308, de 13.03.79; e nº 568, de 21.10.80.

Quanto à publicidade comercial, a Entidade obriga-se:

- e diluí-la ao longo de sua programação;
- e limitá-la a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de sua programação diária;
- e a conservar em seus arquivos por prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente autenticados pelo responsável, os textos de toda programação irradiada.

Quanto ao serviço noticioso, a Emissora compromete-se a destiná-lo, no mínimo, 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária para a transmissão de serviço noticioso.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente às autoridades, ou a quem suas vezes fizer, para a irradiação de seus programas educacionais, 05 (cinco) horas semanais, as seguintes distribuições:

- 30 (trinta) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprovar, dentro do período de funcionamento da Emissora; e,
- 15 (setenta e cinco) minutos nas mesmas condições, aos sábados e aos domingos.

Quanto à programação ao vivo - o que dispuserem os Poderes Públicos Concedentes.

Desta forma, Senhor Ministro, promete a SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA., caso venha a ser a escolhida para a execução do serviço de radiodifusão de que trata o presente Edital, a produzir uma programação dinâmica e moderna em radiodifusão, onde a nota dominante será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Formiga-MG, 05 de outubro de 1988

[Assinatura]
RONALDO NELIO NAVA
Sócio-Gerente

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o nº 29104.000591/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA. para a execução de serviço de radiodifusão sonora, em termos do Edital nº 233/88-GM. A proposta contém 30 (trinta) folhas numeradas e rubricadas.

Belo Horizonte, 7 de outubro de 1988

[Assinatura]
Chefe da SRAD/DR/BHE

Declaro que presenciei a instrução do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

[Assinatura]
(Portador da proposta)

Exmo. Senhor Ministro das Comunicações nº 29104.000593/88

DR - BELO HORIZONTE

A RÁDIO DIVINAL FM LTDA., devidamente constituída na forma da Legislação em vigor, com sede na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, tendo tomado conhecimento do Edital nº 233/88, mandado publicar por esse Ministério no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 1988, convidando os interessados à execução de Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, onde existe, conforme consta, a possibilidade de instalação de uma emissora com as seguintes características:

- | | |
|-------------|-----------------------|
| 1 - Serviço | : Frequência Modulada |
| 2 - Local | : Formiga (MG) |
| 3 - Canal | : 216 (91,1 MHz) |
| 4 - Classe | : "C" |

Vem por seu sócio-gerente, que a este subscreeva dizer a V.Exa., que deseja executar o serviço e que se compromete, de já, a atender a todas as exigências de ordem técnica e legal que lhe sejam feitas por esse Ministério.

Declara, na oportunidade, que conhece as condições deste Edital e a elas submete.

M. Termos
P. Deferimento

Formiga, 05 de Outubro de 1988

[Assinatura]
CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ
Sócio - Gerente

DE CONATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA.

"RÁDIO DIVINAL FM LTDA"



CARLOS ANTONIO EUSTÁQUIO DINIZ, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua Perdigão Malheiros, nº 68, apt. 02, portador da CI nº 14.520, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, inscrito no CIC sob nº 071747806-87, BRUNO CARDOSOS, brasileiro, solteiro, nascido aos 09.06.1930, comerciante, portador da CI. número 4863511, expedida pela SSP/MG., residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua Alumínio, bairro Serra, portador da CFC. número 002.710.126-68, e, MARCOS VIEIRA GONDIM, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da CI nº M-152.489, expedida pela SSP/MG. CIC. 007.770.996-91, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Av. Francisco Sales, 1838/602, sócios participantes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada "RÁDIO DIVINAL FM LTDA." inscrita no CGC/MF sob nº 21.639.455/0001-21, estabelecida na cidade de Divinópolis, MG à Rua Rio Branco 712, com prazo de duração por tempo indeterminado, com atividade social de instalação de estação de radiodifusão sonora ou sons e imagens com finalidades informativas, educacionais e culturais, cividas e patrióticas mediante a concessão ou permissão do Governo Federal, registrada na Junta Comercial do Estado de MG. sob nº 312.02259396 em 23 de dezembro de 1985, conforme documento de constituição datado de 18.12.1985, alterado posteriormente conforme documento de 14.05.1987, arquivado na mesma Junta, resolvem de comum acordo alterar os ditos documentos e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Os administradores serão brasileiros natos e suas investidas nos cargos após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão somente poderão ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Sociedade continua tendo sua sede e fóruns na cidade de Divinópolis/MG, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, sempre que assim lhe convier e permitir o Governo Federal.

E, por estarem assim, justos e contratados, RATIFICAM as cláusulas do contrato de constituição e alteração posterior não modificadas pelo presente instrumento, assinam na presença das testemunhas abaixo.

Divinópolis-MG, 25 de Janeiro de 1988.

CARLOS ANTONIO EUSTÁQUIO DINIZ.

BRUNO CARDOSOS

MARCOS VIEIRA GONDIM.

Testemunhas:

João Marcos Borges.

Roberto Aleluia.

RÁDIO DIVINAL FM LTDA

CONTRATO SOCIAL

JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Piauí,

883 - Belo Horizonte - portador da cédula de identidade nº M-391. JSP/MG e inscrito no CIC sob o nº 024.456.386-15; CARLOS ANTONIO EUSTÁQUIO DINIZ, brasileiro, casado; Contador, residente e domiciliado na Rua Perdigão Malheiros, 68 - apto 2 - Belo Horizonte-MG portador da cédula de identidade nº 14.520-CRC/MG e inscrito no CIC sob o nº 071.747.806-87; e TRACY GONÇALVES FILHO, brasileiro, casado, Médico, residente e domiciliado na Rua Desembargador Assis Rocha, 148 - Belo Horizonte-MG, portador da cédula de identidade nº M-2.067.310-SSP/MG e inscrito no CIC sob o número 644.493.716-15, constituem uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, sob a denominação social de RÁDIO DIVINAL FM LTDA. Todos os negócios da Sociedade serão regidos pelas condições resumidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - A Sociedade girará sob a denominação social de RÁDIO DIVINAL FM LTDA. e terá como principal objetivo a instalação de estação de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, com finalidades informativas, educacionais e culturais, cividas e patrióticas, mediante a obtenção do Governo Federal, de concessão ou permissão nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II - A Sociedade terá sua sede e foro na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, sempre que assim lhe convier e permitir o Governo Federal. SEDE: Rua Rio Branco, 712- Divinópolis-MG.

CLÁUSULA III - A Sociedade é constituída por prazo indeterminado, podendo ser dissolvida a qualquer tempo pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA IV - A Sociedade, por seus sócios, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos e instruções emanados do Poder Público Concedente, vigentes ou que venham a vigor, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA V - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA VI - A Sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

CLÁUSULA VII - As cotas são nominativas e indivisíveis em relação à sociedade, que para cada uma delas reconhecerá somente um único proprietário.

CLÁUSULA VIII - O capital social é de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), representado por 80.000 (oitenta mil) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) e fica assim distribuído entre os cotistas:

a) - JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA, 72.000 (setenta e duas mil) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões de cruzeiros);

b) - CARLOS ANTONIO EUSTÁQUIO DINIZ, 4.000 (quatro mil) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros); e,

c) - IRACY GONÇALVES FILHO, 4.000 (quatro mil) cotas de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA IX - A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 29 in fine, do Decreto nº 3.702, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA X - A sociedade será administrada por um de seus cotistas - o Sócio-Gerente - eleito e demissível por deliberação dos sócios que representam a maioria do capital social, ao qual compete o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, cabendo-lhe, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos gerentes de sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, podendo praticar todos os atos que se tornem necessários, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

CLÁUSULA XI - Fica investido no cargo de Sócio-Gerente o cotista CARLOS ANTONIO EUSTAQUIO DINIZ, anexo da prestar caução em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XII - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa caberão somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA XIII - Fica estabelecido que o Sócio-Gerente poderá fazer-se representar por procurador em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo-a e administrando, para o que será solicitada, para a designação, prévia autorização do Poder Público Concedente, apresentando-se na oportunidade prova de nacionalidade do procurador, que deverá ser sempre de brasileiro nato.

CLÁUSULA XIV - Para os cargos de locutores, redatores e em carregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XV - O quadro social será formado preferentemente por brasileiros, ou no mínimo, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XVI - Os documentos que envolvam responsabilidade para a sociedade somente terão valor, se firmados pelo Sócio-Gerente, nos termos da Cláusula X.

CLÁUSULA XVII - No final de cada exercício financeiro será levantado o balanço geral, para apuração dos lucros ou prejuízos da sociedade, que serão distribuídos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XVIII - A distribuição dos lucros será sempre suatada, quando se verificar a necessidade de cobrir despesas inadiáveis que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XIX - O início das atividades da sociedade ocorre rá na data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA XX - Os casos não previstos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos que regulam o funcionamento das sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada e normas atinentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XXI - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, por assim estarem justos e contratados, de um acordo mandaram datilografar o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, no anverso de 05 (cinco) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, para que produza os efeitos legais.

Divinópolis-MG, 18 de dezembro de 1985

JOSE ELIAS DE OLIVEIRA
JOSE ELIAS DE OLIVEIRA
CARLOS ANTONIO EUSTAQUIO DINIZ
CARLOS ANTONIO EUSTAQUIO DINIZ
IRACY GONÇALVES FILHO
IRACY GONÇALVES FILHO

TESTEMUNHAS:

1º OTAVIANO ELIAS DE OLIVEIRA
2º ROSELI SPINOLA DE MOURA

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO DIVINAL FM LTDA

CARLOS ANTONIO EUSTAQUIO DINIZ
Sócio-Gerente

Em Tempo: A integralização do Capital Social será em moeda corrente do País, da seguinte forma:
50% (cinquenta por cento) neste ato e os restantes 50% (cinquenta por cento) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Divinópolis-MG, 18 de dezembro de 1985

JOSE ELIAS DE OLIVEIRA
Cmp

ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

* RÁDIO DIVINAL F M LTDA *

CARLOS ANTONIO EUSTAQUIO DINIZ, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua Perdão Malheiros nº 68, apt.02, portador da CI nº 14.520, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade de MG., inscrito no CIG sob nº 071747806-87, BRUNO CARDOSO, brasileiro, solteiro, médico, nascido aos 09.06.1930, portador da CI nº 4863511, expedida pela SSPMG., residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua Alumínio, bairro Serra, portador da CIC nº 002.710.126-68; e, - MARCOS VIEIRA GONDIM, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da CI nº M-152.489, expedida pela SSPMG, CIC. 007.770.996-91, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Av. Francisco Sales 1838/602, sócios participantes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada "RÁDIO DIVINAL F M LTDA", inscrita no CGC MF sob nº 21.639.455/0001-21, estabelecida na cidade de Divinópolis-MG., à Rua Rio Branco 712, com atividade social de instalações de estação de radiodifusão sonora ou sons e imagens, com finalidade informativa, educacionais e culturais, cividas e patrióticas mediante a concessão ou permissão do Governo Federal registrada na Junta Comercial do Estado de MG sob nº 31202259396

23.12.1985, conforme documento de constituição datado de 18.12.1985, alterado posteriormente conforme documentos de 14.05.87 e 25.02.1988, arquivados na mesma Junta, resolvem de comum acordo alterar os ditos documentos e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O capital social de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzados), dividido em quotas de Cr\$1,00 (um cruzado) cada uma, passa para Cr\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzados), sendo o aumento de Cr\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzados) também dividido em quotas de Cr\$1,00 (um cruzado) e subscrito unicamente pelo sócio MARCOS VIEIRA GONDIM, que o integralizará em moeda corrente do País, à medida das necessidades sociais.

Desta forma passa o capital social ter a seguintes divisão entre os sócios:

- BRUNO CARDOSO - 40.000 (quarenta mil quotas), perfazendo o total de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados);
- CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ - 120.000 (cento e vinte mil quotas) perfazendo o total de Cr\$120.000,00 (cento e vinte mil cruzados);
- MARCOS VIEIRA GONDIM - anteriormente com 40.000 quotas, passa para 320.000 quotas, perfazendo o total de Cr\$320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzados).

Parágrafo único: A responsabilidade de cada sócio, na forma da Lei, continua limitada ao valor total do capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os administradores da sociedade continuam sendo brasileiros natos e suas investiduras nos cargos após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão somente poderão ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O sócio Carlos Antônio Eustáquio Diniz, continua com a incumbência de gerir os negócios sociais, com plenos poderes para praticar todos os atos que forem necessários a fim de garantir o funcionamento da empresa.

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade continua estabelecida em Divinópolis, bem como permanecendo com forma nesta localidade, podendo abrir filiais, escritórios em todo território nacional, sempre que assim lhe convier e permitir o Governo Federal.

Justos e contratados, ratificam as cláusulas do contrato de constituição e alterações posteriores não modificadas pelo presente instrumento, assinam na presença dos testemunhas abaixo.

Divinópolis, 10 de Junho de 1988.

Carlos Antônio Eustáquio Diniz.

Bruno Cardoso.

Marcos Vieira Gondim.

Testemunhas:

654 Marcos Borges.

Roberto Aleluia.

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR:

- 1.1 Fabricante: W.T.K. TELECOMUNICAÇÕES LTDA
- 1.2 Tipo e ou modelo: SZ - FMU - 8

2 - SISTEMA IRRADIANTE:

- 2.1 Fabricante: MAPRA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA
- 2.2 Tipo e ou modelo: FMA - 2

- Formiga, 05 de outubro de 1988

CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ
Sócio - Gerente

PROGRAMAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente legalmente responsável pela RÁDIO DIVINAL FM LTDA., com sede na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, D E C L A R A:

Considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural dos serviços de radiodifusão, a Emissora compromete-se a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes horários:

- a) - Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- b) - Respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-la em seu próprio contexto;
- c) - Manutenção de elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico; e,
- d) - Fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e observância na publicidade de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação da Emissora deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto Lei nº 236 de 18.03.1967, portaria MEC/MC nº 308 de 13.03.79 e nº 568 de 21 de outubro de 1980 e Portaria MC nº 52/82 de 24.03.82

Quanto à qualidade comercial, a Entidade obriga-se:

- a) - Diluí-la ao longo de sua programação;
- b) - A limitá-la a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da programação diária; e,
- c) - A conservar em seus arquivos, por prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente autenticados pelo responsável.

Quanto ao serviço noticioso, a Emissora compromete-se a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, para a transmissão de serviço noticioso.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente às autoridades ou a quem suas vezes fixar, para irradiação de seus programas educacionais, 05 (cinco) horas semanais, assim distribuídas:

- 36 (trinta e seis) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprouver, dentro do período de funcionamento da emissora; e,
- 75 (setenta e cinco) minutos, nas mesmas condições aos sábados e aos domingos.

Quanto à programação ao vivo - o que dispuserem os poderes públicos.

Desta forma, Senhor Ministro, promete a RÁDIO DIVINAL FM LTDA., caso seja a escolhida para a execução do serviço de radiodifusão proposto no presente edital, a produzir uma programação dinâmica e moderna em técnicas de radiodifusão, onde a nota dominante será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Formiga, 05 de outubro de 1988.

CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ
Sócio - Gerente

MC - JENTEL

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o nº 29104.000 /88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta de

executar serviço de radiodifusão sonora, nos termos do Edital nº 1/88-GM. A proposta contém 41 (quarenta e uma) folhas numeradas e rubricadas.

Belo Horizonte, de

Chefe da SRAD/DR/DIE

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

(Portador da proposta)

ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

" RÁDIO DIVINAL F.M. LTDA. "

CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua - Perdão Malheiros, 68, apt. 02, portador da CI nº 14-520 expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade MG, inscrito no CRC-MG, sob nº 071747-806-87, BRUNO CARDOSO, brasileiro, solteiro, médico, nascido em 09.06.1930, portador da CI nº 4865511, expedida pela SSPMG, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Rua Alumínio, bairro Serra, portador da CI nº 002.710.126-68; e, MARCOS VIEIRA GONDIM, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da CI. número M-152.489, expedida pela SSPMG, CI 007.770.996-91, residente e domiciliado em Belo Horizonte à Av. Francisco Sales 1838/602, sócio

os participantes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada da " RÁDIO DIVINAL F.M. LTDA.", inscrita no CGC/MF sob número 21.639.455/0001-21, estabelecida na cidade de Divinópolis- MG, à Rua Pio Branco 712 com atividade social de instalação de estação de radiodifusão sonora ou sons e imagens com finalidade informativa, educacional e cultural, oficinas e patrióticas mediante a concessão ou permissão do Governo Federal, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 31202259396 em 23.12.1985, conforme documento de constituição datado de 18.12.1985, alterado posteriormente conforme documentos de 14.05.87, 25.01.1988 e 10.06.88, aqui vados nesta Junta, resolveu de comum acordo alterar os ditos documentos e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O capital social de Cr\$80.000,00 (oitocentos e oitenta mil cruzeiros) dividido em quotas de Cr\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, passa para Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), sendo o aumento de Cr\$920.000,00 (novecentos e vinte mil cruzeiros) também dividido em quotas de Cr\$1,00 (um cruzeiro) subscrito unicamente pelo sócio MARCOS VIEIRA GONDIM, que o integralizará em moeda corrente do país à medida das necessidades sociais.

Desta forma passa o capital social ter a seguinte divisão entre os sócios:
BRUNO CARDOSO - 40.000 (quarenta mil quotas) perfazendo o total de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

- CARLOS ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ - 120.000 (cento e vinte mil quotas) perfazendo o total de Cr\$120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros);

- MARCOS VIEIRA GONDIM - anteriormente com 320.000 (trezentos e vinte mil quotas) perfazendo o total de Cr\$320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), passa para 840.000 (oitocentos e quarenta mil) quotas, perfazendo o total de Cr\$840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros).

Parágrafo único: A responsabilidade de cada sócio na forma da Lei, continua limitada ao valor total do capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os administradores da sociedade continuam sendo brasileiros natos e suas investidores nos cargos após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão somente poderão ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O sócio Carlos Antônio Eustáquio Diniz continua com a incumbência de gerir os negócios sociais com plenos poderes para praticar todos os atos que forem necessários a fim de garantir o funcionamento da empresa.

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade continua, estabelecida em Divinópolis, bem como permanecendo com fórum nesta localidade, podendo abrir filiais, escritórios em todo território nacional, sempre que assim lhe convier e permitir o Governo Federal.

Juntos e contratados ratificam as cláusulas de contrato de constituição e alterações posteriores não modificadas pelo presente instrumento, assinam na presença dos testemunhas abaixo.

Divinópolis, 11 de outubro de 1988.

Carlos Antônio Eustáquio Diniz.

Bruno Cardoso

Marcos Vieira Gondim

Testemunhas.

José Marcos Borges.

Roberto Alalala

Participantes na TC de nº 241 sub. em 14/10/88
30/10/88

ICELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DE COMUNICAÇÕES 000595/88

DR - BELO HORIZONTE



A Programação deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 13 e 16 §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967, e das Normas aprovadas pela Portaria MC nº 55, de 25 de janeiro de 1.974.

Formiga, 04 de outubro de 1.988.

Francisco José Porto
FRANCISCO JOSÉ PORTO
Diretor-Presidente

"AREIAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA, Sociedade constituída por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fóro na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, à Rua Barão de Pinhy nº 247 - sala 102, indendo ao que dispõe o item 1, da Letra A - DOCUMENTOS RELATIVOS À EM RÁDIO - do Edital nº 253/88, do Ministério das Comunicações, publicado no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 1.988, vem, muito respeitosa e, requerer a Vossa Excelência, se digne mandar examinar sua proposta para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, considerando-se:

Serviço : FREQUENCIA MODULADA
Local : Formiga-MG
Canal : 216 (91,1 MHz)
Classe : C
Capital mínimo exigido : 100 (cem) MVR
Horário de funcionamento : Ilimitado

A Sociedade, por seu Diretor abaixo assinado DECLARA, desde já, recutar os serviços pretendidos cumprindo todas as exigências jurídicas legais, bem como, se vier a merecer o ato de outorga, a observar as leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Decisões e Normas em vigor e ou que vierem a vigor, e emanados do Ministério das Comunicações e de demais órgãos subordinados, e relativos a legislação de radiodifusão em geral.

Termos em que,
P. Deferimento.

Formiga, 04 de outubro de 1.988.

Francisco José Porto
FRANCISCO JOSÉ PORTO
Diretor-Presidente

P. R. O. G. R. A. M. A. C. O.

"AREIAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA, declara que se compromete a elaborar sua programação de informativos, educacionais e ao bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso de forma tribuía para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento regular do homem brasileiro, observando entre outras, os seguintes pontos:

- Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- respeito às diferenças regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;
- manutenção de elevado sentido ético, moral e cívico;
- fidedignidade da informação, e observância, na publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e do consumidor;

"AREIAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA

- CONTRATO SOCIAL -

FRANCISCO JOSÉ PORTO

Brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, à Rua Miranda S. Carvalho - Condomínio Residencial Village nº 53 - portador da Cédula de Identidade - OAB nº 24.645 e CPF/MF sob nº 827.195.686-30;

PAULO CESAR RODRIGUES NUNES

Brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, à Rua Barão de Pinhy nº 517 - apto 302, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.736.697, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e do CPF/MF sob nº 143.735.996-53;

CONSTITUEM,

entre si, e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á "AREIAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA, e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações, na forma da lei e da legislação vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 58.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suposição dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade será como endereço a cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, à Rua Barão de Piumhi nº 247 - sala 301.

b. 98% (noventa e oito por cento), ou seja, Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzados), como integralização total do Capital Social, em até 24 (vinte e quatro) meses da data da assinatura do presente contrato social.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As cotas são individuais em relação à Sociedade que, para cada uma delas, são reconhecidas ao proprietário.

CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencem aos, sempre, a brasileiros, e são inalienáveis e intransmissíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelos sócios FRANCISCO JOSÉ PORTO, nas funções de DIRETOR-PRESIDENTE e PAULO CESAR RODRIGUES NUNES, nas funções de DIRETOR-GERENCIAL, cabendo-lhes todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhes ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às questões sociais e comerciais da empresa, em CONJUNTO ou ISOLADAMENTE, pela qual lhes é dispensada a prestação de caução.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vir, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§ UNICO-

Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

Os Diretores terão como remuneração mensal a quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que serão levadas à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no país, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima-Terceira deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estrangeiros aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta Cláusula, pessoalmente responsáveis pelos danos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), representado por 600.000 (seiscentos mil) cotas, no valor, cada uma, de Cr\$ 1,00 (um cruzado), e subscritas pelos sócios da forma que se segue:

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos do estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato Social, e para esse fim, o sócio - retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

SÓCIOS	Nº COTAS	VALOR CR\$
FRANCISCO JOSÉ PORTO	300.000	Cr\$ 300.000,00
PAULO CESAR RODRIGUES NUNES	300.000	Cr\$ 300.000,00
TOTAIS:-	600.000	Cr\$ 600.000,00

§ UNICO:- De acordo com o artigo 19 "in fine" do Decreto nº 3.708, de 18 de janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição depois de três meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução nº 23/63, do então Conselho, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 1.964. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A integralização do Capital Social será efetuada em moeda corrente nacional pelos sócios, a saber:

a. 38% (dez por cento), ou seja, Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzados), neste ato; e

do falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar outro representante na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito. O nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o Quadro Social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DECIMA-OITAVA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, de acordo com a dedução, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva legal até que atinja a 10% (dez por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA DECIMA-NOVA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da empresa. O Balanço Geral Anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas. **5. ENTECÔ-** Se acusados forem prejuízos os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de cada um.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dúvidas que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.706, de 10 de janeiro de 1.919, e cuja fiel observância como das demais cláusulas deste Compromisso, se obrigam Diretores e Sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e consentidos, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas da lei.

Formiga, 09 de setembro de 1.988.

Francisco José Porto
FRANCISCO JOSÉ PORTO

Paulo Cesar Rodrigues Nunes
PAULO CESAR RODRIGUES NUNES

Os Diretores assinam em nome da empresa como se segue:

"ARETAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA
Francisco José Porto
FRANCISCO JOSÉ PORTO
Diretor-Presidente

"ARETAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA
Paulo Cesar Rodrigues Nunes
PAULO CESAR RODRIGUES NUNES
Diretor-Comercial

"ARETAS BRANCAS" SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA
Rua Barão de Piumhi nº 247 - sala 102
Formiga/Est. Minas Gerais

TESTEMUNHAS:

1. *Sandra Maria Ferreira*
SANDRA MARIA FERREIRA

2. *Ivone Maria Pacheco*
IVONE MARIA PACHECO

3. *Lourdes Maria Correia Porto*
LOURDES MARIA CORREIA PORTO
Moreno Ramos Lopes
MORENO RAMOS LOPES

1-1-0 LV

DECLARAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR

- 1.1 - Fabricante: TELAVO Ind. e Com. Equip. p/ Telecom. Ltda
- 1.2 - Tipo e/ou modelo: RDM 250 A

2 - SISTEMA IRRADIANTE

- 2.1 - Fabricante: MAPRA Ind. e Com. de Antenas Ltda
- 2.2 - tipo e/ou modelo: Antena de FM 2 elementos

Formiga (local) 09 de outubro de 1.988. (Data)

Francisco José Porto
(representante legal)
FRANCISCO JOSÉ PORTO
Diretor-Presidente

TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o nº 29104.000/88, nesta Diretoria, com os documentos que instruem a proposta da *Arete Brancas* para executar serviço de radiodifusão sonora, nos termos do Edital nº 33/88-GM. A proposta foi avaliada em 27 (vinte e sete) folhas numeradas e rubricadas.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 1988

Chefe da SRAD/DR/BHE

Declaro que presenciei a instauração do presente processo e nenhum reparo tenho a fazer.

Francisco José Porto
(Portador da proposta)

A Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
Nº 59, DE 1990
(Nº 147/89,
na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato que renova concessão à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí, ato a que se refere o Decreto nº 98.031, de 8 de agosto de 1989.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 461, DE 1989

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com § 1º do art. 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 98.031, de 8 de agosto de 1989, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de agosto de 1989, que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.

Brasília, 30 de agosto de 1989. — José Sarney.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 96/89-GM, DE 1º DE AGOSTO DE 1989, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o processo de renovação de outorga requerida pela Rádio Difusora de Picos Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, achando-o regularmente instruído, obedecendo os requisitos legais e técnicos atinentes ao procedimento renovatório.

3. Diante do exposto, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de decreto consubstanciando a medida.

4. Esclareço que o ato de renovação somente virá a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do § 3º, do art. 223, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito. — Antônio Carlos Magalhães.

DECRETO Nº 98.031,
DE 8 DE AGOSTO DE 1989

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, item IV, da Constituição, e nos termos do art. 5º, item I do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29/108.290/87, decreta:

Art. 1º Fica, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 28 de julho de 1987, a concessão da Rádio Difusora de Picos Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.847, de 23 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Picos, Estado do Piauí, sem direito de exclusividade, ser-

viço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo Único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º A concessão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional na forma do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília — DF., 8 de agosto de 1989; 168ª da Independência e 101ª da República. JOSÉ SARNEY — Antônio Carlos Magalhães.

(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
Nº 60, DE 1990**

(Nº 150/89,
na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Pirapitinga Ltda., para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a outorga de concessão à Televisão Pirapitinga Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás, ato a que se refere o Decreto nº 98.034, de 9 de agosto de 1989.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 464, DE 1989

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 98.034, de 09 de agosto de 1989, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de agosto de 1989, que "Outorga concessão à TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA., para explorar serviço de

radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás".

Brasília, em 30 de agosto de 1989.

Jose Sarney

Expediente de habilitação no 100-89 de 11 de
agosto de 1988, do Senhor Ministro das
Comunicações.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determino a publicação do Edital nº 246/88, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

2. No prazo estabelecido pela lei, concorreram as seguintes entidades:

TELEVISÃO LIBERAL LTDA.,
SUDESTE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.,
RADIOFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA.,
TV NOVA LTDA.,
TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA.,
TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA.,
RÁDIO E TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA.,
TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA.,
CONSORCIO DE EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO DE GOIÁS,
RADIOFUSÃO GOYANA LTDA. e
REDE SUL GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.

3. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de radiodifusão, exceto a empresa SUDESTE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., que deixou de apresentar toda a documentação que acompanha a proposta, apesar do DENTEL ter concedido prazo de 15 dias à proponente para suprir a falta, conforme determina o sub-ítem 10.3 do Edital.

4. Assim, das entidades que se apresentaram, só foram consideradas formalmente habilitadas as empresas TELEVISÃO LIBERAL LTDA., RADIOFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA., TV NOVA LTDA., TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA., TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA., RÁDIO E TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA., TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., CONSORCIO DE EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO DE GOIÁS, RADIOFUSÃO GOYANA LTDA. e REDE SUL GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.

5. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de submeter o assunto a Vossa Excelência, para fins de decisão, nos termos do artigo 16 e seus parágrafos, do mencionado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. O ato de outorga somente virá a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro do artigo 223 da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.

Antônio Carlos Magalhães
Ministro das Comunicações

PR - DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO EM SEÇÃO I DO
DIÁRIO OFICIAL DE 18 AGO 1988
CÓPIA AUTENTICADA

PR - TRIBUNAL CIVIL
- SUPRA-SAP
Recebi em 14/08/89

Decreto nº 98.034 de 09 de agosto de 1988

Outorga concessão à TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 84, item IV, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29109.000576/88, (Edital nº 246/88), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão à TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

Parágrafo Único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º - Esta concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

Art. 3º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 09 de agosto de 1988; 169º da Independência e 101º da República.

Antônio Carlos Magalhães
Ministro das Comunicações

EDITAL Nº 246/88-GM

Habilitação de propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o disposto no artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão em vigor, torna público que, transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias, contados do dia seguinte ao da publicação deste Edital no Diário Oficial da União, estará recebendo pelo prazo de 15 (quinze) dias, propostas para a execução e exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com as características e condições que se seguem:

- | | |
|-----------------------------|---|
| 1. Serviço | : TELEVISÃO (Geração) |
| 2. Local | : Catalão-GO |
| 3. Canal | : 07 (sete) |
| 4. Potência | : 2,0 kW ERP |
| 5. Capital mínimo exigido | : 2500 (duas mil e quinhentas) MVR = 12.720.000 |
| 6. Horário de funcionamento | : Ilimitado |

As demais condições desta Edital fazem parte do Processo que lhe deu origem e encontram-se à disposição dos interessados na Diretoria Regional do DENTEL em Goiânia-GO, situada na Rua Treze, 618 - Setor Oeste, onde seus representantes legais deverão entregar suas propostas.

Brasília-DF, 15 de agosto de 1988.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

CONDIÇÕES DE EDITAL PARA EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIOFUSÃO

1 - ENTREGA DAS PROPOSTAS

As entidades interessadas na execução e exploração do serviço de radiodifusão deverão, por seu representante legal, apresentar suas propostas durante o horário de expediente, na Diretoria Regional do DENTEL em Goiânia, à Rua Treze, 618 - Setor Oeste.

2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À ENTIDADE

2.1 - Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações:

2.1.1 - No requerimento deverá constar o endereço para correspondência;

2.2 - Ato constitutivo e alterações subsequentes, com as respectivas comprovações de registro ou arquivamento na repartição competente;

2.2.1 - Nos atos constitutivos das sociedades deverão constar dispositivos declarando expressamente, que:

2.2.1.1 - as cotas ou ações representativas de capital social são inalienáveis e intransmissíveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas;

2.2.1.2 - nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações;

2.2.1.3 - os administradores deverão ser brasileiros natos e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações;

2.2.2 - No estatuto de fundação deverá constar dispositivos relativos, apenas, aos sub-ítem 2.2.1.2 e 2.2.1.3...

2.2.3 - As sociedades anônimas ainda não executantes do serviço de radiodifusão deverão apresentar, junto com seu estatuto, o quadro societário atualizado constando o número, o valor e o tipo das ações de cada sócio;

2.3 - Comprovante de que obteve assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, se a sede de funcionamento do Edital, estiver localizada dentro dos limites da Fronteira;

2.3.1 - Ficam dispensadas da apresentação do documento de que trata o item anterior, as entidades já existentes de qualquer tipo de serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, devendo, entretanto, informar na proposta essa situação.

2.3.2 - As entidades já concessionárias, permissionárias que, pela primeira vez pretendem executar serviço de radiodifusão na Faixa de Fronteira, deverão providenciar a adaptação de seus atos constitutivos às disposições do Decreto nº 85.061, de 26 de agosto de 1980, a fim de obterem, através do DENTEL, o assentimento de que trata o item 2.3.

2.3.3 - As entidades que, para registrar ou arquivar seus atos constitutivos necessitem do assentimento do Conselho de Segurança Nacional, mencionado no item 2.3, deverão providenciar este documento, através do DENTEL, bem como o consequente registro ou arquivamento dos mesmos, antes da data prevista para a entrega da proposta.

2.4 - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como prova de cumprimento da legislação trabalhista referente à observância da proporcionalidade de brasileiros na entidade;

2.5 - Certidão de quitação de tributos federais, exceto quando se trata de microempresa;

2.5.1 - Os documentos enumerados nos itens 2.4 e 2.5 não precisarão ser apresentados pelas entidades que não tenham ainda iniciado suas atividades.

2.6 - Declaração firmada pelos administradores, conforme Anexo I.

3 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA COTISTA OU AÇÃOISTA

3.1 - Prova da condição de brasileiro, feita mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade ou comprovante de naturalização, ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

3.1.1 - Fica dispensado da apresentação da prova de que trata o item acima, quem pertencer ao quadro societário de entidade executora de serviço de radiodifusão.

4 - DOCUMENTOS RELATIVOS A CADA ADMINISTRADOR

4.1 - Prova da condição de brasileiro nato, mediante apresentação de qualquer um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade;

4.1.1 - Fica dispensado da apresentação da prova de que trata o item anterior, quem pertencer ao quadro diretivo de entidade já executora de serviço de radiodifusão.

4.2 - Certidão dos Cartórios Distribuidores, Cíveis, Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exerça ou haja exercido, no mesmo período, atividades econômicas, como administrador.

4.3 - Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

4.4 - Declaração assinada por todos os dirigentes, conforme Anexo III;

4.5.1 - Os documentos a que se referem os itens 4.1 e 4.5 não precisarão ser apresentados pelos dirigentes que integram o quadro societário da entidade, uma vez que a apresentação dos mesmos será feita atendendo os itens 3.1 e 3.2;

4.6 - Todos os documentos, com exceção dos que tenham validade predeterminada e dos comprovantes de nacionalidade, deverão ser firmados, expedidos ou reválidos em data não superior a 60 (sessenta) dias da sua apresentação;

5 - DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

A demonstração dos recursos técnicos a que se refere o nº 5 do item I do artigo 14 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/85, deverá ser feita mediante indicação das características do transmissor e do sistema irradiante (Anexo IV) que a entidade pretende utilizar nas suas instalações, compreendendo: fabricante, tipo e modelo destes equipamentos.

6 - CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO PARA O EMPREENDIMENTO

6.1 - O capital mínimo exigido para o empreendimento de que trata a alínea "c", § 1º do artigo 11 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 91.837/85, é calculado em função da potência ou, no caso de FM, da classe da estação, conforme tabela abaixo, fixa pela Portaria MC nº 316, de 11 de novembro de 1985.

ESTAÇÕES DE RADIOFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, ONDA CURTA E ONDA TROPICAL

6.1.1 - Estações de potência até 500 W, exclusiva (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.2 - Estações de potência compreendida entre 500 W, inclusive, e 1 kW, inclusive - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.3 - Estações de potência compreendida entre 1 kW, exclusiva, e 5 kW, inclusive - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.4 - Estações de potência compreendida entre 5 kW, exclusiva, 10 kW, inclusive - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.5 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, exclusiva, e 25 kW inclusive - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.6 - Estações de potência compreendida entre 25 kW, exclusiva, e 50 kW, inclusive - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.7 - Estações de potência superior a 50 kW - 7000 (sete mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RADIOFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM

6.1.8 - Estações classe "C" - 100 (cem) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.9 - Estações classe "B" - 200 (duzentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.10 - Estações classe "A" - 500 (quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.11 - Estações classe "Especial" - 1000 (mil) vezes o maior Valor de Referência;

ESTAÇÕES DE RADIOFUSÃO DE SOM E IMAGEM (TELEVISÃO)

6.1.12 - Estações de potência até 2 kW, exclusiva - 1500 (mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.13 - Estações de potência compreendida entre 2 kW, exclusiva e 10 kW, exclusiva - 2500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.14 - Estações de potência compreendida entre 10 kW, exclusiva e 25 kW, exclusiva - 5000 (cinco mil) vezes o maior Valor de Referência;

6.1.15 - Estações de potência igual ou superior a 25 kW - 7500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior Valor de Referência;

6.2 - Os valores estabelecidos na mencionada Portaria MC nº 316, referem-se a cada nova concessão ou permissão pretendida, considerada isoladamente, e o valor de referência, a ser considerado para o cálculo, é o vigente na data da publicação do Edital;

7 - A DEMONSTRAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DEVERÁ SER FEITA DA SEGUINTES FORMAS:

7.1 - No caso de entidade ainda não executora do serviço de radiodifusão;

7.1.1 - Quando o capital social da entidade for igual ou superior ao valor do capital mínimo exigido para o empreendimento e estiver totalmente integralizado, ou prevista, nos atos constitutivos, a integralização até a data de entrada em funcionamento da estação;

7.1.1.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

OBSERVAÇÃO: Se a entidade participar de mais de um Edital deverá, para cada um deles, apresentar, além do depósito de 50% (cinquenta por cento) do capital, minuta de alteração dos atos constitutivos onde conste o aumento do capital social de mais o valor do capital mínimo exigido para cada um dos serviços pretendidos;

7.1.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento ou for igual ou superior, mas não estiver totalmente integralizado, nem prevista a sua integralização até a data do início de funcionamento da estação;

7.1.2.1 - prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

7.1.2.2 - demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.2 - No caso de entidade executora do serviço de radiodifusão:

7.2.1 - Quando o capital social totalmente integralizado for igual ou superior à soma dos valores fixados na Portaria MC nº 316/85, para cada um de seus serviços, acrescida da quantia exigida para o novo empreendimento, a entidade fica isenta da demonstração de disponibilidade de recursos financeiros.

7.2.2 - Quando o capital social for inferior ao capital mínimo exigido para o empreendimento, escolher, uma das opções abaixo indicadas):

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou em outra instituição financeira, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) minuta de alteração dos atos constitutivos para elevação do capital social, a ser aumentado de mais o valor necessário para o novo empreendimento, a qual conste que a sua integralização total será efetivada até a data prevista para a entrada em funcionamento da estação;

SEGUNDA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, de forma a completar o valor do capital mencionado no subitem anterior, até atingir, no mínimo, o total do capital exigido para o empreendimento;

7.3 - Sendo a proponente uma fundação, executora do serviço de radiodifusão ou não, a comprovação dos recursos poderá ser feita de uma das seguintes maneiras:

PRIMEIRA: a) prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento;

b) demonstração de disponibilidade de crédito bancário ou de garantia de financiamento, feita através de documentos fornecidos pelas instituições próprias ou de financiamento concedido pelo fabricante dos equipamentos, ou através de outros meios que demonstrem a complementação do valor total do capital exigido para o empreendimento.

SEGUNDA: prova de depósito, em banco ou outra instituição financeira, do total do valor correspondente ao capital exigido para o empreendimento.

7.4 - Os financiamentos com os fabricantes dos equipamentos ou com estabelecimentos de crédito nacionais não poderão ser contratados por prazo superior a 10 (dez) anos;

8 - QUADRO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

8.1 - A entidade deverá apresentar, em complementação à sua proposta, o quadro (anexo V), para os fins das alíneas a, b, c, d, e e f do § 1º do artigo 16, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837, de 23 de outubro de 1985.

9 - PROCLAMAÇÃO

9.1 - Para efeito de preenchimento dos itens 7 e 8 do Anexo V, constante do item anterior, a proponente:

considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural do serviço de radiodifusão deverá elaborar seus programas informativos, educativos (e ao vivo), bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando, entre outros, os seguintes critérios:

9.1.1 - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;

9.1.2 - respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

9.1.3 - manutenção de elevado sentido ético em suas atividades;

9.1.4 - fidedignidade da informação e observância da publicidade, de princípios éticos indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, em originais legíveis, facultada a reprodução fotográfica, desde que as cópias sejam autenticadas e legíveis;

10.2 - A aceitação das propostas não implicará na obrigatoriedade da outorga, podendo o Edital ser cancelado por interesse da Administração; mediante ato do Ministro das Comunicações, nos termos do artigo 12 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, nos que as proponentes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.3 - Constatada falta ou incorreção na documentação que acompanha a proposta, o DENTEL poderá conceder um prazo de até 15 dias à proponente para supri-la.

10.3.1 - Nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e nos Territórios do Amapá e Roraima, a exceção das capitais dos citados Estados, o prazo poderá ser de até 30 dias, a critério do DENTEL.

10.4 - O Ministro de Estado das Comunicações poderá autorizar a juntada de documentos ao processo das proponentes e determinar seu restudo.

MC - DENTEL

PROCESSO Nº 29000.005920/88-20

Senhor Secretário-Geral,

ASSUNTO:

Trata o presente processo do Edital nº 246/88, para outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

ESTUDO

SINTÉTICO:

No prazo estipulado, acorreram ao chamado as seguintes entidades:

- A) TELEVISÃO LIBERAL LTDA.
- B) SUDESTE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.
- C) RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA.
- D) TV NOVA LTDA.
- E) TELEVISÃO PIRATININGA LTDA.
- F) TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA.
- G) RÁDIO E TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA.
- H) TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA.
- I) CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE.
- J) RADIODIFUSÃO GOVANA LTDA.
- K) REDE SUL GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.

O processo foi examinado pela Diretoria Regional do DENTEL em Goiânia (despacho de fls. 30 e parecer nº 001/89, fls. 31 a 60 e pela Divisão de Radiodifusão deste Departamento (Informação RAD nº 88/89), constando-se que as entidades supramencionadas atenderam aos pressupostos do Edital, a exceção da SUDESTE COMUNICAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, por não haver apresentado documento algum além do requerimento, apesar de notificada, através do ofício nº 1.607/GM/84 de 24.11.88 (AR:30.11.887; Processo nº 29109.000551/88).

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, está o processo concluído, com a decisão de ser submetido à concessão do Edital de Licitação da República.

Brasília, 14 de Novembro de 1989

ROBERTO BLOI MOUTES DE SOUZA
Diretor-Geral do DENTEL

CONTRATO SOCIAL
TELEVISÃO LIBERAL LTDA.

JOAQUIM LUIZ MARTINS - brasileiro, desquitado, advogado, residente e domiciliado em Goiânia, à Avenida D nº 506, Setor Oeste, por intermédio de

da Carteira de Identidade nº 21.157 - 2a. via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, em 16/10/73, nº 002.703.421-68 e Título de Eleitor nº 4.236.210-90, da 1a. Zona, 134a. Seção, 4

MARTA BARBOSA LOPES - brasileira, solteira, radialista e publicitária, residente e domiciliada em Goiânia, à Avenida Goiás nº 756 - 5º andar, apto. 52, Centro, portadora da Carteira de Identidade nº 210.723, 2a. via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, em 16/05/84, C.F.R. nº 070.578.901-25 e Título de Eleitor nº 6.692.410, da 1a. Zona, 59a. Seção,

CONSTITUIR, entre si e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - A Sociedade denominar-se-á TELEVISÃO LIBERAL LTDA. e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e seus serviços correlatos tais como: ser vice especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e sons de radiodifusão, com finalidades educativas, culturais e informativas, civis e patrocínios, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou outras localidades, tudo de acordo com a legislação regedora da matéria. A sede, estabelecimento e foro na Avenida Goiás, 315, salas 802/806, 8º andar, Centro, Edifício Itamarati - Goiânia-GO.

Cláusula Segunda - O Capital Social é de R\$ 38.160.000,00 (trinta e oito milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), dividido em 38.160.000 (trinta e oito milhões, seiscentos e vinte mil) cotas de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma e subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, nesta data, como se segue:

a) JOAQUIM ALVES MARINHO 6.360.000 cotas . . . R\$ 6.360.000,00
b) MARTA BARBOSA LOPES 6.360.000 cotas . . . R\$ 6.360.000,00
TOTAL: . . . 12.720.000 cotas . . . R\$ 12.720.000,00

§1a) A responsabilidade dos sócios é, na forma da legislação em vigor, limitada à importância total do Capital Social.

Cláusula Terceira - Os objetivos expressos da Sociedade e de acordo com o que dispõe o artigo 3º, do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1963, que institui o Regulamento do Serviço de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a supressão dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

Cláusula Quarta - A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado e suas atividades terão início a partir de 15/09/88.

Cláusula Quinta - A Sociedade se compromete, por seus Diretores, a não alterar qualquer alteração no Contrato Social, sem que tenha sido aprovada e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

Cláusula Sexta - As cotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros natos e não estrangeiros e inalienáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas;

Cláusula Sétima - A Sociedade se obriga a observar, com rigor, as leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à exploração de radiodifusão sonora em geral;

Cláusula Oitava - A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos;

Cláusula Nona - A Sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados e previstos no artigo 12 do Decreto Lei nº 236, de 26 de fevereiro de 1967;

Cláusula Décima - A Sociedade será administrada pelo sócio JOAQUIM ALVES MARINHO, na função de Sócio-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de cauções, sendo que a investitura no cargo somente poderá ocorrer após o seu nome ter sido aprovado pelo Ministério das Comunicações;

Cláusula Décima Primeira - O Sócio Administrador terá direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, de acordo com os limites de determinados pelo Regulamento do Imposto de Renda, e figurar em cada prestação de serviço que será levado a débito na conta de Despesas Gerais da empresa;

Cláusula Décima Segunda - O uso da denominação Social, nos termos da Cláusula Décima deste instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade;

Cláusula Décima Terceira - As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estrangeiros ou sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios e da autorização prévia do Ministério das Comunicações e, para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios remanescentes terão sempre a preferência na aquisição das cotas do sócio retirante;

Cláusula Décima Quarta - Falando um dos sócios, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido o interdito e capital e os lucros apurados no último balanço aprovado, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da aprovação do Balanço Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em vinte parcelas, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados na decisão nº 21/63, do então CONTEL, publicada no D.O.U. de 24/01/64. Se,

entretanto, durante o período ou representantes legais do sócio falecido ou interdito continuarem a Sociedade e com acatamento de todos os demais sócios, deverão todos designar quem os substitua no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será de apreciação do Ministério das Comunicações e, tendo dele a aprovação prevista, poderá integrar o Quadro Social e o seu consequente enquadramento na Junta Comercial do Estado de Goiás;

Cláusula Décima Quinta - Os lucros apurados em Balanço Anual, distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a participação equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido para a constituição de um Fundo de Reserva até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social;

Cláusula Décima Sexta - Para o exercício das funções de administração e procurador da entidade serão brasileiros natos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações;

Cláusula Décima Sétima - A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da empresa. O Balanço Anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da apuração dos Resultados.

Parágrafo Único - Se acusados forem prejudiciais os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de que são detentores;

Cláusula Décima Oitava - Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes;

Cláusula Décima Nona - Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os sócios.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

Goiânia, 15 de setembro de 1988

JOAQUIM ALVES MARINHO

MARTA BARBOSA LOPES

Assinatura em nome da entidade:

JOAQUIM ALVES MARINHO

Sócio-Gerente.

2a. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

TELEVISÃO LIBERAL LTDA.

JOAQUIM ALVES MARINHO - brasileiro, desquitado, advogado, residente e domiciliado em Goiânia, à Avenida D nº 308, Setor Oeste, portador da Carteira de Identidade nº 21.157 - 2a. via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, em 16/10/73, C.F.R. nº 001.703.421-68 e Título de Eleitor nº 4.236.210-90, da 1a. Zona, 134a. Seção, e

MARTA BARBOSA LOPES - brasileira, solteira, radialista e publicitária, residente e domiciliada em Goiânia, à Avenida Goiás nº 756 - 5º andar, apto. 52, Centro, portadora da Carteira de Identidade nº 210.723, 2a. via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, em 16/05/84, C.F.R. nº 070.578.901-25 e Título de Eleitor nº 6.692.410, da 1a. Zona, 59a. Seção, únicos sócios da TELEVISÃO LIBERAL LTDA., estabelecida nesta Capital, conforme registro na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 521.0071301.1, de 20/09/88, resolvem, de comum acordo, alterar seu Contrato Social conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUMENTO DE CAPITAL

Altera a Cláusula Segunda do Contrato Primitivo, que passa a ter a seguinte redação: "O Capital Social é de R\$ 38.160.000,00 (trinta e oito milhões, cento e sessenta mil cruzeiros) dividido em 38.160.000 (trinta e oito milhões, cento e sessenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma e subscritas e integralizadas em moeda corrente do País, nesta data, como se segue:

a) JOAQUIM ALVES MARINHO	19.080.000 cotas	R\$ 19.080.000,00
b) MARTA BARBOSA LOPES	19.080.000 cotas	R\$ 19.080.000,00
TOTAL:	38.160.000 cotas	R\$ 38.160.000,00

(19) A responsabilidade dos sócios é, na forma da legislação em vigor, limitada à importância total do Capital Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - As cláusulas não alcançadas pela presente alteração contratual ficam inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença dos testemunhas abaixo.

João Alves Marinho
JOÃO ALVES MARINHO

Goiania, 30 de setembro de 1988

Marta Barbosa Lopes
MARTA BARBOSA LOPES

Assinatura em nome da entidade:
TELEVISÃO LIBERAL LTDA.

João Alves Marinho
JOÃO ALVES MARINHO

Testemunhas:

1. _____
2. _____

RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES CONTRATO SOCIAL

JOSE ALVES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Carldeal Cagliari, 148 - São Paulo-SP, cédula de identidade nº 4.946.653-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 186.603.128-72; ILDETE LAVÍNIA ALVES ESTEVES, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Rua Cardinal Cagliari, 145 - São Paulo-SP, cédula de identidade nº 4.311.023-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 564.017.108-10, por este instrumento particular de Contrato Social, ajustam e convencionam a constituição de uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que se regerá pela legislação que regula os serviços de radiodifusão vigente e sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - A Sociedade girará sob a denominação social de RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA. e terá como principal objetivo a instalação e execução de serviços de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens e de TVA - Televisão por Assinatura, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sons, ou ainda de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e políticas, bem como a exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação que rege o serviço.

CLÁUSULA II - A Sociedade terá sua sede na Rua Pouso Alto, 340, 1º andar - Campinas - Goiânia-GO, podendo a critério de sócios representando 2/3 (dois terços) do capital social e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir filiais, sucursais, agências e/ou escritórios em qualquer parte do território nacional, respeitadas as prescrições legais, podendo destacar do capital social as importâncias necessárias para esse fim.

CLÁUSULA III - O Foro da Sociedade será o da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, seja qual for o domicílio das partes, por mais especial ou privilegiado que seja, para conhecer e decidir em primeira instância todas as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste contrato social.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida a qualquer época com o consentimento de sócios que representem a maioria do capital social, desde que sejam observados, quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - Ocorrendo dissolução amigável da Sociedade, os sócios que representem a maioria do capital social indicarão, dentre os cotistas, aquele que irá cuidar da liquidação da entidade.

CLÁUSULA VI - Na simples divergência administrativa, as dívidas sociais serão dirimidas extrajudicialmente, por árbitros em número ímpar, escolhidos pelos sócios.

CLÁUSULA VII - A Sociedade não será dissolvida, nem entrará em liquidação em caso de morte, retirada, falência, insolvência, interdição incapacidade de definitiva ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral na Sociedade no prazo de 60 (sessenta) dias da data do evento, e os haveres apurados serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro do sócio falecido, ou ao sócio que se retirar, ou aos representantes legais do sócio que for declarado falido, insolvente, interdito, incapaz ou inabilitado, por forma mais adiante indicado.

CLÁUSULA VIII - O capital social será de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados), representado por 18.000.000 (dezoito milhões) de cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzado) cada uma, ficando assim constituído seu quadro societário:

COTISTAS:	COTAS	VALOR Cr\$
1 - JOSE ALVES FILHO.....	9.000.000	9.000.000,00
2 - ILDETE LAVÍNIA ALVES ESTEVES..	9.000.000	9.000.000,00
TOTAL.....	18.000.000	18.000.000,00

CLÁUSULA IX - A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento), ou seja, Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzados), no ato da assinatura do presente instrumento; e,
- os restantes 50% (cinquenta por cento), que integralizarão o capital social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação, no Diário Oficial da União, do ato do Poder Público Concedente que atribua à Sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA X - A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 2º *in fine* do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1973, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA XI - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inapcionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como qualquer transferência de cotas, da prévia autorização do Ministério das Comunicações.

Página Inexistente

Página Inexistente

(dore) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, para, que produza os efeitos legais.

Goiania-Go, 24 de setembro de 1988


JOSÉ ALVES FILHO


ILDETE LAVINIER ALVES ESTEVES

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA
JOSÉ ALVES FILHO • ILDETE LAVINIER ALVES ESTEVES
Sócios - Gerentes

RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA
CONTRATO SOCIAL

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA
JOSÉ ALVES FILHO
Sócio - Gerente

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA
ILDETE LAVINIER ALVES ESTEVES
Sócio - Gerente

TESTEMUNHAS:

1º LÊNIEL SALMON JORGE
RG nº 647.124

2º LUCIANA LUCIO
RG nº 13.441.004

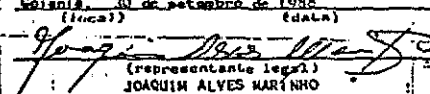
2º CARTÓRIO	
de Registro de Pessoas Físicas, Títulos, Documentos e Protestos.	
Bul. Moroni de Faria Castro	
Apresentação de protocolo nº 10820	
de nº 133	de nº 106
de nº 1003	de nº 148
Quarta, 09 de Novembro de 1988	
O Oficial	
MARCOS LE FARIAS	
MANOEL CARLOS BALBUENA	
IVAN DE FARIA CASTRO	
Rua 6 nº 225 - Centro - Fone: 326-5711	

3º CARTÓRIO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS,
DOCUMENTOS E PROTESTOS.

Custo 54.492,00
Lei 8042/79
TOTAL 54.321,52

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR	
1.1 - Fabricante:	PLÁVO-IND. COM. EQUIPAMENTOS P. TELECOM. LTDA.
1.2 - tipo e/ou modelo:	RTV-2000-A
2 - SISTEMA IRRADIANTE	
2.1 - Fabricante:	LVS ELECTRONIC LTDA.
2.2 - tipo e/ou modelo:	5110-1-04-XX
Goiania, 30 de setembro de 1988 (local) (data)  (representante legal) JOAQUIM ALVES MARINHO Sócio-Gerente.	

ANEXO IV

RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA

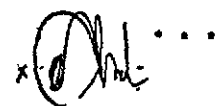
DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS (Edital nº 246/88)

1 - TRANSMISSOR

- 1.1 - Fabricante:
LVS ELECTRONIC LTDA
- 1.2 - Tipo:
Transmissor de radiodifusão de sons e imagens, com canal de áudio mono.
- 1.3 - Modelo:
AV - 1 KW-V

2 - SISTEMA IRRADIANTE

- 2.1 - Fabricante:
LVS ELECTRONIC LTDA
- 2.2 - Tipo:
Painel de dipolos
- 2.3 - Modelo:
5110 - 02 - 04 - 07



PROGRAMAÇÃO

RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA...
mente constituída na forma da legislação em vigor, com
cidade de Goiania-Go, por seu representante legal, abaixo
nada, visando oferecer seus serviços no campo da radiodifusão

promete, caso seja escolhida para a execução do serviço de que trata o presente edital, a produzir uma programação dinâmica e moderna em técnica de radiodifusão, onde a nota dominante será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Por isso, é que considerando o interesse nacional e as finalidades dos serviços de radiodifusão, a Emissora, obrigando contribuir para o desenvolvimento da Nação, compromete-se a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, através do aperfeiçoamento do homem brasileiro, seguindo os seguintes critérios:

- Dará preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, incentivando a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- Respeitará as diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-la em seu próprio contexto;
- Mantendrá elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico;
- Observará na publicidade, as normas indispensáveis à proteção do público e do consumidor, com fidelidade da fonte de informação do fato antes da emissão das notícias.

No que tange à publicidade comercial, esta será limitada a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento), diluindo-a ao longo de sua programação.

Para o serviço noticioso será destinado um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário da programação da emissora, para divulgação de notícias de interesse geral.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente às autoridades ou a quem estas virem fazer, para irradiação de seus programas educacionais, 85 (oitenta e cinco) horas semanais, assim distribuídas:

- 30 (trinta) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprouver, dentro do período de funcionamento da Emissora;
- 75 (setenta e cinco) minutos, nas mesmas condições, aos sábados e aos domingos.

Quanto à programação ao vivo, a Emissora acatará o que dispuserem os Poderes Públicos.

Desta forma, a Emissora atenderá as estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como das art. 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 236, de 28.02.67; Portarias MEC/NC nº 308, de 13.03.79, e nº 568, de 21.10.80; Portaria MC nº 55, de 25.01.74.

É este, pois, Senhor Ministro, o esboço do programa que a RÁDIO-DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO IRMÃOS ALVES LTDA., com promessa de cumprir, caso venha a ser escolhida para a execução do serviço a que se refere este edital.

Colônia, 25 de setembro de 1988

JOSE ALVES FILHO
Sócio-Gerente

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM
DA COMUNICAÇÃO LTDA

CONTRATO SOCIAL

VILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Colônia-Goiás, à Rua 14

Apartamento 303, Setor Oeste, portador da Cédula de Identidade nº 71.107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e C. P. F. nº 035.330.911-49.

PAULO DE JESUS BORGES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Anápolis-Goiás, à Rua Olavo Batista, nº 1, Lt. 4 - Bairro Batista, portador da Cédula de Identidade nº 236.201, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e C. P. F. nº 041.818.081-49.

Constituem

entre si, e na melhor forma de direito, sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e gestão serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber:

CLÁUSULA I - A Sociedade gira sob a denominação de TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA, e terá como principal objeto a instalação e exploração e execução dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens - seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e som de radiodifusão; e dos serviços de radiodifusão e atividades correlatas - com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II - A Sociedade tem sua sede e local de estudo à Alameda Cercavado s/n - Morro do Mandanha, Jardim Petrópolis, em Colônia-Goiás, e podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, e sempre que assim lhe convier a permitir a legislação específica dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA III - Fica criada uma filial em Anápolis, Estado de Goiás, à Rua Engenheiro Portela nº 222, 12º andar, sala 1201, com capital destacado de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA IV - O Foro do presente contrato é o da comarca de Colônia-Goiás, que fica eleito com exclusão de qualquer outro para dirimir as questões resultante deste contrato.

CLÁUSULA V - O início da atividade se dará após a concessão do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VI - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando da sua dissolução, os preceitos da lei nº 1.074/50, e da legislação específica.

CLÁUSULA VII - A Sociedade, por todos os seus cotistas obriga-se a cumprir, rigorosamente, todas as leis, regulamentos e instruções emanantes ou que venham a vigorar, referentes à execução do serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA VIII - O capital social é de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), representado por 80.000.000 de cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), e fica assim distribuído:

- Ào sócio VILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR, 72.000.000 de cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), cada uma no valor total de Cr\$ 72.000.000 (Setenta e dois milhões de cruzeiros);
- Ào sócio PAULO DE JESUS BORGES, 8.000.000 de cotas de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), cada uma no valor total de Cr\$ 8.000.000 (Oito milhões de cruzeiros);

CLÁUSULA IX - O capital social será integralizado em moeda corrente - do País, 50% no ato da assinatura do contrato e 50% em 15/06/89.

CLÁUSULA X - A responsabilidade dos sócios nos termos do artigo 2º do final do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.913, é limitada à participação total do capital social.

CLÁUSULA XI - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incoercíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, de prévia autorização do poder concedente.

CLÁUSULA XII - A sociedade será administrada por VILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR, ao qual será conferido, para esse fim, os poderes de DIRETOR SUPLENTE, função em que defenderá os interesses da sociedade em todo ou fora dela.

CLÁUSULA XIII - O Diretor Superintendente, poderá, em nome da sociedade, nomear procurador para representá-lo em todos os atos de interesse da sociedade, devendo, nesse caso, ser solicitado para tal designação prévia, autorização do Governo Federal.

CLÁUSULA XIV - É expressamente vetada aos Gerentes e aos demais agentes, que possam ingressar na sociedade, utilizarem-se da denominação social, em negócios, ou documentos, de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como avaliar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros.

CLÁUSULA XV - Somente o sócio ou sócios, representando a maioria das cotas, tem poderes para adquirir, vender, hipotecar ou alienar, por qualquer forma, bens imóveis da sociedade.

CLÁUSULA XVI - A título de pro labore, o Diretor poderá receber, mensalmente uma quantia cujo valor será fixado de comum acordo com os sócios, a qual será lavada a débito da conta Despesas Gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA XVII - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja autorização dos Poderes Públicos. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado da divisão do ativo líquido apurado no balanço.

CLÁUSULA XVIII - Os sócios poderão ceder parte ou a totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social, desde que autorizado pelo poder concedente.

CLÁUSULA XIX - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XX - Os casos não previstos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a sociedade se regerá, e segundo a legislação que disciplina a execução de serviço de radiodifusão.

E por estarem justos e contratados, mandaram de esboçar o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas, a tudo presente.

Colônia (GO), 15 de dezembro de 1984

TV CANAL 2 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA

Willmar Guimarães Junior
WILLMAR GUIMARÃES JUNIOR
DIRETOR SUPERINTENDENTE

Paulo de Jesus Borges
PAULO DE JESUS BORGES
DIRETOR

ASSINATURA COMERCIAL POR QUEM DE DIREITO: *Willmar Guimarães Junior*

TESTEMUNHAS:
[Assinaturas]

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WILLMAR GUIMARÃES JUNIOR, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Anápolis-Goiás, à rua Bartolomeu Gurnião, Qd. 44 Lt. 24-Bairro Jundiá, portador da cédula de identidade nº 71.107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, CPF nº 035.390.911-49.

PAULO DE JESUS BORGES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Anápolis-Goiás, à rua Olavo Batista Qd. 01 Lt. 04, Bairro Batista, portador da cédula de identidade nº 236.201, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e CPF nº 041.818.081-49, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação de "TV CANAL 9 SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA", com sede à Alameda Corcovado s/nº-Morro do Mandanha, Jardim Petrópolis em Colônia -

Goiás e filial em Anápolis-Goiás, à rua Engenheiro Portela nº 222-12º andar, sala 1201, centro, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº.... 52.2.004.3739.1 e 52.9.0016607.2 em 11/01/85.

Resolvem de comum acordo, retificar a primeira alteração contratual registrada nesta Junta Comercial sob o nº 5268007 de 18.01.85, alterar a redação dada à cláusula VII pelo contrato original, e acrescentar uma nova cláusula na sociedade, como segue:

1 - DA RETIFICAÇÃO - A redação dada à cláusula VII na alteração contratual retrocitada, refere-se à cláusula VIII do contrato original, que trata do capital social.

2 - DA ALTERAÇÃO - A sociedade resolve alterar a redação dada à cláusula VII no contrato original, passando a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA VII - A sociedade, por todos os seus cotistas obriga-se a cumprir, rigorosamente, todas as leis, regulamentos e instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução do serviço de radiodifusão, sendo que os seus administradores deverão ser brasileiros natos e as suas investidas nos cargos somente ocorrerão após haverem sido aprovados pelo Ministério das comunicações.

3 - DO ACRESCIMENTO - A sociedade resolve criar a cláusula XXI no contrato social com a seguinte redação:

CLÁUSULA XXI - De comum acordo entre as partes, fica estabelecido entre os sócios, a proibição de avaliar, afiançar ou abonar, mesmo em caráter pessoal.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, permanecendo inalteradas as demais cláusulas não contrariadas por este dispositivo legal.

Colônia, (GO) 25 de Março de 1986

Willmar Guimarães Junior
WILLMAR GUIMARÃES JUNIOR

Paulo de Jesus Borges
PAULO DE JESUS BORGES

ASSINATURA COMERCIAL POR QUEM DE DIREITO

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA

Willmar Guimarães Junior
WILLMAR GUIMARÃES JUNIOR

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA

TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WILLMAR GUIMARÃES JUNIOR, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Anápolis-Goiás à rua Bartolomeu Gurnião, Qd. 44 Lt. 24 - Bairro Jundiá, portador da cédula de identidade nº 71.107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, CPF 035.390.911-49.

PAULO DE JESUS BORGES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Anápolis-Goiás, à rua Olavo Batista Qd. 01, Lt. 04, Bairro Batista, portador da cédula de identidade nº 236.201, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e CPF nº 041.818.081-49, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação de "TV CANAL 9 SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA", com sede à Alameda Corcovado s/nº-Morro do Mandanha, Jardim Petrópolis em Colônia - Goiás e filial em Anápolis-Goiás, à rua Engenheiro Portela nº 222 - 12º andar, sala 1201, centro, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o número... 52.2.004.3739.1, 52.9.0016607.2 em 11/01/85, e 52.8740.C, em 27/04/86.

Resolvem de comum acordo alterar a cláusula OITAVA do contrato social, que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA VIII - O capital social de Cr\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Cruzados), passa para Cr\$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de cruzados); proveniente de aumento de capital.

O aumento de capital que totalizou o montante valor de Cr\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil cruzados) será distribuído aos cotistas à proporção de cada um no capital da Empresa.

O capital será dividido em 400.000 (quatrocentos mil) cotas de valor de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma e distribuídas entre os sócios cotistas da seguinte maneira:

COTISTAS	COTAS	VALOR
WILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR	360.000	3.600.000,00
PAULO DE JESUS BORGES	40.000	400.000,00
TOTAL	400.000	4.000.000,00

O aumento do capital será realizado e integralizado em Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros) nesta data em moeda corrente do país, e Cr\$ 1.750.000,00 (Um milhão setecentos e cinquenta mil cruzeiros) restantes em 10/09/88, ficando as demais cotas anualmente inalteradas.

E por se acharem justos e contratados, lavrada, datada e assinada juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, forma, obrigando a cumprir fielmente em todos os seus termos.

Goiania, 11 de Março de 1988

Willmar Guimarães Júnior
WILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR

Paulo de Jesus Borges
PAULO DE JESUS BORGES

ASSINATURA COMERCIAL POR QUEM DE DIREITO:

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA

Willmar Guimarães Júnior
WILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR

TESTEMUNHAS

[Assinaturas]

TV CANAL 9 - SOM E IMAGEM DA COMUNICAÇÃO LTDA.

QUARTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Willmar Guimarães Júnior, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Goiânia-GO, à Rua 14 nº 95, apartamento 303, Setor Oeste, portador da Cédula de Identidade nº 71.107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e C.P.F. nº 035.390.911-49; Paulo de Jesus Borges, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Anápolis Goiás, à Rua Olavo Batista, qd. 01 - Lt. 04 - Bairro Batista, portador da Cédula de Identidade nº 236.201 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e C.P.F. nº 041.818.081-49, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação de TV Canal 9 - Som e Imagem da Comunicação Ltda., com sede à Alameda do Corcovado, s/nº - Morro do Mendanha, Jardim Petrópolis, em Goiânia-Goiás, e filial em Anápolis, Estado de Goiás, à Rua Engenheiro Portela nº 222, 12º andar, sala 1201 Centro, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 32.2.0043739,1 e 32.9.0016607,2 em 11/01/85, resolvem de comum acordo alterar o referido Contrato Social, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - Retira-se da sociedade, pagos e satisfeitos todos seus haveres e interesses, pelo presente instrumento, o sócio: WILLMAR GUIMARÃES JÚNIOR, que possui integralmente integralizadas na sociedade 360.000 (trezentas e sessenta mil) cotas no valor de Cr\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros) que cede e transfere à CLEONICE MARIA PIRES MARTINS GUIMARÃES, brasileira, casada, funcionária pública, residente e domiciliada à Rua 1, nº 480, Edf. Tainá, aptº 201 - Goiânia-GO, Carteira de Identidade nº 773.713 - 2ª via, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, e C.P.F. nº 169.914.781/72.

CLÁUSULA II - Em decorrência da presente alteração, ficam modificadas as Cláusulas VIII e XII do Contrato Social, que passarão a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA VIII - O Capital Social será alterado de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros). O aumento do capital que totalizou o montante de Cr\$11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), será distribuído aos cotistas à proporção de cada um no capital da empresa. O capital será dividido em 15.000.000 (quinze milhões) cotas, cada uma com o valor nominal de Cr\$1,00 (um cruzeiro), distribuídas entre os sócios cotistas:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR EM Cr\$
Cleonice Maria Pires Martins Guimarães	14.985.000	14.985.000,00
Paulo de Jesus Borges	15.000	15.000,00
TOTAL	15.000.000	15.000.000,00

O aumento do capital será realizado e integralizado nesta data, em moeda corrente do País.

CLÁUSULA XII - A sociedade será administrada por Cleonice Maria Pires Martins Guimarães, a qual será conferido, para esse fim, os poderes de Diretora Superintendente, função em que defenderá os interesses da sociedade em juízo ou fora dele.

E por estarem justos e contratados, mandaram datilografar o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, a qual lida e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas, obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Goiania, 27 de setembro de 1988.

Willmar Guimarães Júnior
Willmar Guimarães Júnior

Paulo de Jesus Borges
Paulo de Jesus Borges

Cleonice Maria Pires Martins Guimarães
Cleonice Maria Pires Martins Guimarães

Testemunhas:

- 1.) _____
- 2.) _____

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

- 1.1 - fabricante: TELAVO - Ind. e Com. de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

1.2 - tipo e/ou modelo: RTV-1000-A ✓

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - fabricante: TELAVO - Ind. e Com. de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

2.2 - tipo e/ou modelo: RTV-250-A

3 - SISTEMA IRRADIANTE

3.1 - fabricante: ENTEG - Eng. de Telecomunicações e Eletrônica de Goiás Ltda.

3.2 - tipo e/ou modelo: 4X DDC-5

Colônia, 17 de outubro de 1988.

Cleonice Maria Pires Martins Guimarães
Diretora Superintendente

PROGRAMAÇÃO

O abaixo-assinado, dirigente legalmente responsável pela TV Canal 9 - Som e Imagem da Comunicação Ltda., com sede na cidade de Colônia, Estado de Goiás, declara que:

Considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural dos serviços de radiodifusão, a Emissora, caso venha deter a outorga para o serviço de radiodifusão de som e imagem (TV) na cidade de Catalão-GO, compromete-se a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, os seguintes critérios:

- a - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- b - respeito as diferenciações regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;
- c - manutenção de elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico;
- d - fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e observância, na publicidade de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação da emissora deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967; Portaria MEC/MC 368, de 21 de outubro de 1980 e Portaria MC nº 55 de 23 de janeiro de 1974, modificada pela Portaria MC nº 32/82, de 24 de março de 1982.

A Entidade obriga-se:

Quanto à publicidade comercial

- a) - a limitá-la a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da programação diária;
- b) - a conservar em seus arquivos, por prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente autenticados pelo responsável, os textos de toda a programação irradiada, discriminados por dia, horas e minutos, para serem consultados pelo Órgão Fiscalizador, quando necessário.

Quanto ao serviço noticioso, a Emissora compromete-se a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária para a transmissão de serviço noticioso.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente, às autoridades ou a quem suas vezes fizerem, para a irradiação de seus programas educacionais assim distribuídos:

- 30 (trinta) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprofver, dentro do período de funcionamento da Emissora;
- 75 (setenta e cinco) minutos, nas mesmas condições aos sábados e domingos.

Quanto à programação ao vivo, o que dispuserem os Poderes Públicos concedentes.

Desta forma, Senhor Ministro, promete a TV Canal 9 - Som e Imagem da Comunicação Ltda., caso seja a escolhida para a execução do serviço de radiodifusão proposto no Edital nº 246/88, a produzir uma programação dinâmica e moderna em técnica de radiodifusão, onde a nota dominante será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Colônia, 17 de outubro de 1988.

Cleonice Maria Pires Martins Guimarães
Diretora Superintendente

T.V. NOVA LTDA

CONTRATO SOCIAL

ANTONIO LÚCIO SAFE CARNEIRO, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do título de eleitor nº 3186620/38, CPF sob o nº 802.195.501-82 e carteira de identidade sob o nº 5385-CRA- 1ª Região-DF, residente e domiciliado à SQS-304 Bloco C- Apto 302-DF;
JOSÉ VICENTE DE FARIAS FERRARI, brasileiro, divorciado, economista, CPF nº 105.259.800-39 e Carteira de Identidade sob o nº 1499-CRE-11ª Região em 28.08.79, residente e domiciliado à GL 2-CE-3 Casa 4 - Lago Sul - DF.

Tem, entre si, justo e contratado a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, nas condições, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

CLÁUSULA PRIMEIRA— A sociedade girará sob a denominação social de T.V. NOVA LTDA., com sede estabelecimento e foro no Av. Castelo Branco nº 4044— Galeria B7 — Sala 03 — S. Sul—Goiânia—Estado de Goiás.

CLÁUSULA SEGUNDA— O capital social é de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzados), cada uma e subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, nesta data, como segue:

a) ANTONIO LÚCIO SAFE CARNEIRO 7.500 quotas Cr\$ 7.500.000,00
b) JOSÉ VICENTE DE FARIAS FERRARI 7.500 quotas Cr\$ 7.500.000,00
TOTAL..... 15.000 quotas Cr\$ 15.000.000,00

§ 1º) — A responsabilidade dos sócios é, na forma da legislação em vigor, limitada e importância total do capital social.

CLÁUSULA TERCEIRA— Tem por objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora, de sons e imagens, seus serviços e correlatos, tais como: serviço especial de música funcional; retransmissão ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e som de radiodifusão, finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação regedora da matéria.

CLÁUSULA QUARTA — O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado tendo como início das atividades a partir de 23 de setembro de 1.985.

CLÁUSULA QUINTA — O gerente poderá, em nome da sociedade, nomear procuradores para prática de atos de gerência, gestão administrativa ou orientação intelectual, devendo, neste caso, solicitar, para a designação, prévia autorização do M.C., quando será apresentada a prova de nacionalidade.

CLÁUSULA SEXTA— As cotas representativas do capital social são inalienáveis, diretas ou indiretamente, bem como incootransmissíveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA— A gerência da sociedade será exercida somente pelo sócio: JOSÉ VICENTE DE FARIAS FERRARI, que se incumbirá de todas as operações e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo entretanto vedado o uso em negócios estranhos aos interesses da sociedade, tais como: aval, fiança, endossos de favor, etc.

CLÁUSULA OITAVA— As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento do outro sócio cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las.

CLÁUSULA NONA — Os administradores da entidade de direito brasileiro nato e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo ministério das comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA— Anualmente será levantado um balanço, em 31 de dezembro, cabendo aos sócios partes iguais nos lucros ou prejuízos. Os sócios administradores farão jus a uma retirada a título de pró-labore no valor determinado pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA— O falecimento de um dos sócios não dissolverá a sociedade, e seus haveres apurados via de balanço que se levantará na data do evento, serão repartidos entre os herdeiros que poderão ser admitidos na sociedade.

E por estarem assim justos e contratados, as assinam e presente em 04 (quatro) vias perante os testemunhas abaixo.

Goiânia, 20 de setembro de 1.985

ANTONIO LÚCIO SAFE CARNEIRO

JOSÉ VICENTE DE FARIAS FERRARI

Assinatura comercial:

T.V. NOVA LTDA

JOSÉ VICENTE DE FARIAS FERRARI

EDITAL Nº 246/88 - CATALÃO - GO.

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

1.1 - fabricante: TELAVO- Indústria e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

1.2 - tipo e/ou modelo RTV-1000-A

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 fabricante: TELAVO - Indústria e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

2.2- tipo e/ou modelo: RTV-1000-A

3 - SISTEMA IRRADIANTE:

3.1 - fabricante: ENTEG- Engº de Telecomunicações e Eletrônica de Goiás Ltda.

3.2 - tipo e/ou modelo: 4x DOC-5

Goiânia, 14 de outubro de 1.985

José Vicente de Farias Ferrari
(representante legal)
José Vicente de Farias Ferrari
Diretor - Gerente

PROGRAMAÇÃO

O abaixo-assinado, dirigente legalmente responsável pela T.V. Nova Ltda., com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, declara que:

Considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Catalão - GO, comprometo-me a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, as seguintes critérios:

a - preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligada a todas as atividades artísticas;

b - respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

c - manutenção de elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico;

de - fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e observância, na publicidade de normas, das indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação da emissora deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; Portaria MEC/MC 568, de 21 de outubro de 1980 e Portaria MC nº 55 de 25 de janeiro de 1974, modificada pela Portaria MC nº 52/82, de 24 de março de 1982.

A Entidade obriga-se:

Quanto à publicidade comercial

- a) - a limitar-se a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da programação diária; e
- b) - a conservar em seus arquivos, por prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente autenticados pelo responsável, os textos de toda a programação irradiada, discriminados por dia, horas e minutos, para serem consultados pelo órgão fiscalizador, quando necessário.

Quanto ao serviço noticioso, a Emissora compromete-se a destiná-lo no mínimo 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária para a transmissão do serviço noticioso.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente, às autoridades ou a quem suas vezes fizerem, para a irradiação de seus programas educacionais assim distribuídos:

- 30 (trinta) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprovar, dentro do período de funcionamento da Emissora;
- 75 (setenta e cinco) minutos, nas mesmas condições aos sábados e domingos.

Quanto à programação ao vivo, o que dispuserem as Poderes Públicos concedentes.

Desta forma, Senhor Ministro, promete a TV NOVA LTDA., caso seja escolhida para a execução do serviço de radiodifusão proposto no Edital nº 246/88, e produzir uma programação dinâmica e moderna em técnica de radiodifusão, onde a nota dominante será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Colônia, 14 de outubro de 1988.

João Vicente de Faria Ferraz
Diretor Superintendente

TELEVISÃO FIRAPITINGA LTDA.
CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, RICARDO GOMIDE VAZ, brasileiro, separado judicialmente, empresário, domiciliado na Cidade de Catalão, Estado de Goiás, onde tem residência na Rua Tenente Coronel João Cerqueira Neto, 265, Mãe de Deus, portador da Cédula de Identidade nº 1.615.667, expedida pela SSP-PR, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 318.582.329-20; DIELAI CARVALHO PEREIRA, brasileiro, casado, Professor, domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, onde tem residência na SHIS OL 19, Conj. 3, Casa 2, Lago Sul, portador da Cédula de Identidade nº 1.909.803, expedida pela SSP/RJ, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 028.394.017-53; ARÉDIO TEIXEIRA DUARTE, brasileiro, casado, Advogado, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás,

onde tem residência na Rua 104, s/nº 111, Setor Sul, portador da Cédula de Identidade nº 346.394, expedida pela SSP-GO, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 002.747.201-91; tinham e têm entre si justo e contratado, constituir, como de fato constituem, uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, que se regerá pelo Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, e, especialmente, pelas cláusulas e condições que, mútuos e reciprocamente, ao outorgar e aceitam:

CLÁUSULA I - É constituída, sob a denominação de **TELEVISÃO FIRAPITINGA LTDA.**, uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, com foro e sede Jurídicos na Cidade de Catalão-GO, esta na Avenida José Marcelino, nº 1.133, Nossa Senhora de Fátima, podendo abrir ou fechar filiais e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, por ato de sua gerência ou por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social e aprovação do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA II - A sociedade tem por objeto a execução dos serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens, em qualquer localidade do território nacional, mediante concessão ou permissão do Governo Federal.

CLÁUSULA III - Constituída por prazo de duração indeterminado, a sociedade pode ser dissolvida a qualquer tempo pelo consentimento dos sócios, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da Lei específica.

CLÁUSULA IV - O capital social totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda legal e corrente do País é de Cr\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil cruzeiros) dividido em 12.800 (doze mil e oitocentas) cotas no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil e oitocentas) cada uma, e fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- a) - ao sócio RICARDO GOMIDE VAZ, 7.480 (sete mil e quatrocentas e oitenta) cotas de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 7.480.000,00 (sete milhões e oitocentas e oitenta mil cruzeiros);
- b) - ao sócio DIELAI CARVALHO PEREIRA, 2.560 (duas mil e quinhentas e sessenta) cotas de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 2.560.000,00 (dois milhões e quinhentos e sessenta mil cruzeiros);
- c) - ao sócio ARÉDIO TEIXEIRA DUARTE, 2.560 (duas mil e quinhentas e sessenta) cotas de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 2.560.000,00 (dois milhões e quinhentos e sessenta mil cruzeiros);

CLÁUSULA V - A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade está limitada ao valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), de acordo com o disposto no art. 2º, in fine, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, à importância total do capital social.

CLÁUSULA VI - A sociedade é administrada por um de seus sócios cotistas - o Sócio-Gerente - eleito e demissível por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, ao qual compete o uso da denominação social e a representação ativa e passiva da sociedade em Juízo ou fora dele.

CLÁUSULA VII - Os administradores da sociedade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo após a entidade haver recebido outorga para executar serviço de radiodifusão somente poderá ocorrer depois de aprovados pelo Poder Público Concedente.

CLÁUSULA VIII - A responsabilidade e a administração da sociedade caberão somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA IX - Fica eleito para o cargo de Sócio-Gerente o cotista RICARDO GOMIDE VAZ, que será eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA X - A sociedade será obrigatoriamente representada pelo Sócio-Gerente.

a) - em todos os atos que constituírem obrigações para a sociedade, tais como tomada de empréstimos, assunção ou confissão de dívida de qualquer natureza; emissão, endosso ou aval de atas promissórias e cheques; emissão, aceite, endosso ou aval de crédito de qualquer natureza;

b) - nos atos de quitação ou exoneração de obrigações de terceiros para com a sociedade;

c) - nos atos de alienação de bens imóveis ou de qualquer bem integrado ao ativo permanente da sociedade, bem assim na constituição de seus reais sobre os bens aqui especificados; e,

d) - nos atos de constituição de procuradores, sempre brasileiros natos, especificados os poderes conferidos e o seu termo, nos instrumentos de mandato, exceto na constituição de procuradores com os poderes da cláusula "ad iudicia", que poderá ser conferido sem termo.

CLÁUSULA XI - A sociedade pagará ao Sócio-Gerente uma remuneração mensal, cujo valor será fixado por decisão da Assembleia Geral, não podendo, entretanto, o seu valor total exceder ao limite máximo permitido pela legislação do imposto de Renda para débito da conta "Despesas Gerais".

CLÁUSULA XII - É expressamente vedada a utilização da denominação social da sociedade, em qualquer negócio estranho aos seus interesses sociais, e especialmente em saques, avais, endossos ou outra qualquer forma de garantia, sob pena de responsabilidade civil e criminal dos sócios cotistas que o fizerem.

CLÁUSULA XIII - Semente com prévia autorização da Assembleia Geral, a sociedade poderá alienar ou hipotecar bens imóveis, transferir ou ceder, direta ou indiretamente, as suas concessões ou permissões para a execução de serviços de radiodifusão, empenhar ou dar em alienação fiduciária os bens sociais vinculados à exploração dessas atividades, obedecendo às prescrições legais e regulamentares.

CLÁUSULA XIV - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros de forma que o capital social, na sua totalidade pertencará sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA XV - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferencialmente de brasileiros, ou, no menos, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XVI - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XVII - A sociedade, por seus sócios, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos e instruções emanadas do Poder Público Concedente, vigentes ou que venham a vigor, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XVIII - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLÁUSULA XIX - Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido a outorga para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA XX - As cotas são nominativas e indivisíveis em relação à sociedade, que para cada uma delas reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA XXI - As cotas do capital social não poderão ser cedidas ou transferidas a pessoas estranhas à sociedade sem prévio consentimento do Poder Público Concedente e de todos os sócios, salvo se, observado o disposto nas cláusulas seguintes, nenhum sócio se interessar pela sua aquisição.

CLÁUSULA XXII - A concordância dos sócios para a cessão ou transferência das cotas do sócio cedente será dada preferentemente ao próprio ~~XXXXXX~~ de alteração contratual. Valerá, contudo, para todos os efeitos da direção, a concordância inequívoca manifestada por escrito em instrumento à parte.

CLÁUSULA XXIII - Os sócios, na proporção de suas cotas, terão preferência, em igualdade de condições e observado o limite da cláusula seguinte, para adquirir as cotas do sócio cedente, concorrendo com estranhos à sociedade.

CLÁUSULA XXIV - O sócio cedente comunicará à sociedade, através da gerência, e aos demais sócios, a sua intenção de ceder as suas cotas ou parte delas, indicando o preço pretendido e as demais condições para a cessão fixando prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para que seja exercido o direito de preferência aqui previsto.

CLÁUSULA XXV - O preço de cada cota, para efeito de sua aquisição pelos sócios, não ultrapassará o seu valor patrimonial, e sem que se assegure a eles o direito de preferência por esse preço, não poderá haver cessão a estranhos.

CLÁUSULA XXVI - Não haverá qualquer restrição à cessão e transferência de cotas entre os sócios, salvo os limites estabelecidos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA XXVII - A sociedade não se dissolverá pela retirada, morte, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios cotistas e qualquer outra situação que implique sua dissolução.

CLÁUSULA XXVIII - Os haveres do sócio distratante, dos herdeiros do sócio pré-morto dos interditos ou inabilitados serão apurados à base de balanço especial, levantado aos 60 (sessenta) dias que se seguirem ao pedido de distrato parcial, da morte ou da sentença declaratória da interdição, e serão pagos no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da correspondente alteração do contrato social, em prestações mensais iguais e sucessivas, acrescidas dos juros legais.

CLÁUSULA XXIX - Ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros necessários dos sócios e cipeiros fica assegurado o direito de participar da sociedade, sucedendo ao sócio pré-morto, desde que seja manifestada essa intenção aos demais sócios, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência do óbito sucedido e haja aprovação dos sócios e do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XXX - Em caso de dissolução da sociedade, a deliberação da Assembleia Geral, por contrário, o Sócio-Gerente será o liquidante, cabendo-lhe a representação da sociedade, ativa e passivamente, ~~em nome~~ ou fora dele.

CLÁUSULA XXXI - O ano civil coincidirá com o ano fiscal, ou seja, de 1. de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano, data em que será levado a efeito o balanço geral do ativo e passivo da sociedade.

CLÁUSULA XXXII - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a Renda.

CLÁUSULA XXXIII - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

CLÁUSULA XXXIV - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de um "Fundo de Reserva", que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

CLÁUSULA XXXV - O Fundo de Reserva terá por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizado para aumento deste e compensação de prejuízo.

CLÁUSULA XXXVI - A Assembleia Geral dos sócios poderá criar outras reservas, observando o disposto nos artigos 194 e 200 da Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA XXXVII - O saldo que existir, após a observância do disposto nas cláusulas anteriores, será distribuído aos sócios, na proporção de suas cotas, podendo estas, entretanto, deliberar por unanimidade, que seja mantido, se todo ou em parte, em conta de "Lucros em Suspensão" ou reservado para o aumento de capital.

PROGRAMAÇÃO

Compreendendo a propositura como poderoso instrumento de decisiva influência na opinião pública, a Comunicação Social na radiodifusão, máxima na de sons e imagens - televisão, conscientizou-se da íntima relação desta com todo o processo de modernização que modificou e vem transformando continuamente o mundo, nossa Pátria, nossa sociedade - num tempo relativamente curto, e, por isso, decidiu concorrer ao presente Edital.

Assim, tem em mente produzir uma programação, não apenas como uma forma de veicular conteúdo, mas principalmente como uma nova técnica de implantar uma sistemática de elementos difusores da cultura brasileira visando de tornar-se um veículo de importação cultural, fator básico de descaracterização de nossa criatividade e originalidade.

Desta forma, a entidade assumirá uma atitude responsável diante do serviço, caso lhe seja outorgado, para utilizá-lo como instrumento na sua alta significação de planejadora e difusora de uma cultura que já não pode ser dissimulada em o seu concurso.

Por outro lado, também há de encarar a televisão objetivamente como um elemento básico da atual etapa de cultura humana no sentido do desenvolvimento que é um ato de vontade coletiva, a exigir urgente integração de toda a população no esforço para alcançá-lo.

Tendo em vista que o desenvolvimento, para ser concretizado, necessita da participação de todos, e que esta participação só existe na medida em que a população esteja informada e conscientizada de seus problemas, bem como disposta a resolvê-los, traça o seguinte esboço de programação:

I - EDUCATIVA

Em horários variados reservados a programas educacionais, estabelecido a modalidade do art. 14 e seus parágrafos do Decreto-lei 236, de 20 de fevereiro de 1967, e Portaria Interministerial no. 568, de 21 de outubro de 1980, visando a suprir a defasagem existente no sistema representado pelo índice de escolaridade e pela evasão produzida pelo crescimento da população, empregando um sistema educacional baseado na tecnologia englobando três tipos a saber:

- a) TV - didática, transmitindo programação escolar, obedecendo a um currículo estabelecido, de tal modo que cada programa corresponde a uma aula de ensino convencional;
- b) TV - instrucional, transmitindo programas centrados no sistema convencional de ensino como auxiliar didático audiovisual, que o professor utiliza na sua aula para enriquecer, ilustrar, demonstrar ou motivar o assunto que está transmitindo;
- c) TV - cultural, transmitindo assunto relacionados com conhecimentos gerais, sem preocupação curricular rígida.

Para os fins, a Emissora firmará convênio com instituições de ensino, particularmente com a rede oficial, para a manutenção desses programas educativos diários, destinados também a ministrar cursos de 1o. e 2o. graus, ou colocando a disposição daquelas entidades, espaços para a realização de programas onde as mesmas instituições terão participação ativa através de mestres e alunos, para promoção do desenvolvimento intelectual, cultural, cívico e moral do público telespectador.

II - NOTICIOSA E INFORMATIVA

Compreendendo telejornais diários com duração mínima de 30 minutos cada um, além de resenha noticiosa e informativa dos fatos mais importantes do dia no País, no exterior e na localidade.

O tratamento das notícias incluirá material de arquivamento e reportagem especiais, de modo que, além do fato e do acontecimento em si, os telespectadores recebam informações sobre suas causas e repercussões.

Os dez minutos finais de cada programa serão reservados às notícias locais, devendo a

emissora selecionar dentre as notícias do dia aquelas que mereçam um tratamento mais delicado.

UTILIDADE PÚBLICA, gênero normalmente ausente de TV, incluirá informações sobre os principais programas culturais e comentários de interesse, além de outras informações de interesse, desde o lançamento de livros até a previsão do tempo ou quando requisitados seus horários pelos Poderes Públicos.

III - PROGRAMA AO VIVO

Compreendendo a presença física das diferentes categorias profissionais, sempre subordinado às finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País, ou seus programas gravados por qualquer sistema em sua primeira apresentação, ou programas dentro da proporcionalidade da regulamentação, que regula ou venha regular as atividades das estações de televisão no País.

IV - CULTURAL

Sempre tendo em vista a proteção ao menor e resguardados os horários para a transmissão de programas julgados impróprios ou inconvenientes para determinada faixa etária, a Entidade propõe-se a executar a seguinte programação cultural:

- a) informativo Juvenil, reunindo reportagens de interesse para a Juventude;
- b) documentários brasileiros - programas sobre regiões e cidades brasileiras ou temas atinentes ao homem brasileiro;
- c) informativos especiais sobre "Cidades e Arte no Brasil".

SHOWS

a) música popular brasileira nas seguintes modalidades:

- 1) programa semanal sobre artista pátrio (compositor, cantor, instrumentista) vida e obra, inclusive entrevistas, músicas, reportagens;
- 2) um programa variado sobre a música brasileira de todos os tempos;
- 3) musical especial como parte da programação dos domingos;
- b) folclore e música regional;

c) humor, cada semana um programa de ator cômico ou de autor do gênero;

d) arte jovem - apresentação de criações de jovens nos diversos campos da arte.

SÉRIES NACIONAIS EM VIDEOTAPE

a) série Juvenil tratando de assuntos adequados à faixa pública a que se destina os filmes de ficção para o público jovem;

b) novelas, textos de escritores brasileiros.

FILMES

- a) filmes nacionais;
- b) comédias e peças Jacosas;
- c) filmes clássicos de arte cinematográfica universal;
- d) filmes de aventuras;
- e) filmes de ficção;
- f) filmes científicos.

TELEPEÇAS

Para o enriquecimento cultural do público:

a) teleteatro;

b) telepeças especiais;

c) contêidos de costumes.

DIVERTIMENTOS

a) de auditório - perguntas e respostas. Jogos diversos;

b) programas juvenis;

c) campeonato escolar;

d) esportes;

e) filmes de animação selecionados.

MÚSICA CLÁSSICA

a) óperas;

b) espetáculos de dança clássica e moderna;

c) ballet.

Elaborou-se, desta forma uma rápida programação, a ser aprimorada caso a entidade venha a ser contemplada com a concessão do serviço.

V - CONCLUSÃO

Eis, Senhor Ministro, o que a Sociedade pretende realizar com ênfase na estreita conexão entre o direito à liberdade e o dever da responsabilidade, em seu empenho constante de aprimoramento da técnica e de aperfeiçoamento ético, vale dizer, de integração na consciência de seu papel no complexo comunitário.

Nós, os fundadores desta Entidade, estamos certos de que a instalação da emissora nesta localidade representará mais um marco histórico no seu desenvolvimento.

Sabemos da grandeza e da responsabilidade que nos será confiada, caso venhamos a ser contemplados com a outorga por V.Exa., conforme esperamos.

A fixação do homem à terra, a transmissão de conhecimentos básicos, o incentivo ao otimismo e ao patriotismo, o respeito às autoridades, às leis e instituições - todas estas são apenas algumas das muitas facetas do poliedro de responsabilidades que aguardam os que pretendem entregar-se à árdua tarefa de execução do serviço.

Estamos conscientes desta responsabilidade, preparados para o cumprimento deste que julgamos ser um dever cívico.

TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA

Catão-GO., 06 de outubro de 1988

EDUARDO DOMIDE VIZ
Sócio-Gerente

CRITÉRIOS PREFERENCIAIS

Esta Entidade, objetivando ser selecionada pelo Ministério das Comunicações, executará o serviço de radiodifusão de sons e imagens-Televisão, nesta cidade, nas melhores condições previstas pelo Poder Concedente. Procurou atender, dentro do possível, a todos os CRITÉRIOS PREFERENCIAIS, constantes da concorrência. Assim é que:

1. Prevê a constituição da Sociedade por sócios que em quase sua totalidade são naturais ou domiciliados neste Município.

2. Prevê uma programação básica que visa a atender, plenamente, a finalidade do serviço prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

3. Prevê a instalação e o uso de equipamentos, transmissor e de material de estúdio de fabricação 100 % nacional;

4. Comprovou uma plena capacidade financeira para o empreendimento.

A par disso e atendendo especificamente ao Edital de Concorrência, demonstrou que:

a) Atenderá em 60% do tempo de sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais, respeitando as diferenciações regionais da cultura brasileira e procurando relacioná-las em seu próprio conteúdo;

b) Atenderá em 32% do tempo de sua programação diária à irradiação de serviço noticioso próprio;

c) Atenderá o quanto basta do tempo de sua programação diária à irradiação de utilidade pública, de serviço noticioso do Governo e Programas Educativos.

TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA

Catão-GO., 06 de outubro de 1988

EDUARDO DOMIDE VIZ
Sócio-Gerente

EDUARDO DOMIDE VIZ
TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA

Por este instrumento particular, João da Rocha Ribeiro Dias, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua 128-A nº 92 - Setor Sul - Goiânia-GO., carteira de identidade nº 54.972 SSP/GO e CNP nº 002.761.891-91; Dióvão Emanuel Rocha Ferreira Lima, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Av. 136 nº 638 - 2º andar Setor Marista - Goiânia-GO., carteira de identidade nº 479.320 SSP/GO e CPF nº 059.456.311-91; constituem a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Televisão Planalto Central Ltda., com a finalidade de executar os serviços de radiodifusão de acordo com o Art. 3º Parágrafo 1º - Decreto Federal nº 3.706 de 10.01.1919, a qual será regida pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - A sociedade gira sob a denominação de Televisão Planalto Central Ltda., e terá como principal objetivo a execução dos serviços de radiodifusão de som e imagem (televisão), em seus serviços afins ou correlatos, com finalidade educativa e cultural, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal da Concessão ou Permissão, tudo de acordo com a legislação em vigor que regulamenta os serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA II - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Av. Thomas Edison, 97, Setor Serrinha, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, sempre que assim lhe convier e permitirem a legislação dos serviços de radiodifusão e o Poder Concedente.

CLÁUSULA III - O foro do presente contrato é o da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, que fica eleito com exclusão de qualquer outro para dirimir as questões resultantes deste contrato.

CLÁUSULA IV - O prazo da duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA V - A sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir, rigorosamente, todas as leis, regulamentos e instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução do serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA VI - O capital social é de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), representado por 5.000 (cinco mil) cotas de 1.000,00 (um mil cruzeiro) cada uma, assim distribuídos entre os sócios:

a) - ao sócio João da Rocha Ribeiro Dias, 4.500 cotas de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiro);

uma, no valor total de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados).

- a) - ao sócio Otávio Emanuel Rocha Ferreira Lima, 500 cotas de Cr\$ 1.500,00 (hum mil cruzados) cada uma no valor total de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados).

CLÁUSULA VII - O Capital Social deverá ser integralizado em moeda corrente do País, da seguinte forma:

- Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) em 14.03.88.
- Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados), em abril de 1989.

CLÁUSULA VIII - A responsabilidade dos sócios nos termos do artigo 2º na final do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância do capital social.

CLÁUSULA IX - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como toda transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA X - Os administradores da entidade deverão ser brasileiros natos e suas investidas nos cargos somente poderão ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XI - A sociedade será administrada por João da Rocha Ribeiro Dias, ao qual será conferido, para este fim, os poderes de Gerente Geral, função em que defenderá os interesses da sociedade em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA XII - O diretor poderá em nome da sociedade, nomear procurador para representá-lo em todos os atos de interesse da sociedade, devendo, nesse caso, ser solicitado para tal designação, prévia autorização do Governo Federal.

CLÁUSULA XIII - É expressamente vedado ao Gerente e demais sócios, que possam ingressar na sociedade, utilizarem-se da denominação social, ou negócios, ou documentos, de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, sob pena de anulação ou nulidade, em nome da sociedade, de quaisquer atos de terceiros.

CLÁUSULA XIV - A título de pró-labore, o Diretor poderá retirar, em saliente, uma quantia cujo valor será fixado dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA XV - Os sócios poderão ceder parte ou a totalidade de suas cotas a terceiros, mediante o consentimento dos sócios que representem mais da metade do capital social, desde que autorizado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XVI - Ocorrendo o falecimento de algum dos sócios, se houver acordo e não havendo impedimento legal, os herdeiros poderão entrar para a sociedade, mediante as providências legais cabíveis, não havendo acordo ou existindo impedimento legal os haveres do falecido serão pagos aos legítimos herdeiros, no prazo máximo de 12 (doze) meses, tomando-se por base o patrimônio líquido da sociedade.

§ ÚNICO - A sociedade se dissolverá nos casos previstos em Lei.

CLÁUSULA XVII - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, com o qual, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XVIII - Os casos não previstos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelas quais a sociedade se regerá, e segundo a legislação que disciplina a execução do serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA XIX - Nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

E por assim estarem justos e contratados, mandaram datilografar o presente instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, a qual li do e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas, a todo presente.

Goiania, 14 de agosto de 1988.

JOÃO DA ROCHA RIBEIRO DIAS
Gerente-Geral

OTÁVIO EMANUEL ROCHA FERREIRA LIMA
Sócio

TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

João da Rocha Ribeiro Dias, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua 128-A nº 92 - Setor Sul em Goiânia-GO., portador de Carteira de Identidade nº 34.072 SSP/GO e CPF nº 002.761.891-91; Otávio Emanuel Rocha Ferreira Lima, orgão alheiro, casado, Engenheiro Eletrônico, residente e domiciliado à Av. 136 nº 636-2º andar, Setor Marista, em Goiânia-GO., portador de Carteira de Identidade nº 479.320 SSP/GO e CPF nº 059.456.311-91; Únicos sócios componentes da sociedade - que gira sob a denominação de Televisão Planalto Central Ltda., com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com o Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52.2.0068049,1 em 24/03/88, resolvem, por este instrumento particular, alterar o referido Contrato Social de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - Retiram-se da sociedade, pagos e satisfeitos todos seus haveres e interesses, pelo presente instrumento, os sócios: João da Rocha Ribeiro Dias e Otávio Emanuel Rocha Ferreira Lima. O sócio João da Rocha Ribeiro Dias que possui na sociedade 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados) cede e transfere a SÉRGIO CAMILO OLIVEIRA, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado à Rua 123 nº 94 - 5. Sul, em Goiânia-GO, Carteira de Identidade nº 1.401.900 - SSP/GO e CPF nº 311.091.871-49; e o sócio Otávio Emanuel Rocha Ferreira Lima que possui na sociedade 500 (quinhentas) cotas no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados) cede e transfere a RONALDO BORGES FERRANTE, brasileiro, casado, técnico contábil, residente e domiciliado em Goiânia-GO, à Rua 7-37, qd. 128 - lote 16 - apto 501 - Setor Bueno, Carteira de Identidade nº 6.314.595 - SSP/GO e CPF nº 486.967.688-49.

CLÁUSULA II - Em decorrência da presente alteração, ficam modificadas as cláusulas VI, VII e XI do Contrato Social, que passarão a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA VI - O capital social será alterado de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados) para Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados). O aumento do capital que totalizou o montante de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões e quinhentos mil cruzados), será distribuído aos cotistas à proporção de cada um no Capital da Empresa. O capital será dividido em 15.000 (quinze mil) cotas, cada uma com o valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzados), assim distribuídas entre os cotistas:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR EM CR\$
Sérgio Camilo Oliveira	13.500	13.500.000,00
Ronaldo Borges Ferrante	1.500	1.500.000,00
TOTAL.....	15.000	15.000.000,00

CLÁUSULA VII - O aumento do capital de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões e quinhentos mil cruzados) será realizado e integralizado em moeda corrente do País em 30 (trinta) dias, a partir da data em que a presente alteração for aprovada pelo Poder Concedente, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA VI - A sociedade será administrada por Sérgio Cassio Câmara, o qual será contratado, para esse fim, os poderes do Gerente Geral, função em que defenderá os interesses da sociedade em Juízo ou fora dele.

Continuarão inalteradas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem justos e contratados, mandaram ditilografar o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, a qual lida e achado conforme, assinam juntamente com os testemunhas, obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Goiânia, 27 de setembro de 1988.

João da Rocha Ribeiro Dias

Sérgio Cassio Rocha Ferreira Lima

Sérgio Cassio Câmara

Rovato Augusto Ferreira

TESTEMUNHAS:

Manoel José de Jesus
Manoel José de Jesus

João Luiz do Carmo Filho

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

1.1 - fabricante: Telavo - Indústria e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

1.2 - tipo e/ou modelo: RTV - 1000-A

2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

2.1 - fabricante: Telavo - Indústria e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Ltda.

2.2 - tipo e/ou modelo: RTV - 250-A

3 - SISTEMA IRRADIANTE

3.1 - fabricante: ENTEG - Eng. de Telecomunicações e Eletrônica de Goiás Ltda.

3.2 - tipo e/ou modelo: 4 x DOC - 3

Goiânia, 17 de outubro de 1988

Sérgio Cassio Câmara
Sérgio Cassio Câmara
Gerente Geral

PROGRAMAÇÃO

Os abaixo-assinados, dirigentes legalmente responsáveis pela Televisão Planalto Central Ltda., com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, declaram que:

Considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural dos serviços de radiodifusão, a Emissora, assim vem

deter a outorga para o serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Catalão-GO, compromete-se a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação, através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, observando entre outros, os seguintes critérios:

- preferência a temas, autores e intérpretes nacionais, a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado de trabalho ligado a todas as atividades artísticas;
- respeito às diferenças regionais da cultura brasileira, procurando relacioná-las em seu próprio contexto;
- manutenção de elevado sentido ético, moral, cívico e patriótico; e
- fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e observância, na publicidade, de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação da emissora deverá atender às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, assim como dos artigos 11 e 16, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 236, de 26 de fevereiro de 1967; Portaria MEC/MC 568, de 21 de outubro de 1980 e Portaria MC nº 53 de 25 de janeiro de 1974, modificada pela Portaria MC nº 32/82, de 24 de março de 1982.

A Entidade obriga-se:

Quanto à publicidade comercial

- a limitá-la a um máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da programação diária; e
- a conservar em seus arquivos, por prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente autenticados pelo responsável, os textos de toda a programação irradiada, discriminados por dia, horas e minutos, para serem consultados pelo Órgão Fiscalizador, quando necessário.

Quanto ao serviço noticioso, a Emissora compromete-se a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária para a transmissão de serviço noticioso.

Quanto à programação educacional, a Emissora compromete-se a destinar gratuitamente, às autoridades ou a quem suas vezes fizerem, para a irradiação de seus programas educacionais assim distribuídos:

- 30 (trinta) minutos de segunda a sexta-feira, no horário que lhes aprobe, dentro do período de funcionamento da Emissora; e
- 75 (setenta e cinco) minutos, nas mesmas condições aos sábados e domingos.

Quanto à programação ao vivo, a que dispuserem os Poderes Públicos concedentes.

Desta forma, Senhor Ministro, promete a Televisão Planalto Central Ltda. caso seja escolhida para a execução do serviço de radiodifusão proposto no Edital nº 246/88, a produzir uma programação

ção dinâmica e moderna em técnica de radiodifusão, onde a nota do
minente será a finalidade educativa e cultural do serviço.

Colônia, 17 de outubro de 1988.

J. C. B.
Sergio Camilo Câmara
Gerente Geral



DADOS GERAIS DA EMPRESA



1.1. - DENOMINAÇÃO SOCIAL

CONSORCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO
ESTADO - CERNE

1.2. - ATOS CONSTITUTIVOS

O CERNE, órgão de comunicação do Governo de Goiás, foi criado pela Lei nº 4.034, de 06 de junho de 1962, como Autarquia, vinculado à Secretaria do Governo. Posteriormente, através da Lei 7.600, de 30 de novembro de 1972, foi transformado em Empresa Pública, tendo suas ações regulamentadas pelo Decreto nº 05, de 18 de janeiro de 1973. A partir de 14 de agosto de 1.980, conforme Decreto nº 1840, o CERNE acha-se vinculado à Secretaria de Comunicação Social - SECOM.

Suas ações são regidas pela legislação federal específica, notadamente, aquelas concernentes à telecomunicações e radiodifusão.

1.3. - OBJETIVOS DA EMPRESA

O principal objetivo da empresa é a promoção e divulgação, em todo o Estado, dos atos dos Governos Estadual e Federal. Especificamente, através de seus órgãos básicos, objetiva-se:

I - Pela Gráfica Oficial do Estado:

a impressão e circulação dos Diários Oficiais da Justiça, confecção de todos impressos necessários aos serviços burocráticos, publicitários e promocionais de todos os órgãos estaduais. Além desses, executa-se serviços gráficos em geral para o setor privado.

II - Pela Agência Goiana de Divulgação:

a coleta, redação e distribuição de notícias e reportagens, a todos os veículos de comunicação, sobre as ações dos diversos setores da atividade governamental, como também, da atividade empresarial privada, mediante convênios ou contratos.

III - Pela Rádio e Televisão:

as emissoras de Rádio AM/FM e televisão Brasil Central, mediante concessão do DENTEL - Ministério das

Comunicações, executam serviços de cunho educacional social, informativo, comercial e de entretenimento. Filiada à Rede Bandeirantes, a Televisão Brasil Central, durante 20 horas/dia, leva aos telespectadores goianos uma programação eclética, informando-os sobre os acontecimentos nacionais e internacionais.

1.4. - ENDEREÇO

O CERNE está instalado no Jardim Bela Vista, à Avenida Presidente Costa e Silva, esquina com rua Dom Abel, em Colônia-Goiás. Suas instalações ocupam uma área construída de 12.600 m², em terreno que mede 87.000 m².

1.5. - REGISTROS

A proponente encontra-se devidamente registrada em todos os organismos, quais sejam:
- C.G.C/MF - 01.567.981/0001-16
- Inscrição Estadual - 10003370-9
- Junta Comercial do Estado de Goiás - 92.50002178-6

1.6. - CAPITAL SOCIAL

Caracterizada como empresa pública de direito privado e com autonomia administrativa e financeira, o capital social do CERNE, atualmente, é da ordem de Cr\$..... 599.000.000,00 (quinhentos e noventa e nove milhões de cruzados). Veja o D.O nº 15.473 - pág. 06 - de 11.5.88. O Governo do Estado, único acionista da empresa, subcreve os aumentos de capital via dotação orçamentária, através de Decretos. Os recursos normalmente utilizados para aumento de capital são as reservas legais, subscrição e moeda corrente.

Os investimentos em ampliação das instalações e modernização dos equipamentos que o Governo, através da Secretaria de Comunicação Social - SECOM, tem realizado na Empresa nos últimos 3 (três) anos, contribuíram para elevar seu capital em mais 1.500%.

1.7. - EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Assembleia Geral/data	Capital Social
AGE 13/06/85	12.004.034,26
AGE 17/07/85	25.225.420,52
AGE 10/03/86	67.000.000,00
AGE 16/10/86	82.000.000,00
AGE 12/02/87	126.129.000,00
AGE 08/09/87	176.129.000,00
AGE 25/04/88	349.000.000,00
AGE 11/05/88	599.000.000,00

1.8. - DIREÇÃO DA EMPRESA

Nome	Cargo/Diretor	Mandato: Início/Término
Jayro Rodrigues da Silveira	- Presidente	15/03/87 a 01/01/91
Jacir Jacinto da Silva	- Comercial	15/03/87 a 01/01/91
Cleobaldo M. de Oliveira	- Recursos Humanos	30/06/87 a 30/06/89
Alano Xavier de Sousa	- Administrativo	
	- Financeiro	28/06/88 a 01/01/91

1.9. - BALANÇO PATRIMONIAL

Em Cr\$ mil

Discriminação	Exercícios				
	1983	1984	1985	1986	1987
Ativo Circulante	2.508	3.860	12.152	36.849	119.902
Realizável a curto prazo	2.316	3.659	11.671	33.765	96.754
Imobilizado Técnico	6.299	21.926	75.914	128.683	602.037
Imobilizado Financeiro	9	53	171	289	1.547
Exigível a curto prazo	4.770	13.173	33.508	59.783	136.238
Exigível a longo prazo	344	396	8.178	11.233	38.270
Patrimônio líquido	3.696	12.269	46.471	94.805	549.457
Reservas líquidas	3.045	8.818	34.485	100.079	338.936
Despesas operacionais	5.514	10.514	37.396	47.676	180.383
Resultado líquido (lucro/prejuízo)	(305)	(1.206)	(6.201)	(13.329)	(89.427)



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO
Av. Presidente Costa e Silva - Jardim Bela Vista
CEP 74410 - Fone: 249-0533 - Telex: 621217
GOIÂNIA - GOIÁS

ANEXO IVDEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS1 - TRANSMISSOR

- 1.1 - Fabricante: Igm Eletrônica Ltda.
1.2 - Tipo e/ou modelo: TI-2000-Y

2 - SISTEMA IRRADIANTE

- 2.1 - Fabricante: Clamar Ind. Metalúrgica Ltda.
2.2 - Tipo e/ou modelo: 4XMC-4 (quatro dipolos de meia onda com refletor disposto axialmente de 90° entre si).

Goiania, 30 de setembro de 1988.
(assinado)

(representante legal)

RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA

- CONTRATO SOCIAL -

LARA CORREIA MONTEIRO

Brasileira, solteira, emancipada, universitária, residente e domiciliada em Goiânia, à T-30, nº 1614, Setor Bueno, portadora do Título de Eleitor nº 10.036.210-31 da 1ª zona de 44ª seção, CIC de nº 485.239.411-34 e Carteira de Identidade nº 1.799.028, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, em 23/01/86;

LUSIA ANGELINA DA SILVA

Brasileira, solteira, universitária, residente e domiciliada em Goiânia, à Rua T-30, nº 1.614, Setor Bueno, portadora do Título de Eleitor nº 9.304.910-07 da 1ª zona e 139ª seção, CIC de nº 349.808.221-34 e Carteira de Identidade nº 1.424.550, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, em 22/09/81;

CONSTITUIÇÃO

Entre si, e na melhor forma do direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se a RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA, e terá como finalidade e execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão) onda curta e onda tropical, mediante autorização do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da Legislação vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade e de acordo com o que dispõe o artigo 10, do decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1.963, que institui o Regulamento do Serviço de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo, e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a supressão dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade tem como endereço à Av. ... sala 304 centro - Goiânia - Goiás.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir da data de 25 de Setembro de 1.988.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade se compromete, por seus Diretores e demais sócios cotistas, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social sem que tenha para isso sido plena e legalmente autorizado, previamente, pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros e são inalienáveis e incoercíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade se obriga a observar, com rigor o que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão sonora em geral.

CLÁUSULA OITAVA

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionário um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no país, além dos limites fixados e previstos no artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de Cr\$ 13.230.000,00 (TREZE MILHÕES DUZENTOS E TRINTA MIL CRUZADOS) representados por 13.230.000 (TREZE MIL DUZENTOS E TRINTA MIL) cotas, no valor de Cr\$ 1,00 (UM CRUZADO), e sendo integralizado no seu total em moeda corrente do País nesta data, e distribuídos aos sócios da seguinte forma:
a) LARA CORREIA MONTEIRO, subscreve e integraliza à importância Cr\$ 6.615.000,00 (SEIS MILHÕES SEISCENTOS E QUINZE MIL CRUZADOS) sendo representado por 6.615.000 (SEIS MILHÕES SEISCENTOS E QUINZE MIL) cotas;

b) LUSIA ANGELINA DA SILVA, subscreve e integraliza à importância de Cr\$ 6.615.000,00 (SEIS MILHÕES SEISCENTOS E QUINZE MIL CRUZADOS) sendo representado por 6.615.000 (SEIS MILHÕES SEISCENTOS E QUINZE MIL) cotas.
c) UNICO: - De acordo com o artigo 20 "in fine" do decreto de nº 03705, de 10 de Janeiro de 1919, cada cotista responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As cotas são individuais em relação à sociedade, que por sua vez, não reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A Sociedade será administrada pela sócia LARA CORREIA MONTEIRO, na função de Sócio-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa pelo que lhe é dispensada a prestação de cauções, sendo que a investida para no cargo somente poderá ocorrer após seu nome ter sido aprovado pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Sócio Administrador terá direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, de acordo com os limites determinados pelo regulamento do Imposto de Renda, a figurar em cada exercício, que será levada a débito da conta Despesas Gerais da firma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O uso da denominação social, nos termos da cláusula Decima Segunda deste instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos do estipulado na Cláusula Quarta do presente Contrato Social, e para esse fim, o sócio- retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Falecendo um dos sócio, ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito o capital e os lucros apurados no último balanço aprovado, ou em no balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da aprovação do Balanço Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em vinte parcelas, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data de aprovação dos citados haveres. O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela decisão nº 21/63, do então CONTEL, publicada no Diário Oficial da União de 24 de Janeiro de 1.964. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, e com isso concordarem todos os demais sócios, deverão aqueles designarem quem os represente no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o Quadro Social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os lucros apurados em Balanço Anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) do Lucro líquido para a constituição de um Fundo do Reserva Legal até que atinja a 20% (Vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Para o exercício das funções de administrador e procurador da entidade serão brasileiros natos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral anual das atividades da empresa. O Balanço Anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de Lucros e Perdas.

§ ÚNICO: - Se acusados ídram prejuízos os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de que são detentores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de Janeiro de 1.919, a cuja íntima observância, bem como das demais cláusulas desde compromisso, se obrigam os sócios.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas da Lei.

Goiânia, 25 de Setembro de 1.990

Testemunha de Nota
Alcides Alberto Feres
Tomei ciência
Data 25 de Setembro de 1990

Atestamos a Nota
M. Tabelião de Notas
Goiânia, 25 de Setembro de 1990
AUTENTICAÇÃO
1990

Lara Correia Monteiro
LARA CORREIA MONTEIRO

Luiza Angelina da Silva
LUÍZA ANGELINA DA SILVA

Assinatura em nome da entidade como segue:

RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA

Lara Correia Monteiro
LARA CORREIA MONTEIRO
Sócia Gerente

RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

LARA CORREIA MONTEIRO

Brasileira, solteira, universitária, residente e domiciliada em Goiânia, à Rua T-30 nº 1.614, Setor Bueno, portadora do Título de Eleitor nº 10.036.210-31 da 1ª zona 448 seção, CIC de nº 485.239.411-34 e Carteira Identidade nº 1.799.028, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, em 23/01/86;

LUÍZA ANGELINA DA SILVA

Brasileira, solteira, universitária, residente e domiciliada em Goiânia, à Rua T-30 nº 1.614, Setor Bueno, portadora do Título de Eleitor nº 9.304.910-07 da 1ª zona e 139ª seção, CIC de nº 349.308.221-34 e Carteira de Identidade nº 1.424.550, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, em 22/09/81;

RESOLVEM,

Entre si, e de comum acordo alterar o seu contrato social da referida sociedade da seguinte forma:

1º) Altera a CLÁUSULA DÉCIMA que passa a ter a seguinte redação: O Capital, no valor de R\$ 25.500.000,00 (VINTE E CINCO MILHÕES E QUINHENTOS CRUZADOS), representados por 25.500.000 (VINTE E CINCO MILHÕES E QUINHENTOS MIL) cotas, no valor de R\$ 1.00 (UM CRUZADO), e sendo integralizado no seu total em moeda corrente da País desta data, e distribuídos aos sócios da seguinte forma:

a) LARA CORREIA MONTEIRO, subscreve e integraliza a importância de R\$ 12.750.000,00 DOZE MILHÕES SETECENTOS E CINCO MIL

CRUZADOS), representado por 12.750.000 (DOZE MILHÕES SETECENTOS E CINCOENTA MIL) cotas;

b) LUTIA ANGELINA DA SILVA, subscree e integralize a importância de Cr\$ 12.750.000, ou DOZE MILHÕES SETECENTOS E CINCOENTA MIL CRUZADOS), representado por 12.750.000 (DOZE MILHÕES SETECENTOS E CINCOENTA MIL) cotas;

20) As cláusulas do Contrato Primitivo e alterações, não alcançadas pela presente alteração, ficam inalteradas.

21) Por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Colônia, de Outubro de 1988

Monteiro
LARA CORRÊA MONTEIRO

Lúcia Angelina da Silva
LUTIA ANGELINA DA SILVA

Assinatura em nome da entidade como segue:

RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA.

Monteiro
LARA CORRÊA MONTEIRO
Sócia Gerente

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

RADIODIFUSÃO GOYANA LTDA.

1. TRANSMISSOR

- 1.1 - Fabricante : Telavio Ind. Com. Equip. Telec. Ltda.
1.2 - Tipo e/ou modelo : RTV-2000-A

2. SISTEMA IRRAWIANTE

- 2.1 - Fabricante : Lys Electronic Ltda.
2.2 - Tipo e/ou modelo : 5110-1-04-XX

Colônia, 14 de outubro de 1988

Monteiro
LARA CORRÊA MONTEIRO
Sócia-Gerente.

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, JOSE FERREIRA PIRES FILHO, brasileiro, casado, médico e empresário, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, onde tem residência na Rua 144, Quadra 50, lote 20, Setor Marista, portador da Cédula de Identidade n. 63.873, expedida pela SSP-GO, e inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 004.227.701-25 e MORGIR DE PAULA E SOUZA, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, onde tem residência na Rua 239, n. 77, Setor Coimbra, portador da Cédula de Identidade n. 958, expedida pela ORB-GO, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 004.580.311-00, tinham e têm entre si justo e contratado, constituir, como de fato constituem, uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, que se regerá pelo Decreto no. 3.708, de

10 de Janeiro de 1919, e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, e, especialmente, pelas cláusulas e condições que, motus e reciprocamente, se outorgam e aceitam:

CLÁUSULA I - É constituída sob a denominação de REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, com foro e sede Jurídicos na cidade de Goiânia-GO, esta na Rua 02, n. 230, Edifício Carlos Chagas, sala 408, podendo abrir ou fechar filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social e aprovação do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA II - A sociedade tem por objeto a execução dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, em qualquer localidade do território nacional, mediante concessão ou permissão do Governo Federal.

CLÁUSULA III - Constituída por prazo de duração indeterminado, a sociedade pode ser dissolvida a qualquer tempo pelo consentimento dos sócios, observando quando de sua dissolução os preceitos da Lei específica.

CLÁUSULA IV - O capital social totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda legal e corrente do País é de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados) dividido em 15.000 (quinze mil) cotas no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzados) cada uma, e fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- a - ao sócio JOSE FERREIRA PIRES FILHO, 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzados), no valor total de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzados);
- b - ao sócio MORGIR DE PAULA E SOUZA, 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzados), no valor total de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzados);

CLÁUSULA V - A responsabilidade dos sócios cotistas, na forma da Lei, ex-vi do disposto no art. 2.º, in fine, do Decreto n. 3.708, de 10 de Janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA VI - A sociedade é administrada por um de seus sócios cotistas - o Sócio-Gerente - ao qual compete o uso da denominação social e a representação ativa e passiva da sociedade em Juízo ou fora dele.

CLÁUSULA VII - Os administradores da sociedade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo após a entidade haver recebido outorga para executar serviço de radiodifusão somente poderá ocorrer depois de aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VIII - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA IX - Fica eleito para o cargo de Sócio-Gerente o cotista JOSE FERREIRA PIRES FILHO, que será eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA X - A sociedade poderá fazer-se representar por procuradores, sempre brasileiros natos, especificados os poderes conferidos e o seu termo nos instrumentos de mandato.

CLÁUSULA XI - A sociedade pagará ao Sócio-Gerente remuneração mensal, não podendo, o seu valor total exceder ao limite máximo permitido pela legislação do imposto de Renda para débito da conta "Despesas Gerais".

CLÁUSULA XII - É expressamente vedada a utilização da denominação social da sociedade, em qualquer negócio estranho aos seus interesses sociais, e especialmente em saques, avais, endossos ou outra qualquer forma de garantia, sob pena de responsabilidade civil e criminal do sócio cotista que o fizer.

CLÁUSULA XIII - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros de forma que o capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA XIV - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferencialmente de brasileiros, ou, no menos, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XV - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XVI - A sociedade, por seus sócios, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos e instruções emanadas do Poder Público Concedente, vigentes ou que venham a vigor, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XVII - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLÁUSULA XVIII - Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido outorga para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA XIX - As cotas são nominativas e indivisíveis em relação à sociedade, que para cada uma delas reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA XX - As cotas do capital não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros estranhas à sociedade sem prévio consentimento do Poder Público Concedente e dos sócios.

CLÁUSULA XXI - O ano civil coincidirá com o ano fiscal, ou seja, de 1. de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano, data em que será lavrado o efeito o balanço geral do ativo e passivo da sociedade.

CLÁUSULA XXII - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

CLÁUSULA XXIII - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem.

CLÁUSULA XXIV - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de um "Fundo de Reserva", que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

CLÁUSULA XXV - O Fundo de Reserva terá por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizado para aumento deste e compensação de prejuízo.

CLÁUSULA XXVI - O saldo que existir, após a observância do disposto nas cláusulas anteriores, será distribuído aos sócios, na proporção de suas cotas, podendo estes, entretanto, deliberar por unanimidade, que seja mantido, no todo ou em parte, em conta de "Lucros em Suspensão" ou reservado para o aumento de capital.

CLÁUSULA XXVII - O início das atividades da sociedade ocorrerá na data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA XXIX - A sociedade não tem filiais. Obriga-se a estabelecer as em todas as localidades para as quais for contemplada com outorga para o serviço de radiodifusão, logo após a publicação do respectivo ato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA XXX - Qualquer ação fundada no contrato será proposta no foro desta comarca, exceto se eleito, desde já, a qualquer outro que tenha ou venha a ter direito, por mais privilegiado que possa ser.

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com dispositivos que regulam o funcionamento das sociedades por cotas, de responsabilidade limitada, pelos quais a sociedade se regerá, e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, datilografadas no anverso de 05 (cinco) folhas, a qual lida e achado conforme assinam juntamente com os testemunhas que a tudo assistiram, para que se produzam os efeitos legais.

Goiania-GO, 10 de outubro de 1988

Jose Ferreira Pires Filho
JOSE FERREIRA PIRES FILHO

Marcir de Paula e Souza
MARCIR DE PAULA E SOUZA

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Jose Ferreira Pires Filho
JOSE FERREIRA PIRES FILHO
Sócio - Gerente

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

1 - TRANSMISOR

1.1 - fabricante: LYS ELETRONIC LTDA. ✓

1.2 - tipo e/ou modelo: RV - 2 KU - V ✓

1.3 - transmissor de reserva - idem

2 - SISTEMA IRRADIANTE

2.1 - fabricante: LYS ELETRONIC LTDA ✓

2.2 - tipo e/ou modelo: J110 - 6 - 04 - 02 ✓

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Goiania-GO, 10 de outubro de 1988.

Jose Ferreira Pires Filho
JOSE FERREIRA PIRES FILHO
Sócio-Gerente

PROGRAMAÇÃO

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Considerando o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural dos serviços de radiodifusão, a Entidade abaixo subscrita se compromete, pela presente, a elaborar seus programas informativos, educacionais e ao vivo, bem como a publicidade comercial e o serviço noticioso, de forma a contribuir para o desenvolvimento integral do homem brasileiro observando entre outros, os seguintes critérios:

- a) Preferência a temas, autores e intérpretes nacionais a fim de incentivar a criatividade do homem brasileiro e o desenvolvimento das empresas - produtoras nacionais, com a consequente ampliação do mercado ligado a todas as atividades artísticas;

- b) respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

- c) manutenção de elevado sentido ético, moral e cívico;

- d) fidedignidade da fonte de informação do fato antes da emissão da notícia e observância, na publicidade, de normas éticas indispensáveis à proteção do público e do consumidor.

A programação atenderá, também, às estipulações do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, dos artigos 17 e 16, § 1º, e 20, do Decreto-Lei n. 236 de 28 de fevereiro de 1967, Portarias MC n. 55, de 25 de janeiro de 1974 e n. 52, de 24 de março de 1982 e Portaria Interministerial n. 568, de 21 de outubro de 1980.

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Goiania-GO, 10 de outubro de 1988.

JOSE FERREIRA PIRES FILHO
Sócio-Gerente

PROGRAMAÇÃO TÓPICOS SINÓPTICOS

Dentro da obediência do que prescreve a legislação em vigor, a REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, para concorrer a este Edital propõe-se a levar ao ar, como lhe seja concedida a concessão do serviço, a seguinte programação:

I - EDUCATIVA

Obedecendo o tempo previsto na legislação, reservando do seu horário de trabalho espaços a serem aproveitados em transmissão de aulas, palestras e conferências destinados aos vários graus de educação e instrução dos ouvintes, para o que firmará convênios com instituições especializadas para, dessa forma, promover o desenvolvimento intelectual, cultural, moral e cívico dos telespectadores.

II - NOTICIOSA E INFORMATIVA

Compreendendo jornais diários com duração mínima de 25 minutos cada um, com transmissão de notícias, fatos acontecimentos e informativos, além de reportagens externas de caráter informativo de qualquer natureza.

A programação obedecerá neste caso o seguinte desdobramento:

a - A primeira parte será destinada a fatos e acontecimentos nacionais;

b - A segunda parte, destinada a informativos internacionais;

c - A terceira e última parte, que terá no mínimo 10 minutos, será inteiramente dedicada a notícias comunitárias ou locais.

III - AO VIVO

Procurando valorizar o artista brasileiro, propõe-se a irradiar uma programação de alto nível, ao vivo, com a participação in loco, de artistas ou a transmissão de programas destes, gravados por qualquer processo em primeira apresentação na emissora, de acordo com a regulamentação da matéria ou dentro das normas que a venham regular.

Compromete-se a observar toda a legislação que rege a espécie, sobre tudo a que se refere a horários e proteção ao menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das mesmas orientações, apresentará telepeças, como teatro e comédia de costumes, no horário permitido, além de filmes nacionais clássicos ou de aventuras ou de ficção. Promoverá séries nacionais em videotape, novelas, esportes, divertimentos e filmes de animação selecionados.

Por outro lado, a inclusão de programas importados será antes uma fonte de informação indispensável ao público em geral e não um veículo de importação cultural. fator básico, pois dependendo da proporção, de descaracterização de nossas concepções e ideais, de nossa criatividade e originalidade, cujo maior resultado é um desserviço onde a maior prejudicada é a própria cultura brasileira.

Sem perder de vista suas características

próprias de órgão de um regime democrático, a entidade seguirá uma política de concórdia, apoiará sempre os objetivos nacionais, tendo o suporte indispensável a sua consecução.

Inabida de tais propósitos, se for a vencedora desenvolverá e espeta levar ao ar uma programação baseada sob a base de responsabilidade por parte da empresa.

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Goiania-GO, 10 de outubro de 1988.

JOSE FERREIRA PIRES FILHO
Sócio-Gerente

CRITÉRIOS PREFERENCIAIS

Esta Entidade, objetivando ser selecionada pelo Ministério das Comunicações, executará o serviço de radiodifusão sonora em FM, nesta cidade, nas melhores condições previstas pelo Poder Concedente. Procurou atender, dentro do possível, a todos os CRITÉRIOS PREFERENCIAIS, constantes da concorrência. Assim é que:

1. Prevê a constituição da Sociedade por elementos que em sua totalidade são naturais da região.

2. Prevê uma programação básica que visa a atender, plenamente, a finalidade do serviço prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

3. Prevê a instalação e o uso de equipamentos, transmissor e de material de estúdio de fabricação 100 % nacional;

4. Conprova uma plena capacidade financeira para o empreendimento.

A par disso e atendendo especificamente ao Edital de Concorrência, demonstrou que:

a) Atenderá em 40% do tempo da sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais, respeitando as diferenciações regionais da cultura brasileira e procurando relacioná-las em seu próprio contexto;

b) Atenderá em 5% do tempo da sua programação diária à irradiação de serviço noticioso próprio.

c) Atenderá a quanto basta do tempo da sua programação diária à irradiação de serviço noticioso de Governo e Programas Educativos.

REDE SUL-GOIANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Goiania-GO, 10 de outubro de 1988.

JOSE FERREIRA PIRES FILHO
Sócio-Gerente

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Expediente lido vai à publicação.

Do Expediente lido, constam os Projetos de Decreto Legislativo n.ºs. 58 a 60, de 1990, que terão tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1.º da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 122, II, b, do Regimento Interno, as matérias poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias, perante a Comissão de Educação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 1990**

Define crime de abuso do poder econômico, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Constitui crime de abuso do poder econômico, punido com detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos ou multa entre 2.000 (duas mil) e 10.000 (dez mil) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional — BTN ou índice equivalente que venha substituí-lo, a prática de preço extorsivo no comércio de componentes, partes, peças e acessórios de produtos industriais.

Parágrafo Único. Considera-se preço extorsivo, para os efeitos desta lei a formação de preços em qualquer esfera do processo de comercialização (varejo, atacado ou produtor industrial) que implique margem superior a 20% sobre o custo de produção, excluídos a inflação e os impostos incidentes.

Art. 2.º As penas estipuladas no artigo anterior desta lei serão agravadas de 1/3 (um terço) em caso de reincidência, ou quando se tratar de domínio de mercado pelo fabricante do produto ou de exigência deste de reposição de componente, parte ou peça genuínos em atendimento à cláusula de garantia do produto.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O abuso contra a economia popular advindo de setores da indústria nacional tem-se constituído em verdadeiro flagelo a atormentar a vida do brasileiro, dado sua constante ampliação e, sobretudo, a impunidade característica desse tipo de crime.

Coibir essa prática criminosa, no entanto, é tarefa de difícil consecução: inúmeras tentativas revelaram-se infrutíferas diante da complexidade e do caráter dinâmico dessa modalidade criminal.

As frustrações não parecem desencorajar, todavia, a autoridade pública. O Legislativo, pelo menos, tem sido pródigo no tratamento da matéria. Data do governo democrático de Vargas uma primeira abordagem ao problema. Da Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autorizava "o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo", surgiu todo um aparato institucional estruturado nos planos federal, estadual e municipal. Tal sistema, constituído da Comissão Federal de Abastecimento e Preços — COFAP, auxiliada, nos estados, pelas Comissões de Abastecimento e Preços — COAP, e, nos municípios, pelas Comissões Municipais de Abastecimento e Preços — COMAP, pautou as relações entre consumidores e empresários do comércio e da indústria por toda a década de 1950 até princípios de 1960.

A crise de abastecimento do início dos anos 1960 incitou o poder público a reaparelhar o Estado para suas intervenções no domínio da economia. Em 1962, através de leis delegadas, o sistema Cofap-Coap-Comap foi substituído pela Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, auxiliada, na execução, pela Comissão de Financiamento da Produção — CFP e pela Cobal e Cibrazem, empresas públicas então instituídas.

Esta nova sistemática, tendo a Sunab como organismo central de intervenção, atravessou todo o período da ditadura militar prevalecendo ainda hoje.

Em que pesem as dificuldades administrativas interpostas à época ao aparelho de intervenção estatal, pode-se afirmar, de pronto, que o sistema engendrado pela autoridade pública era flagrantemente inadequado à intervenção numa sociedade em processo de rápida transformação econômica. Enquanto o Brasil se transformou

celeremente nos anos de 1960 a 1970 em sociedade industrial moderna, a sistemática Cofap-Coap-Coap, ou sua homóloga capitaneada pela Sunab, prestava-se a intervir unicamente em relações comerciais, ignorando totalmente a complexidade dos caminhos que ligam o processo industrial à colocação do produto final à disposição do consumidor.

Evidente, pois, a conclusão sobre a inoperância da regulamentação intervencionista em vigência desde 1951, toda ela, aliás, calcada na perempta Constituição do pós-guerra.

Antes de o legislador de hoje passar, sob a égide da Constituição atual, à adequação de mecanismos eficazes à salvaguarda da economia popular, vale observar as últimas tentativas do Governo na abordagem do problema.

Neste particular, ressalta-se a iniciativa visando à reintrodução do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE. Para tanto, o executivo valeu-se, no início de 1986, da aprovação do Regulamento da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962 para outorgar ao Ministro da Justiça o estabelecimento do regimento interno do Cade objetivando definir sua "estruturação, atribuições e funcionamento" (Decreto nº 92.323, de 23-1-86).

O Estado não deve persistir na inoperância e a incumbência do Estado e da autoridade pública na defesa do consumidor está claramente estabelecida no texto constitucional, determinação, aliás, redundante quando considerada, seja na definição dos princípios da ordem econômica (art. 170, inciso V), seja no capítulo da competência da União (art. 24, inciso VIII) ou no dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5.º, inciso XXXII), notadamente neste último dispositivo.

Assim, definida, constitucionalmente, a responsabilidade do Estado na defesa do consumidor, faz-se oportuno seu reaparelhamento para o mister.

Dá a relevância e oportunidade da iniciativa.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1990. — Senador Márcio Lacerda.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.522,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a

livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

LEI Nº 4.137,
DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

DECRETO Nº 92.323,
DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Aprova o Regulamento da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que disciplina a repressão ao abuso do poder econômico.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias
Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres
Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica
e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da
Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho, como Líder do Governo.

O SR. AFONSO SANCHO (PFL - CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ultimamente, sem dúvida, estava havendo protesto geral da sociedade contra os excessos, através da televisão, não somente na parte pornográfica como na parte da violência.

Na parte pornográfica, nem vou comentá-los, pois acredito que nos bordéis só se via aquilo dentro de quartos reservados. Na parte da violência, é excessivamente provocante e desagradável para a nossa juventude e, por que não dizer, para toda a sociedade de um modo geral.

Felizmente, com a ascensão do nosso ilustre Colega, Senador Jarbas Passarinho, ao Ministério da Justiça, S. Exª baixa portaria disciplinando todos os programas em horários que poderão ser tolerados, de maneira mais suave, tanto para os jovens e crianças como para as pessoas mais idosas.

Sr. Presidente, eu desejava neste momento apenas registrar, para que conste dos Anais do Senado, essa portaria, que entendo moralizadora.

O Sr. Ney Maranhão - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO - Ouço V. Exª com muita atenção.

O Sr. Ney Maranhão - Nobre Senador Afonso Sancho, solidarizo-me com V. Exª por este pronunciamento, no que diz respeito à atitude do Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, concernente a frear, porque não podemos confun-

dir liberdade com licenciosidade. V. Exª sabe que hoje está existindo, entre as redes de televisão, uma grande concorrência. A verdade é esta! Nobre Senador, se V. Exª quer ver uma peça proibida, vai a um teatro. Há uma diferença muito grande entre uma peça de teatro, onde só vai quem quer assistir, e o horário nobre da televisão que exibe filmes e novelas desse tipo, invadindo a nossa privacidade, invadindo a nossa casa, onde as crianças são obrigadas a ver. Por isso, congratulo-me com V. Exª. Não sou palmatória do mundo para dar exemplo de moralidade, mas lembro aqui aquele adágio popular do Nordeste: "Confunda, mas não misture!". Assim, o Sr. Ministro da Justiça fez muito bem em disciplinar esse tipo de propaganda, pois não se vê, em nenhuma parte do mundo, coisas como essas. V. Exª pode ir à Ásia, à Europa, aos Estados Unidos, e não verá esse tipo de propaganda de sexo em horário nobre, em horário que as crianças costumam assistir à televisão. Portanto, congratulo-me com V. Exª pelo oportuno pronunciamento, em que dá apoio irrestrito - que entendo deva ser dado por toda a sociedade - ao Sr. Ministro da Justiça. Parabéns a V. Exª.

O SR. AFONSO SANCHO - Agradeço ao ilustre colega pelo significativo aparte. Realmente, o Ministro não vai deixar de ser criticado por aqueles que, como bem disse V. Exª, confundem liberdade com licenciosidade. De qualquer maneira, S. Exª vai receber aplausos da maior parte da sociedade por essa portaria, que vai, pelo menos, sustar um pouco esse excesso de liberdade.

O Sr. João Nascimento - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O Sr. Mauro Benevides - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. AFONSO SANCHO - Com muita satisfação, Senador Mauro Benevides, mas gostaria que V. Exª permitisse que eu ouvisse primeiramente o aparte do nosso colega João Nascimento.

O Sr. Mauro Benevides - Aguardo, então, a oportunidade.

O Sr. João Nascimento - Senador Afonso Sancho, congratulo-me com V. Exª. Como disse o Senador Ney Maranhão, já era tempo de se tomar providências, no sentido de haver mais respeito às famílias brasilei-

ras e, por que não dizer, respeito até ao público que assiste à televisão. Torno-me, inclusive, um dos parceiros junto a V. Ex^a no que diz respeito a esses comentários. Ouvimos a voz do povo. Na realidade, ultimamente criticava-se muito o excesso de cenas onde havia a liberalização do sexo e também a violência. E bom que se preserve, dentro da família, aquilo que tentamos fazer em casa. Portanto, fica aqui, também, a minha palavra, associando-me a V. Ex^a, de congratulações ao Sr. Ministro da Justiça.

O SR. AFONSO SANCHO - Muito obrigado, Senador. Seu aparte vem realmente corroborar o meu pensamento e o do Senador Ney Maranhão.

Ouçó o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Senador Afonso Sancho, a minha intervenção, através de aparte ao discurso de V. Ex^a, é apenas para me regozijar pela sua iniciativa de trazer ao conhecimento oficial do Senado Federal, conseqüentemente para inserção nos nossos Anais, essa portaria do Ministro Jarbas Passarinho, que tem tido ampla ressonância junto a todos os segmentos da sociedade brasileira. O Ministro da Justiça adotou uma posição compatível com a responsabilidade do cargo que exerce, preservando a nossa sociedade exatamente dessa exibição, dessa projeção de sexo e de violência na televisão brasileira. A iniciativa de V. Ex^a, vindo, hoje, registrar esse fato da tribuna do Senado, objetiva, certamente, não apenas expressar os aplausos do Senado ao seu ilustre Membro, hoje guindado ao Ministério da Justiça, como também estimulá-lo a adotar comportamento semelhante em tudo aquilo que disser respeito ao resguardo da sociedade do País.

O SR. AFONSO SANCHO - Agradeço ao nobre colega Mauro Benevides o significativo aparte.

Realmente, nós, do Senado, estamos de parabéns por ter saído daqui um Senador, que é um autêntico representante do povo, que teve a coragem de baixar essa medida, que, como já disse, não deixará de trazer protestos, porque muita gente gosta e ver essa anarquia que já começa a se espalhar pelo País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. AFONSO SANCHO EM SEU
DISCURSO:**

**PORTARIA Nº 773,
DE 19 DE OUTUBRO DE 1990**

O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão;

Considerando a necessidade urgente de se estabelecer a uniformização dos critérios classificatórios das diversões públicas e de programas de rádio e de televisão;

Considerando ser dever do Poder Público informar sobre a natureza das diversões e espetáculos públicos, as faixas etárias às quais não se recomendam, bem como os locais e horários em que sua apresentação se mostra inadequada;

Considerando que o artigo 54 da Lei nº 6.698, de 10 de outubro de 1979, proíbe a apresentação ou o anúncio de espetáculos sem aviso de sua classificação; e

Considerando, ainda, que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, proíbe a transmissão, através de rádio ou televisão, de espetáculos em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação;

Resolve:

Art. 1^a As diversões e espetáculos públicos são classificados como livres ou como inadequados para menores de 12 (doze), 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.

Art. 2^a Os programas para emissão de televisão, inclusive "trailers", têm a seguinte classificação:

a) vinculação em qualquer horário: LIVRE;

b) programa não recomendado para menores de 12 anos: inadequado para antes das vinte horas;

c) programa não recomendado para menores de 14 anos: inadequado para antes das vinte e uma horas;

d) programa não recomendado para menores de 18 anos: inadequado para antes das vinte e três horas.

Parágrafo Único. São dispensados de classificação os programas de televisão transmitidos ao vivo, responsabi-

lizando-se o titular da empresa, ou seu apresentador e toda a equipe de produção, pelos abusos e desrespeito à legislação e normas regulamentares vigentes.

Art. 3^a A classificação informará a natureza das diversões e espetáculos públicos, considerando-se, para restrições de horário e faixa etária, cenas de excessiva violência ou de prática de atos sexuais e desvirtuamento dos valores éticos.

Art. 4^a A classificação indicativa, atribuída em portaria do órgão competente do Ministério da Justiça, será publicada no Diário Oficial da União.

Art. 5^a As fitas de programação de vídeo deverão exibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que não se recomenda, observada a classificação estabelecida no artigo 1^a.

Art. 6^a Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada na respectiva portaria de classificação indicativa.

Parágrafo Único. Nenhum programa de rádio ou de televisão será apresentado sem aviso de sua classificação, antes e durante a transmissão.

Art. 7^a Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. - Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, como Líder do PDC.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC - PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, compareceu ontem à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, acompanhada de assessores diretos, para explicar prazos e condições para o pagamento da dívida externa brasileira.

S. Ex^a com a desenvoltura e competência habituais, apresentou o cerne da proposta brasileira e contou com o entusiástico apoio dos Srs. Senadores presentes e de Líderes de todos os Partidos representados na Câmara dos Deputados.

Há muito tempo, Sr. Presidente, eu não via nesta Casa tamanha unanimidade em favor de posições adotadas por um Ministro de Estado. É que o tema em pauta, de absoluto interesse nacional, não comporta atitudes de oposição mesquinhas e antipatrióticas. O pagamento da dívida externa é uma questão que diz respeito a todo o povo brasileiro, sendo este, em última análise, quem vai pagar a enorme fatura.

A reunião da Ministra Zélia Cardoso de Mello com Senadores e Deputados teve a duração de quase três horas. Foi iniciada com uma breve exposição da própria Ministra. Seguiram-se vários pronunciamentos de representantes de variadas correntes políticas com assento no Senado e na Câmara. Todos os oradores teceram loas à qualidade da proposta de pagamento aos bancos internacionais. A concordância resultou não só em apoio à equipe da Ministra Zélia Cardoso de Mello, mas ao próprio Presidente Fernando Collor. Foi uma euforia generalizada, e os participantes do encontro, ao que parece, esqueceram-se de procurar saber da Exma. Ministra detalhes sobre a forma de pagamento da dívida externa. Discutiu-se tudo, menos a forma de como seria feito esse pagamento.

O que me pareceu importante é que o discurso que se fazia passionadamente, durante longo tempo transformou-se, de repente, num mar de rosas, isso significando solidariedade irrestrita à Ministra Zélia Cardoso de Mello e certamente ao Presidente Collor. Em nosso entender, o pagamento da dívida externa não pode ser considerado como simples pagamento de uma hipoteca, que, quando o devedor não honra os compromissos, seus bens são penhorados. Dívida externa é assunto completamente diferente, pois, além de ferir questões econômicas, financeiras e sociais, tem uma natural repercussão política que não pode e não deve ser deixada de lado. A repercussão política foi alcançada e podemos afirmar, sem medo de errar, que a reunião com a Ministra Zélia Cardoso de Mello se constituiu num ato de apoio público ao Governo do Presidente Collor.

Não podemos entender que assunto de tão alta relevância, como seja o pagamento da dívida externa, não seja encarado politicamente, como aliás, o foi. Levou assim o Presidente Fernando Collor e a Ministra, a certeza de que o respaldo político lhes foi expressamente concedido, pelas palavras das lideranças do Senado e da

Câmara. Este fato é importante, porque o problema da dívida externa brasileira está agora marchando com toda a força política, traduzido através de seus líderes mais em evidência.

Minha impressão é que todos os participantes da reunião concordaram com as idéias expostas pela Ministra — diga-se de passagem, com muito charme —, que se apoiou na tese de que o Brasil só pode propor o pagamento de suas dívidas tendo por base a cobertura financeira que o Governo puder cumprir. Este foi o tema da exposição de S. Ex^a, que, embora não haja entrado em detalhes, recebeu apoio integral da Comissão de Assuntos Econômicos e dos Srs. Congressistas. Tão importante foi o apoio recebido que nem sequer se procurou abordar os reflexos da proposta sobre a inflação ou sobre a recessão, que surgem como consequência espontânea da tomada de medidas deflacionárias, como bem sabe a arguta Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Finalizando, quero manifestar, como Vice-Líder do Governo, meu integral apoio às propostas que começarão a ser discutidas com os credores. Desta Casa, e com a consciência de que estamos defendendo os interesses mais legítimos do Brasil, acompanharemos as reações do grupo de credores à proposta do Governo brasileiro.

Parabéns à Ministra Zélia Cardoso de Mello e ao Presidente Fernando Collor. Parabéns ao Congresso, que entendeu a fria realidade da situação e reagiu em altos termos e com o espírito voltado para o bem da Pátria.

Sr. Presidente, peço vênias a V. Ex^a e aproveito a oportunidade para congratular-me com o Estado do Pará pela assunção do nosso companheiro Ozziel Carneiro à cadeira senatorial, em substituição a um homem ilustre como o nosso Ministro Jarbas Passarinho, e merecedor de todas as credenciais e todos os adjetivos que o qualificam positivamente. Ozziel Carneiro traz, também, uma bagagem muito boa do nosso estado: é comerciante, é industrial, é político e sempre manteve, durante toda a vida, uma postura de cidadão que muito o dignifica.

Nestas condições, Sr. Presidente, deixo expressos os meus parabéns pela assunção do nosso Colega Ozziel Carneiro ao Senado da República.

O Sr. Ozziel Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Ouço V. Ex^a com muito prazer. Senador Ozziel Carneiro.

O Sr. Ozziel Carneiro — Nobre Senador João Menezes, fico-lhe agradecido pela benevolência do amigo, apresentando-me neste momento. Espero, com a sua colaboração, trabalhar um pouco pelo bem do nosso Pará e de nossa Amazônia. Quanto à questão da dívida externa, não tive oportunidade de assistir à exposição da ministra. Nós, brasileiros, temos que encarar o problema da dívida externa como a Igreja Católica Apostólica Romana encara o problema fundiário, o grave problema da terra. Sempre que se trata de um problema fundiário, há uma hipoteca social. No caso da dívida externa, devemos tratá-la como uma hipoteca social da pátria brasileira.

O SR. JOÃO MENEZES — Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dá o nosso colega, estreando no seu ligeiro aparte, a demonstração cabal das suas qualidades e da sua capacidade em todos os setores onde tem atuado.

Meus parabéns, nobre Senador Ozziel Carneiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo está decidido em sua luta contra os cartéis e monopólios. Tanto assim que acaba de editar mais uma medida provisória, a de nº 246, mais firme, mais enérgica, contra os desarrumadores do equilíbrio econômico. Enquanto houver cartéis e monopólios, enquanto estes forem renitentes, renitente será a inflação.

Segundo o Secretário Nacional da Economia, João Maia, o Governo já usou de todas as armas para a inflação cair. Gastos públicos foram cortados, o déficit público está sob controle, os salários estão contidos e a política monetária está apertada. Assim procedeu o Governo e, apesar disso, a inflação está renitente, não cai abaixo dos dois dígitos.

Então, conclui o Secretário Nacional da Economia, que quem está pressionando a inflação é

a margem de lucro das empresas.

Os cartéis, os monopólios e os oligopólios não podem ser tratados a pão-de-ló. Se a luta primordial do Governo é o combate à inflação e já que esta continua renitente por causa da enorme margem de lucros das empresas, estas, organizadas em monopólios e cartéis, têm que ser policiadas e tratadas com severidade para o bem de toda a coletividade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Secretaria Nacional do Direito Econômico, do Ministério da Justiça, entrou em choque com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. É que a secretaria e o ministério combatem os cartéis, os monopólios e oligopólios. A crise entre as duas áreas foi motivada pela lentidão com que o Secretário do SNDE, Dr. José Del Chiaro, trabalhava contra os trusts. Por isso, foi S. S^a demitido, pois o Governo quer uma luta sem quartel contra esses agrupamentos econômicos que invalidam qualquer esforço dele na luta contra a inflação. Pois uma economia sem concorrência é uma economia inflacionada. E onde há monopólios não há concorrência. Onde os monopólios existem, estão os altos lucros e toda a economia nacional fica enferma.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegam, a cada instante à Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE) denúncias de aumento de preços abusivos, apesar das denúncias que requeriam uma ação imediata, o secretário de então, Dr. José Del Chiaro, fez corpo mole com empresários suspeitos de aumentar abusivamente os preços. Devido a esse corpo mole, S. S^a caiu.

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento gostaria de assumir as atribuições da SNDE, para que a fiscalização fosse mais rápida, pois as empresas que formam cartéis elevam os preços de seus produtos criminosamente e tais aumentos injustificáveis alimentam a inflação. O ataque do Governo a tais empresas é mais que justificável. Pode-se, talvez, discordar da "maneira" do combate. Mas que é preciso tomar uma atitude, dar um basta aos cartéis. Isto não se discute. Não é possível que os empresários não compreendam que todos os brasileiros estão convocados para combater a inflação que infelicitiza todos, principalmente os mais deserdados e só eles fiquem de fora desse combate, mamando na inflação. Há os que ganham com

o império da inflação. Estes são os grandes ricos. Com a inflação, os ricos ficam cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres e a classe média cada vez mais jogada à sua própria sorte. O que os tubarões não querem é abrir mão de um pouco de seu lucro. Ouçam bem Sr. Presidente, Srs. Senadores, não querem abrir mão de um pouco de seus enormes lucros. Por isso devem ser combatidos, a luta contra os cartéis deve ser sem quartel. Nos grandes países capitalistas, os cartéis são tratados com todo o rigor, pois onde há cartel não há concorrência e a alma de todo o capitalismo e da economia de mercado é a concorrência. Onde há concorrência não há inflação, não há abuso de preços e, conseqüentemente, não há abuso de lucro. Devassa fiscal, prisões, não sei se são os melhores caminhos para conter a ambição de tais grupos. Mas que devem ser combatidos sem piedade, não há dúvida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se o Governo empenha-se para levar o País a economia de mercado, se luta para que o mercado seja aberto, é porque se constata que nossa economia é fechada, ensejando empresas dominar a praça e impor preços sem concorrência. Sendo uma economia fechada, Sr. Presidente, aí estão os monopólios e os cartéis. Cartelizados entre nós então a alimentação, o cimento, a indústria automobilística, os produtos de higiene e de limpeza. E são os cartéis que têm grandes poderes. Têm maus hábitos, são arrogantes e petulantes e sua arrogância é tal que desafiam o próprio Governo. Essas empresas estão cobrando acima do tolerável.

Sr. Presidente, a reação do Governo tem que ser forte e sem delongas. "A ordem é liquidar cartéis e monopólios" disse o Dr. Romeu Tuma. E o arsenal do Governo contra tais monopólios não é para menosprezar. Haverá visitas de fiscais da Receita Federal, uma devassa na contabilidade de tais empresas. E haverá punição rigorosa em qualquer deslize nas contas de impostos a pagar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além das empresas cartelizadas que dominam a praça e impõem seus preços abusivos como a Gessy Lever, a Dow Quimica, Pronor, Dorsay, Anakol, Beecham, Eternit e Fleishmann, esta única indústria de fermento entre nós, estas e outras empresas serão chamadas a Brasília para se explicar porque manipulam preços tão

abusivos, frustrando o combate do Governo à inflação.

O que é certo, Sr. Presidente, é que as empresas não serão simplesmente admoestadas para não ficarem rindo na cara do Governo. Os aumentos abusivos dos preços não ficarão impunes. As empresas que forem culpadas pelos aumentos ficarão sem empréstimos dos bancos oficiais, serão excluídas do cadastro de fornecedores do Governo e seus nomes serão inscritos na lista de empresas inidôneas. E aquelas que terminantemente não se enquadrarem nas regras que o Governo exige, terão "Tuma" pela frente e, possivelmente, depois a cadeia. Depois, exemplando uma ou outra, todas elas se enquadrarão com muita naturalidade. Porque o importante de tudo isso, é que a chaga da inflação que infelicitiza há tantos anos a sociedade brasileira, seja extirpada para sempre.

Por isso, Sr. Presidente, a medida Provisória nº 246 diz em seu art. 1º:

"Compete à Secretaria Nacional de Direito Econômico - SNDE, por meio de seu Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica - DNPDE, a apuração e correção de todo ou qualquer ato, individual ou coletivo, ou atividade econômica de mercado que atente ou possa atentar contra a ordem econômica e os princípios da livre concorrência."

Queira Deus, Sr. Presidente, que o Governo tenha êxito nessa nova arremetida contra os cartéis para que, tendo nós uma economia de mercado e uma saudável concorrência, nossa sociedade possa respirar aliviada dentro de uma economia dinâmica e equilibrada.

Antes de terminar, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a transcrição neste meu pronunciamento do artigo da revista Veja, que diz:

"Economia e Negócio. Batida no Cartel. O Governo promete endurecer o jogo contra os cartéis e chama Tuma para uma blitz nas empresas suspeitas de abusar das remarcações."

Sr. Presidente, pediria a atenção da Casa para um trecho deste artigo, já no fim, que diz: "A Incrível História das Tampinhas" - é um caso curioso de formação de cartel.

Há também um artigo da **Folha de S. Paulo**, onde o Ministro Ozires Silva fala sobre o combate aos cartéis, combate esse

que é essencial para o saneamento da economia.

Há, também, outro artigo do **Correio Braziliense**, na parte econômica, contra os cartéis, onde se diz em cima: "É a arma, é a devassa fiscal".

Temos também no **Jornal do Comércio** de Recife, Pernambuco, um artigo sobre a queda de Dr. José Del Chiaro, dizendo como ele começou a perder prestígio.

Por último, peço, também, seja transcrito um artigo do **Diário de Pernambuco**, onde se comenta a medida antitruste, que será reeditada com várias alterações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

BATIDA NO CARTEL

O Governo promete endurecer o jogo com os cartéis e chama Tuma para uma blitz nas empresas suspeitas de abusar das remarcações.

O Governo carimbou na semana passada a sua política econômica com um selo de inexperiência e ineptia que deixará uma cicatriz em todo o programa antiinflacionário. Sem apresentar provas antes, funcionários graduados divulgaram nomes de empresas que, segundo eles, estão elevando os preços de seus produtos de forma criminoso e alimentando a inflação. Numa iniciativa mais arriscada ainda, esses funcionários — antes de mostrar evidências de delito — avisaram que os empresários criminosos serão corrigidos à base de cadeia, para que os demais aprendam a se comportar como bons moços, pois só assim se poderão dar um fim à inflação que patina acima de 12% e deixa o Governo visivelmente ansioso. "Falta só botar alguns na cadeia", alertou o Secretário Nacional de Economia, João Maia.

Aprontou-se um tamanho estardalhaço a respeito de cartéis e preços exagerados na semana passada que a cruzada punitiva parecia uma dessas batidas no morro — a polícia chega de helicóptero, liga sirenes e destrava metralhadoras, mas depois do fuzuê os fardados vão embora e o morro volta a ser exatamente como antes. No ataque contra o empresariado, o Governo está com a PM no pé do morro: o motivo da blitz é correto, mas a maneira escolhida para combater o crime é afoita e ineficiente. Numa e-

conomia fechada por tanto tempo como a brasileira, dificilmente se evitaria a existência de empresas que dominam a praça e impõe seus preços com pouca ou nenhuma concorrência — e essa é a queixa do Governo. Organizadas sob a forma de monopólios, oligopólios e cartéis em setores importantes da economia como alimentação, cimento, automóveis, higiene e limpeza, elas têm poder, maus hábitos e arrogância até para desafiar o Governo. Isso existe, e a acusação de Brasília é que essas empresas, por ganância, estão cobrando preços acima do tolerável. Até aí, palmas para Brasília.

O problema foi o método escolhido para o combate. "Para desacertos no mercado, usa-se política econômica e não política econômica", diz o deputado Antônio Delfim Netto. Num primeiro erro, os funcionários de Brasília apresentaram os suspeitos antes e deixaram para mostrar as provas depois — nesta semana, começarão a investigar empresas apontadas como infratoras. Além disso, o Planalto convocou para a briga o seu 38 cano curto, o delegado Romeu Tuma, que é diretor da Receita, mas costuma ser encarado mesmo é como chefe da Polícia Federal, seu outro cargo no Governo Collor. "A ordem é liquidar cartéis e monopólios", declarou Tuma na semana passada, depois de ter sido disparado de Brasília em direção a São Paulo, com a missão de dar um aperto ao vivo nos empresários. "Não vamos brincar em serviço", afirmou o delegado, um homem habilidoso e gentilíssimo que, no entanto, mete medo em todo mundo.

O arsenal com que o Governo pretende ir à caça ao boi gordo do Plano Collor é assustador para quem, de fato, tiver culpa no cartório. Algumas empresas devem receber, a partir desta semana, a visita de fiscais da Receita Federal e agentes da polícia que prometem fazer uma devassa na sua contabilidade e punir com rigor qualquer deslize que exista nas contas de impostos a pagar. Sete grandes indústrias foram escolhidas por ter reajustado seus preços em percentuais considerados abusivos pelo Governo e devem passar por um pente-fino nos próximos dias. São elas a Dow Química, Pronor, Dorsay, Anakol, Beecham, Eternit e Fleissmann — esta última a única indústria de fermento do país.

Chumbo Grosso — O Governo vai, também, convocar a Brasília, para uma puxão de orelhas, representantes de outras

empresas e setores que vêm aumentando preços. Quem for apalhado com a mão na massa ficará sem empréstimos, dos bancos oficiais, poderá ser excluído do cadastro de fornecedores do Governo e ter seu nome inscrito numa lista de empresas inidôneas. Contra quem não se enquadrar, o Governo está disposto a disparar chumbo grosso ainda mais grosso: Tuma no primeiro round e cadeia no segundo. O Planalto pretende, com isso, amedrontar os que estão remarcando seus preços e forçá-los a contribuir para que o Plano Collor não tenha o mesmo destino do Cruzado. Mas há um problema: desde que o boi gordo era caçado nos pastos brasileiros, sabe-se que ameaças são ineficientes como instrumento de política econômica.

Na quinta-feira da semana passada o Departamento de Abastecimento e Preços, o DAP, do Ministério da Economia, concluiu um relatório em que aponta seis setores da economia dominados por cartéis. Um desses setores, o de alimentos, foi acusado pelos donos de supermercados de remarcar seus produtos, obrigando-os, assim, a repassar os preços para o consumidor com aumentos que atingiram 21% em setembro. Como há poucas empresas que fabricam, por exemplo, óleos de cozinha e laticínios, elas têm condições de aumentar os preços em conjunto e forçar o comércio a escolher entre pagar o que pedem e ficar sem o produto — e é justamente por poder agir desta maneira que esse setor é considerado um cartel pelo Governo. Também aparecem na lista as montadoras de automóveis e as indústrias de autopeças, eletrodomésticos, de higiene e limpeza. São esses os setores que encabeçam a relação dos alvos de Brasília.

Falta de Rumo — Por mais que tenha argumentos para dar prensa nas indústrias, o Governo faz um mau negócio quando usa o método do rugido para intimidá-las. Para quem andava sempre louvando os mecanismos de mercado como instrumentos mágicos no equilíbrio dos preços, é estranho e até desalentante apelar agora para a ameaça de cadeia. "É como se o Governo adotasse a idéia do livre mercado, mas sem acreditar nela de verdade", diz o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Conforme Mailson, há duas maneiras de reduzir a margem de lucro exagerada de empresas — promover a competição no mercado e tributar o excesso de ganhos das companhias. A novidade, agora, é que os defensores do livre mercado instalados na Esplan-

da dos Ministérios, em Brasília, entraram com um terceiro elemento, que atende pelo nome de delegado Romeu Tuma.

Sabe-se que as experiências de estabilização econômica com políticas clássicas ortodoxas, como as aplicadas agora no Brasil — aperto fiscal e liberdade de mercado —, levam meses, às vezes anos, para produzir resultados consistentes. Nos Estados Unidos, as medidas duras aplicadas em 1980 pelo presidente do Federal Reserve — o "Banco Central americano" —, Paulo Volcker, que jogou os juros para o alto, levaram dois anos para funcionar como ele queria. No Chile, a derrubada da inflação só pôde ser comemorada depois de cinco anos de insistência, e no México deu-se a partida no programa de desregulamentação e aperto em 1984, fez-se um pacto social em 1987 e só no ano seguinte se poderia afirmar que a coisa estava bem plantada no solo. Num lance inicial, a equipe da ministra Zélia acreditou na força do mercado e liberou os preços do cartéis, que até então vinham sendo rigorosamente controlados pelo Governo. Divulgava-se que as importações teriam força suficiente para manter os preços baixos no mercado interno. Como, porém, o efeito das importações só virá a médio prazo, a estratégia falhou — e Brasília chamou a polícia.

No México e em Israel, figuras foram para trás das grades por burlar a lei durante os programas de estabilização postos em prática nesses países e as prisões tiveram um caráter exemplar. "Essas ações protéticas só dão certo quando vêm apenas como complementos de políticas que funcionam na prática", diz Mailson. "No Brasil, o Governo corre o risco de desmoldar-se. Se põe empresário na cadeia e a inflação não cai, quem irá acreditar no que diz daí em diante".

Uma Confusão — Para a equipe econômica da ministra Zélia, a dificuldade consiste em combinar na mesma receita instrumentos econômicos destinados a derrotar a inflação com ações jurídicas para acabar com os aumentos abusivos de preços — justamente quando o próprio Governo defende preços livres. "Eles estão fazendo uma confusão: dizem que querem abrir o mercado e controlar preços ao mesmo tempo", cobra o presidente do Moimho de Trigo Pacífico, Lawrence Pih. Na semana passada, o moimho Pacífico estaria numa lista de empresas que seriam chamadas a Brasília para explicar remar-

cações acima da inflação. Segundo Pih, apenas um de seus produtos — o farelo de trigo, cujo preço aumentou 126% desde março — temos preços liberados. Pih responsabiliza o controle de preços do Governo pelo prejuízo de 1 milhão de dólares que sua empresa acumula este ano. "Toda vez que meu custo aumentar, vou remarcar meu preço e depois explicar por que aumentei", dizia Pih na semana passada.

Mesmo em economias poderosas e escancaradas, como a americana existem mecanismos que punem com rigor as empresas que se juntam para impor um preço ao mercado. No Brasil, desde a criação do Conselho Interministerial de Preços, o CIP, em 1968, as empresas passaram a ter nas mãos uma faca de dois gumes. O primeiro as protegia das acusações de abusos de preços, pois não podiam remarcar sem que o CIP as autorizasse. O segundo obrigava que algumas vezes trabalhassem no vermelho por não conseguir do CIP um preço capaz de cobrir os custos de produção. Imaginava-se, enquanto o CIP existia, que no dia em que as empresas se vissem livres do controle de preços elas equilibrariam os custos e, em seguida, fariam de tudo para vender mais barato do que as concorrentes.

O Governo suspeita de que algumas empresas estejam fazendo justamente o contrário, ou seja, aproveitando a liberdade de mercado para engordar seus lucros além da conta. No arsenal jurídico de que o Governo dispõe para punir as remarcações existe uma lei, a de economia popular, que prevê cadeia para quem comete aumentos abusivos de preços. Até a sexta-feira da semana passada, o Governo estudava também a reedição de uma medida provisória, a de número 218, que facilita a aplicação das leis contra o abuso econômico. No entanto, é difícil formular uma acusação consistente com base nessas leis, e aí está o ponto fraco das ameaças de prisão: o risco de o feitiço se voltar contra o pajé.

COMBATE AOS CARTÉIS É
ESSENCIAL PARA SANEAR
ECONOMIA, DIZ OZIREZ

Da reportagem Local

O Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, disse ontem que o combate aos cartéis, monopólios e oligopólios é essencial para sanear a economia brasileira. Ele esteve reunido em São Paulo com empresários do setor de comunicações e fez um apelo para que todos se comprometam na

luta contra a inflação. O ministro fez um balanço sobre as dimensões do mercado nacional de comunicações referindo-se ao "bom exemplo de como a competição sadia e livre ajuda um setor todo a se desenvolver". Na palestra estiveram membros de entidades do setor, como o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, e o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e vice-diretor geral da Empresa Folha da Manhã S/A, Pedro Pinciroli Jr.

As atividades de comunicações no Brasil, segundo dados do ministro, envolvem hoje 155 geradoras de televisão e 4.131 repetidoras, 1.323 emissoras de rádio AM e 600 FM. Junto com 450 jornais diários e 300 revistas, esse mercado disputa cerca de US\$ 3 bilhões anuais em verbas de propaganda que são administradas pelos anunciantes e agências publicitárias. "Não vacilo em dizer que as comunicações brasileiras, geradas nos estúdios e nas redações. Incluem-se entre as mais interessantes em todo o planeta. Há muitos setores que são uma prova cabal de nosso talento, e esse é um deles", disse.

O mercado publicitário foi qualificado de caso exemplar por sua abertura. "O setor de propaganda, que teve desde sempre suas fronteiras abertas para quem aqui quisesse vir operar, é também um bom exemplo de como empresas nacionais e internacionais podem competir em pé de igualdade, sem que umas precisem temer as outras. O espírito de disputa beneficia os clientes e o público."

O ministro disse que as comunicações tiveram um expressivo avanço nos últimos 20 anos. O setor privado deve ampliar a participação nos investimentos. "E isso porque precisa ser mantido um ritmo de modernização intenso, abrindo-se caminho para novas opções e tecnologias" disse.

MEDIDA ANTITRUSTE SERÁ
REEDITADA COM
VÁRIAS ALTERAÇÕES

Brasília — Promovendo algumas alterações importantes, como um maior rigor nas operações que envolvam a fusão e incorporação de grupos empresariais, prática que facilita o poderio de cartéis, monopólios e oligopólios que o Governo quer combater, a Medida Provisória 218, que institui a lei antitruste e que está vencida desde o último dia 3, será reeditada no início da próxima semana. O texto da nova medida

chegou, ontem, ao Ministério da Justiça para os retoques finais, depois de ficar retida uma semana na Consultoria-Geral da República, o que acabou por criar um vácuo legal na ação da Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE).

Na véspera do vencimento da medida provisória, que originalmente foi editada sob o número 204, em 3 de agosto, e depois reeditada, com o número 218, em 3 de setembro, o novo texto, já com as assinaturas dos Ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, foi remetido ao Palácio do Planalto para a assinatura do presidente Fernando Collor e posteriormente publicação no *Diário Oficial da União*. Passada mais de uma semana, porém, o texto não foi republicado.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz, informou, ontem, que o retardamento se deu em função de criteriosa revisão feita no texto pela Consultoria-Geral da República, especialmente na questão da fusão e incorporação de empresas. Pela lei que criou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), esse tipo de operação tem que passar pelo crivo do Governo. Só que o texto da lei, a 4.137/62, não amarra bem a questão e não dá ao órgão a mobilidade e poder para barrar as transações — a Autolatina conseguiu, por exemplo, autorização do Cade para a sua formação, o que seria impensável em alguns países onde se pratica e livre concorrência — de mercado, como na Alemanha. Recentemente, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o responsável pelo controle dos cartéis, naquele país, disse que uma associação como a Autolatina seguramente não seria permitida pelas leis que lá regulam o setor.

Com a volta do texto da medida provisória ao Ministério da Justiça, os Ministros Bernardo Cabral e Zélia Cardoso de Mello vão assiná-la e devolver ao Palácio do Planalto para que o Presidente Collor finalmente assinasse o texto e autorize sua publicação. Somente depois disso é que a SNDE terá condições de expedir o relatório formal de denúncias contra o laboratório Dorsay, a primeira empresa enquadrada na lei antitruste. Recebido o relatório, a empresa terá um prazo de 15 dias para apresentar sua defesa do caso do xarope "Tiratosse".

COMBATE AOS CARTÉIS DERRUBA SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO

Depois de muitos atritos sobre a estratégia de combate à cartelização, José Del Chiaro pede demissão e é substituído por Salomão Rotenberg

Brasília — Menos de 12 horas, depois de o advogado José Del Chiaro formalizar seu pedido de demissão do comando da Secretaria Nacional do Direito Econômico (SNDE), o *Diário Oficial da União* já publicava o seu ato de exoneração. Ontem mesmo, ele foi substituído, interinamente, pelo seu auxiliar mais imediato, o diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DNPDE), Salomão Rotenberg. Foi o ápice de uma crise com muitos atritos entre a SNDE e o Ministério da Economia, as duas áreas que atuam no combate aos cartéis, monopólios e oligopólios.

Caiu Del Chiaro, mas a julgar pelas primeiras declarações do seu substituto, a filosofia de trabalho até agora adotada pela SNDE não sofrerá maiores alterações. "Nós nunca vamos conseguir pegar um cartel e fazer atos espetaculares. O que nós vamos fazer é obter a dissolução dos cartéis ao longo do tempo e não em atos espetaculares. Não muda absolutamente nada. Del Chiaro, pelo que sei, saiu por motivos pessoais. Nós vamos continuar agindo da mesma forma, dando oportunidade para as empresas se defenderem, embora em um jogo mais duro, forçando queda de preços, o que já estava previsto", ponderou Salomão, que, segundo funcionários do Ministério da Justiça, já teria sido convidado a assumir a SNDE em termos definitivos, mas ao menos neste primeiro momento não aceitou.

A decisão de Del Chiaro de largar o cargo que ocupou nos últimos seis meses estava tomada desde o último dia 5, de quando foi datada a sua curta carta de demissão. Naquele dia, pouco antes de voar para São Paulo, a apenas meia-hora do início de uma reunião entre os técnicos envolvidos na ação antitruste, inclusive os ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, convocada para que se tentasse superar os atritos entre as duas áreas, Del Chiaro, redigiu sua carta de demissão e a entregou a um amigo, com instruções de só encaminhá-la a Bernardo Cabral no final da tarde de segunda-feira. "Ele esteve muito fechado nos últimos dias, evitando conversar, até com os amigos", conta um

Sentindo-se acusado e vítima de uma trama de desestabilização, o ex-secretário esteve muito tenso na última semana. Segundo amigos, o que o magoava, mais até do que o bombardeio de críticas à lentidão no trabalho que vinha desenvolvendo, eram uma falta de um apoio mais explícito da própria estrutura do Ministério da Justiça e as informações, recebidas em diferentes ocasiões, de que na economia, junto com as críticas ao seu trabalho, havia sempre alguém que, em tom de desconfiança, fazia questão de lembrar seu passado de ex-consultor jurídico da poderosa Fiesp, que reúne os pesos pesados do empresariado nacional, vários deles nas listas de suspeito de abuso do poder econômico.

COMO DEL CHIARO COMEÇOU A PERDER PRESTÍGIO NO GOVERNO

Brasília — O prestígio do secretário nacional do Direito Econômico do Ministério da Justiça, José Del Chiaro, seguiu um percurso inverso ao dos índices de inflação apurados pelo Governo. Angustiado com a insistência dos preços em manter sua tendência de alta, os assessores da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, passaram a cobrar do Ministério da Justiça uma atitude mais drástica no combate aos cartéis, como forma de produzir resultados favoráveis em curto prazo. Na semana passada, o secretário nacional da Economia, João Maia, não se conteve diante das adversidades e desabafou: "Está faltando prender um dos empresários que estão aumentando os preços sem justificativa. Eles estão acostumados a ser ameaçados sem que nada aconteça".

A queixa de João Maia era compartilhada pelos demais economistas do Ministério, que não encontravam razão para a inflação continuar subindo. Mesmo após a utilização intensiva dos instrumentos de política econômica à disposição do Governo, como o aperto do crédito, a inflação ganhou novo impulso e passou de 12,03% em agosto para 12,76% em setembro, de acordo com o IPC calculado pelo IBGE. "Diziam que o Governo fazia a inflação. Agora os gastos públicos foram cortados, o déficit público está sob controle, os salários estão contidos, a política monetária está apertada. Então, o que está pressionando a inflação é a margem de lucro das empresas", diagnosticou Maia, justificando um maior rigor na aplicação da Lei de Proteção à Defesa Econômica. Esta lei prevê a possibilidade de prisão de empresários e até mesmo a alienação de ações das

empresas que fraudarem a livre concorrência.

Apesar de dispor de instrumentos tão poderosos, Del Chiaro optou por um programa de trabalho com resultados a médio prazo, priorizando atitudes educativas que levassem os empresários a mudar suas posturas, o que incomodou a equipe de João Maia, que recolhia as denúncias e as remetia para a SNDE. Averso a confrontos, o advogado Del Chiaro preferiu continuar sua tática de convencimento, deixando as ações jurídicas para quando o Governo dispusesse de provas substanciais que não dessem margem a contestações, como ocorreu tantas vezes em ofensivas semelhantes ocorridas desde o Plano Cruzado.

O secretário continuou convidando os empresários para conversas no Ministério da Justiça, quando exigia que se defendessem das denúncias de aumentos abusivos de preços e de formação de cartéis, prática em que empresas concorrentes combinam os preços que vão cobrar por seus produtos e serviços.

A área econômica, no entanto, vinha queixando-se que estas conversas não estavam dando resultado, pois as empresas não recuavam nos aumentos. Segundo interpretam alguns técnicos, a própria estrutura da Secretaria Nacional de Direito Econômico estaria despreparada para apurar rapidamente as denúncias encaminhadas pelo Ministério da Economia ou por clientes que se sentiam lesados por seus fornecedores. O Ministério da Economia chegou a receber o alerta de que estava se consolidando no meio empresarial a convicção de que as atitudes do Governo eram, mais uma vez, um mero jogo de cena. Para suprir a falta de resultados decorrentes das ações do Ministério da Justiça, o Ministério da Economia recrudescer a abertura da economia, antecipando a liberação de importações de diversos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavoura.

O SR. MANSUETO DE LAVOURA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nestes últimos dias, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, tem havido uma série de pronunciamentos de Parlamentares sobre os incentivos fiscais que até o presente têm sido concedidos à Região Amazônica e à Região Nordeste; incentivos fiscais

conhecidos pelos nomes Finam, no caso da Amazônia, e Finor, no caso do Nordeste.

Aqui, no Senado Federal, nestas últimas semanas, ouvimos os pronunciamentos — só para citar alguns — dos Senadores Mauro Benevides, Marco Maciel, Marcondes Gadelha, Ney Maranhão, Afonso Sancho, entre tantos outros, significando que o assunto está na pauta do dia das preocupações dos Parlamentares, especificamente dos Senadores. Quem pensar que este assunto é só de nordestinos ou de amazônidas está profundamente enganado, porque também alguns Parlamentares do Centro-Sul do País, junto com a grande imprensa desses Estados, têm focado essa problemática do Finor e do Finam. Só que, enquanto os Representantes da Região Amazônica e os Representantes do Nordeste se posicionam favoravelmente à manutenção dos incentivos fiscais, considerando resolvida a questão levantada sobre a constitucionalidade desses Fundos, no momento em que, tácita e implicitamente, o Congresso os aprova, destinando como fez, no exercício em vigor, recursos para esses Fundos, por outro lado, os Representantes do Centro-Sul e sua imprensa profligam, tentam colocar por terra os incentivos como se fossem sinais meramente de dinheiro público desperdiçado.

Hoje, quero entrar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nessa proveitosa discussão de maneira concreta, objetiva, oferecendo minha contribuição ao debate. Apresento à Casa e aos eminentes Pares um projeto de lei que estabelece critérios e mecanismos para a concessão de incentivos ao desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, um projeto de lei que dá uma nova feição, uma nova sistemática a esses incentivos fiscais.

Antes de tudo — e está na justificativa do projeto que ora apresento, — é preciso repetir o conceito de que os incentivos fiscais destinados à Amazônia e ao Nordeste, como a qualquer outra região subdesenvolvida, não interessam apenas a essas regiões. O maior interessado pelo Finor não deve e não pode ser o nordestino, assim como pelo Finam não pode e não deve ser o amazônida. O maior interessado nesses incentivos, que visam, bem ou mal, à superação dos desequilíbrios regionais, é o País como um todo, é a sociedade brasileira como um todo, porque não é possível conceber-se uma família onde um dos filhos se mantém na opulência, na alimentação, na

educação na formação cívica e moral, e os outros são jogados na sarjeta, no abandono, na Febem, na miséria, no analfabetismo. O que ocorre com esta família? Vai haver uma guerra intestina intrafamiliar, de irmãos marginalizados contra irmãos privilegiados.

Vai haver um choque dentro da própria família, que representa a harmonia por si mesma. O mesmo que se diz de uma hipotética família, onde o pai trata os filhos de maneira diversa, de uma maneira justa e correta de um lado, e de uma maneira injusta e discriminatória de outro, diga-se da sociedade brasileira. É claro que não vou comparar a imagem do Governo Central e do Presidente da República à do pai da pátria. Mas num regime presidencialista e no nosso sistema, nós temos que responsabilizar, queiramos ou não, o Poder Central pelas gritantes injustiças e discriminações perpetradas secularmente contra regiões pobres, marginalizadas, discriminadas e que são focos de convulsão social.

Vendo o Senador Mário Covas entrar neste Plenário, lembro-me de uma expressão sua constante. S. Ex.^a diz: "Eu não tenho culpa de ser paulista."

Este não é um discurso contra a prosperidade de São Paulo, contra o desenvolvimento de São Paulo. Absolutamente não! Queremos que este País, como um todo, desenvolva-se, prospere como São Paulo já o fez. E sabemos também que, em São Paulo, existem periferias urbanas, existem regiões rurais também marginalizadas e discriminadas por causa da política econômica central. É claro que, comparando a Região Centro-Sul do País com o Nordeste, com a Amazônia e até mesmo com algumas Regiões do Extremo Sul, não podemos deixar de usar as palavras "privilegiados paulistas". Isso, no entanto, não deve ser motivo para que os apontemos com o dedo e lhes digamos que são os responsáveis por essa situação de pobreza e de miséria nas outras regiões.

Precisamos cobrar, isso dos verdadeiros responsáveis, que não estão em São Paulo, nem no Governo e muito menos no seu povo e nos seus representantes. Precisamos cobrar do Poder Central esse tipo de Federação que faz com que, segundo relatório do Banco Municipal, o Governo da União aplique no Nordeste, per capita, apenas 16% do que aplica em São Paulo.

Como é que se espera a correção das disparidades regionais, quando o próprio Governo Central, que deveria corrigi-las, fomenta-as, estimula-as pela sua própria ação direta, quando investe uma quantia infima nas regiões pobres e é generoso para com as regiões que já estão prósperas dentro da Federação?

Temos que corrigir essas disparidades e atentar, na próxima revisão constitucional, para o quadro nebuloso, difícil e de futuro incerto, que é esse quadro da Federação brasileira. A tessitura que constitui esta Federação está frágil, está-se rompendo, por causa da concentração de rendas, de riquezas, de benefícios, de impostos recolhidos em uma Região e do despauperamento continuado em outras regiões. Cedo ou tarde, os habitantes dessa região vão cobrar essas disparidades gritantes e injustas. Não sabemos quando, mas esse quadro não perdurará por muitas décadas como está.

Não é à toa, para citarmos um exemplo da História, que todas as guerras da secessão têm surgido em razão dessas gritantes disparidades, a começar pela de um país que é citado sempre, como exemplo, a Guerra da Secessão americana, que surgiu em razão de um norte e nordeste prosperando, crescendo e economicamente se desenvolvendo, e um sul agrário, escravocrata e miserável, como eram os estados do sul dos Estados Unidos, naquela época da Guerra da Secessão.

Temos que tentar a reversão desse quadro.

O Sr. Ney Maranhão - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Assim que terminar o meu pensamento, concederei o aparte a V. Ex^a.

Temos que, realmente, continuar essa discussão sobre o Finor e o Finam mas é muito pouco discutir o Finor e o Finam; temos que discutir a Federação brasileira, o sistema de Federação brasileira que está na Constituição e a sistemática de cobrança do ICMS, que faz com que um piauiense, um pernambucano, um cearense pague mais impostos a São Paulo. Lá vem São Paulo de novo, Senador Mário Covas. Desculpe-me. Não tenho nada contra São Paulo; tenho contra a Constituição que está favorecendo que se pague mais impostos a São Paulo do que aos seus próprios estados. Não é possível continuarmos com essa situação, de pessoas de Regi-

ões pobres financiando o desenvolvimento de regiões ricas, a imagem do que ocorre hoje no Mundo, nas relações entre o Norte e o Sul no Hemisfério Norte e no Hemisfério Sul.

Entro nessa discussão oferecendo um projeto de lei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que dá nova sistemática ao Finor e ao Finam. E para que não se discuta mais, de uma vez por todas, essa questão da constitucionalidade e da legalidade desses fundos de incentivo fiscal, esse projeto, no seu art. 1^o, reza:

"São mantidos o Fundo de Investimentos do Nordeste FINOR - e o Fundo de Investimento da Amazônia FINAM."

Creio que ninguém vai contestar este artigo, dada a justificativa até de sobrevivência, de permanência da Federação brasileira. É muito pouco manter o Finor e o Finam, mas já é alguma coisa.

A partir do art. 2^o começam as profundas divergências entre o Finor atual, a atual sistemática de incentivos fiscais, e a sistemática proposta no meu projeto de lei. Aí vamos começar a discussão para introduzir uma sistemática diversa, desde a captação de recursos, a sua distribuição, a sua aplicação, a sua fiscalização, inclusive a fiscalização do Congresso e do Tribunal de Contas, até à punição daqueles que desviaram recursos, que esbanjaram recursos, que fizeram projetos para barcos pesqueiros e os transformaram em barcos de turismo; que fizeram projetos para hotéis de classe média e os transformaram em motéis de beira de estrada; que fizeram projeto para a indústria e compraram jatinhos executivos. Tudo isso ocorre, mas não porque o incentivo fiscal seja algo errado e contra os interesses de País. Não! Ocorre por causa dos abusos, das distorções, da falta de critério na aprovação de projetos, em suma, porque o próprio Poder Central, que gera, através da Sudene, os incentivos fiscais, os abandonou e os entregou na mão de privilegiados da Amazônia e do Nordeste do País, para que pegassem o dinheiro do povo e fizessem os mais gritantes abusos que se podem conceber.

Estou sabendo, hoje, que o Ministro Carlos Átila, do Tribunal de Contas da União está apresentando um relatório, em nome desse órgão, sobre a atual sistemática do Finor. Sei que é um relatório dos mais contundentes contra os abusos que se têm cometido. É claro

que existem exceções, é claro que existem empresas subsidiadas que hoje estão cumprindo a sua finalidade, mas não podemos desconhecer que a atual sistemática do Finor favoreceu a corrupção, os desvios de recursos públicos, a fuga da finalidade das obras subsidiadas, e todo tipo de incursões contra os interesses populares: essa sistemática, inclusive, favorece e fortalece a brutal concentração de rendas, que na Amazônia e no Nordeste se torna mais gritante do que em qualquer outra parte do País.

Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão - Nobre Senador Mansueto de LAVOR, concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau. V. Ex^a está denunciando, mostrando à Nação as coisas erradas que aconteceram nesses instrumentos de desenvolvimento do Nordeste e do Norte. Sabemos que há dentro do Brasil, três países: o país desenvolvido, o país em desenvolvimento e o país subdesenvolvido, que são o Norte e o Nordeste. As palavras contundentes que V. Ex^a está pronunciando neste momento são certas e cruas. A verdade tem que ser dita. Todos sabemos que isso que V. Ex^a acabou de falar aconteceu: o desvio de muitos recursos para finalidades que não aquelas programadas em projetos. Inclusive, Senador Mansueto de LAVOR, na posse do novo Superintendente da Sudene, como não mandamos recados - eu e V. Ex^a damos o recado direto - eu disse isso, cruamente, na frente de todas as autoridades. Vários dos presentes se incomodaram. Eu senti um mal-estar em boa parte dessas pessoas, quando da posse do ex-Governador Adauto Bezerra no cargo de Superintendente da Sudene. E chamei a atenção de V. Ex^a, o ex-Governador Adauto Bezerra, dizendo ele: "Tenho certeza de que V. Ex^a vai lutar e dar conta do recado, porque um caboclo da terra de Padre Cícero não vai deixar de defender essa bandeira do Nordeste". Portanto, nobre Senador Mansueto de LAVOR, estou com V. Ex^a. Todos nós Congressistas do Nordeste - Senadores e Deputados, - temos que formar fileiras para mudar a sistemática dos incentivos fiscais. Nunca esses incentivos poderão acabar. Nunca! Não poderemos aceitar isso, pois os compromissos do Presidente Fernando Collor, na campanha, têm um dividendo para com o Nordeste. Tenho certeza de que Sua Excelência irá cumprí-los.

Temos que mudar, prestigiar o pequeno, o micro e o médio

produtores industriais e, acima de tudo, as grandes indústrias mas somente as que venham trazer contribuições para o social, para o desenvolvimento de nossa terra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Muito obrigado, Senador Ney Maranhão. Ninguém tirará de V. Ex^a o mérito de ter, de certo modo, aberto esse debate, numa ocasião que a muito pareceu imprópria. Aqueles que têm a verdade a dizer a dizem, como dizia São Paulo, até em cima dos telhados.

Na cerimônia de posse do Superintendente da Sudene, V. Ex^a abriu o debate no momento oportuno. Aquilo que disse em seu discurso mereceu a atenção de toda a imprensa nacional e realmente causou um reboliço enorme em alguns que receberam a carapuça, que passaram o recibo até mesmo na hora. V. Ex^a abriu esse debate que hoje continuamos. V. Ex^a tem este mérito.

O Sr. Afonso Sancho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mauro Benevides - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Antes de continuar minhas considerações sobre o projeto de lei que ora encaminho à Mesa, concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Senador Afonso Sancho, e, logo em seguida, ao nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Afonso Sancho - Senador Mansueto de Lavour, congratulome com V. Ex^a pela iniciativa de propor à Casa esse projeto, que veio realmente atualizar a situação do Finor e talvez, a do Finam do qual tenho menos conhecimento. Há necessidade de se fazer uma reformulação geral, de maneira que se criou condições ao executor desse Programa que devemos ressaltar. São as duas últimas agências de desenvolvimento do Norte e Nordeste, e deveriam merecer o apoio, especialmente dos nossos irmãos do Sul. Sente-se que existe uma central de conspiração no Sul contra o Finam e contra o Finor, muito embora cidadãos de lá usufruam, talvez, muito mais do que os próprios nordestinos e os próprios nortistas. Mesmo assim, a imprensa de São Paulo comenta com a sede de denunciar, com a sede de diminuir essas duas agências de desenvolvimento. Ficamos tristes. As palavras de V. Ex^a são exatamente o exemplo desses comentários. Assim sendo, tive a oportunidade de ler o seu projeto, que por delicadeza, de V. Ex^a me mostrou ontem. Naturalmente - V. Ex^a não é autor de um projeto

que não possa ser adequado a outras ideias - V. Ex^a vai aceitar reformulações para que entreguemos ao Poder Central, um projeto de lei que possa atender à nossa região.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Exatamente. Estou esperando a contribuição de todos os Companheiros, de todos os Colegas do Congresso.

O Sr. Afonso Sancho - Nós, nordestinos, não temos que nos lamentar e não temos que criticar e atacar ninguém porque temos uma bancada poderosíssima dentro do Congresso Nacional. Vamos agilizar, vamos convocar, vamos mobilizar essa bancada, para que esse projeto seja aprovado o mais breve possível, já que existe o mecanismo de atualização das duas agências de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Agradeço a V. Ex^a. Senador Afonso Sancho, a atenção de já ter lido, de ter dedicado parte do seu precioso tempo à leitura do projeto, dizendo que ele não é algo acabado nem definitivo, mas uma contribuição a essa discussão que já está sendo feita, aqui, por Senadores de diversas bancadas, que sentem a necessidade de lutar por um Brasil menos injusto, na condição inter-regional.

Estamos inteiramente receptivos e abertos a todas as contribuições de todos os Senadores e Deputados. E com essas contribuições, com esse conjunto de esforços que nós, com certeza, iremos aprovar, no tempo mais breve possível, um projeto de lei que chegue à sanção presidencial como um pensamento do Congresso, um pensamento de defesa não apenas da região como de defesa da integridade do território brasileiro e da sociedade brasileira, dentro de um clima de justiça e de mais respeito ao direito de toda a população, a começar pelas populações mais distantes da Amazônia e do Nordeste brasileiro.

Concedo o aparte ao nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Senador Mansueto de Lavour, não conheço ainda a íntegra do projeto de V. Ex^a propondo uma reformulação da sistemática do Finor para que, desta forma, consigamos - e acredito ser esta a intenção de V. Ex^a - garantir a credibilidade desse mecanismo de fomento, responsável pela aceleração do desenvolvimento regional.

Quando a sistemática do famoso 3.418 suscitou tantas dúvidas e perplexidades junto aos empresários do Sul do País, a representação nordestina teve a sensibilidade de estancar aquelas distorções que se verificavam, especialmente na captação dos recursos com pagamento de percentuais elevadíssimos, uma autêntica agiotagem que se promovia na época. Tivemos realmente condições de reformular o 3.418 do qual resultou o Finor de nossos dias. No próprio instante que se discute a preservação ou não do Finor, depois daquela luta que significou a modificação da medida provisória proposta pelo Governo - tantos debates aqui e fora deste plenário se operavam -, é fundamental conjuguemos esforços no sentido de aceitar, sim, as modificações do Finor, mas garantir esse instrumento que, *malgré tout*, tem sido responsável pelo incremento do desenvolvimento do Nordeste. Em relação ao Finam, deve ter ocorrido também distorções que reclamariam uma modificação nessa sistemática. Portanto, V. Ex^a vai contar, desde já, com o compromisso de nos debrecarmos sobre o seu projeto, e se for o caso, oferecer alguma sugestão que objetive o seu aprimoramento. Desta forma, haveremos de capitalizar simpatias e apoio de irmãos nossos em outras áreas desenvolvidas do País, para que se garanta e se preserve o Fundo de Investimentos do Nordeste. Portanto, que nesta Casa, através das suas comissões e das suas lideranças, garantindo o rito privilegiado da urgência, consigamos alterar a sistemática do Finor, e, sobretudo, garantir a sua eficácia na estrutura legal brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Nobre Senador Mansueto de Lavour, a Presidência sente-se constrangida em lembrar a V. Ex^a que o seu tempo já se esgotou há exatamente 7 minutos. Eu gostaria de pedir-lhe abreviasse suas considerações e não concedesse mais partes, porque há vários oradores inscritos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - Sr. Presidente, peço, então, um pouco mais de tolerância. Vou abreviar e terminar. Eu gostaria de descrever, da maneira mais sucinta possível, a proposta do projeto.

O nobre Senador Mauro Benevides, que acabou de me apartear, já deu uma contribuição fundamental a esse projeto, no contundente pronunciamento que fez há poucos dias. Espero que S. Ex^a continue contribuindo

com as suas sugestões, propostas e emendas.

Qual é o roteiro dessa nova sistemática? Primeiramente, o projeto acaba com o sistema de isenções no recolhimento do Imposto de Renda. Os empresários não mais deduzirão do seu Imposto de Renda — já chegou a 40% ou 50% — aquela parcela que representa uma renúncia fiscal da União, nem mais as destinarão a empresas suas ou a de terceiros, via leilão do Finor ou do Finam no Nordeste e nas regiões incentivadas. Isso se acaba.

Os recursos do Finam e do Finor, agora, se for aprovado meu projeto, serão recursos obrigatoriamente consignados no Orçamento. E quais serão esses recursos? Os recursos que o Poder Executivo, na sua proposta orçamentária, obrigatoriamente terá que destinar no Orçamento de cada ano, representam não menos do que a média anual dos últimos 10 anos dos recursos destinados ao Finor, ao Finam, ao PIN e ao Proterra.

Volto a esclarecer. Ao invés de as deduções do Imposto de Renda serem destinadas ao Finor, agora temos recursos fixos orçamentários, que representam nunca menos do que a média anual de todos os recursos destinados ao Finor, ao Finam, ao PIN e ao Proterra, como média anual nos últimos 10 anos. O que isso significa? Significa que há instabilidade, que até agora não se sabe se vai haver recursos para o Finor, porque o Presidente não tinha a obrigação de fazê-lo e não o fez, como o Presidente José Sarney, no ano passado, não queria fazer, foi instado e colocou recursos no Finor. Não há recursos, este ano, para o Finor. Por que não há? Porque o Presidente não é obrigado a colocá-los no seu Orçamento, na sua proposta de Orçamento.

Por esse projeto de lei, o Presidente é obrigado a colocar, e a origem desses recursos não é a renúncia do pagamento de Imposto de Renda, mas, sim, recursos do próprio Orçamento, mediante a cobrança integral do Imposto de Renda de todos os empresários.

Acaba-se, portanto, um privilégio, de um lado, e de outro lado, do Finor e da região a incerteza quanto ao volume de recursos aplicados a cada ano.

Por 15 anos, se aprovado o meu projeto, teremos recursos certos, quantias certas, corrigidas monetariamente, ano a ano. E essas quantias signifi-

cam não menos do que a média anual do Finor e do Finam.

Esses recursos são aplicados como? O art. 4º do projeto diz que até 40% em empréstimos para atividades do setor privado, e até 30% em participação de capital, mas não mais participação de sociedades anônimas. Sociedade anônima é o tipo da empresa comercial grande, mas qualquer tipo de sociedade, seja pequena, por quotas de responsabilidade limitada, de um pequeno comerciante, ou de um pequeno produtor, ou de um pequeno industrial que tem uma máquina no fundo do quintal, até as grandes indústrias.

Ainda mais. Como o Poder Central não é pródigo para investir em infra-estrutura no Nordeste, basta ver os dados comparativos que citei do Banco Mundial. O meu projeto prevê que uma parte dos recursos seja aplicada em projetos públicos de infra-estrutura econômica e social. Esta, então, é a destinação ou a repartição dos recursos do Finam e do Finor. Os recursos correspondentes aos empréstimos e às participações são, naturalmente, ressarcidos aos fundos, mediante um índice de correção monetária, que é estabelecido no art. 7º, lembrando-se que, no caso da produção rural, o produtor rural ou o empresário incentivado tem o direito de escolher um dos três índices de correção indicados no projeto. Não é apenas um. Cito um exemplo: o produtor rural pode escolher como índice de correção para os juros ou para a própria correção monetária do dinheiro que tomou e pagará ao Banco do Nordeste ou ao Basa. Ele pode escolher, como índice, o dos preços dos produtos rurais que o seu projeto produziu.

Há realmente uma sistemática mais justa e mais viável no que se relaciona a correção monetária dos tomadores de empréstimos. No caso de participação, elas serão colocadas temporariamente em leilões, desde que essa venda das ações ou das quotas, pela União, não represente transferência do controle acionário das empresas nem mudança de região.

Os beneficiários dessa nova sistemática do Finor são escolhidos mediante critérios. Os projetos são julgados por critério novos: expansão significativa do emprego, elevação da produção de alimentos, uso de tecnologia nacional, absorção de tecnologia estrangeira, capacitação da mão-de-obra, melhor remuneração do trabalho, interiorização do desenvolvimento, desconcentração da ren-

da e a democratização do capital.

As empresas que se habilitam aos benefícios do Finor têm uma triplíce classificação, são empresas prioritárias, preferenciais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campainha.) — Nobre Senador Mansueto de Lavoura, peço a V. Exª encerre seu pronunciamento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Já vou encerrá-lo Sr. Presidente.

São as empresas prioritárias, preferenciais e as empresas comuns. As prioritárias são as micro, pequenas e médias empresas, ou aquelas que atingem um número maior dos requisitos preestabelecidos; as empresas preferenciais são aquelas que atingem um número médio de pré-requisitos; e as empresas comuns são as demais, de qualquer porte.

O projeto prevê a fiscalização e a reavaliação de todos os projetos atualmente já aprovados e em implementação. Se eles estiverem cumprindo as condições para que foram aprovados, não pararão. Os recursos continuarão sendo alocados para os projetos em andamento, exceto se comprovados os desvios de recursos, a desobediência ao cronograma preestabelecido e a destinação diversa do projeto. Neste caso, haverá a responsabilidade civil, criminal e administrativa de todos os responsáveis, não só dos empresários, mas dos fiscais e dos diretores do banco e da Sudene que não cumpriram com o seu dever de fiscalização na aplicação dos recursos públicos alocados.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, peço-lhes, então, já que não há tempo de continuar esta explanação, a paciência de ler o projeto e de contribuir para o seu aperfeiçoamento. Esta é a minha participação no debate. Uma nova sistemática para os incentivos fiscais do Finam e do Finor, em que haja mais transparência, mais fiscalização, inclusive do Congresso e do Tribunal de Contas da União, e mais rigor na aplicação dos recursos públicos destinados não a grupos de privilegiados do Nordeste, que as vezes se voltam contra o próprio povo da região, mas a toda a sociedade, para que se acabem ou se atenuem as gritantes disparidades regionais que colocam em risco, a médio e a longo prazo, a Federação brasileira.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Gilberto Miranda - Aureo Melo - Amir Lando - Almir Gabriel - Raimundo Lira - Luiz-Viana Neto - Alfredo Campos - Mário Covas - Lourenberg Nunes Rocha - Marcio Lacerda - José Paulo Bisol.

Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavour, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - A Presidência comunica ao Plenário que, por lapso, deixaram de constar do espelho da Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 47, de 1990, e o Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, cujo exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi requerido na sessão anterior.

Assim sendo, as referidas matérias serão submetidas ao Plenário em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 374, DE 1990

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 45, de 1990, que altera a redação do art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 94, de 1989.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1990. - Fernando Henrique Cardoso - Marco Maciel - Mauro Benevides - Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Na sessão extraordinária de hoje foi lido o requerimento nº 373, de 1990, do Senador Ronan Tito, solicitando autorização do Senado para participar, como observador parlamentar, da delegação do Brasil à quadragésima quinta Assembleia-Geral das Nações Unidas, e que não foi votado, naquela oportunidade, por falta de quorum.

O requerimento depende de parecer oral da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Solicito do Nobre Senador Chagas Rodrigues o parecer.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB-PI. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs Senadores na forma regimental, como sempre aconteceu nesta Casa, não há como recusar o pedido de licença para que o nobre Senador Ronan Tito represente a Casa, integrando a nossa delegação junto à ONU.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - O parecer é favorável.

Passa-se à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. Cid Sabóia de Carvalho - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB-CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, levanto uma questão de ordem.

As Comissões Técnicas do Senado têm dia certo para que se reúnam. Uma se reúne às quartas, outra às quintas e assim por diante. A reunião semanal ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ocorre às quintas-feiras, às 10 horas da manhã, mas os trabalhos dessa Comissão vêm sendo prejudicado por exemplo, por uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na pressa de aprovarmos a escolha de embaixadores, de autoridades indicadas, do âmbito daquela Comissão, termina uma realizando reunião extraordinária exatamente no horário da outra. Amanhã é dia de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com uma pauta das mais importantes, cujos exames estão sendo prejudicados pela impossibilidade de reunião, pela coincidência dessa reunião ordinária com a extraordinária de outra Comissão Técnica. Estou sendo informado que a Comissão de Assuntos Econômicos, à qual pertencem também, tem reunião para amanhã às 10 horas, horário que teria sido acordado entre

a Presidência do Senado e a Presidência da Comissão.

Apresento, portanto, esta questão de ordem, para que V. Exª determine o cancelamento dessa reunião extraordinária, ficando, assim, mantida a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob risco de graves prejuízos para esse órgão técnico, que está prejudicado exatamente por essa mudança de horário de reunião das outras Comissões. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se regularmente, é a Comissão que mais tem funcionado nesta Casa, é a que obtém maior número de exame de projetos e de matérias que lhe são enviadas. Portanto, esse órgão não pode ser prejudicado pelo desacerto de horário de outras Comissões igualmente técnicas.

Dentro da forma regimental, requeiro a V. Exª, Sr. Presidente, encontre o modo de preservar a reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - A Mesa responde a V. Exª

Inicialmente, ontem, numa reunião informal de Deputados e Senadores para ouvir a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, o ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos pediu-me transmitisse aos presentes que amanhã se realizaria uma reunião. Apenas fui instrumento dessa comunicação, não entrei no mérito. Apenas transmiti o pedido que me fora feito pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quanto a essa incompatibilidade, ou melhor dito, sobre essa compatibilidade de horários, isso é tradicional no Senado Federal. É tradicional em consequência de sermos apenas 81 e termos que nos dividir, muitas vezes, em várias Comissões. De modo que o fluxo do trabalho determina que haja ou não sessão extraordinária.

Como vale uma sessão plenária, certamente essas Comissões não puderam reunir-se hoje e convocaram sessões extraordinárias para amanhã.

Espero que, com a boa vontade dos Srs. Senadores, esses problemas sejam resolvidos sem que haja necessidade de resolver questão de ordem. Nem a Mesa teria força para intervir nas Comissões que V. Exª acaba de referir, para impedir que

elas se reunissem. Isso é uma deliberação das Presidências das respectivas Comissões. A Presidência do Senado não poderia intervir, senão para pedir aos Srs. Senadores encontrem, eles mesmos, uma solução para essas dificuldades tradicionais nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 24-10-90, para devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 32, III, § 3º, do Regimento Interno e 55, III, da Constituição, participar da Delegação Brasileira à Quadragésima Quinta Assembleia Geral das Nações Unidas — ONU.

Atenciosas saudações. —
Senador Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A comunicação lida vai à publicação.

Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1990, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina outras providências.

Tendo parecer, proferido em plenário, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª declarou que houve uma o-

missão, não tendo sido incluídas duas matérias na Ordem do Dia e que elas entrariam agora. Não temos, Sr. Presidente, os avulsos referentes às matérias, para podermos ajuizar o que estaremos votando. Peço a V. Exª providencie no sentido de que a matéria seja entregue aos Srs. Senadores, invertendo a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não será preciso, nobre Senador, enviar a V. Exª e aos outros Srs. Senadores os avulsos. Essa matéria foi discutida largamente ontem. V. Exª participou certamente, e acompanhou os debates. De modo que não há necessidade de inversão da Ordem do Dia.

Esta é uma matéria de ontem. Se fosse uma matéria de hoje, eu daria acolhida à sugestão de V. Exª.

V. Exª vai tomar conhecimento do avulso que está sendo entregue neste momento.

Novamente anuncio a matéria.

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1990 (Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1990, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina outras providências.

Tendo Parecer, proferido em plenário, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que foi lido e aprovado, na sessão anterior, requerimento solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade da matéria.

Solicito ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que a matéria se encontra em regime de urgência.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de resolução sob exame, que tramita em regime de urgência,

recebeu parecer favorável em plenário, nos termos do substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Francisco Rollemberg.

Aprovado, entretanto, o requerimento do Senador Odacir Soares, o projeto e seu substitutivo, que têm o mesmo objetivo, foram remetidos a esta Comissão, para emitir parecer quanto à constitucionalidade.

Inobstante os argumentos de ordem administrativa em favor da medida, notadamente quanto a sua oportunidade, eis que, desde a sua instalação, a futura Câmara Legislativa do Distrito Federal poderia contar com quadro próprio de servidores, cremos que exatamente neste aspecto falece ao projeto o imprescindível arrimo constitucional.

Como autor do parecer, Sr. Presidente, chamaria a atenção para o vazio dessa propositura, uma vez que essa Câmara vai-se instalar com todas as aptidões naturais a um órgão desse tipo, e, logo no primeiro dia de funcionamento, ela poderá substituir esse regulamento através de lei que o Senado Federal imponha ao futuro Colegiado. Aliás, não nos parece democrático, porque é uma interferência desta Casa em um outro órgão do Legislativo. Portanto, padece o projeto na sua fundamentação, não somente sob o aspecto constitucional, como também, no aspecto ético, quanto à oportunidade, à conveniência, ao pragmatismo, e, acima de tudo, à oportunidade da deliberação.

Com efeito, ao estabelecer o exercício pelo Senado Federal da competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal até que esta se instale, o § 1º do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não autoriza seja aquele Órgão substituído pelo Senado nas atribuições inerentes à sua própria existência, especialmente quanto à sua organização e funcionamento, inclusive criação de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração. Isto, logicamente, ficará melhor à própria Câmara Legislativa ao instalar-se.

Essa pressa, se parece suprir algumas necessidades, criará problemas futuros até de independência do Colegiado que há de se instalar. Seriam interferências indebitas do Poder Legislativo da União no Poder Legislativo de uma Unidade Federativa, cuja autonomia foi conferida pela Lei Maior. Padece o projeto, portanto, de

condições mais sadias que justifiquem a sua existência.

O referido dispositivo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz respeito às funções da futura Câmara Legislativa do Distrito Federal enquanto não instalada, e não à sua organização interna, de que ela própria deverá cuidar após instalar-se. E não poderia ser de outra forma, pois, se assim fosse, teríamos precedentes na transformação em Estados dos Territórios de Roraima e do Amapá, cuja legislação competia à União. As assembleias legislativas dos novos Estados foram instaladas sem a menor intromissão do Poder Federal, nem dependem de lei federal para sua organização interna.

Por isso, Sr. Presidente, parece à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que a Constituição é ferida na sua própria sistemática, no seu todo atinente à harmonia nela preservada em todas as instituições da República.

Manifestamo-nos, pois, contrários à aprovação do Projeto de Resolução nº 47, de 1990, bem como somos contra a aprovação do substitutivo devidamente apresentado na reunião de ontem.

É o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é pela inconstitucionalidade do projeto e do substitutivo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer e rejeitado o projeto. Fica prejudicado, em consequência, o substitutivo a ele apresentado e o Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, constante do item seguinte, por se tratar da matéria correlata.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, I,

do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1990, de sua autoria, que dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, o projeto será oportunamente incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 4:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

Em votação a matéria que, nos termos do disposto no art. 354 do Regimento Interno, depende, para sua aprovação, do voto favorável de 3/5 da composição da Casa, devendo ser feita pelo processo eletrônico.

Em votação a proposta de emenda à Constituição, em primeiro turno. (Pausa.)

Estão presentes na Casa 52 Srs. Senadores, razão pela qual a matéria é posta em votação.

É evidente, no entanto, a falta de quorum em Plenário. Em consequência, a Presidência suspenderá a sessão por 10 minutos, fazendo soar a campainha, até que se restabeleça o quorum.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 horas e 18 minutos.)

O Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de quorum qualificado, ficam adiados os itens 4, 5, 6 e 7 da pauta.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

6

PROPOSTA DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Mario Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 8:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1990

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, § 2º, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros Senhores Senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

A Presidência lembra ao Plenário que, de acordo com o disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, a matéria permanecerá em Ordem do Dia, em fase de discussão, em primeiro turno, durante cinco

sessões ordinárias consecutivas, quando lhe poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, dos Membros do Senado.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiiva) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento nº 374, de 1990, de urgência, lido no Expediente, para Projeto de Resolução nº 45, de 1990.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiiva) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PSB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez o pranto e o silêncio traduzissem a homenagem mais propícia diante da dor imensa e da mudez eterna da morte.

Todavia, diante da hediondez do crime não me posso calar, não posso omitir meu testemunho, meus pesares e minhas preocupações, bem como trazer para esta Casa o clamor do povo de Rondônia, em face da morte de seu virtual governador, Olavo Pires.

Recolhi esse sofrimento popular na face das milhares de pessoas que compareceram à Assembleia Legislativa, no velório de Olavo Pires, e bem assim quando o féretro se dirigia ao aeroporto de Porto Velho.

A morte do Senador Olavo Pires foi adrede elaborada com requintada engenharia de eliminação. Urdu-se contra Olavo Pires uma campanha impiedosa de desgaste de sua imagem, do conceito de homem público, da reputação que é o ornamento que dá a todo o político a fortaleza capaz de afastar, sobretudo, a maldade humana, capaz de afastar os anjos do mal.

Essa campanha de desgaste não passava de insinuações maldosas, de acusações sem fundamento, sem prova, mas tudo isso foi em frente sem distinção real e, a seu favor, Olavo Pires leva para o túmulo a necessidade de uma investigação séria, que possa efetivamente apontar os culpados desta tragédia.

Esta morte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, atinge todo homem público deste País, atinge a própria sociedade, porque quando a ousadia e o atrevimento ousam transpor a barreira da dignidade do mandato popular, a segurança torna-se uma figura de retórica; o temor e o perigo rondam a todo lar, a todo cidadão brasileiro.

Como eu dizia, destruir a honra e a imagem pública de qualquer político é diminuí-lo a um espectro de si mesmo. Em certas circunstâncias, a reputação vale mais do que a vida. A boa fama é esta barreira que dá a segurança ao homem público contra a mão assassina. Rompida a auréola da excelência da dignidade do mandato popular, devastada a fortaleza da honra do homem público, este é lançado ao alcance da ousadia e do atrevimento da mão assassina. Perigosa à incolumidade física dos membros do Legislativo, é a campanha que se rascunha em parte na imprensa nacional.

É preciso, nesta hora, que todos nós, e todos os grandes organismos da comunicação de massas, nos compenhetremos da gravidade do momento por que passamos; e juntos, nós que temos a responsabilidade pela sobrevivência democrática deste País, façamos um grande pacto, para que a verdade seja o caminho a nortear as informações e divulgações, e não apenas o estrepito do escândalo anime as manchetes da grande imprensa.

A autocritica se impõe, a começar pelo próprio Parlamento, o qual deve ajustar-se às exigências da realidade brasileira, para tornar-se mais ágil, eficiente e produtivo, preservando a sua imagem junto aos demais Poderes para construir o futuro democrático deste País. O Parlamento moderno tem que dar respostas mais rápidas às questões de premência nacional.

É em meio a esse clima que vemos, também, uma campanha sordida contra a imagem de Olavo Pires. Saímos para uma campanha eleitoral, onde estivemos lado a lado nos últimos 60 dias e fui testemunha das agressões, dos vilipêndios,

fui testemunha diuturna de como fomos encurralados para uma circunstância em que o corredor da morte se avizinha próximo, sem u'a mão que se levantasse num gesto para deter os passos letais.

Esta campanha, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi algo aterrorizador, foi um momento difícil para um homem público. E, eu senti, desde o momento em que se abriram pelo Estado inteiro outdoors com o seguinte slogan: "Diga não ao traficante!" Esse assaques contra a honra, que em seguida se identificou ser de Olavo Pires, porque os alto-falantes dos trios-elétricos e nos comícios diziam: "Diga não a Olavo Pires! Diga não ao Senador da cocaína! Diga não ao traficante!" E o que existia, de efetivo, Srs. Senadores, contra Olavo Pires nesta área tão tenebrosa das drogas, que têm ceifado tantas vidas não apenas no Brasil, mas pelo mundo afora? O que tinha, Srs. Senadores, de prova concreta? Nada! Uma certidão recentemente expedida pela Polícia Federal, a nível nacional, dizia que nada, nada constava contra Olavo Pires. Houve alguns fatos, que talvez soaram também nesta Casa, em outros tempos, que foi o caso da prisão de um piloto, em São Paulo, piloto este que, em determinado momento, teria prestado serviços para Olavo Pires, num contrato transitório, free-lancer, como se diz. Isto aconteceu verdadeiramente: um piloto preso por tráfico de cocaína e, aí, se estabeleceu uma relação imediata, porque dois aviões do Senador Olavo Pires se encontravam em São Paulo. Só que ninguém foi verificar desde quando lá estavam os aviões. Está provado, e eu vi isso, por certidão expedida pelo DAC, de que um avião lá se encontrava há 6 meses e outro há quase um ano. Não há uma ilação de causa e efeito neste fato. Posteriormente, todos sabem o que ocorreu aqui em Brasília, quando se suspeitou que em veículo de propriedade do Senador encontravam-se drogas e, lá, a Polícia Federal compareceu e, também, nada encontrou.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação à questão das drogas, sobretudo em meu Estado, qualquer um pode ser acoidado dessa prática, e é uma nódoa permanente, como alguém que marcado a ferro quente às costas ou na face do alcinha-do, e, a partir daí, embora não sem prova em contrário, nem prova favorável, essa pecha persegue a vítima por muito tempo. Só o esquecimento ou a morte, ou talvez, nem a morte seja capaz de lavá-la...

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. AMIR LANDO — Com todo prazer, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Nobre Senador Amir Lando, estamos ouvindo a oração de V. Ex^a e notamos que está marcada pela revolta e pela emoção. Eu não poderia deixar de oferecer este meu aparte, no que concordo com algumas colocações, inclusive no que tange a essa campanha muito acirrada, muito sistemática, contra o Parlamento nacional. E essa campanha, de tão forte, que se faz de tantos modos e através de tantos instrumentos e de tantos meios, teria necessariamente resultados dramáticos como o que narra V. Ex^a Li hoje, em um dos jornais de Brasília, uma declaração do delegado Romeu Tuma, em que S. S^a classifica como um ato de terror a morte bárbara do Senador Olavo Pires. Por quê? Porque está muito claro — e tem razão o delegado — que naqueles acontecimentos não se quis apenas matar Olavo Pires, quis-se, no entanto, uma morte com aspectos que amedrontassem mais e mais os vivos; má morte de advertência, má morte que, por si só, fosse capaz de trazer confusões, indecisões e más interpretações sobre a própria vítima. Terrível acontecimento, cheio de nuances as mais ousadas, que cabem perfeitamente no território do drama descrito aqui por V. Ex^a. Uma coisa é fato, nobre Senador: nosso companheiro está morto, barbaramente assassinado, e isso é um estímulo para que o acontecimento se repita. Daí eu concordar, neste aparte, plenamente, com V. Ex^a, quando clama pela necessidade de uma apuração correta, válida, precisa, que desmascare todas essas tramas a respeito da vida e agora a respeito da morte de um homem, porque esse atentado, se foi capaz de roubar a vida do Parlamentar, mais ainda foi capaz de confundir-lhe a própria morte. E nisso tem razão o Delegado Romeu Tuma, quando fala em terror. Teria sido um crime político? Que natureza de crime? Não se sabe até aqui. O fato é que a Constituição Federal cometeu um equívoco tremendo quando possibilitou que um 3^o colocado tomasse o lugar de alguém que, sendo 1^o ou 2^o, por alguma razão não disputasse o 2^o turno. Terrível erro constitucional, primordialmente, por desfazer as possibilidades de um partido, destituir

um partido em pleno campo de disputa, deixar um partido ao nada, ao vazio, quando ele disputou e ganhou uma posição, através de um cidadão que, no caso presente, veio a falecer. Terrível erro constitucional, e isso talvez seja um estimulante aos delitos. Não se sabe o que aconteceu, não se sabe o que possa ter acontecido. V. Ex^a veio aqui, naturalmente, trazer as luzes para a nossa escuridão neste tema, mas saiba V. Ex^a que, se sua presença aqui é muito bem recebida, se sua presença é importantíssima para nós, a ausência de Olavo Pires pesa por mil razões sobre esta Casa. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço a V. Ex^a pelo brilhante aparte e o incorporo ao meu discurso, se assim V. Ex^a o permitir.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO — Com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Amir Lando, o nosso eminente Colega, Senador Cid Sabóia de Carvalho, Presidente da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, traz à colação, neste instante, a entrevista concedida na grande imprensa brasileira pelo Delegado Romeu Tuma, enfocando o bárbaro trucidamento do Senador Olavo Pires. O titular da Polícia Federal ressalta que esse crime hediondo decorreu de uma tessitura macabra, de uma guerrilha de que resultou exatamente o bárbaro assassinato do nosso Colega Olavo Pires. Eu diria a V. Ex^a que, há cerca de um ano ocupando esta tribuna, o Senador Olavo Pires se defendia de increpações, naquele instante irrogadas à sua face, de que ele estaria facilitando o tráfico de cocaína em nosso País. Ele chegou mesmo, nobre Senador Amir Lando, a ser alvo de uma violência inominável no seu próprio apartamento, localizado num prédio do Senado Federal. Uma operação policial, cercada de um recato espalhafatoso, chegava ao nosso prédio, onde também residia, e se pretendia vasculhar o apartamento e, mais do que isso, veículos de propriedade do Senador Olavo Pires, que estavam estacionados na garagem. A nossa interferência, a interferência da Mesa do Senado, dos Senadores, eu mesmo, Presidente da Comissão do Distrito Federal, fiz valer o meu protesto junto ao Governador e ao Secretário de Segurança. O Senador Olavo Pires fez questão, naquela ocasião, de que os seus acusadores não se eximissem do cumprimento daquela

ingrata missão. Ele fez questão de acompanhá-los aos veículos. Os assentos dos carros ali estacionados foram revirados de todas as formas e nada se encontrou, nada se constatou contra a conduta do saudoso Senador Olavo Pires. Ainda no dia do falecimento do Senador Olavo Pires, o nosso colega Senador Chagas Rodrigues, Vice-Líder do PSDB, ocupando, como eu também o fiz, a tribuna do Senado Federal, para deplorar, lastimar e pranteiar o desaparecimento do Senador Olavo Pires, mencionou o expediente do Senado Federal, reclamando do Ministério da Justiça uma ação pronta, enérgica, imediata, que resguardasse a integridade física do Senador Olavo Pires. Tudo isso ocorreu nesse lapso de tempo. Veio a campanha eleitoral — esse ofício foi em meio à campanha — e se perpetrou esse crime, um crime que, naturalmente, foi preconcebido, executado com maestria admirável, certamente por pistoleiros armados, estipendiados para essa tarefa. Enfim, neste instante, V. Ex^a aqui está, como sucessor do Senador Olavo Pires nesta Casa, fazendo com que rememorem todos esses fatos, e, em meio a eles, chaguemos a dois sentimentos: o de pesar, dor, pranto, pela perda desse nosso companheiro de Senado Federal, e, além disso, a exigência que é imperativa, motivo de honra para essa Casa, assistir a elucidação desse crime hediondo que alcançou um Senador da República, que solicitara garantia de vida à Casa Legislativa a que pertencia, e esta, ao próprio Governo Federal. Portanto, Senador Amir Lando, neste longo aparte, vai também a minha homenagem ao Senador Olavo Pires, com quem estive no dia 11 de outubro no seu Gabinete, quando ele, naquela euforia que contagiava a todos, me dizia que aqui esperava estar na reabertura da Sessão Legislativa, no dia 1^a de fevereiro, e o faria certamente na condição de governador eleito, porque, no seu entender, essa era a tendência nítida, clara, ineludível do eleitorado de Rondônia.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte.

Essa foi a campanha lançada brutalmente contra Olavo Pires.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por que não se investigou? Por que os órgãos de Segurança não vieram a público dizer sim ou não a essas graves denúncias?

Tudo permaneceu sob uma cortina de fumaça, e a figura de

Olavo Pires sempre estigmatizada por essa brutal pecha que lhe jogaram às costas.

Fomos para campanha eleitoral e, estes eram os temas da propaganda gratuita de televisão. Esses temas vinham à tona a cada dia, e o tempo de propaganda na televisão passou a ser uma sessão de tortura para o candidato ao governo do Estado. O candidato que tinha a seu favor a preferência popular, que estava em primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública.

Se não bastasse isso, continuou essa escalada de agressões, trazendo também à tona um outro fato, que se procurou sempre deixar no esquecimento, para sacar contra Olavo Pires, quando fora, lá no Estado de Roraima, denunciado por prática de um homicídio. Mas esse processo foi imediatamente anulado pelo próprio Tribunal de Justiça, de Brasília, porque, nesse tempo, o falecido senador era deputado federal, e a competência para processá-lo era do Supremo Tribunal Federal, posteriormente o processo foi reiniciado, jamais foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público, porquanto carecia de prova substancial para fazê-la, tanto que, na cota do Ministério Público, há um apelo às autoridades policiais para que se perquiria as verdadeiras vertentes do crime, porque, com o envolvimento de Olavo Pires, estava-se acorberando, talvez, os verdadeiros autores do delito.

Tudo isso faz parte desse processo macabro que vai, aos poucos, retirando de Olavo Pires a grandeza de homem público e reduzindo-o quase que a um delinquente comum. E contra este estado de coisas que eu me insurjo e reclamo esclarecimentos. Em meio a esta campanha, surgem inúmeras e constantes ameaças de morte que nada mais traduziam do que interesses contrariados com a vitória que se avizinhava. E Olavo Pires, com bravura, seguiu com sua campanha. Estivemos pelo interior do estado — e nós sabemos que Rondônia tem tradição de violência, infelizmente, — fizemos comícios em todos os municípios, nos distritos, e à noite, às vezes com pouca ou nenhuma iluminação, porque Olavo Pires, acima de tudo, era um homem corajoso. Talvez se inspirasse em Shakespeare, que coloca na boca de César, antes de ir ao Capitólio, para que Brutus o sacrificasse, diante das súblicas de Calpúnia para que permanecesse em casa, disse: "Muito antes de morrer, morre

o covarde; o homem forte a morte abate uma só vez".

Contra tais ameaças, Olavo Pires buscou segurança, buscou garantia de vida. O Senado, veio aqui, no dia 17 de Setembro, quando se dirigiu ao Presidente da Casa: "Imediatas providências foram solicitadas ao Ministério da Justiça", como aqui foi dito. Foram cinco pedidos de garantia de vida.

Não quero atribuir responsabilidade a ninguém, mas, em termos práticos, nada foi feito, em termos reais, todas as portas permaneceram fechadas, todas as faces deram as costas e as mãos não estendiam mais do que a apatia e a indiferença. Esta é a senda criminosa deste brutal assassinato.

Há uma cumplicidade difusa por todos os órgãos responsáveis. Há uma cumplicidade, derivando de uma omissão negligente que talvez não avaliou a gravidade do caso. Talvez se admitisse que o perigo existia, mas não acreditava no resultado. Agora, está visível o fatídico resultado. Esta é a verdadeira morte anunciada. E quem conhece o livro de Garcia Marques, *Crônica de uma Morte Anunciada*, talvez encontre ali uma pista, não para desvendar o crime mas, ao menos, para entender a sua psicologia intrínseca, quando se lê:

"Mas a maioria dos que puderam fazer alguma coisa para impedir o crime e, apesar de tudo, não o fizeram, consolou-se com o invocar o preconceito de que as questões de honra são lugares sagrados aos quais só os donos do drama têm acesso."

Até aquele ponto, parecia a todos que as ameaças a Olavo Pires eram particulares, de foro privado, e ninguém fez gesto para salvar a vida de um homem que nós, que estávamos ali naquela trincheira, sentíamos, que estava encurralado.

Uniram-se em Rondônia todas as forças poderosas contra Olavo Pires, porque ele não negociou com as elites, apenas estabeleceu um vínculo direto com a massa, com o povo humilde, com o povo que vive desamparado, sem justiça, sem esperança e com pouca vida.

Olavo Pires era esse homem que dava segurança de dias melhores para essa gente, pois esse era o seu eleitorado. Inclusive, conquistou-se, sobretudo porque o seu eleitorado é a gente pela qual luto, é a

gente que nos preocupa, pois é o povo humilde, o povo que reclama um governo justo, um governo que traga, sobretudo, a espada da justiça para cortar a pobreza, a miséria, o descalço a que esse povo está condenado.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. AMIR LANDO — Ouço, com muito prazer, V. Ex^a

O Sr. Mansueto de Lavor — Senador Amir Lando, creio que este não seria o discurso que V. Ex^a gostaria de pronunciar, nem quanto à data, nem quanto ao teor. A data da sua posse — creio eu — V. Ex^a pronunciava para o início do próximo ano, quando o Senador Olavo Pires assumiria o Governo do Estado de Rondônia, e é claro que o teor do seu discurso de posse seria bem outro. Foram quase cem balas de metralhadora que mudaram não só o curso dessa história, como, com certeza, da história política do Estado de Rondônia. E preciso dizer a todos nós mesmos — e V. Ex^a o está fazendo — que a morte do Senador não foi apenas uma morte física, foi também uma morte moral, tendo em vista o que se veicula pela imprensa toda do País, irresponsavelmente. Aqueles tiros e essa morte atingem também as instituições e até a própria ordem constitucional. O Senador Cid Sabóia de Carvalho expressou-se muito bem. Foi um erro tremendo dos constituintes deixando que uma brecha enorme ficasse no texto da Constituição, premiando-se indiretamente os possíveis concorrentes que, por vantagens possam eliminar uns aos outros. Não é que se esteja afirmando quem foi ou não o responsável pela morte de Olavo Pires, mas esse acontecimento toca nas instituições, a começar da própria ordem constitucional. Na próxima revisão constitucional, temos a obrigação de não deixarmos permanecer na Carta Constitucional esse verdadeiro convite aos assassinatos políticos, que é o dispositivo que alija uma facção majoritária ou a segunda em votação por um terceiro, que estava aliado da sucessão estadual ou municipal, nos casos do município, e presidencial também. Só agora, depois da morte de Olavo Pires, nós acordamos para essa aberração constitucional. Pois bem! Se atinge a ordem constitucional, atinge também esta Casa. Ora, tudo que se afirmava do Senador Olavo Pires — e não é só agora nessa campanha política, o Senador Mauro Bernevides citou o caso de perseguições arbitrárias da Polícia Federal no próprio apartamento

e na garagem do prédio do Senador — ou era verdadeiro ou não era. Se o fosse, o Senado tinha muito a ver com isso, porque ele era um integrante desta Casa e o Senado calava e era conivente com isso, se é que calava. E se não era verdadeiro, o Senado tinha muito mais a ver com isso, porque aí não se trata de um espírito de corpo, de uma solidariedade indevida, mas sim de defender, como compete à Instituição, a integridade moral, a dignidade de seus membros, conspurcadas pelas irresponsáveis veiculações de calúnias e de ataques à honra e à dignidade de um mandatário popular. Essa reflexão que faz no seu discurso de posse, que certamente V. Ex.^a queria que fosse outro — e nós também — toca a todos nós. Em homenagem ao colega falecido, é preciso responder a uma pergunta: se a voz do povo é a voz de Deus, por que o povo, por vezes consecutivas consagrou Olavo Pires? Porque S. Ex.^a foi eleito Deputado Federal, em 1982; Senador da República em 1986, e foi eleito, em primeiro lugar, no 1.^o turno, em 3 de outubro de 1990. Será que não se escuta essa voz do povo aqueles que denigrem, que assassinam moralmente o Senador Olavo Pires? Respondendo a essas perguntas nas palavras do sacerdote que celebrou a missa na Catedral de Rondônia, cujas palavras estão hoje transcritas na primeira página do jornal **Correio Braziliense**: "Ele era um benfeitor do povo de Rondônia e o povo o retribuiu com a confiança do mandato popular". É claro que há algo de errado nessas versões. Por isso, queremos alijá-las e recolher a verdade, seja ela qual for. Essa a linha do discurso, do pronunciamento de V. Ex.^a com a qual me congratulo. Saúdo V. Ex.^a, dizendo-lhe: bem-vindo a esta nossa Casa para servirmos ao povo e à justiça que precisa ser restaurada com a verdade sobre o assassinato e a própria vida pública do Senador Olavo Pires. Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço a V. Ex.^a o aparte e o incorporo ao meu discurso.

O SR. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO — Ouço o aparte do nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. Humberto Lucena — Dos Senadores que foram eleitos, ou reeleitos, em 1986, fui talvez um dos poucos que privaram mais de perto com Olavo Pires. Candidato à Presidência do Senado naquele ano, não posso esquecer a correção com

que se houve o então Senador Olavo Pires ao me hipotecar a sua integral solidariedade. Participou não apenas da campanha pela minha eleição à Presidência da Mesa Diretora do Senado, como das comemorações de minha vitória. Pude conviver com S. Ex.^a durante algum tempo, antes, como simples Senador, depois, como Presidente desta Casa, e ele sempre me procurava para defender reivindicações do seu Estado junto ao Governo Federal, ou, então, junto ao Congresso Nacional. Certa vez, S. Ex.^a telefonou-me, para a Presidência do Senado, protestando contra a violência de sofrer da Polícia Federal. O seu apartamento havia sido invadido, a garagem do prédio em que morava também fora invadida, o seu automóvel forçado. Enfim, reclamava a defesa de suas imunidades. E eu, de pronto, tomei todas as providências para que não lhe faltasse a assistência que devia a Presidência a um Senador que se via, naquele instante, vítima de um evidente constrangimento ilegal. E, mais do que isso, o que pairava no ar, aquela altura, era, sobretudo, o início de um plano que começava a ser urdido, talvez a partir daí, visando, quem sabe, à sua eliminação posterior. Acompanhei, de perto, o seu sofrimento e o de sua família, e levei a minha solidariedade a D. Marlene, a seus filhos. Determinei que um assessor jurídico do Senado o acompanhasse à Polícia Federal de vez que o então Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, enviara ao meu Gabinete, de Presidente do Senado, o Dr. Romeu Tuma, Diretor da Polícia Federal, com quem me entendi, várias vezes, sobre o assunto, exigindo que fossem asseguradas, na sua plenitude, as imunidades do Senador Olavo Pires. E todo o processo se desenvolveu no maior respeito à Constituição Federal. Depois de toda a investigação feita, o Diretor-Geral da Polícia Federal comunicou-me que nada havia encontrado que pudesse comprometer o conceito do Senador Olavo Pires, e, neste sentido, V. Ex.^a acaba de se referir a uma certidão que, justamente, se relaciona com aquela investigação da Polícia Federal. Quis, com estas palavras, dar a V. Ex.^a um depoimento. Pelo menos, a nível do que houve naquela época, a nível do inquérito da Polícia Federal, acompanhado de perto pela Mesa do Senado Federal que eu presidia, nada, absolutamente nada se encontrou que pudesse manchar a reputação do Senador Olavo Pires. Isso posto, nobre Senador, nos conduz a uma conclusão: a de que, na verda-

de, houve uma trama diabólica para assassiná-lo, para retirá-lo da vida pública. Não me cabe, neste instante, nem a nenhum de nós, fazer julgamentos. O que me parece inquestionável é que o Sr. Presidente desta Casa, Senador Nelson Carneiro — e tenho certeza de que S. Ex.^a não pensa nem age de outra maneira —, deve procurar junto ao Sr. Ministro da Justiça, que no momento é um Senador da República, Jarbas Passarinho, agilizar as investigações em curso, através da Polícia Federal, para que se possa, no menor tempo possível, apurar, realmente, o que houve, por trás de tudo isso, quais os autores diretos ou indiretos dessa crueldade, dessa cena de vandalismo que ocorreu na cidade de Porto Velho, ceifando a vida de um Representante do Estado de Rondônia, para que se possa, então, punir, exemplarmente, aqueles que, afinal, forem considerados responsáveis. E, para terminar, tenho apenas a lamentar, nobre Senador — e V. Ex.^a já o deixou registrado nas linhas e entrelinhas do seu discurso —, que o ex-Ministro da Justiça não tenha levado em conta, na devida oportunidade, do alto das suas responsabilidades, as denúncias que lhe foram feitas pelo Senador Olavo Pires, a respeito de ameaças à sua vida. S. Ex.^a lhe deveria ter assegurado plenas garantias, através da Polícia Federal, e, talvez, hoje não estivéssemos a lamentar o assassinato brutal do Senador Olavo Pires. Receba V. Ex.^a a minha solidariedade. Tenho certeza de que um dia, um dia que não há de tardar, haveremos todos de saber a verdade, em honra da memória do ilustre Senador desaparecido.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço a V. Ex.^a o precioso depoimento que enriquece sobremaneira o meu pálido discurso.

Prossigo, Srs. Senadores: nos últimos dias da campanha, sentíamos em torno de nós essa pressão irresistível, sentíamos que todos estavam contra nós, a não ser o povo, e precisávamos levar com galhardia até o final essa luta. E assim o fizemos. Por um pedido do então Senador Olavo Pires, permaneci na capital para fazer a defesa da coligação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e aí também encontrei um ambiente hostil e tive de fazer defesas veementes para assegurar direitos elementares da nossa coligação.

Assim me expressei porque estava imbuído desta campanha até a medula. Numa determinada circunstância, quando a vio-

lência exarada dos programas no horário gratuito de televisão ultrapassava os limites da tolerância, da lei e da ordem, assim me dirigia ao Tribunal Regional Eleitoral — e peço licença a V. Ex^{as}. para dar este testemunho aos Anais desta Casa, lendo o seguinte documento:

Vimos assistindo, no tempo destinado à programação eleitoral gratuito na televisão, um verdadeiro tear de cassandras desfigurando totalmente os objetivos desta conquista democrática dos partidos brasileiros, donde resulta um desfile oratório de mau gosto, um macabro festival de acusações fétidas de infâmias, calúnias, de ofensas à honra e à dignidade de candidatos, com flagrante desrespeito ao eleitorado rondinense.

"A propaganda eleitoral não pode transformar-se num campo de batalha, no sentido mais literal do termo, onde o único objetivo passa a ser destruição dos adversários, e não a conquista de votos através da apresentação de um programa partidário de propostas e de ação política, de trabalho em prol da causa pública, valendo até mesmo de um conjunto de técnicas empregadas para suggestionar as pessoas na tomada de decisão. A Justiça Eleitoral tem o controle jurisdicional sobre todo o processo eleitoral, inclusive sobre a propaganda eleitoral do horário gratuito de rádio e televisão. "Trata-se de propaganda que assume maior importância na era da eletrônica em que vivemos, onde os meios de comunicação, rádio e televisão, se constituem em poderosos instrumentos de manipulação da opinião pública, donde, não podem, os candidatos, transformarem os seus programas em pregões do baixo calão, em fábricas de infâmias, calúnias e injúrias, acusações vãs que, à míngua de conteúdo apropriado para a conquista do voto, fazem do ataque sistemático e criminoso" o único argumento para o sucesso eleitoral, embora a evidente ineficiência desta malsinada forma de ação eleitoral, portanto ao eleitor interessado mais o que o candidato pode fazer por ele do que aquilo que o outro candidato não fará.

A despeito estipula o art. 250 do Código Eleitoral, que propaganda eleitoral gratuita, através de

rádio e televisão, "far-se-à sob a fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral", a fiscalização tem aqui sentido amplo sobretudo no sentido de velar quanto aos abusos, quanto a conduta ética e legal dos candidatos, especialmente quanto às práticas típicas, como as estipuladas no art. 243, IX, do mesmo Estatuto Eleitoral.

A disputa eleitoral é rápida e o tempo tem importância decisiva, dada a celeridade do processo, de modo que a vedação prática, delituosa, sistemática e reincidente não pode apenas sujeitar às cominações penais, quando já extinta a campanha, já definido o pleito, enfim, quando o dano eleitoral se posta irreparável.

A prestação jurisdicional em matéria eleitoral tem como escopo maior a coleta da lúdima vontade popular através do pleito livre e secreto, secreto enquanto abrigo da liberdade de escolha. Em consequência, a Justiça Eleitoral tem que agir, até mesmo de ofício, para manter o andamento do processo eleitoral, onde a campanha é uma etapa decisiva, para que a lei seja obedecida, para que mínimos éticos sejam respeitados, sobremaneira na propaganda do horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão.

O candidato ou partido que desvirtuar esta elevada conquista democrática para a prática reiterada de delitos, abre mão do seu direito, para agredir o direito alheio. A conduta delituosa não pode ser tolerada a pretexto do exercício da liberdade assegurada a candidato a cargo eletivo.

A propaganda eleitoral deve manter-se dentro de padrões éticos e jurídicos para esclarecer o eleitorado, e não exclusivamente para violar a integridade moral, a imagem pública dos adversários.

Em suma franquia democrática consubstanciada no direito ao horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão, não pode transfigurar-se numa arma para abater os adversários por via de ataques, insultos, injúrias, difamações e calúnias continuadas, e programas dos partidos políticos não podem transformar-se em bolsões do crime

contra a honra das pessoas. O direito à propaganda não é um direito para delinquir. A ação da Justiça Eleitoral tem por fim evitar sobretudo o dano eleitoral — "Mas todas as portas permaneceram fechadas, todas as faces estavam de costas e todas as mãos não estendiam mais o que a apatia e a indiferença" — "irreparável, desprezando, neste momento, a ação penal cujos efeitos frenatórios somente advirão após o término do pleito. Egrégio Tribunal, lamentamos profundamente, o que vem ocorrendo em Rondônia, em matéria de campanha eleitoral".

Instaurou-se em Rondônia uma *Societas Criminis*, entre a maioria dos partidos, contra a coligação "A Vontade do Povo", onde, via dos delitos de calúnia, difamação e injúria, tenta-se por todas as formas fulminar o candidato a governador Olavo Pires.

Conforme fazem claro as fitas eletromagnéticas que instruem a presente, os candidatos das coligações "Compromisso com Rondônia" e "Frente Progressista", especialmente, vem atacando criminosamente o candidato a Governador, Olavo Pires, que desponta como campeão nas pesquisas da intenção de voto. Armou-se em Rondônia uma feroz aliança dos derrotados, tentando, só e exclusivamente, destruir o vitorioso. Ora, apontando-o como narco traficante, ora como homicida, além de uma avalanche de difamações.

Até quando a ação delituosa terá livre curso, abusando da Lei, da paciência e do decoro público?

Até quando a capacidade de resignação continuará a nortear os passos do agredido, sem qualquer reação capaz de lavar a honra?

A legítima defesa de honra é, certamente, a última instância da reação da vítima encurralada pelas circunstâncias, injustamente, adversas.

A violência verbal exarada dos programas dos concorrentes de Olavo Pires ultrapassa os limites da tolerância, — e eu já previa que quem ousa agredir a honra, neste porte, ousa também tirar a vida, porque é um passo muito pequeno entre a honra e a vida das pessoas. Quando a vida está em perigo, é porque a honra já foi dizimada — urge pôr

um basta a este clima de agressões e de infâmias que constituem a tônica das referidas agremiações políticas.

"Com vistas a evitar que ultrajes se acentuem no término da campanha eleitoral, clama-se, em razão do tom belicoso que se encontra a propaganda eleitoral, por uma fiscalização prévia de todos os programas partidários exibidos no rádio e televisão, por parte do Tribunal Regional Eleitoral, com vistas a prevenir deploráveis agressões e reações, absolutamente previsíveis que colocarão em risco a integridade física dos candidatos da coligação "A Vontade do Povo".

Em face da insensibilidade do TRE, relativamente ao clima hostil da campanha, defendendo direito de resposta da coligação, eu perorava:

"Responsabilizarei este tribunal perante a história se este pleito for tingido de sangue."

O que não passava de um temor transmutou-se na mais cruel realidade.

O Sr. Ronaldo Aragão - Permite V. Ex.^a um aparte, Senador Amir Lando?

O SR. AMIR LANDO - Com muito prazer, Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão - Senador Amir Lando, sou testemunha de que não era essa a circunstância desejada por V. Ex.^a ao assumir o mandato de Senador, nesta Casa, circunstância trágica em que um crime bárbaro tira do nosso convívio o Senador Olavo Pires. Sou testemunha, desde 1982, Senador Amir Lando quando caminhamos juntos, o Senador Olavo Pires para deputado federal e, nós dois, para deputados estadual e em 1986, disputamos, pelo mesmo Partido, duas cadeiras no Senado da República, tanto o Senador Olavo Pires, quanto V. Ex.^a e eu sou testemunha da campanha que se fez contra o Senador Olavo Pires, nos órgãos de divulgação nacional, desde o crime de Roraima. E a partir daí, o senador foi vítima de agressões e mais agressões. Somamos aqui com o senador, quando ele, desta tribuna, reclamava e pedia providências contra essas agressões feitas à sua pessoa e dava a sua palavra, o seu testemunho de que tudo aquilo era planejado. Senador Amir Lando, o crime hediondo praticado em nosso estado contra um repre-

sentante do povo nesta Casa não tem precedentes. Não pode este crime ficar na impunidade! A Mesa do Senado da República designou uma comissão de 3 Senadores Odacir Soares, Márcio Lacerda e eu para irmos a Rondônia a fim de pedirmos às autoridades do Estado que tomassem as mais severas providências para desvendar esse bárbaro crime praticado contra o Senador Olavo Pires. Ao chegarmos em Rondônia, sentimos que a população pedia justiça, clamava justiça, Sr. Presidente, Srs. Senadores! E pedia, também, a todos os órgãos responsáveis pela segurança, tanto do estado, como desta Nação, que se empenhassem para desvendar esse assassinato bárbaro, hediondo, contra o Senador Olavo Pires. Fomos, o Sr. Senador Amir Lando e eu, ao Ministério da Justiça falar com nosso Colega, Senador Jarbas Passarinho, que está empenhado neste caso. Pedimos a S. Ex.^a que colocasse a Polícia Federal para ajudar nas investigações, para que pudessemos ter, no mais breve espaço de tempo, a solução, e que os culpados, sejam eles quem forem, como manda a lei, punidos. Porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é possível que o homem público não tenha segurança nesta Nação. Para tranquilidade daquela sociedade, para tranquilidade do estado, é preciso que a lei seja cumprida, punindo os culpados rigorosamente, por este crime praticado em Rondônia. Não podemos descansar enquanto esse crime não for desvendado no Estado de Rondônia, porque, desta forma, a sociedade ficará sobressaltada. Temos a obrigação de pedir às autoridades, e de exigir delas que tragam a público o desvendamento desse bárbaro crime praticado contra o Senador Olavo Pires.

O SR. AMIR LANDO - Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que dá um testemunho ocular dos acontecimentos.

O Sr. Ney Maranhão - Nobre Senador, permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO - Ouço o nobre Senador com muito prazer.

O Sr. Ney Maranhão - Senador Amir Lando, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex.^a e os dos companheiros apartante. É a primeira vez na História desse País em que um Senador da República é metralhado, assassinado dessa maneira. Sabemos e vou repetir as palavras de alguns de nossos companheiros que apartearam que existe um plano de tentativa de des-

moralização do Congresso Nacional, do Senado da República. Infelizmente, esse plano tem a colaboração, talvez uma colaboração que não seja de má-fé, mas que existe. Veja V. Ex.^a o que se passa na mídia. Na TV Globo, hoje, existe o personagem de um Senador; na TV Manchete, outros personagens tentam desmoralizar a classe política. Senador, quando aqui trabalhamos seriamente, lutamos pelos projetos de interesse da Nação, e essas coisas não são publicadas com o devido destaque. Mas, quando se trata de algum problema, de algum desliz de um companheiro V. Ex.^a sabe que em todas as classes existe, não é o nome do companheiro que é detratado, mas sim o Congresso Nacional, o Senado da República a Câmara dos Deputados. A televisão, a imprensa falada e escrita, está tentando desmoralizar uma instituição que é forte; a democracia é forte, e nela tem-se condições de se falar o que se deseja, dentro da liberdade democrática. Esse problema se enquadra exatamente no que V. Ex.^a está dissertando dessa tribuna, onde um Senador da República foi preparado para "bode expiatório" desse plano. Como Líder do Governo em exercício, eu não misturo as coisas. Eu só descansarei, quando um crime como esse for esclarecido tintim por tintim, doa na cabeça de quem doer, porque é a nossa instituição que está em jogo, é a honra de um Senador da República que está em jogo, e nenhum de nós pode aceitar essa pecha que nos estão jogando. Portanto, Senador, solidarizo-me com V. Ex.^a. Tenho certeza de que essa solidariedade do Congresso Nacional e, particularmente, do Senado Federal será unânime e, mais ainda, não podemos deixar isso esfriar. A Mesa do Senado tem obrigação de constituir uma comissão de Senadores, e eu até daria minha opinião: não devem ser senadores do estado de V. Ex.^a, devem ser senadores de outras regiões, para não haver constrangimento, se amanhã for descoberto e tem que ser descoberto, pois algumas pessoas podem ser ligadas politicamente a alguns dos senadores desse estado. Mas temos que acompanhar e exigir que as autoridades resolvam esse problema, porque daqui a pouco, senador, estarão matando senadores na esquina. Sou muito objetivo e tenho uma experiência de vida, antes que o "sujeito me almoce, eu janto ele".

O SR. AMIR LANDO - Agradeço a V. Ex.^a o aparte que antecipa, exatamente, não na parte final, um aspecto do meu discurso: esta Casa deve reti-

rar, mesmo sendo anti-regimental, conforme a perquirição que fiz apressadamente, a decisão de nomear uma comissão de senadores, sem demérito dos senadores do meu estado, uma comissão talvez de outros estados, como disse V. Ex^a, para que acompanhe as investigações e dilucide, para esta Casa e para a sociedade brasileira, este bárbaro crime. E faço este requerimento verbal, para, no momento propício, levar à votação, porque é importante que saíamos daqui com essa decisão hoje, agora.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. AMIR LANDO — Com muito prazer, nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Inicialmente, como integrante da bancada de Rondônia aqui no Senado Federal, solidarizo-me com V. Ex^a pela abordagem oportuna que faz desse acontecimento brutal que ocorreu no nosso estado e que resultou no assassinato do Senador Olavo Pires. Rondônia, hoje, é um estado assustado, é um estado em suspense, é um estado amedrontado. A sociedade rondoniense e a própria sociedade brasileira estão assustadas, porque, no caso de Rondônia, no caso de Olavo Pires, além da liderança que representava, o que gerou um medo maior foi a forma não apenas covarde, mas, sobretudo, a violência que marcou a atitude do criminoso ao metralhar pelas costas o Senador Olavo Pires. O estado está amedrontado, sofreu uma grande perda, porque o Senador Olavo Pires, independentemente do fato de, naquela ocasião, ser candidato ao Governo do estado, de ser o candidato mais votado no primeiro turno das eleições, representava, além disso, uma liderança incontestável em todo o estado de Rondônia. V. Ex^a aborda com muita precisão vários aspectos do processo eleitoral, inclusive graves defeitos que têm marcado a nossa legislação eleitoral, que não foi atualizada após a promulgação da nova Constituição, mas aborda de maneira também oportuna e requer à Mesa designe uma comissão de senadores, de outros estados até, para acompanhar, de forma permanente, o andamento das investigações, a formação de inquérito policial que, cuso dizer, sem dúvida, haverá de chegar aos verdadeiros culpados. Indiscutivelmente, o Senador Olavo Pires foi morto por uma organização; não tenho dúvida que, por trás do assassino, está uma organização. Não sei que tipo de organização, não sei as or-

rigens de tal organização, mas a forma como foi assassinado, o sangue frio, a coragem, a ousadia e a temeridade registram a presença, por trás desse assassinato, de uma organização. O criminoso não fez questão de esconder a sua identidade. O local onde foi assassinado o Senador Olavo Pires é, diria eu, muito estreito para naquele momento aglomerar tanta gente e apenas o Senador ter sido ferido mortalmente. O criminoso sabia utilizar de forma magistral a arma do crime, fez isso de sangue frio e atingiu o seu objetivo ao assassinar, da maneira como aconteceu, o Senador Olavo Pires. Por isso, ousou dizer que, por trás do seu assassinato, está uma organização criminosa, seja ela qual for. Não sabemos nós, eu que sou advogado, V. Ex^a que é advogado e outros advogados que estão aqui no plenário desta Casa, quais as origens desse crime, não podemos nem mesmo ousar identificar esta ou aquela origem para o crime. Mas o fato é que esse crime foi praticado por profissionais, que tiveram por trás de si alguém que os contratou, pela forma como o crime foi perpetrado. Que existe um mandante, que existe um autor intelectual, ousou dizer que não tenho nenhuma dúvida a respeito. Por isso digo que, por trás do assassinato do Senador Olavo Pires, está uma organização, porque esta organização soube contratar um profissional, que, por sua vez, deveria estar inserido no meio de outros profissionais e no meio de uma ação criminosa composta de várias partes, porque o crime foi perfeito. Tão perfeito que, mesmo o retrato falado do criminoso, não temos certeza se ele realmente procede, se esse retrato falado corresponde à verdadeira identidade do criminoso. De modo que vários aspectos desse crime foram levantados aqui por outros senadores, inclusive aquela da fragilidade, da vulnerabilidade a que está submetido o Senado Federal hoje, porque, como decorrência desse brutal assassinato, é necessário que se faça alguma coisa. É essa sugestão de V. Ex^a, no sentido de que a Mesa Diretora do Senado designe uma comissão, é muito oportuna, muito sensata, e, creio, é um caminho para que possamos, inclusive, obter uma ação isenta da polícia — não desejo dizer que a polícia não esteja atuando com isenção — acredito que ela esteja atuando com isenção, mas acho que essa isenção tranquilizará o Senado na medida em que ele tiver uma comissão acompanhando a formação do inquérito policial e, posteriormente, a própria de-

núncia se nós chegarmos a isso num prazo recorde, num prazo imediato. De modo que trago ao discurso de V. Ex^a a minha solidariedade. O Senado não pode se calar ante este fato de tão amplas repercussões, o Senado tem que buscar os verdadeiros culpados, tem que fazer com que o Governo federal, através da Polícia Federal, e com que o Governo de Rondônia, através da Polícia Estadual, cheguem aos verdadeiros culpados e não se quedem, de forma nenhuma, ante esse ou aquele receio de ferir essa ou aquela susceptibilidade de quem quer que seja. Precisamos, nós, homens públicos, nós senadores, estar atentos para criar condições para que o inquérito policial não se quede, não se atemorize ante essa ou aquela ameaça, por estar envolvido esse ou aquele poderoso do momento. De modo que trago ao discurso de V. Ex^a a minha solidariedade. Antecipo-me no sentido de que entendo — apesar de ser esta uma decisão da Mesa Diretora — que deve ser esta a decisão, no sentido de que seja designada uma comissão do Senado para acompanhar o inquérito, nada tenho a opor à colocação do eminente Senador Ney Maranhão de que essa comissão seja constituída de Senadores de outros estados, entendo que se esta comissão for constituída de senadores de Rondônia, estes senadores vão cumprir da mesma forma os objetivos da designação. Mas, é de bom-senso que a comissão seja constituída de senadores de outros estados. Solidarizo-me com V. Ex^a, quero estender, como já o fiz, essa solidariedade à família do nosso compatriota, Senador Olavo Pires, que foi barbaramente violentada com o cruel assassinato de que ele foi vítima. Rondônia está de luto, os eleitores do Senador Olavo Pires estão de luto, a classe política está de luto. Mas quero dizer que o estado de Rondônia, como um todo, também está de luto e deseja que o crime seja apurado, doa a quem doer, como muito bem frisou o Senador Ney Maranhão.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço a V. Ex^a o aparte, um testemunho eloquente de quem conhece os fatos, porque também participou e conviveu desta campanha, embora em trincheiras diferentes.

Quando aqui aludo aos ataques adversários, quero, não mencionar e nem incriminar ninguém e tampouco, via ataque de V. Ex^a, devo dar esse testemunho para deixar claro as coisas. Mas não quero fazer alusão a quem quer que seja e nem fazer qualquer imputação criminosa a qualquer concor-

rente, porque não é do meu feitio, não é da minha índole fazer acusações impróprias e infundadas a quem quer que seja.

De modo que agradeço mais uma vez, ao aparte de V. Ex^a

O Sr. Jamil Haddad - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO - Ouço o nobre Senador, com muito prazer.

O Sr. Jamil Haddad - Nobre Senador Amir Lando, recordo-me que, logo após o assassinato brutal do Senador Olavo Pires, procurei um contato com V. Ex^a, como Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, partido ao qual V. Ex^a já havia se filiado há algum tempo, para saber do dia que V. Ex^a viria a Brasília para tomarmos as providências relacionadas com a sua posse. Ouvi uma frase de V. Ex^a que ficou marcada. V. Ex^a me disse: "Senador Jamil Haddad, preciso, com urgência, fazer um pronunciamento no Senado, porque vou assumir o mandato segurando a alça do caixão do Senador Olavo Pires". V. Ex^a, naquele momento, mostrava toda a sua revolta. V. Ex^a que, por méritos políticos do seu passado, do seu presente, merece estar nesta Casa, ocupando a tribuna do Senado.

O SR. AMIR LANDO - É bondade de V. Ex^a

O Sr. Jamil Haddad - V. Ex^a, magoado, sentido com o brutal assassinato do Senador Olavo Pires, colocava o problema daquela maneira. Hoje, V. Ex^a faz um relato isento dos fatos que ocorreram e levaram ao assassinato de Olavo Pires. Saiba V. Ex^a que tem o apoio irrestrito, não do Senador Jamil Haddad, mas do Partido Socialista Brasileiro, que estará empenhado, como toda a Casa, na apuração, a mais pronta possível, desse brutal assassinato de um companheiro nosso, dessa afronta ao Poder Legislativo que foi, infelizmente, cometida no Estado de V. Ex^a. Receba os nossos cumprimentos a sua vinda a esta Casa. E não temos dúvida de que, com o seu empenho e com o chamamento que V. Ex^a faz a esta Casa, nós, o mais prontamente possível, teremos o nome dos assassinos do Senador Olavo Pires.

O SR. AMIR LANDO - Agradeço o aparte do meu nobre líder. Esse depoimento eu fiz numa situação dramática, mas trago aqui o mesmo ânimo e a mesma decisão. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Nelson Wedekin - Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. AMIR LANDO - Com todo prazer, nobre Senador.

O Sr. Nelson Wedekin - Nobre Senador Amir Lando, em primeiro lugar, desejo cumprimentar V. Ex^a pela firmeza com que faz a sua primeira intervenção nesta Casa, firmeza, clareza, desembaraço, de algum modo até surpreendente para nós todos. V. Ex^a, dessa tribuna, ocupa-se de um fato tão insólito, tão dramático, tão cruel; não apenas para o Estado de Rondônia, mas para esse País, e o faz como um veterano. As minhas primeiras palavras são para cumprimentar V. Ex^a, pela forma e pelo estilo, mais do que isso, pela coragem com que V. Ex^a aborda os fatos dos quais se ocuparam todos os órgãos de imprensa desse País, pela sua evidente importância, afinal de contas trata-se do assassinato de um Senador da República. Quero transmitir a V. Ex^a - porque tenho certeza de que, de algum modo, isso chegará aos familiares do Senador Olavo Pires - a nossa solidariedade, as nossas condolências, a dor, que eu tenho certeza, todos nós desta Casa sentimos, pelo passamento e de forma tão trágica e truculenta como foi o caso do nosso colega. Quero que V. Ex^a transmita aos familiares do Senador Olavo Pires esse nosso sentimento.

O SR. AMIR LANDO - Eu o farei com muito prazer.

O Sr. Nelson Wedekin - Todos nós estaremos atentos, na linha do seu pronunciamento, a que esses fatos sejam apurados e que os culpados e responsáveis sejam encontrados e sejam punidos. Esse fato é de uma gravidade tamanha que todos aqui que já falaram antes de mim e, sobretudo V. Ex^a, a ele já se referiram com bastante oportunidade. Aproveito também para desejar a V. Ex^a uma presença nesta Casa tão marcante quanto foi esta sua primeira intervenção. Desejo que V. Ex^a tenha êxito como representante do seu importante Estado e que tenha a mesma verticalidade, a mesma firmeza, a mesma clareza com que teve nesta sua primeira intervenção ao longo do restante do seu mandato. Meus cumprimentos, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO - Agradeço o aparte de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa. Fazendo soar a campainha.) - Nobre Senador Amir Lando, a Mesa sente-se no

constrangimento de alertar a V. Ex^a para duplicação do tempo de 50 minutos de que dispunha. Dada a circunstância especial da posse e da substituição, a Mesa tem esquecido o tempo. Há outros oradores inscritos e o tempo inexoravelmente caminha para daqui a pouco não podermos dar a palavra aos demais oradores, uma vez que temos sessão do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos.

De forma que, pediria a V. Ex^a que abreviasse as considerações do seu discurso e, daqui por diante, procurasse evitar apartes, já que foi aparteadíssimo. Os apartes realmente tomaram muito o tempo de V. Ex^a

O SR. AMIR LANDO - Agradeço a repreensão da Mesa e procurarei concluir o mais breve possível.

O Sr. Antônio Luiz Maya - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO - Ouço V. Ex^a, embora preciso concluir porque tenho algo importante a dizer. Mas tenho a certeza de que o aparte de V. Ex^a será mais importante do que tenho a dizer.

O Sr. Antônio Luiz Maya - Nobre Senador Amir Lando, ontem, quando o Presidente da Mesa anunciou que V. Ex^a usaria da palavra hoje na tribuna, é evidente que para nós o assunto não seria outro que não este que V. Ex^a está discutindo com tanta maestria, com tanta sabedoria e com tanta força. Congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade. Não me regozijo, porque o assunto não leva alegria ao coração de ninguém, muito menos ao de um representante do povo nesta Casa. Porém, nobre Senador, o que eu gostaria de acrescentar às palavras de V. Ex^a é o seguinte: quando eu agendava este plenário, agora à tarde, alguém me alertou sobre a aparência, sobre a semelhança existente entre o assassinato do nobre Senador Robert Kennedy e do nobre Senador Olavo Pires. Robert Kennedy foi assassinado da mesma maneira praticamente, de maneira bárbara, porém, diante de uma platéia enorme, o palco era praça pública, ao passo que o nobre Senador Olavo Pires foi assassinado diante de uma platéia bem reduzida, numa rua estreita. A diferença era essa. O motivo não seria talvez o mesmo? Naquela oportunidade, soubemos que o motivo do assassinato de Robert Kennedy era político, quando aqui estão querendo jogar a causa em cima de tráfico de drogas e de tantas outras coisas, que a

imprensa procurou tirar, vamos dizer assim, lá do fundo do baú, para trazer à tona nesta oportunidade. Não seria uma cortina para não se desvendar a verdadeira causa do crime, nobre Senador Amir Lando? Acho que devemos entrar pelo caminho que V. Ex^a diz: procurar encontrar a verdadeira causa e, antes de outra causa, essa talvez seria a primeira pista a ser investigada: crime de natureza política. Congratulome, portanto, com V. Ex^a sobretudo pela oportunidade de podermos refletir sobre o assunto nesta tarde neste plenário.

O SR. AMIR LANDO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e concordo plenamente com sua informação. Não tenho dúvidas de que foi um crime político, por uma elementar razão: o que se quis, foi eliminar Olavo Pires do concurso à eleição de governador do Estado de Rondônia. Olavo Pires seria o seu efetivo governador. Era o seu virtual governador.

As alianças, as adesões era constantes. Eu havia viajado para o interior, e tive a oportunidade de somar uma série de adesões à campanha de Olavo Pires. Isso tinha estabelecido uma dicotomia entre situação e oposição. Marchávamos firmes para a vitória. Não quero com isso fazer a menor imputação a qualquer adversário. Volto a dizê-lo, porque, inclusive, tem que ficar claro. Isso é papel da autoridade policial, encarregada da elucidação do caso. Não cabe a nós, homens públicos, sobretudo quem tem responsabilidade de um mandato, fazer levianas incriminações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendo concluir o meu pronunciamento, mas tenho ainda algumas afirmações a fazer. É fundamental que os Anais desta Casa as registrem.

Dizia eu no dia 25 de setembro, que a escalada da violência verbal passou para a agressão física, quando foi alvejado o candidato a deputado estadual, Pinga, em pleno comício, quando um cabo eleitoral foi morto a tiros, em Porto Velho, quando a moradia de um candidato a deputado estadual foi metralhada, quando alguns carros de som da nossa coligação também foram alvejados. Os eventos denunciavam eloquentemente o clima agressivo da campanha eleitoral, clima belicoso que realmente passava dos limites da lei e não se poderia deixar que essa violência grassasse livremente.

Tenho um profundo amor pela liberdade, e aqui foi indeferido, em nome da liberdade, de manifestação do pensamento, em nome do direito à propaganda política, e em consequência, o Poder Judiciário não poderia intervir.

Será que diante do crime iminente podemos cruzar os braços? Será que podemos lavar as mãos, como Pilatos, quando sabemos que a vítima já está no matadouro, que o enterro já se desenhava com o defunto ainda em vida?

Tenho um profundo amor à liberdade e sei como é terrível este amor pela liberdade, mas entendo que não se pode, em circunstâncias tais, deixar que a mão assassina obre livremente.

E, no dia 27, voltava eu ao tribunal com nova providência, para se extrair dos programas, tapes agressivos, como era o caso que foi montado, da morte do jornalista José Alencar, onde uma cena de alto impacto psicológico era jogada na televisão, na qual pretendiam induzir a opinião pública de que o Senador Olavo Pires estava matando o jornalista; tudo numa montagem brutal para agredir a honra de Olavo Pires e, por que não, para amedrontar a opinião pública.

Mas quem era esse homem?

Olavo Pires que conheci foi sempre um benfeitor, como o disse o pároco em Porto Velho. Olavo Pires tinha uma ação social grandiosa, onde distribuía assistência médica por todo o estado. O seu eleitor era o pobre que não tinha assistência médica, que não tinha condições de adquirir remédio e encontrava, exatamente nas fundações de Olavo Pires, ao menos um lenitivo para as suas condições de vida tão adversas.

Este homem foi cremado, executado e crucificado em vida. Foi este o homem que ninguém teve coragem de lançar um processo contra ele, mas procuraram sempre lançar sobre ele a suspeita, lançar uma cortina de fumaça, criando condições reais para que a sua eliminação fosse, neste conceito, um bem para a sociedade.

Foi isto que foi montado, foi isto que aconteceu.

Sentíamos que, nesta trégua do segundo turno, o perigo estava afastado. Mas, ao contrário, foi nesta trégua que o companheiro foi abatido de forma tão vil e cruel.

Assim foi com Agenor Martins de Carvalho, companheiro que também tive que acompanhar o doloroso caminho do féretro; assim foi com Chico Mendes, no Acre, que todos sabiam seria eliminado. Todos até hoje estão lamentando a sua morte, mas todas as portas permaneceram fechadas; todas as faces estavam de costas e as mãos não estendiam mais do que a indiferença e a apatia.

É por isso, Srs. Senadores, que eu quisera ter vindo a esta Casa, e tenho certeza de que viria com a vitória de Olavo Pires, mas condições adversas da vida me trazem ao convívio de V. Ex^{as} de uma forma tão dolorosa e, até, às vezes, constrangedora.

No entanto, procurarei, como minha primeira missão, elucidar esse crime. E aqui fica, Sr. Presidente, o meu pedido para que seja votado nesta Casa. E, de tudo isso, o que vejo é que a morte foi um preço muito caro para agora todos nós nos preocuparmos com Olavo Pires. Esta preocupação deveria ter acontecido em vida.

Velo para que a balada das horas não adormeça o sentimento de justiça que domina esta Casa neste momento nem os propósitos de rigorosa apuração do crime para punir os culpados.

Dia virá, não muito distante, em que, em minha terra, a barbárie seja definitivamente domada, quando a justiça tiver império perene, em que o respeito mútuo seja uma regra sagrada do convívio pacífico entre os rondonienses.

Quando os governos servirão ao povo com todas as virtudes, então as imensas riquezas de Rondônia pertencerão a todos, o progresso elevará o homem a patamares de dignidade consentâneos com a condição humana.

A vida será respeitada.

É possível sonhar com uma pequena utopia.

E dizer como Thomas Morus: "Eu almejo mais do que espero".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. AMIR LANDO EM SEU
DISCURSO.

Ilm^{as} Sr. Comandante

Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia

Nesta

Senhor Comandante,

A Coligação "A Vontade do Povo", que engloba os partidos do PTB, PDS, PDT e PST, por seu representante infra-assinado, vem, muito respeitosamente a presença de V. S^a afim de requerer a devida guarda e segurança das aeronaves que serão utilizadas pelos nossos Candidatos Olavo Pires e Chagas Neto, governador e senador respectivamente, às eleições de 3 de outubro próximo. Tal guarda e segurança a ser prestada pela Polícia Militar do Estado por determinação de V. S^a deverá ocorrer em todos os municípios onde pousar as aeronaves.

Nestes termos,

Espera deferimento

Porto Velho (RO), 2 de julho de 1990. — João Bosco Oliveira de Almeida, Coordenador Geral — coligação "A Vontade do Povo".

Ofício 54/90 GSOP

Brasília — DF, 17 de setembro de 1990

Exm^a Sr.

Senador Alexandre Costa

MD Presidente em exercício

Senado Federal

Nesta

Sr. Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informá-lo de que a campanha política em Rondônia vem se desenvolvendo sob um clima hostil, conturbado, no qual o cerceamento das liberdades individuais e a livre manifestação do pensamento estão sofrendo as maiores violências.

Nos últimos dias a campanha movida contra mim e meus correligionários por parte dos meus adversários tem recrudescido, já se tendo registrado ameaças, agressões, atentados e até a morte de político que me apóia, cito abaixo os casos mais recentes:

1 — homicídio contra nosso cabo eleitoral Deilson Coutinho Saldanha em comício na cidade de Porto Velho;

2 — tentativa contra a central de som da nossa coligação, quase atingindo o vigia: foram 6 (seis) disparos;

3 — o nosso candidato a deputado estadual "pinga" foi baleado em pleno comício, na cidade de Colorado, está entre a vida e morte;

4 — metralharam, na cidade de Jaú, a residência do nosso candidato a deputado estadual, Chico Araújo. (Anexamos fotocópias dos jornais.)

As tentativas de intimidação e ameaças à minha integridade física e à minha própria vida são constantes, via cartas e telefonemas anônimos que se agravam, daí por que não me restar outra alternativa, como membro desta Casa, senão solicitar a Vossa Excelência gestões perante o Sr. Ministro da Justiça e o Sr. Secretário-Geral do Departamento de Polícia Federal no sentido de que me seja concedida garantia de vida, através de pessoal designado para oferecer a necessária segurança. Que esta providência seja imediata, visto que o seu retardamento pode ser fatal. Esta medida visa a nossa proteção, bem como a do povo que comparece aos nossos comícios.

Os meus adversários, informados com a iminente perda das eleições, não conseguindo no terreno político frear minha liderança, me atacam já de há muito através de uma campanha caluniosa. Reconhecendo que o povo nunca acreditou nestas calúnias e que irá sufragar nosso nome nas urnas, tentam agora contra a minha vida.

Sem mais renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Olavo Pires.

Governo do Estado de Rondônia

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Departamento Geral de Polícia Civil

CERTIDÃO

O Senhor Antônio Gomes de Almeida, escrivão(a) de polícia de ata DEH/SSP/RO por nomeação legal etc. Certifica: que, a requerimento verbal da pessoa interessada a revendo em Cartório Criminal desta Especializada em Homicídios, o livro destinado a registro de ocorrências policiais, nele constatou às fls. 95 (v) e 96 (frente) o Registro da Ocorrência de nº 139/90-DEH, cujo o teor passa a transcrever na íntegra como abaixo e adiante se segue: Natureza do Fato: Homicídio; data do fato: 23-8-90; às 21:53 horas; local do fato: Rua T; nº s/nº, Conj. 4 de Janeiro, 1ª etapa; comunicante: SD PM Ademilson RP-127, end. BPM; vítima: Deilson Coutinho Saldanha, filho de Raimundo N. Saldanha e de Maria Z.C. Gomes, residente na Rua 3, s/nº, Bairro União da

Vitória; nascido aos 24-4-72, em Porto Velho RO; Infrator: João Pereira da Silva, residente na Av. Calama s/nº, Bairro União da Vitória, filho de Bianor Pereira da Silva e de Maria Pereira da Silva, nascido aos 14-12-70, em Elizeu Martins/PI, profissão do operador de draga; Testemunhas: Alonzo Felix dos Santos, residente na R. Cláudio Santoro, nº 156 — Conj. 4 de Janeiro — 2ª — Léo Sousa, residente na Rua Jorge Teixeira C/Amazonas (Vepesa). Histórico: As 10:00 horas do dia de hoje (4-8-90), chegou ao nosso conhecimento através do Ofício nº 5982/90-PP-SSP-RO, o Registro de Ocorrência nº 1.152, com o seguinte teor: às 02:00 horas do dia 23-8-90, compareceu nesta delegacia o comunicante apresentando o BOP nº 69.712, que relata o seguinte: Segundo esta guarnição apurou no local do fato, o infrator juntamente com a vítima encontravam-se em um comício, que se realizava no conjunto 4 de Janeiro, 1ª etapa. Em determinado momento houve um desentendimento entre ambos, chegando os dois a sacarem suas armas e disparando um contra o outro ao mesmo tempo. O infrator ao ver o seu adversário caído ao chão, saiu em desabalada carreira, vindo a cair mais adiante e ser socorrido por populares. Era o que continha o referido registro. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado aos dezoito (18) dias do mês de setembro (9) do ano de mil novecentos e noventa e nove (1990) nesta Delegacia Especializada em Homicídios, cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Eu, Antônio Gomes de Almeida, escrivão de polícia Judiciário que datilografei e, escrevi Antônio Gomes de Almeida escrivão de polícia — GAD, 60698-7

Governo do Estado de Rondônia

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Departamento Geral de Polícia Civil

CERTIDÃO

O Senhor (a) Lucineia de Moura Jesus, escrivão(a) de polícia de ata 3ª DP-SSP-RO por nomeação legal, etc. Certifica: que, revendo em Cartório o Livro destinado a Registro de Ocorrências Policiais, nele consta às fls. 13, a Ocorrência nº 1317 de 19-8-90, cujo teor na íntegra passo a transcrever: Disparo de Arma de Fogo — As 9h 30 min. de hoje, 19-8-90, foi comunicado nesta 3ª DP, pela pessoa de nome: Wagner Luiz Rocha, que elementos ignorados afetaram

dois disparos em direção ao escritório da Central de Som Sen. Olavo Pires, localizada à R. Saigado Filho 1185, residência também do comunicante, sendo que um dos projeteis atingiu o vidro da frente e o outro a parede. Test. Selma dos Santos Domingues R. Saigado Filho - 1185. Era o que continha a referida ocorrência. O referido é verdade. Dou fé. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho-RO, aos dezessete (17) dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa (1990). Eu Lucineia de Moura Jesus, escrivã de polícia, que o transcrevi, subscrevi e assino. Lucineia de Moura Jesus, Escrivã.

Ilm^a Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O Presidente Regional do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Senador da República Olavo Pires, vem através desta pedir os bons préstimos desta Corporação, tendo em vista o seguinte:

1. Ao se aproximar do dia das eleições, tem sido constante as ameaças de morte a este candidato como também a companheiros da Coligação "A Vontade do Povo".

Isto tudo pode ser comprovado através dos matutinos da nossa Capital, quando foram manchetes os seguintes casos:

a) Homicídio contra nosso cabo eleitoral Sr. Deilson Coutinho Saldanha, durante o comício realizado em Porto Velho.

b) Arrombamento e roubo da Central de Comunicação, sito à Av. Calama em nossa Capital.

c) Vários tiros disparados na Central de Som, onde ficam estacionados nosso veículos que fazem propaganda eleitoral, sendo estes no total de seis tiros.

d) Tentativa de homicídio contra o Candidato a Deputado Estadual Sr. Merquis Pinheiros de Castro (Pínga), durante o comício no município de Colorado D'Oeste, estando o mesmo até a presente data correndo perigo de vida.

e) No Município de Jarú, a resistência do Candidato a Deputado Estadual Sr. Chico Araújo, foi alvo de um tiroteio, isto tudo, pelo simples fato deste Candidato, que apesar de pertencer a uma outra Coligação vem apoiando pública e notoriamente a minha Candidatura ao Governo do estado.

Isto posto, patenteado ficou que essas tentativas de intimidação e ameaças a minha integridade física estão sendo uma constante; além das já citadas tendo recebido telefonemas anônimos, e de eleitores que nos trazem notícias de que me matarão, para com isto evitar minha vitória.

É público e notório em nosso estado que políticos desesperados ante a nossa iminente vitória, andam dizendo, que vão até renunciar a seus mandatos, demonstrando que serão capazes de qualquer ato, para impedir nossa ascensão ao governo do estado.

Junto a esta estamos encaminhando a V. S^a. Ofício nº 0954/90 GSOP datado do dia 17 do corrente mês em que se pede ao Presidente do Senado Federal gestões perante ao Ministro da Justiça e do Secretário Geral do Departamento de Polícia Federal em que peço garantia de vida.

Assim sendo, venho pedir um maior reforço policial durante todos os comícios a serem realizados conforme documentos anexos, pois, assim o fazendo estará garantindo minha vida, a dos meus companheiros partidários e eleitores ali presentes.

Permanecemos na expectativa de vossas providências.

termos em que

Pede Deferimento

Porto Velho (RO), 10 de setembro de 1990. -
Senador Olavo Pires, Presidente Regional do PTB/RO.

Exm^a Sr. Dr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia.

A Coligação "A Vontade do Povo", através de seu representante infra-assinado, vem à presença de V. Ex^a, expor e no final requerer o seguinte:

I - o candidato a Governador do Estado de Rondônia, pela Coligação A Vontade do Povo, Senador Olavo Pires, vem sofrendo constantes ameaças de morte, notadamente nos últimos dias, que se aproximam das eleições.

II - os jornais dessa cidade de Porto Velho, têm transmitido diariamente as seguintes manchetes:

a) homicídio contra o cabo eleitoral da coligação "A Vontade do Povo", Sr. Deilson Coutinho Saldanha, durante co-

mício realizado em Porto Velho.

b) Arrombamento e roubo na central de comunicação de referida coligação, situada na Av. Calama, na Capital de Porto Velho.

c) Vários tiros disparados na central de som, onde ficam estacionados os veículos da coligação, que fazem propaganda eleitoral, somando um total de 6 (seis) tiros.

d) Tentativa de homicídio contra o candidato a Deputado Estadual da Coligação, Sr. Merquis Pinheiro de Castro (Pínga), durante um comício realizado no Município de Colorado D'Oeste, estando o mesmo, até a presente data, correndo perigo de vida.

e) No Município de Jarú residência do candidato a Deputado Estadual Sr. Francisco Araújo, (Chico Araújo), foi alvo de um tiroteio, simplesmente pelo fato de pertencer a uma outra coligação e vir apoiando publicamente a candidatura do Senador Olavo Pires, para o governo do estado.

Conforme se verifica, estão inequivocamente comprovadas as ameaças e tentativas de atemorização contra a Coligação "A Vontade do Povo", afóra ainda os comentários de políticos desse estado, no sentido de impedir a ascensão do candidato Olavo Pires ao governo do estado.

Diante disso com fulcro no art. 30, XII do Código Eleitoral e Resolução nº 8.906 de 5 de dezembro de 1970, art. 1º e §§ e art. 2º, combinados requer:

a) Digne-se V. Ex^a, solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral a requisição da força federal para o dia das eleições e respectiva apuração em todo o Estado de Rondônia, pelo que estará sendo aplicada a costuma justiça.

N. Termos.

P. Deferimento

Porto Velho, 22 de setembro de 1990. - Dr. Gilberto da Costa Cavalcante, Delegado.

Exm^a Sr. Presidente do TRE-RO

Olavo Gomes Pires Filho, brasileiro, separado judicialmente, Senador da República, residente e domiciliado em Porto Velho, à Av. Governador Jorge Teixeira nº 480, em Porto Velho, - RO inscrito no CPF sob nº 004.483.701-15, portador da Cédula de Identidade nº 20.064 SSP/GO, candidato a Governador

do Estado pela Coligação Partidária "A Vontade do Povo", vem por seu advogado, infrafirmado, expor e requerer a esse Egrégio Tribunal o que segue:

"Vimos assistindo, no tempo destinado à programação eleitoral gratuita na televisão, um verdadeiro tear de cassandras desfigurando totalmente os objetivos desta conquista democrática dos Partidos Brasileiros, donde resulta um desfile oratório de mau gosto, um macabro festival de acusações fétidas de infâmias, calúnias, de ofensas à honra e à dignidade de candidatos, com flagrante desrespeito ao eleitorado rondoniense.

"A propaganda eleitoral não pode transformar-se num campo de batalha, no sentido mais literal do termo, onde o único objetivo passa a ser destruição dos adversários, e não a conquista de votos através da apresentação de um programa partidário de propostas e de ação política, de trabalho em prol da causa pública", valendo até mesmo de um conjunto de técnicas empregadas para sugar as pessoas na tomada de decisão. A Justiça Eleitoral tem o controle jurisdicional sobre todo o processo eleitoral, inclusive sobre a Propaganda Eleitoral do Horário Gratuito de Rádio e Televisão." Trata-se da propaganda que assume maior importância na era da eletrônica em que vivemos, onde os meios de comunicação, rádio e televisão, se constituem em poderosos instrumentos de manipulação da opinião pública, donde, não podem os candidatos transformarem os seus programas em pregões do baixo calão, em fábricas de infâmias, calúnias e injúrias, acusações vãs que, à míngua de conteúdo apropriado para a conquista do voto, fazem do ataque sistemático e criminoso "o único argumento para o sucesso eleitoral, embora a evidente ineficiência desta maisinada forma de ação eleitoral, portanto ao eleitor interessa mais o que o candidato pode fazer por ele do que aquilo que o outro candidato não fará.

A despeito estipula o art. 250 do Código Eleitoral, que propaganda eleitoral gratuita, através de rádio e televisão, "far-se-á sob a fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral", a fiscalização tem aqui sentido amplo sobretudo no sentido de velar quanto aos abusos, quanto a conduta ética e legal dos candidatos, especialmente quanto às práticas típicas, como as estipuladas no art. 243, IX, do mesmo Estatuto Eleitoral.

A disputa eleitoral é rápida e o tempo tem importância decisiva, dada a celeridade do processo, de modo que a vedação prática delituosa, sistemática e reincidente não pode apenas estar sujeita às cominações penais, quando já extinta a campanha, já definido o pleito, enfim quando o dano eleitoral se posta irreparável.

A prestação jurisdicional em matéria eleitoral tem como escopo maior a coleta da lúdima vontade popular através de pleito livre e secreto, secreto enquanto abrigo na liberdade de escolha. Em consequência, a Justiça Eleitoral tem que agir, até mesmo, de ofício para manter o andamento do processo eleitoral, onde a campanha é uma etapa decisiva, para que a lei seja obedecida, para que mínimos éticos sejam respeitados, sobre maneira na propaganda do horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão.

O candidato ou partido que desvirtuar esta elevada conquista democrática para a prática reiterada de delitos, abre não do seu direito, para agredir o direito alheio. A conduta delituosa não pode ser tolerada a pretexto do exercício da liberdade assegurada a candidato a cargo eletivo.

"a propaganda eleitoral deve manter-se dentro de padrões éticos e jurídicos para esclarecer o eleitorado, e não exclusivamente para violar a integridade moral, a imagem pública dos adversários.

Em suma franquia democrática consubstanciada no direito ao horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão, não pode transfigurar-se numa arma para bater os adversários por via de ataques, insultos, injúrias, difamações e calúnias continuadas, os programas dos partidos políticos não podem transformar-se em bolsões do crime contra a honra das pessoas. O direito à propaganda não é um direito para delinqüir. A ação da Justiça Eleitoral tem por fim evitar sobretudo o dano eleitoral irreparável, desprezando, neste momento, a ação penal cujos efeitos frenatórios somente advirão após o término do pleito. Egrégio Tribunal, lamentamos profundamente, o que vem ocorrendo em Rondônia, em matéria de campanha eleitoral.

Instaurou-se em Rondônia uma "Societas Criminis", entre a maioria dos partidos, contra a Coligação "A Vontade do Povo", onde, via dos delitos de calúnia, difamação e injúria, tenta-se por todas as formas

fulminar o candidato a Governador Olavo Pires."

Conforme fazem claro as fitas eletromagnéticas que instruem a presente, os candidatos das Coligações "Compromisso com Rondônia" e "Frente Progressista", especialmente, vem atacando criminosamente o candidato a Governador, Olavo Pires, que desponta como campeão nas pesquisas de intenção de voto. Armou-se em Rondônia uma feroz aliança dos derrotados, tentando só e, exclusivamente, destruir o vitorioso. Ora apontando-o como Narco Traficante, ora como homicida, além de uma avalanche de difamações.

"Até quando a ação delituosa terá livre curso, abusando da Lei, da paciência e do decoro público?

Até quando a capacidade de resignação continuará a nortear os passos do agredido, sem qualquer reação capaz de lavar a honra?

A legítima defesa da honra é, certamente, a última instância da reação da vítima encurralada pelas circunstâncias, injustamente, adversas.

A violência verbal exarada dos programas dos concorrentes de Olavo Pires ultrapassa os limites da tolerância e margem o perigoso terreno do foro íntimo, do campo pessoal onde as reações são imprevisíveis e a violência física é um componente e necessário.

Urge por um basta a este clima de agressões e de infâmias que constituem a tônica das referidas agremiações políticas."

"O candidato ao Governo, Olavo Pires, em razão da situação preferencial junto à vontade popular, tem sido atacado, vilipendiado, agredido brutal e impiedosamente, muito além da sua dimensão de homem público para descer ao reduto da intimidade, do plano familiar. Os programas dos concorrentes não podem ter como objetivo, única e exclusivamente, uma verdadeira crucificação pública, à custa da difamação e da calúnia. A Prática delituosa não há de ser de base de sustentação da propaganda adversária.

A prática contumaz de um crime contra a honra, contra o patrimônio moral, deve ser coibida pelo Poder Judiciário.

Em vão, resultaram os pedidos de resposta deferidos por esse Egrégio Tribunal aos candidatos da Coligação "A Vontade do Povo".

A escalada de violência verbal passou para agressão física, quando foi alvejado o candidato a Deputado Estadual Pinga, quando um cabo eleitoral foi morto a tiros em Porto Velho, quando a moradia de candidato aliado a Olavo Pires foi metralhada. Tudo isto ocorre na esteira do clima agressivo que contamina da Propaganda Eleitoral no Horário Gratuito."

A liberdade democrática não pode ser o antídoto da própria democracia, e aquela torna-se seu algoz sempre que ofende os direitos e garantias individuais, sempre que agride qualquer cidadão.

O crime não pode abrir caminho para a vitória dos concorrentes que se encontram em posição desvantajosa perante a opinião pública, senão que imediatamente repellido.

Vejam, eméritos julgadores, do que preferencialmente acusam Olavo Pires: 1ª - de ligações com o narcotráfico, alertando que a Polícia Federal, está de olho nele; 2ª - de assassinato do jornalista João Batista Atencar.

As acusações são gravíssimas e causam, sem dúvida, elevados prejuízos à campanha do acusado, contudo, nem o outro é verdadeiro; portanto não há qualquer envolvimento de Olavo Pires com drogas, conforme comprova certidão negativa passada pela Polícia Federal em nível nacional, e relativamente à morte do jornalista houve simples indicação no inquérito policial, e posteriormente o processo foi anulado no Tribunal de Justiça de Brasília visto que, julgar eventual crime praticado por Parlamentar Federal é da competência do Supremo Tribunal, até agora, não foi oferecido denúncia contra Olavo Pires por absoluta falta de provas idôneas para sustentá-la.

Em consequência, o que a Coligação "Compromisso com Rondônia" faz é apenas caluniar, ou seja atribuir injustamente prática criminosa ao candidato Olavo Pires.

Excelso membros desta Corte, os danos eleitorais são instantâneos, e a paralização das agressões deve ser igualmente imediata, não há tempo a perder, porquanto após o pleito tudo resultará inócuo.

"Com vistas a evitar que ultrajes se acentuem no término da campanha eleitoral, clama-se, em razão do tom belicoso que se encontra a propaganda eleitoral, por uma fiscalização prévia de todos os progra-

mas partidários exibidos no rádio e televisão, por parte do Tribunal Regional Eleitoral, com vistas a prevenir deporáveis agressões e reações, absolutamente, previsíveis que colocarão em risco a integridade física dos candidatos da Coligação "A Vontade do Povo".

Existem inúmeros precedentes que são suporte ao pedido ora esboçado, invocando-se os eventos de Marronzinho e Pedreiras, ambos candidatos a Presidente da República no último pleito, ou ainda ocorrências havidas nos Estados da Bahia e Rio Grande do Sul, onde os programas do horário gratuito igualmente foram suspensos pelos respectivos Tribunais Regionais e pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Outrossim quanto aos programas das Coligações "Compromisso com Rondônia e Frente Progressista", deverão ser sumariamente suspensos, dada a prática contumaz de delitos contra a honra do candidato Olavo Pires.

Isto posto, com fulcro nos arts. 242, caput, in fine, e 243, IX do Código Eleitoral, vem requerer a este Egrégio Tribunal a suspensão dos programas no horário gratuito de televisão e rádio das Coligações "Compromisso com Rondônia" e "Frente Progressista", bem como proceder a fiscalização efetiva de todos os programas através de censura prévia ou instantânea, por membro designado por essa Corte.

Protesta pela posterior juntada de Instrumento de Mandado.

N. Termos.

P. Deferimento

Porto Velho, 25 de setembro de 1990. - Dr. Sérgio Leonardo Darwich, OAB (RO) Nº 11-A.

Exmª Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia.

Olavo Gomes Pires Filho, brasileiro, separado judicialmente, Senador da República, residente e domiciliado em Porto Velho, à Av. Jorge Teixeira, nº 480, inscrito no CPF nº 004.483.701-15, portador da Cédula de Identidade nº 20.064 SSP/GO, candidato a Governador do Estado pela Coligação Partidária "A Vontade do Povo" por seu advogado, infrafirmado, perante essa Corte, requerer Direito de Resposta contra a Coligação "Frente Progressista", pelas razões a seguir:

Nos programas do horário gratuito da televisão da Coligação "Frente Progressista", está sendo utilizado uma fita eletromagnética em que acusam, fazendo menção a fatos inverídicos, em que o postulante estaria, envolvido com drogas, na data de hoje e nos dias 26 e 27 do corrente mês.

A finalidade desta Coligação é no sentido de tentar denegrir a boa imagem que goza este candidato no meio político deste Estado.

Para comprovar esta agressão injusta contra este candidato é que junta a esta a fita eletromagnética.

Pelo exposto, requer lhe seja concedido Direito de Resposta, no programa gratuito de televisão reservado a Coligação "Frente Progressista", em tempo e horário estabelecidos por essa Corte de Justiça (Artigo 15, parágrafo 4º, da Resolução nº 16.409/90), de modo a possibilitar a reparação do dano ao ofendido, na mais exata e correta administração da justiça.

Protesta pela juntada do Instrumento de mandado no prazo legal.

N. Termos.

P. Deferimento

Porto Velho, 27 de setembro de 1990. - Dr. Gilberto da Costa Cavalcante, OAB/RO Nº 04.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. Iram Sarnaiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Ainda temos oradores inscritos. O primeiro é o nobre Senador Aureo Mello, a quem concedo a palavra.

O SR. AUREO MELLO (PMDB - AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de ouvir a exposição em defesa dos Direitos Humanos, dos direitos dos Srs. Senadores, que acaba de ser proferida, seria quase uma levandade abordar outro assunto que não um de tão alta gravidade, de tão alta significação.

Estava em pauta o meu propósito de, laconicamente, destacar os interesses da Empresa de Transporte da Amazônia, a Empresa de Navegação da Amazônia S.A. que, através do seu presidente, envia-me solicitação pleiteando que a Enasa,

para o orçamento do ano vindouro, conte com o apoio da Comissão Orçamentária da União e permite que aquelas embarcações singrem a nossa região transportando o povo e atendendo a reclamações daquela terra.

Faço, em caráter sintético, referência às embarcações: Roraima, catamarã da classe regional, utilizado na linha do Baixo Amazonas; Rondônia, catamarã da classe regional, utilizado também na linha do Baixo Amazonas; Amapá, da classe regional; Amazonas, primeira classe, utilizado na linha do Baixo Amazonas; Pará, catamarã de primeira classe, utilizado na linha do Baixo Amazonas e outras embarcações deste tipo, necessitadas de reparo.

Certos de que, neste apelo formulado à Comissão de Orçamento da União, estarei sem dúvida contribuindo para o engrandecimento da Região Amazônica da mesma forma que todos aqueles que desejam o bem, a justiça, o amor e o progresso daquela área em favor da nossa terra, tenho certeza de que, no Orçamento da República, a dotação que foi determinada supera a própria expectativa e é de esperar, que os seus componentes e os seus integrantes, sob a Presidência de Cid Carvalho, Deputado Federal pelo Maranhão, não de fazer justiça à nossa área tão conturbada, tão sofrida de todas as maneiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei breve. Não poderia deixar de trazer o meu repúdio às declarações do Sr. Eduardo Teixeira que, ao assumir a Presidência da Petrobrás, na tarde de ontem, confessou claramente, a sua posição contrária ao monopólio estatal da referida empresa.

Pretendo, dentro de poucos dias, fazer um pronunciamento relacionado com esse assunto e conclamo todos os nacionalistas para que se levantem contra a tese defendida pelo Presidente que ora assume os destinos da Petrobrás.

Sr. Presidente, V. Ex^a, antigo jornalista, e eu participamos, ativamente, da campanha "O Petróleo é Nosso". E depois de anos e anos de luta, para que a Petrobrás se firmasse como uma grande empresa res-

peitada internacionalmente, assume a Presidência da Petrobrás um brasileiro que se diz favorável ao término do monopólio estatal do petróleo.

Por isso, em meu nome pessoal e no do Partido Socialista Brasileiro, venho convocar os nacionalistas para que reiniciem a luta, agora para a manutenção daquela empresa, que merece o respeito e a admiração dos autênticos brasileiros. Eu muito me orgulho de ter uma cicatriz de 10 pontos no meu couro cabeludo em razão de uma borrachada de um policial daquela época, quando lutava em favor da nossa Petrobrás.

Sr. Presidente, fica bem clara a posição do neoliberalismo, a desnacionalização total da nossa economia, que já permite, inclusive, que as distribuidoras que lutaram com um lobby violento na Constituinte, para que a distribuição não ficasse apenas com a Petrobrás, nesse momento já participem da venda dos produtos combustíveis.

Amanhã farei um pronunciamento, nesta Casa, relacionado com o problema das distribuidoras de petróleo. Mas não poderia silenciar a minha revolta, nem a repulsa do meu partido, diante da atitude do novo dirigente da Petrobrás, contrária ao monopólio estatal do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu pretendia hoje tratar de vários assuntos. Lamentavelmente, não me foi possível, porque o tempo se tornou muito pequeno para tanto. Em compensação, tivemos excelentes oradores que me antecederam na tribuna e trouxeram assuntos tão importantes para a República.

Sr. Presidente, espanta-me que o Senado Federal não tenha defesa alguma. Se é um ser inerme e inerte quanto à sua honra e à sua dignidade, não sabemos a que se deva isso, mas o fato é que as informações são distorcidas, com grande freqüência, sobre o Senado Federal.

Eu estava em minha cidade, Sr. Presidente, depois de participar de uma reunião parlamentar internacional, representando o Brasil, quando soube do boletim, de autoria de funcionários públicos, onde se

dizia, do modo mais injusto, que o Senado estaria tramando contra os servidores em disponibilidade, de tal sorte que o substitutivo ao regime jurídico único, aqui aprovado, seria uma porta aberta para vencimentos proporcionais aos postos em disponibilidade, que seriam aposentados obrigatoriamente.

Sr. Presidente, aqui está o Senador Odacir Soares que acompanhou a nossa luta, todas as lideranças acompanharam a nossa luta, todo mundo sabe que, na Constituinte, o orador que fala a V. Ex^a foi exemplar defensor do funcionário público. Em nenhum momento se cogitou disso, pelo contrário, sempre tivemos em mente impedir esse atentado.

Leio no *Correio Braziliense* de hoje uma coisa nojenta que é produzida por um idiota, ou por um detentor de absoluta má-fé. Aqui está uma mentira incrível: "O funcionalismo rejeita novo substitutivo". Isso é uma mentira que soltaram para todo o País, porque o funcionalismo não há de rejeitar um substitutivo que o beneficia do primeiro ao último artigo, da primeira à última palavra, consagrando todas as conquistas e mantendo todos os respeito e dignidades devidos pelo Congresso Nacional ao funcionalismo público brasileiro.

Sr. Presidente, depois da reunião em que se aprovou o substitutivo aqui no Senado, quando todas as lideranças foram unânimes na louvação do parecer e do substitutivo, a imprensa no dia seguinte publicou matérias assim: "Senado Federal autoriza aposentadoria proporcional dos servidores em disponibilidade". Estranhei a notícia e entrei em contato com um grande jornal de São Paulo, para perguntar onde estava escrito, em que documento se basearam. Mandei todo o documentário àquele órgão de imprensa, para mostrar que, em nenhum momento, jamais existiu esse desejo ou essa idéia nesta Casa. Também anunciavam um acordo que o Relator, no caso o orador que ora fala, teria feito com o Sr. João Santana. Não fiz acordo nenhum, Sr. Presidente. Ele foi ao meu Gabinete, acompanhado pelo Senador Odacir Soares, para tomar conhecimento, levar sugestões, o que é muito lícito, porque nós convocamos as autoridades para aqui comparecerem, e quando elas chegam, de livre e espontânea vontade, devem ser acolhidas com dignidade. Li as sugestões do Sr. João Santana, e não aproveitei nenhuma delas, porque tomamos um outro caminho que, coincidentemente,

é o consenso nacional; toda a Nação deseja, toda a Nação quer; a adoção da Lei nº 1.711, para todos os servidores públicos, acrescida essa lei de todas as conquistas consagradas pela Câmara dos Deputados. Isso é o que foi feito.

Sr. Presidente, nesse trabalho, atendendo às lideranças que nos visitaram, inclusive ao Senador Odacir Soares que aqui está e é testemunha, e às ponderações de um excelente Deputado por Brasília, cujo nome me foge agora inteiramente, e foi um dos líderes na defesa do funcionalismo, que sugeriu: "Senador, vamos tirar o art. 177 da Lei nº 1.711". Perguntei: "O que tem o art. 177?". O art. 177 apenas permite que o servidor público em disponibilidade, completando o tempo, se aposente, como direito. Ninguém pode forçá-lo a se aposentar. S. Ex.^a disse: "Mas é por aí que o Governo pode entrar. O Governo é muito forte, o Governo é arbitrário. Ele poderia aproveitar-se desse artigo e, com uma interpretação indevida, aposentar os servidores em disponibilidade".

Resolvi atendê-lo. E foi explicado, aqui da tribuna do Senado Federal, quando foi prolatado o parecer, que o art. 177 saía apenas por um aspecto psicológico, para o atendimento dos servidores públicos, porque tanto faz ele estar na Lei nº 1.711 como não. De qualquer maneira, ninguém pode ser aposentado à força, cogentemente, obrigatoriamente, exceto na questão de idade, na aposentadoria compulsória. Tirou-se o art. 177, mas uma pessoa de imprensa teve o raciocínio "macarrônico". Se o Presidente vetar o art. 177, podem os servidores em disponibilidade serem aposentados. Outro raciocínio absurdo! Mas isso ganhou corpo, porque é interessante atingir o Senado Federal, é interessante atingir um órgão que não se defende.

E eu não sei para que tanta gente neste Senado: há tanta coisa, há tanto serviço neste Senado, mas não há um setor que tenha como sua função defender a dignidade desta Casa. Se eu fosse Presidente desta Casa, V. Ex.^a iria ver como as coisas seriam absolutamente diferentes, em matéria de honra e de dignidade, pelo menos. Poderia não me preocupar com jornal de gabinete, poderia não me preocupar com o álcool, gasolina e cafezinho, mas com a honra e com a dignidade da Casa, garanto, essa seria minha grande preocupação.

Sr. Presidente, hoje leio nos jornais, que o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal, Sr. Francisco Zócoli, que não conheço, considerou como inaceitável, ontem, o substitutivo do Senado, estabelecendo regime único de estatutário para a categoria. Segundo denunciou, o substitutivo do Senado visaria criar uma brecha legal para pagar o salário proporcional, por tempo de serviço, aos servidores colocados em disponibilidade pelo Governo Federal, via aposentadoria compulsória. Isso é de uma burrice hedionda, não está escrito em canto algum. De onde se tira essa conclusão, Sr. Presidente, de quê, de onde? Ou é má fé, ou é uma burrice, ou é atrevimento, ou é parte dessa campanha contra o Senado Federal. Em nenhum momento, o Senado deixou essa brecha, em nenhum momento foi esse o desejo das lideranças e dos Partidos. O desejo dos partidos, Sr. Presidente, foi o de evitar o que haveria de se consumir se aprovado o substitutivo da Câmara. Os funcionários do Banco do Brasil teriam suas aposentadorias reduzidas, e os funcionários de todos os órgãos que têm o complemento de aposentadoria. Acabar-se-ia o IPC desta Casa, criar-se-ia uma tremenda confusão para os ex-Parlamentares que tiveram aqui 35, 40 anos de exercício e não puderam ter outras atividades lá fora, e recebem miseráveis pensões que são pagas pelo IPC. Dizem que aqui tudo é helênico, é extraordinário, mas, na verdade, tudo aqui é miserável. Não há essa grandiosidade. Esse ouro que se esparrama no Congresso Nacional é mera ficção, é mera literatura. Na verdade, isso não existe. Se houvessemos aprovado o substitutivo da Câmara, os servidores da Caixa Econômica, do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, de todas as estatais, como a Petrobrás, os que se aposentaram, seriam levados à miséria em 6 meses. Agora, que sindicato é esse de funcionários públicos que deseja a miséria dos seus irmãos? Isso eu não entendo.

O Sr. Odacir Soares - Permitte-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Ouço V. Ex.^a com todo prazer, nobre Senador Odacir Soares. Desculpe-me por ter demorado um pouco em atendê-lo.

O Sr. Odacir Soares - Queria apenas acrescentar ao discurso de V. Ex.^a o fato de que o substitutivo elaborado por V. Ex.^a foi aprovado pela unanimidade das lideranças desta Casa

e pela unanimidade da Casa. Portanto, admitir-se que esse ou aquele partido pudesse ser conivente com uma proposta que o Governo tivesse trazido aqui, por intermédio da sua liderança, é de uma ingenuidade à flor da pele, porque todos os partidos acordaram com o substitutivo, inclusive as lideranças sindicais com as quais mantivemos demorados contatos, inclusive com a Andes e com a Federação dos Servidores Públicos, enfim, com todas as lideranças sindicais aqui presentes naquela ocasião. O substitutivo apresentado por V. Ex.^a conseguiu ser uma síntese, atendendo todas as reivindicações, atendendo aquilo que já está hoje consagrado na Constituição como conquistas sindicais e atendendo também as lideranças políticas representadas nesta Casa, as lideranças partidárias representadas no Senado Federal. Por outro lado, queria, aproveitando-me do discurso de V. Ex.^a, lamentar que o Sindicato dos Servidores Cíveis de Brasília, ao qual alude V. Ex.^a, ao qual o jornal alude também, não esteja, neste momento, trabalhando junto à Câmara dos Deputados, para que o substitutivo seja ali aprovado, em regime de urgência, como o foi aqui no Senado. Nós sabemos, V. Ex.^a sabe, eu sei que os servidores públicos federais celetistas desejam, com urgência, que esse regime jurídico único seja aprovado, porque vai permitir a aposentadoria de quase 100 mil servidores que já têm tempo de serviço, e vai permitir também, quem sabe, uma nova antecipação salarial, uma vez que a União terá economia, na medida em que se aposentarem esses servidores e na medida em que deixar de recolher a contribuição previdenciária. De modo que a notícia do jornal, conforme V. Ex.^a já fez referência, é uma notícia inteiramente improcedente. As alegações do presidente do sindicato são absurdas, parecem até alegações de má-fé ou de quem não leu o substitutivo elaborado por V. Ex.^a e aprovado por esta Casa. De modo que queria apenas trazer aqui mais um testemunho, o meu testemunho ao comportamento extremamente ético de V. Ex.^a, quando, naquela ocasião, como relator da matéria designado pela Mesa, conseguiu elaborar o substitutivo que, como disse, é a síntese não apenas das aspirações dos servidores públicos, mas também das suas representações sindicais. De modo que V. Ex.^a tem a minha solidariedade, porque acompanhei de perto todo o trabalho que V. Ex.^a desenvolveu, e sou testemunha de que V. Ex.^a, inclusive, recebeu o Dr. João Santa-

na, mas S. S^a não teve nenhuma influência na elaboração do seu substitutivo. V. Ex^a o recebeu em minha companhia, e não poderia deixar de fazê-lo, uma vez que o Sr. João Santana é titular exatamente de uma secretaria ao qual está vinculada a questão do servidor público. V. Ex^a teve um comportamento ético sob todos os aspectos e elaborou um substitutivo que atende aos interesses da categoria que está ali representada amplamente.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — É válido o testemunho de V. Ex^a, que estava no meu gabinete durante a audiência que tivemos com o Sr. João Santana e seus assessores. Recebemos as sugestões, discutimos, conversamos, mas a solução foi outra, inteiramente diferente.

O pior dessa notícia que leio no *Correio Braziliense* é que ela diz: "Funcionalismo rejeita novo substitutivo". Quer dizer, o Sr. Francisco Zócoli fala por milhares e milhares de servidores, sem nenhum conhecimento de causa. Duvido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o funcionalismo público seja esse mau caráter, tenha essa condição de mau caráter de que dá notícia o Sr. Francisco Zócoli. Duvido que o funcionalismo público prefira a aprovação do substitutivo da Câmara em prejuízo dos aposentados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, Banco Central, Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás. Duvido que o funcionalismo público, que eu defendo, queira melhorar enquanto outros pioram. Duvido que o funcionalismo público queira uma situação satisfatória em detrimento de seus companheiros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ex e dignos parlamentares que vivem hoje de poucas pensões. Duvido que isso seja da índole do servidor público. Isso pode ser da índole do Sr. Francisco Zócoli, pode ser da índole até do partido a que ele pertença, mas duvido que isso seja da índole do servidor público, porque eu conheço o servidor público e por isso o defendo e o defendi.

É preciso que esse Sr. Francisco Zócoli saiba que o relator da matéria é autor de emendas como a da estabilidade, que resultou no art. 19; é um dos autores da emenda que resultou no regime jurídico único; é autor de todas as emendas que resultaram vitoriosas, de aproveitamento, no serviço público, de deficientes físicos. Somos uma pessoa inteiramente dedicada a essa atividade, a essa defesa do aposentado, do pensionista. Foi

toda uma luta. Por que, de repente, iríamos receber correções de um cidadão, que não sabemos quem é, relativamente ao regime jurídico único? Assunto que entendemos profundamente, que estudamos e nos dedicamos com profundidade, com zelo, com carinho, mas, acima de tudo, com o espírito de justiça que deve presidir todas as atividades do Poder Legislativo.

Por isso, Sr. Presidente, fica esse reparo. Pretendia hoje proferir aqui algumas palavras sobre o Ministro Bernardo Cabral; falar sobre a Petrobrás; trazer aqui reflexões sobre a extinção dos incentivos fiscais, precisava falar sobre essa nota do jornal, tão injusta e tão mentirosa que não tem nem classificação. É preciso que o funcionalismo público do Brasil não se deixe representar por lideranças inconsequentes, porque vão terminar criando áreas de choque que somente prejuízos levarão aos servidores públicos, em um tempo em que o Poder Executivo não lhes é muito simpático.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, o Presidente dos trabalhos não se pode eximir da obrigação de dar o seu testemunho de que V. Ex^a, como toda esta Casa que unanimemente aprovou o seu substitutivo, esteve, como todos nós estivemos, em defesa dos direitos do servidor público. (Pausa.)

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Pompeu de Sousa, 3^a Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa agradece a contribuição do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, mas ressalta que seria permanente a preocupação desta Casa se andasse catando nos jornais as notícias que dizem respeito ao funcionamento do Senado, para desmentir uma a uma. Evidentemente que os excessos, os erros praticados pela imprensa serão corrigidos, como serão certamente, hoje, depois da intervenção do nobre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senado Federal tem procurado preservar o bom nome da Casa e, infelizmente, nem sempre tem encontrado respaldo para isso, porque muitas dessas críticas que estão sendo feitas são procedentes ou ao

menos em parte procedentes. No caso, como demonstrou S. Ex^a, a crítica é inteiramente im-procedente e, por isso mesmo, o registro de S. Ex^a fica fazendo parte dos Anais e será enviada cópia do seu discurso ao jornal que publicou essa notícia tendenciosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho reverenciado, ao longo de toda minha vida pública, o Estado de Sergipe, cuja população eu e meus companheiros de bancada temos a honra de apresentar nesta Egrégia Casa. Não podemos deixar de fazê-lo nesta data, quando se comemora a sua emancipação política, ocorrida em 24 de outubro de 1824.

Ao completar 166 anos de emancipação política, o Estado de Sergipe pode orgulhar-se do seu desenvolvimento econômico, das suas riquezas potenciais e de sua vocação para o trabalho, malgrado as dificuldades com que se defrontou ao longo de sua história. Na verdade, quando da conquista de sua autonomia, os sergipanos já haviam forjado em sua alma esse caráter de destemor e de apego à liberdade, esse espírito inquebrantável de luta e de labor, enfrentando ora ferozes inimigos, nativos ou estrangeiros, ora as circunstâncias adversas de uma terra agreste, que foi aos poucos moldando-se à ação desbravadora de nossos antepassados.

A história de Sergipe remonta a 1534, com a doação a Francisco Pereira Coutinho de uma capitania que tomou o seu próprio nome. A morte por naufrágio do donatário e a falta de recursos dos seus descendentes impediram a rápida colonização das terras, que foram readquiridas pela Coroa.

Sendo a região alvo constante de aventureiros franceses e holandeses, bem relacionados com os silvícolas que ali habitavam, mandou a Coroa que Cristóvão de Barros a reconquistasse, com a finalidade de garantir o domínio português.

Começa aí o rol de lutas do bravo povo sergipano. Cristóvão de Barros, tendo reconquistado aquelas terras, fundou a cidade de São Cristóvão e a Capitania de Sergipe de El-Rei, sucessora, portanto, da capitania que fora doada a Francisco Pereira Coutinho. Sergipe de El-Rei conheceu, em seguida, períodos de paz e progresso alternados com pe-

riedades de lutas e dificuldades, como a dominação holandesa, que durou de 1637 a 1647.

Com a mudança da sede do Governo-Geral do Brasil, da Bahia de Todos os Santos para o Rio de Janeiro formou-se o Estado da Bahia, que foi constituído pelas capitânias da Bahia de Todos os Santos, de Sergipe de El-Rei, de Ilhéus e de Porto Seguro.

Abro aqui um parêntese para apontar, talvez, a gênese da pendência territorial que ainda perdura, entre os Estados de Sergipe e da Bahia. Terá sido esta, também, a gênese de um equívoco que historicamente não se justifica, e que vem gerando legítimos protestos do povo sergipano, como veremos adiante.

A constituição geográfica do Estado da Bahia, com a incorporação da Capitania de Sergipe, perdurou de 1762 a 1820, quando o Rei Dom João VI determinou se procedesse à desagregação. Não fora relutância da junta que governou a Bahia em cumprir o decreto real, Sergipe teria hoje sua área original sem contestações. A rebeldia da junta retardou em quatro anos a emancipação de Sergipe. Porém, mais do que tardia, essa emancipação foi incompleta, tendo à Bahia devolvido nada mais do que um quinto do território original da capitania.

A luta de Sergipe pela reintegração de suas terras ainda permanece, mas de forma alguma tira o brilho das comemorações dessa data. Isso porque a própria autonomia resultou de incansáveis lutas, e o espírito do povo sergipano, forjado no amor à terra, no exemplo de antepassados ilustres, nas conquistas árduas e laboriosas, não se abate.

Como representante do povo sergipano nesta Casa, apresentei, durante a Assembleia Nacional Constituinte, a Emenda nº 587, determinado a reintegração de parte do território usurpado pela Bahia. A emenda não teve a acolhida que merecia, mas, juntamente com outras propostas idênticas, deu origem à criação da Comissão de Estudos Territoriais, prevista no art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias, cujos relatórios em breve serão apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, disse anteriormente que o Estado de Sergipe, ao completar seus 166 anos, pode-se orgulhar de sua história e do seu desenvolvimento. De fato,

embora seja o estado brasileiro de menor extensão territorial, possui recursos minerais bastante significativos e tem apresentado um desempenho econômico dos mais promissores, em especial nos setores secundário e terciário.

Com forte presença da iniciativa pública, destacando-se as atividades de extração mineral, Sergipe tem apresentado elevados índices de crescimento e de melhoria da renda. Mas não é somente o setor extrativo que contribui para o seu desenvolvimento. No período de 1970-1983, segundo levantamento do IESAF - Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados, da Secretaria de Planejamento, a indústria de construção civil assinalou um crescimento de 265,3%.

O desempenho da economia sergipana, puxado pela expansão industrial, possibilitou que o Produto Interno Bruto per capita do Estado de Sergipe ocupasse a primeira posição.

O redesenho do perfil econômico implicou, ao lado da expansão industrial, acentuada queda no peso da produção agrícola, agravada por períodos de prolongada estiagem. E em que pese a forte presença da União no setor petroquímico, Sergipe recebeu nas últimas décadas um irrisório número de projetos industriais incentivados.

O que se depreende desse quadro é que, a par de todas as medidas, é necessário estabelecer uma política industrial global e consistente que estimule a modernização dos demais setores, e que certamente permitirá o aproveitamento do seu imenso potencial de riquezas. Para isso, é fundamental concretizar, no menor prazo, a implantação do Pólo Cloroquímico, ao lado de outros projetos de grande impacto.

Essa deve ser a ação governamental integrada, em todos os seus níveis, como justa contrapartida do Governo Federal à contribuição de Sergipe no cenário nacional. Com sua tenacidade, com seu amor ao trabalho, com seu espírito indomável, o sergipano multiplicará os investimentos e continuará dando sua cota para a construção deste grande País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PDT - GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há 57 anos, precisamente no dia 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, ao qual tenho a honra de representar no Senado da República.

A mudança da capital do estado, preconizada pelos que defendiam a aceleração do crescimento econômico e a modernização administrativa estadual, começou a se tornar realidade em 1932, quando o então interventor Pedro Ludovico nomeia a comissão que tem como secretário o advogado Colemar Natal e Silva, com a missão de estudos para a localização da futura capital.

Já em 1933, após pesquisar diversos municípios, a comissão submete ao urbanista Armando de Godoy a escolha do município de Campinas, preferido pela localização, clima, abundância de água e pela facilidade da construção da malha ferroviária no local. Ficou assim definida a sede da nova capital do estado.

Um empréstimo de 3 mil contos de réis obtido da União e a venda de lotes urbanos constituíram-se nas principais fontes de recursos que deram início a construção da cidade. Um minucioso projeto urbanístico começou a ser concretizado, tendo sempre como meta principal o bem-estar dos cidadãos que ali iriam residir, trabalhar e divertir.

Já em 1935, dois anos depois do lançamento da Pedra Fundamental, o governo realiza a mudança provisória para Goiânia. No dia 7 de novembro desse ano, fundou-se o Município-Sede da Capital e foi nomeado seu primeiro prefeito o professor Venerando de Freitas Borges.

Transcorrido pouco mais de meio século do início de sua construção, Goiânia é hoje uma das mais dinâmicas e modernas capitais brasileiras, ganhando destaque no cenário cultural, artístico e esportivo do País.

Gostaria de aproveitar essa oportunidade para congratular-me com a população goianiense, da qual tenho orgulho de pertencer, desejando de coração uma vida próspera e de grandes realizações a todos os que fazem de Goiânia a grande metrópole do Centro-Oeste brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT - SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem sido tão freqüente na grande imprensa a inserção de notas e notícias criticando o Parlamento e os parlamentares, que quando ela publica alguma coisa de razoável sobre o assunto nós nos rejubilamos.

É o caso do artigo do jornalista Mauro Santayana, no *Jornal da Tarde*, de 12 de outubro de 1990, que passamos a ler. Afinal, o artigo é um breve oásis no bombardeio de críticas, justas algumas, injustas a maioria, sofridas pelo Congresso e pelos Congressistas em geral.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"PODERES

Mauro Santayana

Não há, na história parlamentar do mundo, notícia de corpos legislativos imunes à corrupção, à preguiça, aos palavrões, aos pescoções e ao ridículo. Os parlamentos surgiram, nas sociedades primitivas, como apelo da razão contra a força - enfim, para que a borduna fosse substituída pela palavra. A ironia nem sempre basta, porém. Os adjetivos se tornam mais áspers no curso dos debates e, muitas vezes, incitam os atos de ira. Em todos os tempos, em todos os lugares, as armas são chamadas para reagir aos insultos ou simplesmente substituir a razão, nas salas parlamentares. Em um dos mais famosos plenários, o do Senado romano, os punhais de Cássio e Bruto dilaceraram a ditadura que habitava as entranhas de César e, ao longo do tempo, os ferros e o chumbo têm servido para confirmar ou desviar o curso da História.

Os parlamentos são o que são as sociedades que os constituem, e nunca houve sociedades perfeitas. A cultura não chega a ser virtude moral, como tantos ingênuos supõem, e tampouco é virtude política. A *kultur* germânica, com o Sr. Heidegger de cambulhada, deu naquele bando de palhaços e assassinos. Recentemente tivemos a desestruturação do Sr. Althusser, como há 200 anos tivemos a do Sr. Emmanuel Kant: o que parece ser lucidez absoluta pode ser a véspera da mais absoluta insanidade - pessoal e coletiva.

Quando ao ridículo, não há o que se falar. O já citado César, ao lembrarem, em debate no Senado, sua aventura com o Rei de Bitínia (o episódio é esquecido pelos biógrafos mais conhecidos do grande estadista: para conseguir alguns navios emprestados, o jovem César consentiu em um encontro homossexual com o soberano), retrucou que servira a Roma de dois modos, como mulher naquela ocasião e como homem com Cleópatra. Não faz muito tempo, no civilizado Bundestag, em Bonn, uma representante dos verdes protestava contra a natureza: não podia admitir que o ato físico de amor entre o homem e a mulher fosse como é, a seu ver um ato de violência machista. Quanto à corrupção, não temos muito o que dizer. Rara é a legislatura, nos Estados Unidos, em que não surja um escândalo, maior ou menor, envolvendo parlamentares até então tidos como exemplos de dignidade nos dois partidos. Na Europa, nem se fale: da Suíça à Dinamarca, e da Inglaterra a Portugal, os escândalos são rotineiros.

Pela violência, pela corrupção, pelo ridículo - devemos fechar os parlamentos do mundo? É claro que não. Disparam-se tiros nos parlamentos, mas se disparariam muito mais, nas ruas, se as câmaras não se reunissem. Há deputados irresponsáveis, que recebem sem comparecer ao plenário e às comissões? Talvez seja melhor que faltem a que compareçam. Os subsídios ilegítimos que recebem, bem como os atos de corrupção registrados, são as taxas do inevitável. Trata-se de prêmios de seguro que a sociedade paga a fim de manter os seus direitos políticos. De qualquer maneira, estando abertos os parlamentos, e havendo eleições sucessivas, pode-se esperar que tais custos marginais se reduzam. Não podemos pretender um parlamento de anjos. Haverá sempre corruptos e corruptores, cretinos e malandros entre os escolhidos pelo povo.

O que não se diz é que tais exemplos são minoritários, e que o Congresso, enfrentando as dificuldades decorrentes de uma sociedade dinâmica e cheia de contrastes, trabalha. E trabalha muito. Os jornais não registram o que se passa nas comissões,

nem mesmo refletem o que ocorre no Plenário. Durante quase 30 anos tudo se fez, neste País, para desmoralizar o Congresso, e os meios de comunicação, com má ou boa-fé, dependendo dos casos, contribuíram para essa desmoralização. Que pretendem, ao atacar e ridicularizar a atividade parlamentar? Fechar o Poder Legislativo? E por que instituições querem substituí-lo? Por um colégio de anciãos, pela Academia Brasileira de Letras ou pelo Alto Comando do Exército? Ou, quem sabe, por uma renovada Câmara dos Quarenta?

O Poder Executivo, no sistema presidencialista, tem repetido, no Brasil, a velha ojeriza dos reis pelas casas parlamentares. A televisão veicula, nestas semanas eleitorais, uma pequena história sobre o uso de carros oficiais, em que um dos personagens, com manifesto duplo sentido, diz ao chofer: "Quando passar perto do Congresso, o senhor avise". Trata-se de mensagem nada subliminar contra o Parlamento.

A mesma agência poderia, talvez, se tivesse sido contratada pelo Congresso e não pelo Planalto, dizer que a Câmara e o Senado, com toda a sua mordomia, com seus milhares de servidores e arcando também com o orçamento do Tribunal de Contas da União, custa à Nação mais ou menos um terço do que custa apenas a Presidência da República. Sobre isso não se fala.

O Congresso tem a sua culpa. Na era da propaganda e das comunicações de massa, o Parlamento é um poder quase mudo. Os jovens jornalistas preferem as fofocas do Salão Verde ao que se passa no plenário. As mesas da Câmara e do Senado não reagem, como deviam, aos ataques desferidos contra o Parlamento como um todo. O resultado está aí: ninguém sabe o que fazem os deputados. Só sabem que eles ganham muito. Não entendem os eleitores que votaram em branco, em protesto contra o muito, que os seus verdadeiros inimigos não estão entre os que vivem dos subsídios, mas entre os que deles não necessitam.

Mauro Santayana é jornalista."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o exato dimensionamento da questão ecológica em nosso País, sobretudo os aspectos concernentes à região amazônica, constitui preocupação de todos quantos nos sentimos responsabilmente envolvidos na busca do caminho correto para atingir o desenvolvimento aliado à defesa e preservação do meio ambiente.

Movidos por esse louvável anseio, os membros da venerável e augusta Loja Maçônica "Vigilantes da Ordem" nº 2.036, do Grande Oriente do Brasil, sob a orientação do V.M. Confúcio Aires Moura, promoveram, durante o mês de junho último, em Ariquemes, Estado de Rondônia, ciclo de estudos e palestras versando sobre a ecologia e sua inter-relação com as principais atividades produtivas desenvolvidas naquela Unidade da Federação.

Em documento a mim enviado pelos promotores do evento, são apresentadas as conclusões dos estudos e debates que, por sua relevância e atualidade, merecem destaque o realce perante este Plenário, pelo muito que podem contribuir para o real equacionamento da controversa questão ecológica em nosso País.

Cumpré ressaltar, num breve resumo histórico, que o atual Estado de Rondônia, ex-Território Federal, teve, por largos anos, sua incipiente economia lastreada na exploração de riquezas florestais — seringa, castanha, madeira e minerais — ouro, pedras semipreciosas, cassiterita.

A partir de 1964, foi incrementado um programa de povoamento da região, mediante o estímulo à imigração, com o duplo objetivo de manter a soberania nacional com a ocupação da extensa área de fronteira aliada à minimização do problema fundiário do País.

Encarregado de sua execução, o Incra realizou um verdadeiro loteamento na área do então Território de Rondônia, a par da criação de mecanismos de incentivo às atividades agropecuárias. Malgrado o sucesso de muitos projetos implementados pelo Incra, é imperativo ressaltar que a demarcação das áreas a serem povoadas nem sempre foi antecedida do competente estudo e conhecimento da geografia local. Não foram observadas,

em muitos casos, as vertentes d'água nem as cumeadas das serras. Há lotes totalmente alagadiços. Outros existem inteiramente sem água. Muitas estradas rurais foram concebidas sem se atentar para as dificuldades de conservação, mormente no período chuvoso.

Com o recrudescimento da crise econômica, o crescimento da inflação, a queda dos preços dos produtos agrícolas e as alterações no crédito rural, a realidade do Estado evidenciou-se. Diversas propriedades agrícolas foram abandonadas, com os agricultores buscando sobrevivência nos garimpos, demandando vilas e cidades ou, simplesmente, retornando aos seus Estados de origem.

Nesse contexto, avolumam-se as denúncias de devastação e depredação do meio ambiente no Estado, com notícias nem sempre condizentes com a realidade. Culparam-se as indústrias madeireiras pelo abate indiscriminado de árvores, a agropecuária pelos desmatamentos e queimadas, os garimpos pela poluição de córregos e rios, além de incentivar a devastação da mata.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o enfoque do relatório referido concentra-se exatamente na análise da ecologia face a esses três aspectos: indústria madeireira, agropecuária e garimpagem.

As madeireiras, em geral, não constituem fator de agressão ao meio ambiente, mesmo porque representam uma atividade consentida e fiscalizada pelos órgãos governamentais competentes, recolhendo, por conseguinte, taxa de reflorestamento. Tal atividade, na realidade, torna-se essencial e indispensável para um Estado em formação e dotado de grande reserva florestal, sob pena de serem desperdiçadas as árvores que necessitam ser derrubadas para a implantação de lavouras, em virtude de não serem utilizadas técnicas mais avançadas na industrialização, face à dificuldade de escoamento e aos entraves à comercialização.

Propõe-se, por conseguinte, a abolição da taxa de reflorestamento. Cada madeireira se responsabilizaria pela efetivação de seu próprio reflorestamento, atuando o setor público como fiscalizador, competência, aliás, exclusiva sua.

De igual modo, também a agropecuária não exerce o papel de vilã da ecologia. Os desmatamentos de lotes rurais,

via de regra, situam-se aquém do limite máximo fixado por lei — cinquenta por cento —, ficando as exceções por conta dos grandes latifúndios. Aos pequenos e médios agropecuaristas nem é possível efetuar desflorestamento em grande escala. Primeiro, em virtude do elevado custo financeiro do desmatamento, pois a derrubada de um hectare vale mais do que a terra. Além disso, faltam-lhes mão-de-obra para cultivar a área, plantar e zelar a pastagem, contando, quase sempre, com mão-de-obra familiar, com um outro empregado, porcenteiro ou meeiro. Finalmente, o retorno financeiro do empreendimento é nulo, mínimo ou lento e demorado.

Além desses aspectos, ressalte-se que a própria Floresta Amazônica tem ensinado aos migrantes que seu desmatamento, sem imediato e contínuo aproveitamento, tem se revelado financeiramente desastroso. Acrescente-se ainda que o clima da Amazônia está, até hoje, a exigir dos técnicos novas práticas para a agropecuária, devendo-se exigir do Incra critérios específicos de loteamento e de aferição das condições para a titulação dos lotes rurais. Embora válida para as primeiras experiências de fixação do homem à terra, a exigência de derrubada de parte do lote rural como prova da posse da área tornou-se, com o decorrer do tempo, nociva. As áreas desmatadas e não cultivadas — de quantidade significativa — são hoje imensas capoeiras, repletas de pragas, o que inviabiliza seu reaproveitamento.

Ainda uma consideração impõe-se, por relevante. Além de não se terem desenvolvido técnicas agrícolas adaptadas às peculiaridades climáticas da Amazônia, ocorre enorme variedade de solo numa mesma propriedade e, como se sabe, sua correção só se verifica com a implementação de técnicas de custos financeiros bastante elevados.

A par de tamanhas dificuldades, não é estranhável — lamentável embora — que recorram os pecuaristas ao método mais fácil e — infelizmente — mais danoso para erradicar as capoeiras e pastos praguejados. As queimadas substituem o veneno, o trator, a foice e a mão-de-obra.

Tais considerações, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixo aqui registradas, oriundas que são de entidade séria, respeitada, responsável e vinculada à realidade do Estado de Rondônia, como tema de reflexão para esta Casa e como exemplo de isenção e coerência

na busca de solução viável para a crucial questão da ecologia em nosso País e, em especial, na região amazônica. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

Ariquemes, 31 de Agosto de 1990.

Ao Exmo sr.

Dr. Odacir Soares

DD Senador

Exmo Senhor:

A Loja Maçônica Vigilante da Ordem, nº 2.036, localizada em Ariquemes, Rondônia, realizou em junho de 1990 estudo sobre:

*Ecologia com relação a Indústria Madeireira;

*Ecologia com relação a Agropecuária;

*Ecologia com relação a Garimpagem.

Nesta oportunidade encaminho-lhe cópia do relatório final, em anexo, aprovado por todos os membros, para o conhecimento de Vossa Excelência e providências.

Atenciosamente Confúcio Aires Moura, Presidente.

A ECOLOGIA E RONDÔNIA

A venerável e augusta Loja Maçônica Vigilantes da Ordem - nº 2.036, do Grande Oriente do Brasil, sob a orientação do V. M. Confúcio Aires Moura, promoveu, durante o mês de junho de 1990, estudos sobre a ecologia e sua inter-relação com as principais atividades produtivas desenvolvidas no Estado de Rondônia.

As palestras enfocaram as indústrias madeireiras, agropecuárias e extrativistas mineiras.

Antes de serem formuladas as conclusões, fundadas nos debates das questões, necessário é um rápido histórico sobre o Estado de Rondônia.

O atual Estado, ex-território Federal, teve, por largos anos, a sua incipiente economia lastreada na exploração de riquezas naturais florestais (seringa, castanha e madeira) e minerais (ouro, pedras semipreciosas e cassiterita).

A partir do regime militar de 1964, incrementou-se a imigração para o então Território de Rondônia com dois objetivos principais: a) manter a sobe-

rania nacional; b) minimizar o problema fundiário no país.

Com estes escopos, o território foi loteado pelo INCRA e criaram-se mecanismos de incentivo às atividades agropastoris. Nasceu o novo Eldorado.

O mito perdurou até o final dos governos revolucionários. A partir daí, com o recrudescimento da inflação, a queda dos preços dos produtos agrícolas e as alterações no crédito rural a realidade rondoniense mostrou-se nua e crua.

As propriedades agrícolas, em grande número, foram abandonadas. Alguns agricultores buscaram a sua sobrevivência nos garimpos. Outros demandaram às vilas e cidades. Outros ainda, retornaram aos seus Estados de origem.

Note-se que, anteriormente a estes fatos, as áreas de garimpo, com exceção da do ouro no Rio Madeira, estavam sob o controle das grandes mineradoras.

A agravar este quadro desencadeou-se vasta campanha para preservação do meio ambiente, com notícias não condizentes com a realidade.

Culpavam-se as indústrias madeireiras pelo abate indiscriminado de árvores, a agropecuária pelo desmatamento e pelas queimadas, os garimpos pelo desmatamento e pela poluição de córregos e rios.

Feito este breve resumo histórico, vamos aos temas propostos.

1. As madeireiras, de um modo geral, não são responsáveis pelo acentuado desastre ecológico. A indústria madeireira é uma atividade consentida e fiscalizada pelos órgãos governamentais (IBAMA e IEF). Recolhe a taxa de reflorestamento. Torna-se necessária e indispensável em um Estado em formação e com grande reserva florestal, sob pena de desperdício das árvores derrubadas para a implantação de lavouras e pastagens. Saliente-se haver grande desaproveitamento de madeiras, pela não utilização de técnicas mais avançadas na industrialização, pela dificuldade do escoamento e pelos entraves à comercialização interestadual e externa.

A taxa de reflorestamento deveria ser abolida. Cada madeireira faria o seu próprio reflorestamento, com a fiscalização do Estado. A este é mais fácil e conveniente fiscalizar a obra, do que executá-la.

2. Não é, também, a agropecuária a vilã da ecologia. Os desmatamentos de lotes rurais estão, em sua esmagadora maioria, aquém do limite máximo fixado por lei (cinquenta por cento da área). Imputem-se as exceções aos latifúndios.

E nem teriam os pequenos e médios agropecuaristas condições de efetuar grandes desflorestamentos. Por primeiro, pelo alto custo financeiro do desmatamento (a derrubada de um hectare vale mais do que a terra). Por segundo, pela falta de mão-de-obra para cultivar a área ou plantar e zelar da pastagem (o lavrador ou pecuarista tem que contar com a mão-de-obra familiar ou de um ou outro empregado, ou porcentado, ou meeiro). Por terceiro, pelo nenhum, ou mínimo, ou demorado retorno financeiro do empreendimento.

Além disto, a floresta amazônica ensinou aos emigrantes que o seu desmatamento, sem o imediato e contínuo aproveitamento, é financeiramente desastroso. A área não zelada, seja de cultivo ou de pasto, torna-se rapidamente praguejada, onerando, ainda mais, o seu reaproveitamento.

E por falar em ensino, o clima amazônico está até hoje a exigir dos técnicos agrícolas novas práticas para a agropecuária. Está, também, a cobrar do INCRA novos critérios de loteamento e de aferição das condições para a titulação de lotes rurais.

2.A No caso do INCRA o projeto de loteamento do Estado não observou as vertentes d'água e nem as cumeadas das serras. Existem lotes totalmente alagadiços; outros inteiramente sem água. No loteamento, feito na prancheta e sem locação no terreno - ao que parece - distribuíram-se estradas rurais, mais conhecidas como "linhas", a cada quatro ou cinco quilômetros, dependendo do projeto, sem atentar para a dificuldade de conservação destas inúmeras estradas, máxime no período chuvoso. É óbvio que nenhum município - e nem mesmo o Estado - possui meios para manter as estradas já abertas em condições satisfatórias de tráfego. Imagine-se se todas as linhas forem abertas ou se as parcialmente abertas, sejam-no totalmente. Serão milhares de quilômetros de estradas a conservar. Isto sem falar nas obras de arte, posto que as linhas, por serem retas, cortam, às vezes, o mesmo igarapé, riacho, córrego ou rio, por mais de uma vez. Como conservar e com que recursos? O Estado e os municípios, em colaboração com o

Incra, devem reformular o sistema viário, tornando-o eficiente, satisfatório e menos oneroso.

Por outro lado, outros critérios para titulação de lotes rurais devem ser adotados. Se, na tentativa de fixação do homem à terra, a exigência de derrubada de parte do lote rural como prova da posse da área foi válida de início, este costume tornou-se nocivo com o decorrer dos anos. As áreas desmatadas e não cultivadas (que não são poucas) tornaram-se imensas capoeiras, cheias de pragas, inviabilizando o seu reaproveitamento. O caminho correto é fazer valer a condição resolutive do título de domínio, se inadimplidas as estipulações.

2.B A questão das técnicas agrícolas é, ainda, mais dolorosa. Dolorosa porque os emigrantes depararam com um clima desconhecido e vêm aprendendo, às suas próprias custas, como, quando e o que plantar nesta região. Não se criou — do arroz à seringa — nenhuma semente adaptada a ela. O arroz "ajoelha"; o feijão "mela"; o milho "embucha"; o café "arde"; o capim seca; a seringa envareta; o cacau tem a vassoura de bruxa etc.

Por demais, há grande variedade de solo numa mesma propriedade; a correção da terra é impraticável pela falta e/ou alto custo do calcário; os adubos químicos estão com preços inacessíveis; adubos orgânicos não são aproveitados; a mão-de-obra está escassa; não existem maquinários agrícolas disponíveis para alugar; para comprar, os preços desencorajam; as cooperativas, quando existem, são fracas; os silos e armazéns são poucos e acanhados etc.

2.C Não é estranhável que, neste contexto, os agropecuaristas lançassem mão do meio mais fácil para erradicar as capoeiras e pastos praguejados. As queimadas substituem o veneno, o trator, a foice e a mão-de-obra.

Atividade perigosa, por maiores precauções que sejam adotadas, deve ser restringida ao máximo. As permissões dependeriam de efetiva vistoria técnica no local, para a análise, inclusive, da sua conveniência, necessidade e previsão de riscos. Isto porque, somente uma fagulha, levada pelo vento, poderá causar danos irreparáveis ao próprio autor da queimada, aos seus vizinhos e/ou às matas circunvizinhas.

3. O garimpo é efetivamente a indústria que fere a ecologia.

Provoca o desmatamento da área garimpeira e torna o solo praticamente irre recuperável pelo remeximento. Normalmente, polui as vertentes d'água adjacentes. Quando praticado em córregos e rios a poluição é direta.

O garimpo não é indústria de assentamento. Pela sua própria natureza é nômade. As pessoas — jurídicas ou físicas — permanecem no local, enquanto há produtividade bastante ou até que surja área melhor. São errantes.

Por estes motivos, causam transtornos sociais por onde passam. Não deixam, também, de trazer benefícios, como a maior arrecadação de impostos e a maior circulação de dinheiro.

Todavia, se sopesados os resultados, é provável que os custos sociais superem os benefícios oriundos do garimpo.

Ainda mais que pouca é a fiscalização fiscal. A fiscalização ecológica é praticamente nenhuma, resumindo-se em projetos que não são executados ou são efetivados de qualquer maneira.

A atividade garimpeira, quando autorizada, deve sofrer rigorosa fiscalização do Estado desde antes de sua implantação e até o seu término. O Estado deve criar mecanismos de arrecadação que lhe permita recuperar a área devastada, por ser quase impossível a recuperação pelos predadores, que hoje estão aqui e amanhã acolá.

O Estado não deve permitir, sob qualquer pretexto, que se inicie qualquer atividade de garimpo, seja por pessoas físicas ou jurídicas, seja manual ou mecanizada, sem que efetivamente estejam implantados, anteriormente à lavra, os projetos antipoluentes.

4. É o relatório que fazemos e as conclusões a que chegamos, para as devidas apreciações.

Ariquemes, 15 de agosto de 1990. — os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEN DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1990 (nº 133/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, celebrado em Maputo, em 1ª de junho de 1989 (dependendo de parecer).

2

PROJETO DE LEI DO DF Nº 58, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 58, de 1990, de iniciativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo de parecer).

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1990, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que altera a redação do art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 96, de 1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações de crédito externo e interno (dependendo de parecer).

4

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

5

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Sena-

dores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

6

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

7

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1990

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, § 2º, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros Senhores Senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

PORTARIA Nº 024, DE 1990

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012273/90-2,

Resolve:

Aplicar ao servidor FRANCISCO ANTONIO CAVALCANTI CAMPOS, Analista Legislativo, matrícula nº 2.899, a pena disciplinar de **Repreensão**, por violar o disposto no art. 547, I, e de acordo com o art. 558, II, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de outubro de 1990. — Senador Mendes Canale, Primeiro Secretário.